

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**DISSERTAÇÃO**

**A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA NO BRASIL –  
Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido**

**LUIZA RABELO COLOMBO**

**2018**



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA NO BRASIL –  
Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido**

**LUIZA RABELO COLOMBO**

Sob a Orientação do Professor  
**Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Nova Iguaçu, RJ  
**Dezembro de 2018**

C719f Colombo, Luiza Rabelo, 1988-  
A frente liberal-ultraconservadora no Brasil:  
reflexões sobre e para além do "movimento" Escola Sem  
Partido / Luiza Rabelo Colombo. - 2018.  
200 f.: il.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares, 2018.

1. Educação. 2. Escola Sem Partido. 3. Hegemonia.  
4. Liberalismo. 5. Conservadorismo. I. Lamosa,  
Rodrigo de Azevedo Cruz, 1981-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos  
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

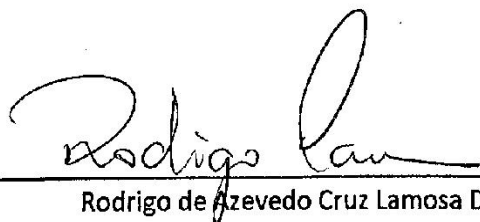
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E  
DEMANDAS POPULARES**

**LUIZA RABELO COLOMBO**

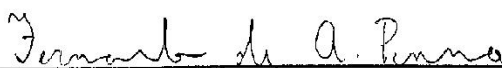
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 13/12/2018



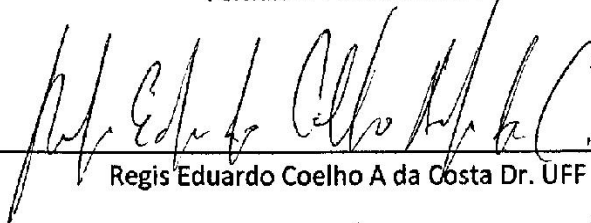
---

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa Dr. UFRRJ  
(Orientador)



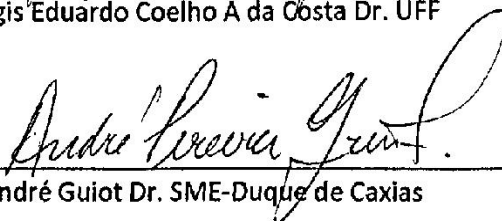
---

Fernando Penna Dr. UFF



---

Regis Eduardo Coelho A da Costa Dr. UFF



---

André Guiot Dr. SME-Duque de Caxias

**Para vovó Nadir.  
Nossa linha e agulha que, ponto a ponto, nos fez linho.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente minha mãe, meu pai e meu irmão, pela compreensão nos momentos de ausência durante essa jornada, por cada palavra de incentivo e pelos gestos de carinho desse amor-combustível, lado a lado. Sem vocês nada disso seria possível.

Às minhas amigas e amigos... Em cada um, meus profundos abraços, daqueles que damos apertados com a gratidão sincera. Mas não poderia deixar de expressar alguns sentimentos tão especiais... À Aninha, hermana, que além de todas as incontáveis horas de conversas e companheirismo pela vida e agora, me deu o maior presente ao longo desse processo, que é o amor e a enorme alegria de termos a Rosa em nossas vidas. À Ângela, minha amada companheira da vida, agradeço pelos aprendizados, carinhos e cuidados de todos os dias que estamos juntas e daqueles em que não estamos; pela certeza de que não se está sozinha nem quando se pensa estar. À Rebeca, por me fazer acreditar que seria possível mergulhar nesse desafio, por me mostrar que a coerência e a verdade devem estar em todas as expressões da nossa vida, e por ser tudo que ela é. À Deinha, pelas madrugadas adentro de gargalhadas de cair no chão a análises de conjuntura, além do braço de sempre. Aos “trincheiras”, por serem os amigos reencontrados e achados que tornaram os dias mais bonitos desde o início dos nossos cotidianos, por compartilharem comigo os perfumes de tantas alegrias nesse tempo em que tentam nos proibir de sonhar.

Ao Rodrigo Lamosa, que abriu os itinerários dessa pesquisa e neste caminho esteve presente em cada nova questão formulada, ideias, análises, dificuldades e anseios. Mais do que um incrível e generoso orientador, tornou-se também amigo de vida e companheiro de luta. Faltam palavras. O maior agradecimento, sem dúvidas, é por me evidenciar que o pessimismo da razão e o otimismo da ação, mais do que uma síntese gramsciana, é um dever.

Aos membros da banca de defesa, André Guiot, Fernando Penna e Regis Arguelles. As contribuições de vocês, extremamente cuidadosas e comprometidas em formas de apontamentos, questões e sugestões, tiveram um valor inestimável para o presente trabalho e para a continuidade da pesquisa em trabalhos futuros.

Aos colegas, amigos e companheiros do LIEPE, agradeço por todo o aprendizado juntos nessa trajetória. As tantas horas de estudos e trocas, em reuniões,

encontros, telefonemas e mensagens, certamente fizeram desta pesquisa um trabalho coletivo, feito a muitas mãos.

Às trabalhadoras e trabalhadores do Colégio Pedro II. Meu profundo orgulho pela árdua resistência frente as ofensivas dos reacionários e conservadores. Muito maior do que os ataques que estamos sofrendo pelo movimento Escola Sem Partido e suas organizações associadas, está sendo o incansável e irredutível processo de luta e resistência. Especialmente às companheiras e companheiros do SINDSCOPE, agradeço os braços e abraços que fortalecem e possibilitam, através da organização da nossa luta, a construção e a esperança de dias melhores. Aos estudantes, agradeço igualmente a força e a coragem em tempos tão sombrios, onde vocês nos mostram que estamos no caminho certo e que nenhum passo deve ser dado para trás. Aos companheiros da educação de outras redes, agradeço também pela inspiração e pela força em seguir lutando mesmo em meio a tantas outras injustiças e desigualdades; que possamos seguir estreitando laços de solidariedade nas escolas, nos sindicatos e nas ruas.

Às companheiras e companheiros, por me encherem de energia para estudar e pesquisar certa de que isto só faz sentido se for para servir à nossa luta. E por me encherem da certeza de que nada está dado e que podemos seguir em frente apesar das bárbaras e tenebrosas ofensivas contra os trabalhadores e oprimidos nos fazerem, as vezes, pensar o contrário. Sigamos por uma nova alvorada.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA NO BRASIL – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido.** Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2018.

## RESUMO

A pesquisa buscou analisar as determinações históricas da emergência e difusão de organizações liberais, conservadoras e reacionárias contrárias ao direito a educação laica, plural e democrática, a liberdade de ensinar e aprender, ao direito a participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, dentre outras pautas historicamente defendidas por movimentos sociais e sindicais de trabalhadoras e trabalhadores da educação. Identificamos que este processo resulta da atuação militante de um conjunto de organizações articuladas em uma ampla frente liberal-ultraconservadora transnacional, a partir da qual nos aprofundamos, no cenário brasileiro, para a análise sobre os múltiplos sentidos do Escola Sem Partido (ESP), que se difundiu através do véu de uma marca propagandística em forma de “movimento”, mas que vem representar, muito além, a ponta da lança da nova roupagem da corrente ultraconservadora do liberalismo. O objetivo geral da pesquisa foi desvendar e analisar os interesses no discurso difundido pelo movimento ESP e pelo conjunto de representantes a agenda educacional da frente liberal-ultraconservadora, através de seus intelectuais orgânicos, e refletir sobre os impactos e avanços de suas ações nas políticas educacionais brasileiras dentro deste contexto. As fontes de pesquisa incluíram levantamento bibliográfico em livros, páginas na internet, artigos em jornais e revistas – tanto documentos produzidos pelo próprio movimento amplamente divulgados em seu site e redes sociais quanto por pesquisadores da Educação que tem debatido de maneira crítica sobre o tema. Neste sentido, o arcabouço teórico-metodológico gramsciano tem apontado importantes possibilidades de interpretação sobre a frente liberal-ultraconservadora, representada no âmbito educacional pelo movimento ESP, portanto, a partir dos conceitos de “Estado ampliado”, considerando as noções interdependentes de “sociedade civil” e “sociedade política”, para a compreensão da dimensão da organização das classes sociais, relacionando-as no âmbito das superestruturas do Estado.

**Palavras-chave:** Escola Sem Partido; Estado Ampliado; Hegemonia; Liberalismo; Conservadorismo.



## **THE ULTRACONSERVATIVE-LIBERAL FRONT IN BRASIL – Reflections on and beyond the Partyless School “movement”**

### **ABSTRACT**

The research sought to analyze the historical determinations of the emergence and diffusion of liberal, conservative and reactionary organizations against the right to secular, plural and democratic education, freedom to teach and learn, the right to political participation and organization of students and education professionals, among other guidelines historically defended by social movements and unions of education workers. We have found that this process results from the militant action of a set of organizations articulated in a broad transnational ultraconservative-liberal front, into which we delved, in the Brazilian scenario, for the analysis of the multiple meanings of the “*Escola Sem Partido*” (ESP) – the Partyless School (PS), which has spread through the veil of a propaganda-type brand in the form of a "movement", but which represents, far beyond that, the spearhead of the new guise of the ultraconservative current of liberalism in education. The general objective of the research was to unveil and analyze the interests in the discourse disseminated by the PS movement and by the set of representatives of the educational agenda of the ultraconservative liberal front, through their organic intellectuals, and to reflect on the impacts and advances of their actions in Brazilian educational policies within this context. Research sources included bibliographic surveys of books, websites, articles in newspapers and magazines – be they documents produced by the organizations themselves, widely publicized on their websites and social networks, or by education researchers who have critically debated the subject. In this sense, the Gramscian theoretical-methodological framework has pointed out important possibilities of interpretation on the ultraconservative liberal front, represented in the educational context by the PS "movement"; therefore, we use the concepts of "extended state", considering the interdependent notions of "civil society" and "political society", to understand the dimension of the organization of the social classes, relating them within the scope of the state's superstructures.

**Key Words: Partyless School (Escola Sem Partido); Extended State; Hegemony; Liberalism; Conservatism.**

## LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais  
ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
APH – Aparelho Privado de Hegemonia  
BM – Banco Mundial  
BNCC – Base Nacional Curricular Comum  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CIPE – Center For International Private Enterprise  
CIPE – Center For International Private Enterprise  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DEM – (Partido) Democratas  
EPL – Estudantes Pela Liberdade  
ESP – Escola Sem Partido  
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos  
FESAC – Fundação Escola Superior de Advocacia do Ceará  
FIES - Financiamento Estudantil  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FIFA – Federação Internacional de Futebol (Fédération Internationale de Football Association)  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FTUI – Free Trade Union Institute  
GIDE – Gestão Integrada da Escola  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários  
IEA – Institute of Economic Affairs  
IEDI – Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial  
IEE – Instituto de Estudos Empresariais  
IL – Instituto Liberal  
IMIL – Instituto Millenium  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IRI – International Republican Institute

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LIEPE – Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação  
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado  
MBL – Movimento Brasil Livre  
MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
NDI – National Democratic Institute For International Affairs  
NED – National Endowment for Democracy  
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
IOL – Instituto Ordem Livre  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OS – Organizações Sociais  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPGEDuc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contexto Contemporâneo e Demandas Populares  
PR – Partido da República  
ProUni – Programa Universidade para Todos  
PSC – Partido Social Cristão  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RELIAL – Red Liberal de América Latina  
SFL – Students For Liberty  
SINDSCOPE – Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)  
Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund)  
UNIFOR – Universidade de Fortaleza  
USAID – United States Agency for International Development  
VPR – Vem Pra Rua

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 – Balanço de “treinamento de lideranças” do relatório de 2018 do SFL .....	120
Figura 2 – Destaque do Brasil na página do SFL .....	123
Figura 3 – Capa do terceiro boletim trimestral do SFL de 2015 .....	126
Figura 4 – Os candidatos do ESP nas eleições em 2018 .....	147

\*\*\*

Gráfico 1 - Variação das datas de fundação dos APHs da Rede Liberdade .....	96
---	----

\*\*\*

TABELA 1 – Think Tanks brasileiros associados à Rede Liberdade .....	94
TABELA 2 – Intelectuais orgânicos colaboradores e colunistas do Instituto Millenium que se destacam em outros APHs .....	112
TABELA 3 – Intelectuais orgânicos do Students For Liberty e do Estudantes Pela Liberdade (2012-2014) .....	121
TABELA 4 – Intelectuais orgânicos do movimento Escola Sem Partido .....	151

## **ANEXOS**

ANEXO 1 – Tabela dos Projetos de Lei em tramitação no âmbito federal.....184

ANEXO 2 – Balanço financeiro do Instituto Millenium 2009-2016.....186

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO I - A CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL, A RECOMPOSIÇÃO BURGUESA E A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA</b> .....	19
1.1 A crise orgânica do capital: crise de dominação? .....	20
1.2 Auge e crise do neoliberalismo: a alternativa social-liberal .....	33
1.3 A crise de 2008 e a frente liberal-ultraconservadora .....	49
<b>CAPÍTULO II - OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DA OFENSIVA LIBERAL-ULTRACONSERVADORA</b> .....	75
2.1 Os think tanks e as bases da ofensiva liberal-ultraconservadora .....	78
2.2 Atuação em rede: a Atlas Network e a Rede Liberdade.....	84
2.3 O Instituto Liberal e a defesa da democracia.....	97
2.4 O Instituto Millenium: direita para o social? .....	107
2.5 O Students For Liberty, o Movimento Brasil Livre e a síntese da agenda educacional da frente liberal-ultraconservadora .....	116
<b>CAPÍTULO III – O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO</b> .....	135
3.1 A “grande virada” do movimento Escola Sem Partido no Estado Ampliado.....	135
3.2 Os intelectuais orgânicos e uma hipótese sobre a caracterização do movimento ESP.....	149
3.3 Uma nova ideologia orgânica? .....	158
<b>CONCLUSÕES E OUTRAS QUESTÕES</b> .....	169
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	176
<b>ANEXOS</b> .....	184

## INTRODUÇÃO

Como finalizar uma dissertação sobre o avanço liberal-ultraconservador dias após a eleição presidencial de 2018? Em meio às notícias de hora em hora sobre o avanço dos Projetos de Lei do Escola Sem Partido, dos incontáveis e incalculáveis casos de assédio, criminalização, perseguição e ameaças de morte às professoras e professores, da tramitação da flexibilização da permissão do porte de armas para civis, de discursos de parlamentares que promovem o ódio e a defesa da tortura e a militarização da vida, da votação da Reforma da Previdência, da orientação da Ordem dos Advogados do Brasil para as pessoas lgbt se casarem antes do final do ano porque depois pode não ser mais possível, do crescimento assustador de assassinatos e casos de violência contra os moradores de favelas, negras, negros, transexuais, travestis, gays, lésbicas... Sob o avanço do fascismo no interior do Estado e no cotidiano do chão onde pisamos, como finalizar esta pesquisa?

Certa de que muitas evidências sobre o que representa o Escola Sem Partido emergiram ao longo destes dois anos e que na mesma medida tantas outras lacunas sobre a leitura deste processo e da conjuntura se abriram, esta pergunta atravessa todo o texto, palavra a palavra, até o último ponto.

\*\*\*

A pesquisa buscou analisar as determinações históricas da emergência e difusão de organizações liberais, conservadoras e reacionárias contrárias ao direito a educação laica, plural e democrática, a liberdade de ensinar e aprender, ao direito a participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, dentre outras pautas historicamente defendidas por movimentos sociais e sindicais de trabalhadoras e trabalhadores da educação. Organizações contrárias, diante das evidências, ao conhecimento científico elaborado e difundido historicamente no interior das instituições públicas de educação básica e superior, especialmente às ciências humanas (o que essencialmente atinge todo o sentido de ciência) no tocante aos estudos científicos de qualquer fenômeno que expresse as contradições do capitalismo.

Este processo resulta da atuação militante de um conjunto de organizações articuladas em uma ampla Frente Liberal-Ultraconservadora transnacional, a partir da

qual nos aprofundamos, no cenário brasileiro, para a análise sobre os múltiplos sentidos do Escola Sem Partido (ESP), que se difundiu através do véu de uma marca propagandística em forma de “movimento”, mas que vem representar, muito além, a ponta da lança da nova roupagem da corrente ultraconservadora do liberalismo. Tal ideologia, como vimos através da pesquisa, vem fundando-se nas bases da fé e da irracionalidade. Emergiu como a mais importante ideologia da Frente Liberal-Ultraconservadora, no âmbito educacional e para além dele. Como esta ideologia tem penetrado no conjunto da opinião pública? E o tão falado *movimento* ESP? O que tem feito e qual seria sua função?

O movimento denominado Escola Sem Partido, que já existia desde 2004, tímido e sem repercussão, vem modificando e ampliando sua forma de atuação e influência, associado a um conjunto de organizações, ganhando novas dimensões no cenário educacional nacional. Na descrição em sua página oficial a respeito de sua fundação, consta que é “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”<sup>1</sup>, inspirada em um movimento similar, estadunidense, chamado No Indocrination<sup>2</sup>. Contudo, ao contrário do que o movimento ESP declara ser uma “iniciativa de estudantes e pais”, como vimos no desenvolvimento da pesquisa, sua criação foi realizada através de intelectuais orgânicos no interior de organizações ultraliberais. Neste primeiro período, o discurso de que haveria doutrinação político-partidária nas escolas não teve ampla adesão social e o movimento manteve-se pouco conhecido no cenário das políticas educacionais.

Em 2008, uma matéria publicada na Revista Veja, sob o título *Você sabe o que estão ensinando a ele?*<sup>3</sup>, difundiu o discurso sobre um suposto movimento de doutrinação nas escolas. Em 2011, observamos alianças entre deputados e senadores conservadores e religiosos fundamentalistas, na ocasião em que o Programa Brasil Sem Homofobia, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, anunciou a elaboração do material didático “Kit Escola Sem Homofobia”. Após grande pressão de setores reacionários e da

---

1 Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> . Acesso em 10/10/2017.

2 O movimento funcionou de 2002 à 2010 como um fórum on-line de denúncias anônimas sobre o trabalho de professores. A página oficial <https://www.noindocrination.org>. encontra-se indisponível desde 2016.

3 Matéria disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/red/2008/09/427390.shtml> . Acesso em 15/11/2017.



bancada religiosa (evangélica e católica), o material didático foi vetado pelo governo federal<sup>4</sup>.

Em 2014, o movimento ESP passou a adotar novas estratégias de propaganda, alianças e foco de atuação. Visando promover seu discurso em investida no campo legal, o primeiro projeto de lei foi apresentado no estado do Rio de Janeiro, na ocasião em que o deputado estadual Flávio Bolsonaro (naquele período, do Partido Social Cristão, hoje do Partido Social Liberal) acordou com Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo e fundador do ESP, a elaboração de um projeto de lei com as bandeiras do movimento. O Projeto de Lei nº 2.974/2014 foi encaminhado sob o Programa Escola sem Partido, em 13 de maio de 2014 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. No mês seguinte, seu irmão Carlos Bolsonaro, vereador do Rio de Janeiro (igualmente, naquele período era filiado ao Partido Social Cristão, hoje ao Partido Social Liberal) encaminha um projeto idêntico na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o PL nº 867/2014.<sup>5</sup>

Assim, a proposta ganhou apoio parlamentar e se desdobrou no projeto de Lei Federal, nº 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), tendo proposto a inserção do “Programa Escola Sem Partido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, apensado ao anterior PL nº 7180/2014, de iniciativa do deputado Erivelton Santana do Partido Social Cristão (PSC/BA). Neste projeto de 2014 da Câmara, foram apensados onze Projetos de Lei até o final de 2018<sup>6</sup>, visando a proibição de materiais pedagógicos que abordem questões de gênero e diversidade sexual, a instituição de dispositivos que possibilitem “sanções e ou penalidades previstas em códigos de ética funcional ou similares” aos professores, a inclusão do Programa Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº9.394/96), outras

---

4 Mais informações, ver matéria e versão vetada de um dos cadernos do “Kit Escola Sem Homofobia” em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1579/uma-analise-do-caderno-escola-sem-homofobia> . Acessado em 10/07/2017.

5 Até a conclusão da pesquisa, ambos seguiam em tramitação.

6 Alguns destes do tipo Escola Sem Partido e outros contrários, como o PL nº 6005/2016, de Jean Wyllys (PSOL-RJ) e o PL nº 10997/2018, de Dagoberto Nogueira (PDT-MS). Portanto, além dos já citados, até o final de 2018 seguem apensados: PL nº 7181/2014, de Erivelton Santana (PSC-BA), o PL nº 1589/2015, de Alan Rick (PRB-AC), o PL nº 5487/2016, de Professor Victório Galli (PSC-MT), o PL nº 10577/2018, de Cabo Daciolo (PATRI-RJ), o PL nº 106/58/2018, do Delegado Waldir (PSL-GO), o PL nº 8933/2017, de Pastor Eurico (PHS-PE) e o PL nº 9957/2018, de Jhonatan de Jesus (PRB-RR).

alterações e acréscimos na LDB, dentre outros. Em 2016, foi apresentado o projeto de Lei do Senado nº 193/2016, do senador Magno Malta (PR-ES) que visa incluir o Programa Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº9.394/96). Este, foi retirado em novembro de 2017 pelo próprio autor, uma vez que o PL em curso na Câmara dos Deputados já tratava desta alteração na LDB<sup>7</sup>. Também foi criado o PL 1411/2015, de Rogério Marinho (PSDB-RN), que trata da tipificação de crime de “assédio ideológico” a partir de modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 ) e de acréscimo no Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848 de 1940) . Todos estes PLs e pensados em tramitação na esfera federal podem ser identificados no levantamento realizado por Moura (2018)<sup>8</sup>, disponível no ANEXO 1.

No intuito de promover a disseminação de PL's por todo o território nacional, em 2016 o movimento também criou uma página na internet<sup>9</sup> com os modelos de projetos de lei estaduais e municipais, incentivando estados e municípios a aprovarem leis próprias que impeçam o trabalho com a temática de gênero e diversidade sexual nas escolas públicas e privadas, dentre outras alterações (nas leis vigentes) que visam, segundo a análise crítica aos projetos, o fim da liberdade de cátedra e contrapõem-se ao princípio de laicidade do Estado. De 2014 até o primeiro semestre de 2018, como mostra o mapeamento realizado a partir da pesquisa de dissertação de Fernanda Moura (MOURA, 2016), permanentemente atualizado no blog *Pesquisando o Escola Sem Partido*, foram identificados mais de 160 projetos de lei idênticos ou semelhantes ao Programa Escola Sem Partido em tramitação em diversos estados e municípios em todas as regiões do Brasil<sup>10</sup>. Segundo nosso levantamento, em todos os projetos, constam um

---

7 A partir do acompanhamento da pesquisadora nas sessões da Comissão Especial na Câmara dos Deputados, juntamente ao seu sindicato, foi possível observar e compreender que o projeto foi retirado do Senado porque a estratégia para sua aprovação focou na tramitação a partir da Câmara; possivelmente esta estratégia foi adotada tendo em vista a correlação de forças conjuntamente mais favorável ao projeto na Câmara do que no Senado. Notou-se o investimento da militância do próprio movimento ESP e de organizações associadas à sua ideologia nas sessões da Comissão Especial, assim como movimentos estudantis e sindicatos de trabalhadores da educação contrários ao projeto. Em dezembro de 2018, como o parecer não foi votado em tal legislatura, o PL foi arquivado.

8 Levantamento realizado por Fernanda Moura, em 2018, apresentado no dia 24/10/2018 no X Simpósio Nacional Estado e Pode, realizado na UFF, gentilmente compartilhado.

9 Disponível em: <https://www.programescolasepartido.org/>

10 Mapeamento disponível em: <https://pesquisandoesp.wordpress.com/> e <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1AbaBXuKECclTMMYcvHcRphfrK9E&ll=-17.18863684252568%2C-47.46225715000003&z=4> , acessados em 25/08/2018.

ou mais dos seguintes “princípios”: i) a garantia de uma suposta “neutralidade do ensino”; ii) o combate à ideologia nas escolas, que seria uma “doutrinação de esquerda”, ou uma prática do chamam de “marxismo cultural” ou “gramscismo”; e iii) o combate ao que eles caracterizam como “ideologia de gênero”. Notamos, portanto, que por trás do discurso propagandístico sem qualquer fundamento ou comprovação de que haveria em curso um processo de “doutrinação” político-partidária nas escolas e que, por isso, ela deveria ser “sem partido”, está a ocultação de determinada ideologia liberal-ultraconservadora sob o manto da “neutralidade” e o interesse em atacar outras determinadas ideologias ou posicionamentos, ou seja, aquilo que os estudantes e trabalhadores da educação “tomam partido” (e se responsabilizam) em uma perspectiva crítica – o que, por sua vez, é expressamente garantido na Constituição Federal e nas mais variadas leis que regem e orientam os sistemas de ensino do país.

O principal instrumento legal que o movimento ESP utiliza para defender os projetos, em tentativa de fundamentá-lo, é uma passagem da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, de 1969), a qual eles subverteram todo o sentido no trecho que assegura que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que estejam de acordo com suas próprias convicções”. “O que o ESP não revela em seu discurso é que este texto não se refere à educação escolar, mas ao direito à educação em sentido amplo, visando a garantia do respeito e da proteção à educação não-formal e informal.” (COLOMBO, 2017, p.194). Portanto, não é incompatível com o tratamento de questões morais, políticas e sexuais na educação formal pública, e sim o contrário, já que a inclusão de tais temas no currículo assegura o direito dos estudantes de verem ampliados os seus referenciais a partir diversos pontos de vista.

Segundo Penna (2016), historiador, professor da Universidade Federal Fluminense,

O impacto da aprovação destes projetos para as discussões sobre a escola pública seria imenso. O projeto [programa ESP] se propõe a combater a “doutrinação ideológica”, mas nem sequer define o que seria isso e apenas insiste na defesa da “neutralidade”. Mas quem define o que é “neutro” e o que é “ideológico”? Na ausência de uma definição no projeto de lei, vale a pena verificar o que diz o site da organização sobre o tema. Ao clicar no item “flagrando o doutrinador”, percebemos que o professor é representado como um criminoso dissimulado que corrompe os jovens inocentes e passivos. [...] O PL 867/2015 propõe que seja vedada, em sala de aula, “a

veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Como fica o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, por exemplo? O retrocesso seria enorme. (PENNA, Fernando, em entrevista concedida ao Portal da ANPEd, em 20/04/2016)

A disputa sobre a definição do que é ciência e do que são conhecimentos fundamentais no âmbito da educação pública não data do presente momento. Esta é uma disputa ideológica travada desde os tempos do obscurantismo promovido pela igreja católica em detrimento do reconhecimento dos saberes desenvolvidos pela ciência. A respeito da relação entre ciência e ideologia, Gramsci reflete que

(...) na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer, contudo, que no estudo das superestruturas [ideologias] a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que sua reação sobre a estrutura [base econômica] tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento, sobretudo após o século XVIII, a partir do momento em que a ciência ganhou um lugar a parte na opinião geral. Que a ciência seja uma superestrutura é demonstrado também pelo fato de que ela teve períodos inteiros de eclipse, obscurecida que foi por uma outra ideologia dominante, a religião, que afirmava ter absorvido a própria ciência; assim, a ciência e a técnica dos árabes eram tidas pelos cristãos como pura bruxaria. Além disso, não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de hipóteses, que superam o mero fato objetivo. (GRAMSCI, 1999, V.1, p.175)

A partir desta reflexão, conclui que, distinguindo entre a noção objetiva e o sistema de hipóteses, através de um processo de abstração que está inserido na metodologia científica, é possível um grupo com determinada ideologia apropriar-se da ciência de outro grupo sem aceitar a sua ideologia (GRAMSCI, idem, op.cit). Seria o caso dos conhecimentos reconhecidos universalmente, como a teoria evolutiva da formação do planeta Terra e das espécies, dos conhecimentos matemáticos, dentre outros saberes.

A escola pública, nesta perspectiva, não seria o *locus* do doutrinamento segundo ideologias/religiões, mas dos conhecimentos científicos que, por sua vez, são

inevitavelmente atravessados por perspectivas ideológicas que os constituíram. Parte daí a consideração dos currículos escolares como disputa ideológica pelas classes fundamentais e suas frações, sendo o próprio Programa Escola Sem Partido a comprovação desta realidade. “Trata-se de imprimir ao currículo escolar sua ideologia a qual, anunciada como neutra é, na verdade, totalmente comprometida com a classe dominante, pois impede que os interesses dos dominados sejam abordados na escola.” (RAMOS, 2017, p. 81-82).

Portanto, com o intuito de difundir-se como narrativa dominante, utiliza-se desta noção de “neutralidade” enquanto estratégia de ocultação da materialidade das relações sociais estabelecidas, além de outras premissas falaciosas, gerando uma intencional confusão entre o que seria irracionalidade (do âmbito da fé), ideologia, ciência e categorias teóricas. A literatura gramsciana nos auxilia neste sentido ao esclarecer que ideias e ações ou ideologias e relações materiais de produção precisam ser concebidas em sua relação orgânica e dialética, no contexto da dinâmica de classes vigente em uma determinada sociedade. Assim, toda ideia seria interessada, em termos simplificados. “Chamar as problematizações realizadas a partir da categoria gênero de ‘ideologia de gênero’, afirmar que desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres e as relações de poder que as atravessam construídas sócio-histórico-culturalmente significaria defender o fim da família, é produzir uma visão perversamente distorcida das ciências sociais, tanto no uso da categoria gênero” quanto no uso do conceito de ideologia, por exemplo (COLOMBO, 2017, p.194).

Analisando os interesses de classe contidos na atuação do movimento ESP, considerando a história das ciências como expressão das relações de poder e de disputa de classes – que determinam os sentidos tomados pelas investigações científicas, assim como seus processos de legitimação – que vão, em última instância, influenciar a seleção dos conhecimentos que devem ou não ser selecionados na escola, conclui Ramos:

Portanto, se o conhecimento não é político em si, sem dúvidas o são as relações que o produzem e que dele fazem uso, seja na educação, seja na produção. Justamente por isso, sua distribuição [e produção] tem sido tanto desigual quanto controlada. É esse controle que pretende o Escola sem Partido. Daí seu caráter antidemocrático e autoritário. (RAMOS, 2017, p. 82).

Sabendo-se que as ideologias são indissociáveis dos processos formativos (portanto, das escolas), o que a frente liberal-ultraconservadora prevê, através da “marca” propagandística do movimento ESP e seus respectivos PL's, em suas entrelinhas, é a criminalização de uma ideologia em benefício de outra. “A grande armadilha da Lei da Mordaza (...) é justamente a tentativa de incluir a *doxa* [opinião ou crença comum] nas escolas” em detrimento do *logos* (razão). (SOUZA e OLIVEIRA, 2017, p.123). Assim, não buscam de fato a “neutralidade política, ideológica e religiosa” mas, ao contrário, o ensino de dogmas religiosos e preconceitos científicos, deturpando o que seria o papel da educação formal e da educação informal (do ambiente privado, da família), como apontam Souza e Oliveira:

O Projeto de Lei (PL) [nº 867/2015] provoca outra confusão quanto aos espaços adequados para o aprendizado de doutrinas e aqueles destinados a disseminação da Filosofia e da ciência. Os lugares para o ensinamento de doutrinas religiosas são os lares e os templos religiosos, não a escola. Nesta, os alunos devem estudar a religião, enquanto fenômeno humano e as relações que diferentes sociedades estabelecem com o divino ao longo do tempo (...) assim como as relações dos homens com as coisas consideradas sagradas (símbolos e lugares) e analisar, dentro de seu devido contexto histórico, as divergências doutrinárias havidas entre a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica, a atuação dos jesuítas no Brasil, entre outros. (SOUZA E OLIVEIRA, 2017, p. 124)

Em julho de 2016, o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, ao analisar o PL nº 867/2015, declarou em nota técnica a inconstitucionalidade do ESP pelas razões:

(i) confunde a educação escolar com aquela que é fornecida pelos pais, e, com isso, os espaços público e privado; (ii) impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206, III); (iii) nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem (art. 206, II); (iv) contraria o princípio da laicidade do Estado, porque permite, no âmbito da escola, espaço público na concepção constitucional, a prevalência de visões morais/religiosas particulares. (DUPRAT, Deborah , Nota Técnica, MPF, 2016).

É possível perceber, contudo, que a evidência das inconsistências teóricas e inconstitucionalidade dos projetos e discursos promovidos através do movimento ESP e

suas organizações associadas, não impediu a sequência e avanços de suas ações e estragos alarmantes nas concepções e práticas educacionais. Como ressalta o advogado Salomão Ximenes (2016), no artigo *O que o direito a educação tem a dizer sobre o “Escola Sem Partido”?*, além de representar um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais brasileiras, o controle ideológico sobre professores e estudantes, articula-se as outras agendas de reformas educacionais de caráter gerencial, como a privatização e o corte de recursos públicos para a educação pública. Ressalta que “essas frentes de ataques à escola pública, as quais se deve somar ainda a militarização das escolas – o ápice do controle totalitário na educação, estão se fortalecendo mutuamente em torno de um renovado projeto liberal-conservador” (XIMENES, 2016, p.55). Neste sentido, demos um especial tratamento sobre a totalidade desta agenda liberal-ultraconservadora nas políticas educacionais no Brasil ao longo da pesquisa e apontamos uma síntese desta análise nas considerações finais.

Na presente pesquisa, compreendemos que este novo movimento de organizações e grupos ultraconservadores – aparelhos privados de hegemonia para além do movimento ESP – deve ser analisado de maneira contextualizada sócio-historicamente. Apoiamo-nos em autores que tem analisado o movimento de recomposição burguesa, decorrente da chamada crise estrutural – ou crise orgânica – do capital (MÉSZÁROS, 2011; ANTUNES, 2011; CASTELO, 2013) e a respeito da chamada “onda conservadora” ou do crescimento do ultraconservadorismo (BIANCHI, 2016; MELO, 2016; HOELEVER, 2016; PATSCHIKI, SMANIOTTO e BARBOSA, 2016; BAGGIO, 2016) na tentativa de compreender tal ofensiva no âmbito das políticas educacionais no Brasil de maneira contextualizada com as transformações e interesses de cunho econômico, social e político de frações de classe dominantes.

Tais autores nos têm apontado que a atuação das organizações transnacionais de direita, especialmente na contemporaneidade, está associada à tal conjuntura da crise estrutural, que se agrava na recente crise financeira de 2008 e, no Brasil, pode ser analisada de maneira mais aguda a partir das chamadas *Jornadas de Junho de 2013*, quando se amplia uma densa rede de organizações da extrema direita no território brasileiro. Não obstante, também desenvolvemos na pesquisa os nexos entre esta ofensiva ultraconservadora e reacionária e o esgarçamento do social-liberalismo, uma variante do neoliberalismo que vem apresentando, a nível mundial, na atualidade, seus limites dentro das disputas no interior do processo de recomposição burguesa.

Desta maneira, a partir destes marcos na trajetória da difusão da ideologia contida no movimento ESP (e por ele alimentada) e da própria mudança apontada anteriormente – o surgimento em 2004, a massificação do discurso sobre “doutrinação” em 2008/2009 e a mudança das estratégias de articulação e atuação do movimento a partir de 2013 – quais seriam as relações de tais marcos protagonizados por grupos ultraconservadores com os interesses da burguesia em seu movimento de recomposição? Quais são e como surgem os aparelhos privados de hegemonia que formulam, sistematizam e difundem o pensamento que compõe a ofensiva ultraconservadora no Brasil, especialmente no contexto que decorre da crise estrutural do capital que desponta a partir do início da década de 1970? Quais são, para quem e como atuam os aparelhos privados de hegemonia desta ofensiva liberal-ultraconservadora? Por que e como atua o movimento ESP, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, através de suas redes de apoio? O que está por trás deste projeto de educação em sua dimensão ideológica? É possível caracterizar o ESP como uma frente de ação ideológica, para além de um movimento específico? Quem são seus intelectuais orgânicos e o que eles representam nestas das redes?

A partir destas questões iniciais, a pesquisa buscou contribuir com os estudos na área das políticas públicas educacionais, problematizando o crescimento das ações e do discurso difundido através do movimento ESP e suas organizações associadas, em tempos em que observamos, por dentro e por fora do Estado restrito, este sistemático avanço liberal-ultraconservador e reacionário. No presente trabalho, adotamos os termos “ofensiva” e “frente liberal-ultraconservadora”, considerando que se trata do mesmo fenômeno de avanço do conservadorismo tratados pelos autores com os quais dialogamos, mas também que a burguesia é fundamentalmente conservadora e que, atualmente, tal processo tem ganhado novas dimensões dentro do processo de recomposição burguesa do grande capital, o que nos sugestionou a escolha política por esta nova caracterização para marcar o presente momento singular de crescimento do conservadorismo-liberal e religioso no mundo e especialmente no país.

### **E por quê Gramsci?**

No âmbito pessoal, este estudo teve início a partir de problematizações observadas como pesquisadora-professora no chão da escola. Como professora do Colégio Pedro II, ao deparar-me, em 2016, com um conjunto de ações de perseguição,



criminalização, ameaça e assédio à instituição e aos profissionais da escola, promovido por grupos que se autoidentificavam como militantes do movimento ESP, fui percebendo o quanto a ofensiva ultraconservadora vinha crescendo com contornos de violência. Como eu desenvolvia um projeto de pesquisa e extensão voltado para as questões de gênero e diversidade sexual na escola, juntamente a outros servidores, também me chamou atenção as expressões de ódio voltadas aos profissionais da educação sensíveis ao trabalho com estas temáticas, o nível da organização de tais grupos e as diversas estratégias adotadas pelos mesmos no intuito de causar desgastes, danos psicológicos, morais e profissionais aos servidores do colégio que se propõem a problematizar as desigualdades sócio-econômicas e as relações de opressão com qualquer foco que não fosse o criacionismo ou outras variantes advindas de correntes religiosas deterministas, fundamentalistas.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, como a temática está intimamente relacionada ao meu trabalho e a minha militância no âmbito educacional, foram inúmeros os momentos em que pude viver os movimentos de ação-reflexão-ação junto a minhas companheiras e companheiros. Através do SINDSCOPE (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), mobilizamos e criamos a Frente CPII Sem Mordança que aglutinou, por um ano, as mais diversas entidades e grupos de pesquisa do colégio na análise e no combate às investidas conservadoras e reacionárias no interior da escola. Realizamos um grande evento de lançamento da Frente e mais de uma dezena de reuniões, que foram interrompidas após o seu esvaziamento e análise coletiva de que os esforços poderiam ser voltados para as ações específicas dos grupos e entidades envolvidas. Estas experiências certamente alimentaram a pesquisa no sentido de sua relevância pessoal para a pesquisadora e de sua relevância enquanto instrumento para contribuir com as disputas travadas no chão das escolas contra o avanço das organizações ultraconservadoras e reacionárias.

Inicialmente, como candidata ao mestrado, escrevi um projeto de pesquisa voltado para compreender a ofensiva do movimento ESP em relação à temática de gênero e diversidade sexual no âmbito educacional, especialmente a ocorrida na rede pública do município de Nova Iguaçu, que teve um projeto de lei aprovado na câmara que proibia qualquer material que trabalhasse questões de gênero e diversidade sexual

na rede<sup>11</sup>. Eu poderia seguir a pesquisa por esse caminho, tratando dos ataques sofridos no campo das temáticas de gênero e sexualidade, que acho importantíssimo e fundamental como ferramenta teórico-política no enfrentamento à ofensiva ultraconservadora. Mas algumas outras questões foram despertando mais a minha curiosidade, meu olhar. Neste movimento, as trocas com o meu orientador e os estudos no âmbito do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), no qual ele é coordenador, fizeram-me compreender, a partir do referencial teórico-metodológico gramsciano, que seria fundamental aprofundar-me no que está por detrás do movimento ESP, o que ele representa dentro do determinado contexto histórico em que surge e “ressurge” com toda a força a partir de 2013.

Para que o estudo possa contribuir, posteriormente, no âmbito acadêmico e do ativismo político, como ferramenta para pesquisadores e profissionais da educação identificados com o campo democrático, crítico/libertário, percebi ser imprescindível compreendermos o tamanho desta *ofensiva* e seus possíveis danos, para que seja também possível a continuidade do estudo de maneira robusta, consistente, e que possa auxiliar no traçado de estratégias de resistência de acordo com sua real magnitude.

Um desafio enfrentado ao longo de todo o processo foi a permanente (des)construção da minha relação com o referencial teórico gramsciano. Enquanto uma militante de formação libertária e anarquista, com uma trajetória de militância em movimentos próximos ao bakuninismo, foi um grande dilema a escolha por mergulhar ou não no materialismo-histórico e, mais precisamente, no referencial gramsciano. As minhas leituras anteriores não estiveram debruçadas em invalidar ou questionar o materialismo-histórico, mas tampouco dialogavam consistentemente com ele. As ênfases em estudos livres (não acadêmicos) sobre anarco-sindicalismo, autogestão, ação direta, federalismo, experiências de escolas de educação libertária e popular, experiências comunais e a perspectiva da contracultura e das organizações de base, em seu conjunto, realizadas no cotidiano da militância juntamente às companheiras e

---

11 Em fevereiro de 2016, o município de Nova Iguaçu aprovou a Lei nº4.576/16 que veda o uso de material didático contendo orientações sobre a diversidade sexual nas escolas públicas municipais. Após ação do Ministério Público alegando inconstitucionalidade, a Lei tem um veto parcial no parágrafo que tratava da caracterização dos materiais didáticos, mas mantém o Art. 1º, que expressa: “Fica proibida a distribuição, exposição e divulgação de livros, publicações, cartazes, filmes, vídeos, faixas ou qualquer tipo de material, didático ou paradidático, contendo orientações sobre a diversidade sexual nos estabelecimentos de Ensino da rede pública municipal da Cidade de Nova Iguaçu. (NOVA IGUAÇU, Lei Municipal nº 4.576/16)

companheiros de diversos movimentos sociais populares, ao longo de mais de uma década, fizeram-me mergulhar no materialismo-histórico com estas lentes. Com esse arcabouço libertário, especialmente em seus sentidos enquanto princípios ético-políticos, venho buscando agregar às lacunas deixadas pelos teóricos clássicos anarquistas os instrumentos teórico-metodológicos gramscianos que tem me revelado, em seu itinerário, possibilidades de uma análise mais aprofundada acerca das relações sociais de produção na dinâmica da luta de classes, das estratégias da burguesia de conformação de consenso e coerção através do Estado, da luta de classes e das disputas e tensões de frações intraclasse e, em última instância, da própria leitura sobre o capitalismo.

Outro aspecto desta relação com o referencial teórico é que a minha leitura de Gramsci se iniciou há menos de dois anos. Embora afirme que a pesquisa aqui apresentada é fundamentalmente desenvolvida na perspectiva gramsciana – fruto da inestimável orientação que tive e das incalculáveis horas de estudos – ainda é difícil afirmar “eu sou uma pesquisadora gramsciana”, especialmente em dois sentidos que considero que tal afirmação exige. O primeiro é o nível de complexidade contida nos escritos de Gramsci acerca dos mais variados assuntos e frentes de estudo que tem levado historicamente pesquisadores em todo o mundo a desenvolverem interpretações ao longo de toda a sua trajetória acadêmica, ampliado profundos embates a partir de variadas interpretações de seus conceitos e seus respectivos contextos. Estas várias interpretações também atravessam as leituras de diferentes períodos históricos e, conseqüentemente, refletem em implicações políticas e práticas na dinâmica da produção acadêmica em seu sentido militante. Neste sentido, considero-me uma estudiosa iniciante, dando seus primeiros passos. O segundo é o da responsabilidade ético-política de tal afirmação diante da luta incansável do filósofo e militante sardo no combate às desigualdades econômicas e sociais e, especialmente, ao fascismo, até o último dia de sua vida. Sua histórica resistência e integridade, sem se dobrar às forças inimigas e se mantendo inteiro diante dos desafios de seu tempo, tem me inspirado a resistir e lutar junto as minhas companheiras e companheiros diante dos desafios impostos pelo capitalismo em nosso tempo. Ao mesmo tempo em que a ascensão do fascismo no presente nos parece um gigante invencível, o companheiro sardo nos mostrou que as trincheiras antifascistas sempre existiram e que são nosso lugar e nossa responsabilidade histórica, fortalecendo nosso otimismo da vontade diante do

pessimismo da razão. Neste sentido, a responsabilidade histórica de afirmar-me enquanto uma aprendiz gramsciana inclui manter coerências, para além da pesquisa e no chão da vida. É também comprometer-me com tal inspiração na força do Gramsci companheiro, a permanentemente perseguir as contradições e buscar seguir refletindo e agindo sobre o mundo sem rupturas entre nossas teorias e nossas práticas.

Ainda, destacamos o ineditismo do referencial teórico-metodológico gramsciano para a análise sócio-histórica do Escola Sem Partido (enquanto um movimento específico, mas também como uma frente de ação ideológica) nos estudos acadêmicos sistematizados em artigos publicados em periódicos e anais de congressos, ou mesmo pesquisas de mestrado e doutorado sobre o tema. Até a conclusão da pesquisa, em nenhuma fonte foi encontrada a presente abordagem, assim como também não identificamos nas fontes da pesquisa análises a partir da correlação do ESP com o crescimento da ofensiva ultraconservadora através dos APHs ultraliberais advindos do contexto da crise estrutural do capital e de seu aprofundamento no contexto brasileiro, principais agentes e agências aqui destacados na rede de apoio do ESP, como poderá ser observado ao longo do trabalho escrito.<sup>12</sup>

### **Sobre os objetivos**

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo geral problematizar o crescimento das práticas e difusão dos discursos de diversas organizações, em especial do movimento Escola Sem Partido (compreendido também como uma frente de ação ideológica), identificadas aqui como aparelhos privados de hegemonia, que tem se projetado como protagonistas e aglutinadores de certas frações de classe dominantes, justamente no contexto do que podemos compreender como o crescimento de uma ofensiva liberal-ultraconservadora e reacionária no cenário político brasileiro e, em especial, nas políticas educacionais.

A pesquisa teve como objetivos específicos: a) analisar o avanço do movimento e sua ideologia no campo das políticas públicas, identificando os aspectos sócio-

---

12 Além do banco de dissertações e teses da CAPES, também utilizamos para consulta de trabalhos acadêmicos relativos ao ESP o acervo organizado pelo movimento Professores Contra o Escola Sem Partido, disponível em <<https://profscontraesp.org/bibliografia-referencias-academicas/>> .

históricos da atuação de organizações de direita no Brasil, desde os anos 1980 aos dias atuais, considerando, todavia, as determinações sócio-históricas do contexto do capitalismo mundial e da sociedade brasileira anteriores a este contexto; b) identificar os aparelhos privados de hegemonia (APHs) do avanço liberal-ultraconservador na educação brasileira que tem atuado de maneira destacada no cenário das políticas públicas educacionais por meio do Estado ampliado, no período aqui definido, assim como seus destacados intelectuais orgânicos e o que representam na articulação dos APHs; e c) identificação das redes de apoio já consolidadas de tais APHs e sua atuação juntamente ao movimento Escola Sem Partido, difundindo seus discursos e promovendo suas ações, assim como a análise do que representa o próprio movimento.

### **Pressupostos teórico-metodológicos**

A pesquisa incluiu o estudo de fontes primárias e secundárias, levantamento bibliográfico em livros, páginas na internet, artigos em jornais e revistas – tanto documentos produzidos pelo próprio movimento e sua rede de APHs associados amplamente divulgados em seus portais e redes sociais, quanto por pesquisadores da Educação que tem debatido de maneira crítica sobre o tema. Para tal, no processo de busca e acompanhamento dos sites oficiais e redes sociais, foi organizado um arquivo com todo o material levantado, seguido de análise das fontes, organização e sistematização das informações obtidas.

A pesquisa teve como suporte teórico os estudos em políticas públicas na perspectiva histórico-crítica, especialmente os referenciados em Antônio Gramsci (LAMOSA, 2016; MENDONÇA, 2014; CASTELO, 2013; FONTES, 2010; CASIMIRO, 2016). O arcabouço teórico gramsciano tem nos apontado importantes possibilidades de análise sobre o movimento ESP e a frente liberal-ultraconservadora. Partiremos dos conceitos de *Estado ampliado*, considerando as noções interdependentes de sociedade civil e sociedade política, assim como os conceitos de *bloco histórico*, *crise orgânica*, *intelectuais*, *ideologia*, *hegemonia*, *aparelho privado de hegemonia*, *partido*, e *fascismo*.

Um dos pressupostos fundamentais desta pesquisa, portanto, é a indissociabilidade entre teoria e prática (método), considerando a teoria como uma lente que está o tempo inteiro relacionada à análise. Elevando este pressuposto, optamos por não desenvolver um capítulo exclusivo para a apresentação do referencial teórico-

metodológico e de revisão teórica, deixando os devidos esclarecimentos nesta Introdução. Ao compreendermos tal indissociabilidade entre teoria e método, os conceitos gramscianos foram sendo apontados e descritos de acordo com cada ênfase em seu uso para a análise sobre cada assunto/fenômeno, ao longo do texto, a cada momento em que surgem pela primeira vez. Ao nos apropriarmos do conceito de “crise orgânica” para analisar o contexto do capitalismo aqui tratado, por exemplo, apresentaremos o conceito de maneira articulada à análise dos dados e das fontes teóricas de referência. Desta maneira, além de ser apresentado aos conceitos conforme forem sendo utilizados, o leitor poderá também acompanhar o exercício teórico da pesquisadora em sua constante tentativa de correlacionar a teoria com a análise dos dados encontrados, incorrendo o risco de certas quebras na fluidez do texto – ainda que tenha tentado ao máximo não fazê-lo – mas garantindo que não fosse demasiadamente descritivo ou por vezes desassociado do referencial teórico-metodológico.

Assim, compreendemos a teoria como método, através da escolha do conceito de Estado Ampliado como ferramenta teórico-metodológica. Nos referenciamos nos estudos de Mendonça (2014), que caracteriza que:

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas. (MENDONÇA, 2014, p.34)

Mergulhamos no desafio de compreender os movimentos oriundos da sociedade civil e da sociedade política, compreendendo que se articulam dialeticamente, também correlacionados à dimensão estrutural. Neste sentido dialético, o conceito de Estado Ampliado, supera a noção liberal de “Estado sujeito”, assim como a do marxismo clássico de “Estado objeto”, representando, como indicou Gramsci, uma “expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos” (MENDONÇA, 2014, p.34). É possível utilizar o conceito de Estado Ampliado como uma lente para compreender não somente as pautas e demandas

presentes e ausentes nas expressões do Estado restrito, mas principalmente as disputas intraclasse e entre classes antagônicas, tanto a partir das correlações de forças observadas dentro do Estado restrito como fora dele, numa complexa trama de partidos e APHs, através de seus intelectuais que atuam como elo orgânico entre a estrutura e a superestrutura – como operam no nível superestrutural, no âmbito do Estado Ampliado, reforçamos aqui o nosso foco na dimensão superestrutural na presente análise sobre o ESP, considerando, como apontamos, a dimensão estrutural de maneira dialética.

É neste campo que o presente estudo se debruçou, buscando identificar as frações de classe que protagonizam estas disputas em políticas educacionais, como se organizam, quem são os intelectuais, seus interesses, discursos e ações. De acordo com Lamosa (2016), dentro da perspectiva do Estado ampliado, o itinerário de pesquisa gramsciano:

(...) tem como ponto de partida a sociedade civil e, mais particularmente, os partidos que organizam e dão direção política à luta de classes, visando detalhar suas formas de organização, suas bases sociais, atuação e formação dos intelectuais orgânicos, disputas endógenas e exógenas classes sociais e suas respectivas frações. Sobre este primeiro passo de investigação, é importante notar que o conceito de sociedade civil é compreendido a partir da organização das classes sociais em disputa pelo poder enquanto arena de disputas, vinculadas de forma mediada aos interesses estruturais que localizam as classes na produção.<sup>13</sup> (LAMOSA, 2016, p. 49-50)

\*\*\*

Diante do exposto, optamos por realizar a apresentação dos aspectos teórico-metodológicos, assim como uma apresentação introdutória sobre o movimento ESP, na presente introdução, considerando o desenvolvimento do primeiro ao longo de todo o trabalho e deste último ao longo do Capítulo II e especialmente do Capítulo III da dissertação, destinado justamente ao seu aprofundamento.

No Capítulo I buscamos a contextualização histórica aqui apontada como processo fundamental para o aprofundamento no problema da pesquisa. Tratamos sobre a crise estrutural do capital e as gradativas transformações que ela ocasionou na estrutura

---

13 Em seguida, Lamosa acrescenta que “a atividade partidária, na análise gramsciana, não se restringe àquelas desenvolvidas nos espaços parlamentares ou nos gabinetes governamentais. A função de um partido transcende a a institucionalidade político-eleitoral. Neste sentido, um jornal, uma revista ou uma associação são também partidos ou frações de partidos.” (LAMOSA, 2016, p. 50)

e superestrutura do bloco histórico fordista-keynesiano, apoiados em Mészáros (2011), Antunes (2011), Castelo (2013) e Anderson (1995); também fizemos uma revisão teórica sobre a recomposição burguesa e o novo bloco histórico formado a partir da crise orgânica, de acumulação flexível e de Estado neoliberal, especialmente a variante do social-liberalismo, que surge como atualização da recomposição em resposta à crise do neoliberalismo, subsidiados por Castelo (2013), Lamosa (2016), Fontes (2010), Martins e Neves (2015) e Anderson (1995); e tratamos dos limites do social-liberalismo, do aprofundamento da crise orgânica a partir dos anos 2008, relacionando este contexto ao avanço ultraconservador e reacionário em escala global e nacional.

No Capítulo II, tratamos dos “novos” aparelhos privados de hegemonia do avanço ultraconservador no Brasil, os chamados “think tanks” (APHs) de cunho ultraliberal que vem ganhando capilaridade e protagonismo no âmbito do Estado ampliado. Identificamos alguns APHs peças-chave deste processo em escala global, destacando o Atlas Network e a Rede Liberdade para o entendimento da atuação em grandes redes. Nos apoiamos principalmente nos estudos de Dreifuss (1981), Fontes (2010) Casimiro (2016), Minella (2009), Gross (2004), Melo (2016), Hoelever (2016) e Baggio (2016). Especificamente, analisamos o Instituto Liberal – ou institutos liberais, no plural, como veremos adiante – no movimento de “defesa” da democracia no contexto das décadas de 1980 e 1990. Em seguida, o movimento do empresariado na educação e em outros setores identificado na atuação do Instituto Millennium, assim como de outros aparelhos privados de hegemonia da direita, no caminho para o social, para o capitalismo de “face humanizada”. Por último, analisamos as novas estratégias de formação e organização de estudantes líderes e “livres” através da trajetória do Students For Liberty que resulta no nascimento, crescimento e atuação do Movimento Brasil Livre.

No Capítulo III, por fim, analisamos o movimento Escola Sem Partido a partir da “grande virada” da sua atuação âmbito do Estado ampliado a partir de 2013. Buscamos, juntamente aos estudos de Frigotto (2017), Moura (2016), Penna e Salles (2017), Junqueira (2017), dentre outros, caracterizar o “movimento” e o que ele representa, identificando onde estão, quem são e como atuam seus intelectuais orgânicos. Também refletimos se a ideologia representada por ele deixou de ser arbitrária e tornou-se uma ideologia orgânica, além da relação direta que este processo tem com a escalada do fascismo na atual conjuntura.



## **CAPÍTULO I**

### **A CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL, A RECOMPOSIÇÃO BURGUESA E A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA**

Como vimos na introdução da dissertação, o objetivo da presente pesquisa não é analisar o movimento Escola Sem Partido como um movimento ou um fenômeno em si, mas sua complexidade, situado em um determinado contexto sócio-histórico e, assim, organizado e articulado a partir de interesses específicos de frações de classe dominantes. Para tal, desenvolvemos neste capítulo reflexões sobre diversos aspectos que envolvem esta conjuntura, que nos levaram à compreensão sobre os interesses e circunstâncias que resultaram na criação e no subsequente crescimento da representação do movimento e sua ideologia no cenário político brasileiro contemporâneo.

Para melhor exposição do arcabouço teórico e desenvolvimento das questões abordadas, subdividimos o Capítulo I em três partes. Na primeira, tratamos da crise estrutural (orgânica) do capital e das gradativas transformações que ela ocasionou na estrutura e superestrutura do bloco histórico fordista-keynesiano, apoiados em Mészáros (2011), Antunes (2011), Castelo (2013), Anderson (1995). Neste tópico observamos algumas características de cunho econômico da crise estrutural, relacionando-as no tópico seguinte com os respectivos impactos nas recentes transformações do modo de produção e, conseqüentemente, nas relações sociais de produção. Não obstante, observamos algumas características de caráter político-ideológico da crise, relacionando-as, por sua vez, as transformações nos mecanismos de controle, coerção e conformação de consensos.

Na segunda parte, refletimos sobre o processo de recomposição burguesa e o novo bloco histórico formado a partir da crise, de acumulação flexível e de Estado neoliberal, especialmente a variante do social-liberalismo, do que surge como atualização da recomposição em resposta alternativa à crise do neoliberalismo, subsidiados por Castelo (2013), Lamosa (2016), Fontes (2010), Martins e Neves (2015) e Anderson (1995).

Na terceira parte, tratamos dos limites do social-liberalismo, desencadeados principalmente a partir da crise dos anos 2008, relacionando este contexto ao avanço conservador e reacionário em escala global e nacional, apoiados em Castelo (2013),

Casimiro (2016), Melo (2016), Hoelever (2016), Baggio (2016), Calil (2016). Assim, caracterizamos a ofensiva de uma ampla frente liberal-ultraconservadora, que chega aqui no Brasil a partir de 2013. Identificamos as principais organizações que deram o tom das manifestações da extrema-direita deste período em diante, como o Vem Pra Rua, o Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre. Também refletimos sobre as características conservadoras indissociáveis da burguesia no Brasil desde sua formação histórica, apoiados nos estudos de Fernandes (1976) e o caráter reacionário presente nesta frente liberal-ultraconservadora a partir das contribuições de Cunha (2016).

### **1.1 A Crise orgânica do capital: crise de dominação?**

No prefácio da obra *A crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2011), Antunes nos aponta que a crise na qual vivemos atualmente não pode ser analisada unicamente a partir dos elementos político-ideológicos, tampouco unicamente pela base econômica. Ou seja, não é possível compreendermos nosso contexto – ou melhor, o bloco histórico – unicamente através da superestrutura ou da estrutura. Antunes (2011) aponta que, para o filósofo húngaro Mészáros, o sistema de capital, essencialmente expansionista, destrutivo e incontrolável, assume a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, que revela características de uma crise estrutural, ao contrário dos ciclos de expansão anteriores. Estamos, pois, desde o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, em uma crise que se tornou o eixo da derrocada do bloco histórico fordista-keynesiano, de caráter duradouro, sistêmico e estrutural. (ANTUNES, 2011).

Segundo Castelo (2013), em notas esparsas presentes nos *Cadernos do Cárcere*, é possível identificar as correlações que Gramsci (1999, 2002, 2004, 2007) estabelece entre bloco histórico e crise estrutural, ou crise orgânica, que reforçam a teoria de Mészáros (2011). Na concepção gramsciana, o conceito de crise orgânica não se relaciona somente à duração de uma crise, “mas também ao seu impacto no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, abrindo-se a possibilidade de surgimento de novas formas de organização social” (CASTELO, 2013, p.106). Neste sentido, as crises estruturais podem derivar de maior ou menor aspecto econômico e político, mas sempre contém ambos, expressando uma crise necessariamente de base material e ideológica.

Gramsci define que “a estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2011, p. 187-188), evidenciando relação dialética entre o âmbito estrutural e superestrutural do bloco histórico. Sobre este conceito-chave da teoria gramsciana, Portelli (1977) aponta que bloco histórico é o ponto de partida para a análise da maneira como a ideologia penetra, socializa e integra um sistema social, que nos permite analisar em dado contexto histórico a unidade orgânica entre a estrutura e a superestrutura, assim como nos permite identificar como a hegemonia se desagrega e edifica-se um novo sistema hegemônico, um novo bloco histórico (PORTELLI, 1977, p.16).

Cabe ressaltar, contudo, duas variantes que consideramos importantes para a análise de um bloco histórico. A primeira é a variante geopolítica, uma vez que se a tentativa de defini-lo é de acordo com o capitalismo central, é possível identificar concomitantemente diferentes características e dimensões de sua expressão/consolidação nos países capitalistas periféricos<sup>14</sup>. A segunda variante é da permanência das contradições históricas. Mesmo com a formação de um novo bloco histórico, Gramsci também considerava a complexidade da permanência de elementos do bloco anterior.

De fato, toda fase histórica deixa seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é “essencial”, sem resíduo de um “incongnoscível” que seria a verdadeira “essência”. O que se “perdeu”, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante, era “escória” casual e contingente, crônica e não histórica, episódio superficial, sem importância, em última análise. (GRAMSCI, 2011, p. 187)

Com o objetivo de alcançar um melhor entendimento dos conceitos utilizados nas referidas análises, desenvolveremos ao longo deste capítulo o aprofundamento deste mapa conceitual a partir dos referenciais teórico-metodológicos gramscianos. Assim, além de bloco histórico, buscaremos a apropriação dos conceitos de *estrutura*,

---

<sup>14</sup> Consideramos que no bloco histórico fordista-keynesiano não houve a consolidação do Estado de bem-estar social nos governos totalitários e ditaduras na América Latina.

*superestrutura, Estado ampliado, sociedade civil e sociedade política*, para a leitura da crise estrutural do capital.

Já em 1995, Mézáros (2011) defendia que não poderíamos enxergar o que estava ocorrendo no sistema, em seu conjunto, como uma crise cíclica ou como uma “longa onda” de crise, anunciando que:

À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso. Não obstante, precisamos encarar a perspectiva de complicações muito sérias, quando o calote dos Estados Unidos reverberar na economia global com toda sua força num futuro não muito distante. (MÉSZÁROS, 2011a, pp. 41-42, grifos do autor)

Portanto, é uma crise estrutural que vem despontando desde o fim dos anos 1960 e início dos 1970, quando observamos o início do bloco histórico de base econômica fordista-keynesiano e de Estado de “bem-estar social” para o novo bloco histórico neoliberal (superestrutura) e de base econômica toyotista, ancorada na acumulação flexível e na financeirização da economia (infraestrutura).

O bloco histórico fordista/keynesiano foi formado no início do século XX, quando o fordismo e sua base ideológica, denominada por Gramsci (2007) como “americanismo”, transcendeu as trincheiras norte-americanas e se estabeleceu como modelo dominante da expansão capitalista após a Primeira Guerra Mundial. Ela revelou-se como a expressão de que a expansão do capital, via imperialismo, não foi suficiente para superar a queda tendencial da taxa de lucro, o que gerou a necessidade de reorganizar a produção (fordismo) e preparar os trabalhadores psico-socialmente para a tal mudança (americanismo). Henry Ford, além da proposta da linha de montagem, detinha o monopólio da produção, o que foi fundamental para a consolidação do fordismo como novo modelo produtivo e do monopólio como tendência para o crescimento da acumulação e expansão do capital.

No contexto da “guerra fria”, iniciada com o fim da segunda grande guerra, a expansão do capital atingiu seu apogeu, atingindo taxas positivas de acumulação por três décadas que formaram, segundo o historiador inglês Hobsbawm (1994), o “ciclo de ouro” do capitalismo. Neste período o projeto social-democrata de reforma social através da ampliação do uso do fundo público foi hegemônico no interior do bloco

dominante. No modelo de Estado de Bem-Estar Social, verifica-se o crescimento de direitos sociais universais, como saúde, educação, habitação e previdência pública no centro do capitalismo e mesmo na periferia<sup>15</sup>, onde a urbanização crescente ampliou o acesso aos serviços públicos. Ressalta-se que, mesmo diante de todas estas considerações, não se deve negligenciar que esta ampliação ocorreu de forma seletiva, mesmo no centro da economia capitalista, onde imigrantes mantiveram-se incluídos de forma absolutamente subalterna à ordem sociometabólica do capital.

Antunes (2011) destaca como características de uma crise estrutural a ausência dos intervalos entre expansão e recessão, a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas, e principalmente, a crise na realização do valor. Ou seja, como o capital não considera o valor de uso e o valor de troca de maneira separada, subordinando o primeiro ao segundo, não podendo mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, como mecanismo intrínseco (ANTUNES, 2011, p 12). Com o aprofundamento da separação entre o valor de uso (referente às necessidades) e o valor de troca (referente à valorização do valor), são criados mecanismos de diminuição do valor de uso, como a obsolescência programada – vida útil cada vez mais curta – e, assim, intensificam-se as consequências destrutivas, colocando em risco a humanidade, uma vez que intensifica-se a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza, aumentando os níveis de degradação e barbárie social.

Para o sistema de capital, a precarização estrutural da força de trabalho é decisiva para a produtividade do capital, pois gera redução do seu custo; assim, a força de trabalho é a mercadoria (variável) capaz de gerar mais valor, retroalimentando o sistema de capital (acumulação e expansão). A garantia de condições de trabalho razoáveis, renda e seguridade social, realidade que as classes dominantes asseguraram alcançar no bloco histórico fordista-keynesiano, ruíram ao não se tornarem universais<sup>16</sup>.

---

15 As realidades sócio-históricas das periferias do capitalismo, de fato, são bastante distintas. Especialmente na América Latina, em muitos destes países, o ritmo e a amplitude da “universalização” do acesso de bens e serviços estatais, bem como de uma legislação trabalhista, também foram seletivos, quase sempre aos setores organizados da classe trabalhadora urbana.

16 Não obstante, consideramos também a impossibilidade desta universalização de direitos no capitalismo, sobretudo na periferia, sob a formação das bases do capitalismo de maneira dependente como condição estruturante do próprio capitalismo.

A respeito da ideia de que o Estado deveria intervir na economia para a garantia de direitos mínimos aos trabalhadores, especialmente através dos governos social-democratas e do programa keynesiano, destacamos que o regime de acumulação fordista ensejou, via Estado, direitos e ganhos salariais não apenas para satisfazer a crise de realização do valor (crise de superprodução), mas também pelo incessante processo de lutas realizadas pela classe trabalhadora.

No final da década de 1960 e início de 1970 a burguesia começou a sentir os efeitos da desaceleração dos ganhos de produtividade da “fase de ouro”. Com o rebaixamento da taxa média de lucro, a economia baseada no desenvolvimento da tecnologia/maquinaria – considerando-a o capital constante fixo para manter e elevar a lucratividade – já não via na produtividade a compensação expansiva dos investimentos. Com isso, o capital buscou como saída o aprofundamento da internacionalização da produção, na busca de retomar a produtividade em regiões com maior possibilidade de superexploração dos trabalhadores. Segundo Marini (1973)

(...) o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real.(...) Por conseguinte, (...) a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador; e (...) as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada. (MARINI, 1973, s/p) .

A ideia de que este modelo de produção seria capaz de equilibrar o aumento da produtividade com a melhoria da vida dos trabalhadores, propagandeada como salvação no contexto pós-guerra mundial, portanto, mostrou-se uma falácia diante da permanência da precariedade das condições de trabalho, moradia, saúde, dentre outros elementos das condições de vida dos trabalhadores.

Concomitantemente a crise no âmbito estrutural, como apontado, desenvolveu-se o desmonte do modelo de Estado de Bem-Estar Social no âmbito superestrutural. O modelo formulado por Keynes (1978), que deveria assegurar os direitos sociais mínimos, os serviços básicos, com um Estado intervencionista que garantisse seguridade aos cidadãos, passou a ser questionado também no âmbito econômico, pois estaria, segundo os discípulos da Sociedade Mont Pèlerin, desestimulando a competitividade do mercado (ao impedir que a iniciativa privada participasse do desenvolvimento social) gerando o crescimento de empresas improdutivas, reduzindo o potencial de acúmulo de poupança e do excedente de capital de investimentos nos setores produtivos. No aspecto político-social, sua suposta falência decorreu do avanço das demandas capitalistas no seu interior e progressivo fatiamento e precarização das conquistas dos trabalhadores. Assim, definiu-se uma estrutura mínima que reduzisse as desigualdades, garantisse seguridade, proteção social e direitos sociais básicos. Ao contrário, na crise dos anos 1970 eram alarmantes os índices de miséria, pobreza e desemprego.

Com o intuito de prosseguirmos com as considerações sobre as características e desdobramentos da crise estrutural – orgânica – e para o entendimento de que é intrínseca ao capitalismo, originada fundamentalmente de suas próprias contradições e expressa de maneira distinta de acordo com cada nova conformação do bloco histórico, nos debruçamos em novos elementos para a compreensão de seu aprofundamento.<sup>17</sup> Mézáros (2011) destaca que na crise financeira de 2008 temos um marco, uma evidência do aprofundamento da crise. Primeiramente, pelo abalo da “confiança” de que o ciclo do sistema de capital fariam parte da chamada “autorregulação do mercado”. Esta impossibilidade é evidenciada quando se buscam saídas, pelas mãos do Estado, à crise do capital financeiro estadunidense, de proporção global, através de astronômicas injeções de dinheiro público como um caminho de “salvação”. Além disso, outro recurso também foi recorrer à socialização da bancarrota do capital – na nacionalização de um enorme “bloco” da bancarrota estadunidense.

(...) as recentes tentativas de conter os sintomas da crise que se

---

17 Sobre o desenvolvimento do novo bloco histórico toytista-neoliberal, teceremos nossa análise no próximo subcapítulo ao tratarmos do neoliberalismo e suas variantes. Agora, continuaremos as considerações sobre os elementos que nos denotam o novo aprofundamento da crise estrutural, em processo de crise contínua, em 2008.

intensificam pela nacionalização – camuflada de forma cínica – de grandezas astronômicas da bancarrota capitalista, por meio dos recursos do Estado ainda a serem inventados, só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista. Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (MÉSZÁROS, 2011, p. 29)

Desta forma, ao mesmo tempo em que observamos as inconsistências do sistema financeiro, em 2008, também ficam evidentes outras contradições, observadas também no setor produtivo: no que seria o auge do seu poder produtivo, por exemplo, o sistema produz uma crise alimentar global, assim como o crescimento do desemprego estrutural numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada. Como destaca,

A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando muito pior. (MÉSZÁROS, 2011, p.25, grifos do autor)

Assim, também não haveria saída à crise retornando aos níveis de crescimento anteriores (fundados na superficialidade e no desperdício), pois isto também intensificaria a destruição da natureza, visto que esta é lógica dominante neste sistema. Para o autor, imaginar que seria possível encontrar uma solução harmoniosa permanente para o aprofundamento da crise estrutural, seria a pior espécie de pensamento ilusório e beiraria à irracionalidade total, ainda mais quando vemos este injusto sistema de produção e de troca ativamente empenhado em produzir uma crise alimentar global, por cima de todas as suas outras contradições gritantes, incluindo a crescente destruição da natureza (MÉSZÁROS, 2011, p.29-30).

Diante desse quadro, a burguesia (e seus intelectuais individuais e coletivos) também formula suas estratégias e justificativas político-ideológicas para a crise – e para o crescente expansionismo e intervencionismo militar norte-americano, cujo principal beneficiado é a indústria bélica e seus proprietários e acionistas –



especialmente a partir da lógica do medo do colapso, cuja saída não seria, ora, uma mudança sistêmica radical, mas a própria reestruturação do capital. Para tal, apropriam-se das pautas contestatórias que ameaçam sua hegemonia. Aos trabalhadores que contestam sobre o agravamento da exploração a qual estão submetidos, por exemplo, é oferecida a participação nos lucros da empresa. Porém, a compensação através da bonificação ocorre de maneira circunstancial, sem expressar uma solução para a precariedade das condições de trabalho e tampouco representar melhoria concreta nas bases salariais, o que acaba camuflando e mantendo a questão da superexploração, posto que é elemento que integra a própria reestruturação do capital.

Embora o investimento neste tipo de discurso e propaganda seja massivo, não é suficiente – posto que não é possível – para invisibilizar as contradições do modo de produção. Crescem por todo o mundo, em tempos de aprofundamento destas contradições, manifestações de trabalhadores pela sua sobrevivência – por moradia, alimentação, serviços básicos de educação e saúde, assim como pela manutenção de direitos trabalhistas parcialmente conquistados. Vemos, assim, que a crise estrutural desenha-se não somente no âmbito de uma crise econômica, mas também político-social. Para Gramsci (2011),

(...) se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se desagregaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. (GRAMSCI, 2011, p. 291)

Nesta perspectiva, a crise orgânica manifesta-se, segundo Castelo (2013), necessariamente também no plano superestrutural (político-ideológico), expressando-se, nos termos gramscianos, como uma “crise de autoridade” ou “crise de hegemonia”.

Os aparelhos privados de hegemonia [...] já não conseguem soldar o bloco histórico em torno da concepção do mundo burguesa – esgarçando as ligações entre a superestrutura e a estrutura – na qual a classe trabalhadora não se sente mais representada pelos interesses das classes dominantes. O consenso vai paulatinamente se dissolvendo, e a agitação das classes subalternas cresce na medida exata dessa dissolução, assim como o aumento do uso da força, sempre a mando das classes dominantes, por parte dos aparelhos estatais de coerção. (CASTELO, 2013, p.112-113)

Identificamos que há um impasse em tal análise a partir de uma correlação direta entre crise de hegemonia intraclasses<sup>18</sup> e crise de consenso. Consideramos, como Castelo, que na crise orgânica há o esgarçamento das ligações entre a superestrutura e a estrutura e que, caso as contradições apresentem-se latentes para a classe trabalhadora, há o risco da burguesia perder o consenso e não ser mais dirigente do processo, como apontou Gramsci na passagem destacada anteriormente. Abrem-se fissuras e determinadas frentes de atuação militante emergem em cada determinado contexto contestando com suas pautas reivindicatórias e apontando as contradições ainda mais expressas pelo próprio capital. Mas não que isto represente diretamente que em toda crise a classe trabalhadora não se sinta mais representada pelos interesses das classes dominantes e que há dissolução do consenso. Não observamos elementos que indiquem o processo de destacamento, por parte do conjunto da classe trabalhadora, da lógica burguesa a nível do grande capital e tampouco no Brasil.

Para nós, no processo de crise orgânica desdobra-se necessariamente um processo de crise de hegemonia de fração ou frações de classe dominante no interior da burguesia, o que resulta nas disputas internas entre as frações de classe dominantes na dinâmica da direção da recomposição burguesa. Poderíamos supor que na dimensão da luta de classes tal conjuntura levaria a uma crise de consenso que se desdobraria na intensificação das estratégias de controle das camadas populares através da coerção. Consideramos, contudo, que a ineficiência do consenso é constante no capitalismo – haja visto o crescimento das revoltas populares especialmente em contextos de crise e a preocupação do sistema de capital com o controle social<sup>19</sup> – e que a hegemonia entre-classes, neste sentido, também é permanentemente colocada em cheque, mas não eliminada. Neste sentido, para a manutenção do controle da burguesia com o aprofundamento da crise orgânica, há uma imbricada combinação entre os elementos de conformação de consenso e intensificação de coerção. Observamos em todo o mundo, na contemporaneidade, o recrudescimento dos aparelhos coercitivos do Estado estrito através da violência impetrada pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, o

---

18 Não nos referimos à noção de hegemonia da concepção leninista de construção de visão de mundo; tratamos aqui da dimensão da hegemonia da classe dominante, como estratégia de unidade para dentro de sua classe.

19 Castelo também considera os movimentos sociais e culturais como parte fundamental da contestação da supremacia burguesa, tendo o Maio de 1968 como um dos marcos para a crise de hegemonia do capital (CASTELO, 2013, pp. 152-161).

aumento da violência policial e da atuação das forças militares e, ao mesmo tempo, uma explosão de novos aparelhos privados de hegemonia buscando elaborar, sistematizar e difundir velhos consensos em novas roupagens.

No Brasil, um claro exemplo de que não ocorre uma “soma zero” entre estas duas dimensões é o crescimento vertiginoso de entidades e associações empresariais (FONTES, 2010; 2017) atuando através da sociedade civil dentro do Estado ampliado produzindo legislações e demais políticas educacionais enquanto cresce o número de greves de trabalhadoras e trabalhadores da educação brutalmente reprimidas pelas forças policiais – como foi na ditadura civil-militar e como é hoje, por exemplo, no memorável caso do massacre aos professores em Curitiba (PR), em 29 de abril de 2015, que manifestavam-se contrários ao confisco da poupança previdenciária pelo governador Beto Richa (PSDB). Outro exemplo é encontrado no contexto de realização da Copa do Mundo da FIFA em 2014 no Brasil, onde buscou-se criar o consenso sobre os benefícios político-econômicos que o megaevento traria para a sociedade brasileira no conjunto da opinião pública ao mesmo tempo em que se reprimia brutalmente as manifestações populares que denunciavam a FIFA e as dívidas econômicas e sociais advindas do megaevento (como as dívidas contraídas com as obras dos estádios, as remoções arbitrárias dos moradores de diversas áreas do entorno dos estádios em todo o país, dentre outras), o que resultou no processo de criminalização de 23 manifestantes, condenados em primeira instância a penas que vão de cinco a treze anos de detenção em regime fechado (que hoje segue em julgamento em segunda instância). No processo, constam termos como “personalidade distorcida” na descrição dos perfis dos acusados, o que denota o profundo sentido de produção de medo e terror de supostas “pessoas perigosas” a partir de completa orientação subjetiva por parte das próprias agências do Estado.

Em 2016 temos outro exemplo ainda mais dilacerante às ditas “liberdades democráticas”, que é a Lei Antiterrorismo<sup>20</sup> (lei nacional nº 13.260/2016) sancionada

---

20 Até a conclusão da presente pesquisa, seguia em tramitação (em pauta) no Senado Federal o PLS 272/2016, de autoria do senador gaúcho Lasier Martins (PSD) que busca endurecer a Lei Antiterrorismo retirando os vetos colocados pela presidenta Rousseff e acrescentando outros dispositivos de ampliam a criminalização dos movimentos sociais e das ações de indivíduos. O relator, senador Magno Malta (PR-ES), além de redigir parecer favorável acrescentou outras duas emendas. Segundo matéria do jornal The Intercept Brasil, “A primeira altera o artigo que define o que seria terrorismo. O projeto original dizia que terrorismo é a ‘prática por um ou mais indivíduos dos atos

pela presidenta Dilma Rousseff (PT), de autoria do poder executivo, que trata da tipificação, julgamento e punição para crimes “terroristas” no território nacional. A lei criou uma base legal para o enquadramento de movimentos sociais nas vésperas dos Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro. Segundo Calil (2016), a lei busca proteger especialmente os interesses dos investidores e da integridade do sistema financeiro – naquele momento associado à promoção do megaevento, cujos seus opositores (movimentos políticos e sociais) tornaram-se fatores de insegurança. A lei formalizou a coibição (lê-se “proibição”) ao direito de manifestação, a “legalização” da criminalização e dos abusos sistemáticos e arbitrários cometidos pelas polícias e pelo poder judiciário, em movimento de escalada das mordanças, da estratégia de judicialização das disputas políticas e da produção de medo, de terror e temor pelas ações dos aparelhos de coerção do Estado.

Em fevereiro de 2018, o Congresso Nacional publica o decreto legislativo nº10, aprovando o texto do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública", ou seja a intervenção militar no Rio de Janeiro. Michel Temer (PMDB) – já então presidente empossado após o tão articulado *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 – nomeia um oficial das Forças Armadas para comandar a segurança pública acima do próprio governador do estado. A explicitação do caráter militarista para a segurança pública ganha um novo laboratório de uso das forças coercitivas cujo público-alvo é as favelas<sup>21</sup>. Segundo o Observatório da Intervenção, além das violações de direitos dos moradores mediante os abusos de poder

---

previstos nesse artigo por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião’. Malta acrescentou ao texto ‘ou por outra motivação política, ideológica ou social’. A manobra mira políticos e que pregam transformação social como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) (...) a segunda alteração acrescenta a tipificação de ‘atos preparatórios’ de um suposto ato terrorista. A redação proposta por Malta acrescentaria que ‘nas mesmas penas incorre aquele que, pessoalmente ou por interposta pessoa, presta auxílio ou abriga pessoa de quem saiba estar praticando atos preparatórios de terrorismo’. Como seria provada a intenção? Seriam usados posts na internet? Escrever, mesmo que de brincadeira, sobre a intenção de matar uma autoridade, incendiar o Congresso ou algo parecido, valeria uma condenação?’ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/11/07/lei-antiterrorismo/> , acessado em 10/11/2018.

21 A vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), duas semanas antes de ser assassinada brutalmente no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018 em crime que foi internacionalmente denunciado por seu caráter explicitamente político, havia se tornado relatora da comissão especial da Câmara dos Veradores criada para acompanhar a intervenção no Rio. Ela se posicionava publicamente contra a medida.

durante as operações das forças “de segurança”, não há mudança tática através de estratégias de inteligência, mas um aprofundamento da política de segurança anterior:

As violações não têm sido exclusivas do Exército, pelo contrário, o que a gente verifica é que ações das Forças Armadas, operações conjuntas entre Exército, Polícias Militar e Civil têm levado ao extremo um tipo de prática de segurança pública que já era conhecida no Rio há muitos anos: o predomínio do tiroteio e confronto, essa prática sob a intervenção tem sido radicalizada e aprofundada. A maior evidência disso é o aumento das mortes em decorrência de intervenção policial. Os homicídios se mantêm em patamares altíssimos. As mortes decorrentes de intervenção policial aumentaram quase 40%, as chacinas que são os homicídios múltiplos aumentaram extraordinariamente e outros indicadores como tiroteios e disparo de armas de fogo aumentaram de forma absurda. No centro da política de segurança que chega ao policial na ponta que ele pode e deve fazer o confronto e o tiroteio. Esse tipo de orientação manda recado para o mau policial e é por essa razão que tivemos chacinas cometidas por policiais neste período, a primeira na Rocinha com oito mortos, a segunda na Cidade de Deus com quatro mortos e aquela operação terrível na Maré que matou seis pessoas, entre elas o jovem Marcus Vinicius de 14 anos. O que verificamos é que este tipo de acontecimento corresponde a liberação para os policiais atirarem e depois perguntarem. (Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/14/as-proprias-forcas-armadas-estao-questionando-a-intervencao-militar-no-rio/>, acessado em 10/10/2018)<sup>22</sup>

No mesmo sentido, na coletânea *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo* (MATTOS (Org.), 2018), encontramos diversos artigos que apontam esta conjunção de consenso e coerção. Dentre eles, destacamos o de Mattos, que desenvolve que o máximo investimento nos aparelhos privados de hegemonia somados a força máxima da máquina repressiva constituem a articulação através da qual se construiu historicamente a dominação capitalista numa sociedade ocidental periférica, como a brasileira – segundo a noção de dependência desenvolvida por Florestan Fernandes (1974), a qual também consideramos na presente pesquisa. Assim, estaríamos profundamente enganados se desta análise de que crescem e complexificam-se as formas de conformação de consenso no Brasil contemporâneo, “tirássemos a conclusão de que o avanço do aparato destinado ao estabelecimento do consenso a partir da sociedade

---

22 Segundo os dados do Observatório, entre fevereiro e agosto de 2018, durante a intervenção, foram registradas 457 operações que levaram a morte de 103 pessoas. Neste mesmo período, ocorreram 36 chacinas (que levaram a morte de 152 pessoas, além de outros 855 mortos e 733 feridos). Dados disponíveis em: <http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>, acessados em 10/11/2018.

civil (...) implica numa redução do peso da coerção que parte da sociedade política” (MATTOS, 2018, p. 21). Neste sentido, o autor analisa:

Vivemos em uma realidade social em que o extermínio – particularmente de jovens, negros, moradores de periferias e favelas das grandes cidades brasileiras – é prática corrente, justificada em nome das políticas ditas de “segurança pública”. De forma análoga, os militantes e movimentos sociais que ousam continuar lutando são cada vez mais tratados de forma policial-penal, demonstrando que a margem de atuação para uma oposição não consentida é cada vez menos, ainda que o sistema eleitoral funcione, o parlamento não sofra intervenções, os partidos se revezem nos governos e a democracia parlamentar seja conquistada como conquista final. Todo esforço coercitivo (...) é, por outro lado, transformado em tema central do esforço de construção de consensos. Meios de comunicação de massa e outros aparelhos visam, com isso, *criar consenso em torno da necessidade de violência coercitiva*. Em suma, esperar uma “evolução” das estratégias de dominação, em que a ampliação das formas de construção do consenso corresponderia a uma diminuição do peso relativo dos mecanismos de coerção, pode gerar frustração de expectativas. Definitivamente não é a isso que assistimos hoje. (MATTOS, 2018, p. 21, grifos nossos).

Assim, ao mesmo tempo, as classes dominantes engendram novos mecanismos de controle, construindo apassivamento, amansamento, para além da privação de liberdades e retirada de direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados. Uma política de controle social crescente, onde, com a fomentação do medo e do terror, inimigos de Estado(s) são diariamente produzidos, assim como também são produzidos associadamente os inimigos do capital, tanto para a conformação de consensos através da criação de novos aparelhos privados de hegemonia ultraconservadores e reacionários, quanto para a justificativa da intensificação do uso das forças coercitivas. Observamos, no cenário atual a produção de um discurso alarmista para uma possível saída da crise. Tal discurso aciona falseamentos como o “crescimento do comunismo”, do “marxismo cultural”, das “ideologias esquerdistas” e da “ditadura gramsciana”, que se utilizam da estratégia de criação de um pânico moral, que tem sido eficazes na produção de um terreno fértil para os avanços de uma ofensiva ultraconservadora e reacionária – a qual aprofundaremos no terceiro tópico deste capítulo – intensificada no atual contexto.

Enfim, a crise orgânica do capital expressa necessariamente não apenas uma crise econômica de reprodução ampliada do capital, também estratégias muitas vezes arcaicas de convencimento (sobretudo através das novíssimas redes sociais) aliadas às mais truculentas e persecutórias formas coercitivas sobre os renitentes. A crise

do capital espraia-se como metástase, corroendo as sociabilidades, de caráter autocrático-ultraliberal. A composição orgânica e dialética das formas de dominação contemporâneas parecem supor o predomínio do lado “fera” do Centauro maquiavélico gramsciano, de um lado, e de outro a massificação de aparelhos consensuais voltados também para a aceitação do uso preventivo da força.

## **1.2 Auge e crise do neoliberalismo: a alternativa social-liberal**

Como desdobramento da crise estrutural do capital, ou crise orgânica, nos termos gramscianos, essencialmente de caráter econômico e político-ideológico, ocorre o movimento de recomposição burguesa. Buscando retornar aos níveis de lucratividade e acumulação anteriores, assim como elevar a credibilidade nas frações políticas hegemônicas para tentativa de formação de um novo bloco histórico, a burguesia organizou-se na busca para implementar um conjunto de políticas de cunho neoliberal (superestrutura) e de base econômica toyotista, ancorada na acumulação flexível e na financeirização da economia (infraestrutura). Assim, iniciou-se um processo de recomposição tanto na estrutura, com a introdução do novo regime de produção japonês diante das necessidades expansionistas do capital, quanto na superestrutura, gerando grandes transformações na composição e na correlação de forças políticas no interior do Estado ampliado, com a consolidação do neoliberalismo já a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

No novo modelo toyotista de organização do trabalho fabril, operando sob controles de qualidade e metas de produtividade, os trabalhadores constantemente autovigiados e autodisciplinados deveriam se engajar, “vestir a camisa” das empresas para garantir seus postos de trabalho – agora instáveis, em jornadas flexíveis, com “bancos de hora” e *home office* – e a prometida participação percentual nos lucros das empresas – uma das estratégias de flexibilização da remuneração, assim como as bonificações, salário vinculado ao cumprimento de metas, dentre outros. A estes modelos pós-fordistas e toyotistas, somou-se o advento da revolução tecnológica da automação, da robótica e da microeletrônica que, ao contrário de servirem para a produção de um novo modo de produção menos intenso e cooperativo, segundo Castelo (2013), sob o controle das classes dominantes “conformam-se como parte substantiva da estratégia burguesa de reversão da crise orgânica dos anos 1970” (CASTELO, 2013, p.173). Estas

mudanças trouxeram profundos impactos nas forças produtivas e nas relações sociais de produção, dentro da estratégia neoliberal de aumentar os graus de alienação e subsunção real do trabalho ao capital (ou à burguesia), “reforçando o caráter predatório do desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capitalismo, que continua a consumir destrutivamente o ser humano e a natureza em sua constante busca pela acumulação” (CASTELO, 2013, p. 177).

Em recente estudo sobre a “ideologia da qualidade da educação” como um mecanismo de controle do mercado – integrado a um denso estudo sobre o programa Gestão Integrada da Escola (GIDE), da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro – Souza (2017) aprofunda-se no que decorre do modelo de organização da produção toyotista e em relação à produção e conformação da subjetividade do chamado “espírito toyotista de produção”<sup>23</sup>, que seria

a sua habilidade para perpetrar o senso comum e tornar hegemônica uma racionalidade própria deste modelo produtivo da vida social, a tal ponto de criar uma verdadeira crise do homem como sujeito histórico de classe. A racionalidade do pragmatismo. A racionalidade que se torna moral, neopositiva, e que revestirá a qualidade total. Eis como se reconstituiu a concepção de qualidade no novo padrão de reprodução do capital da qualidade. (SOUZA, 2017, p. 70)

Em seu estudo, Souza (2017) verificou como o processo de exacerbação dos processos de racionalização, em dimensão moral e neopositivista, foi um imperativo para a própria reprodução do capital, assim como a hegemonização de tantos outros aspectos da vida através da penetração deste “espírito” em múltiplos espaços e instituições (como as escolas), que se consolida através da construção de sistemas de controle via coerção e consentimento ativo.

Estas são as bases para novas formas de superexploração do trabalho, somadas a estratégias: de flexibilização do trabalho através da terceirização dos trabalhadores e contratos por tempo determinado; de responsabilização dos trabalhadores pelo seu próprio trabalho através do empreendedorismo; a de obtenção da mão de obra através do trabalho voluntário, impetrado pela lógica do cooperativismo; entre outras estratégias. A ideia de que cada indivíduo é responsável por sua inserção no mundo do trabalho – a chamada capacidade de empregabilidade – ganha força, assim como a

---

23 Conceito cunhado por Giovanni Alves, na obra *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório* (2011).



teoria do “capital social”. A visão de mundo burguesa é incorporada pelos trabalhadores, gerando também um estado de permanente vulnerabilidade e insegurança, utilizado também como elemento de manipulação e dominação política.

É possível verificar um duplo movimento no Estado Ampliado. Por um lado, uma ampla difusão de organizações da sociedade civil (FONTES, 2010, 2017; CASIMIRO 2016), compreendidas aqui como aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por realizar as tarefas históricas que cabem aos intelectuais orgânicos, de acordo com Gramsci (2011), de formular, sistematizar e difundir a concepção de mundo de sua classe. Por outro lado, verifica-se na sociedade política, através de uma plataforma neoliberal umbilicalmente ligada à sociedade civil empresarial, uma ampla “contrarreforma” que representou uma intensa expropriação do fundo público, por meio da transferência do patrimônio estatal para a iniciativa privada realizada com as privatizações, e pela emergência de novos modelos de gestão inseridos na administração pública. Deste processo verifica-se o surgimento e o recrudescimento, nas três últimas décadas, de medidas paliativas à crise estrutural – de reajustes estruturais propugnados pelo neoliberalismo – como a privatização de empresas estatais, flexibilização dos direitos trabalhistas, desregulamentação do trabalho e processos de desterritorialização. Soma-se a isso a abertura de novas fronteiras para a mercantilização de setores da vida social (como a cultura, educação, habitação, saúde, transporte e outros) que são agora fonte geradora de lucros, de reprodução ampliada do capital. Este processo de mercantilização liga-se ao que Fontes (2010) chama de “expropriações secundárias”, cujo foco remete a novas formas de extração do sobretrabalho, cujo resultado – no contexto de todo o panorama aqui expresso – é a superexploração.

Em relação às mudanças ocorridas no âmbito superestrutural, consideramos importante especificar o que compreendemos neste estudo como *neoliberalismo*. Fontes (2010), ao analisar o termo, o classifica como uma categoria que tem um teor fortemente descritivo, o qual serve mais como denúncia às ideias e práticas ultraliberais, o que deixaria à margem ideias centrais para entender o desenvolvimento do capitalismo mundial, como o conceito “capital-imperialismo” defendido pela autora.

[O neoliberalismo] Tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como “áureo” (keynesianismo ou Estado de Bem-estar Social), o que reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga a discrepância que predominara

entre a existência da população trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais. (FONTES, 2010, p. 154)

Considerando a crítica apontada pela autora, compreendendo que o capitalismo se desenvolve de maneira distinta nos países centrais e periféricos – ou de capitalismo avançado e dependente, ou através do avanço e da sofisticação das estratégias do capital-imperialismo, independentemente das categorias utilizadas – nos atentamos às diferentes expressões, formações e conformações do neoliberalismo de acordo com cada contexto econômico, geopolítico, social, histórico e cultural. Aqui o entendemos, de maneira ampla, como uma ideologia – de acordo com a análise e a classificação de Perry Anderson (1995) – que surge como uma reação teórica e política contra o modelo de Estado intervencionista e de bem-estar no contexto após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte.

O primeiro texto que marca o surgimento das ideias neoliberais, *O Caminho da Servidão*, foi escrito pelo austríaco Friedrich Hayek em 1944. Nele, a partir de uma narrativa a-histórica e de uma lógica argumentativa dedutiva, o autor desenvolve a ideia de que a economia (o mercado) teria um movimento incontrolável e não poderia ser administrada nem planejada por uma instituição central (Estado), situação esta que geraria uma sociedade totalitária. Toda sociedade que não tivesse sua economia regulada pela “ordem espontânea do mercado” seria, portanto, socialista – o que, para Hayek, é sinônimo de totalitária – utilizando o termo para tratar desde a social-democracia, passando pelo próprio socialismo (oriundo do processo russo) ao nazifascismo, como descreve ao longo de grande parte da obra mencionada.

O “caminho da servidão”, portanto, seria o avesso do “livre mercado”, uma vez que os indivíduos teriam dependência com o “tutelamento” do Estado em uma economia planificada (considerando como economia planificada desde a experiência da União Soviética às proposições de keynesianas). Argumenta que o planejador teria um poder destacado de definir prioridades do mercado, o que interferiria na sua liberdade e na livre concorrência, ou seja, na suposta auto-regulação. A sociedade só seria livre se regida sob a “ordem espontânea do mercado”, contrapondo, inclusive, democracia ao planejamento econômico.

Não queremos dizer, contudo, que a ditadura leva inevitavelmente à abolição da liberdade, e sim que a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de

ideais, sendo, pois, essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre planificação e democracia decorre, simplesmente, do fato de que esta constitui um obstáculo à supressão da liberdade exigida pelo dirigismo econômico. Mas ainda que a democracia deixe de ser uma garantia da liberdade individual, mesmo assim ela pode subsistir de algum modo num regime totalitário. Guardando embora a forma democrática, uma verdadeira “ditadura do proletariado” que dirigisse de maneira centralizada o sistema econômico provavelmente destruiria a liberdade pessoal de modo tão definitivo quanto qualquer autocracia. (HAYEK, [1944], 2010, p.86)

Desde os anos 1930, Hayek já escrevia contrapondo-se a proposta de Estado intervencionista formulada pelo economista britânico John Keynes. Mas como a proposta keynesiana torna-se hegemônica até os anos 1970, durante este período as ideias dos liberais não tinham projeção entre os economistas – ainda mais nos anos 1960, quando o Estado de bem-estar social estava em seu auge<sup>24</sup>, assim como o próprio movimento do capital, em seu grande período glorioso com altíssima acumulação e lucratividade. Mesmo assim, foi um período de muita articulação entre os teóricos conservadores que estavam debruçados em relançar as teorias liberais clássicas, adaptadas ao contexto da época, buscando combater o keynesianismo. Assim, já em 1947, fundam a Sociedade Mont Pèlerin, aos pés do Monte Pèlerin, nos alpes suíços, realizando reuniões bianuais para realizar estudos e traçar estratégias de *difusão* de sua ideologia. Entre os economistas presentes, participavam Ludwin von Mises (um dos grandes nomes da Escola Austríaca de economia), F.A. "Baldy" Harper e V. Orval Watts da Foundation for Economic Education, que iam de Manchester, Milton Friedman, norte-americano representante dos liberais da Escola de Chicago, e pessoas como Walter Eucken, Karl Popper e Wilhelm Röpke que representavam os social-democratas liberais, além do próprio Hayek, que tornou-se o presidente da Sociedade<sup>25</sup>.

É então nos anos 1970, a partir do contexto da crise orgânica do capitalismo, que as teorias neoliberais ganham terreno fértil na nova disputa por hegemonia no processo de recomposição burguesa. Perry Anderson (1995), ao escrever o artigo

---

24 Tratamos do “auge” no sentido da análise do bloco histórico capitalista, considerando, todavia, que não desconsideramos os golpes de Estado na América Latina e as ditaduras que asseguraram a expansão do capital na periferia.

25 As informações sobre a criação da Sociedade Mont Pèlerin foram colhidas em diversas fontes, especialmente no artigo de Jörg Hüslmann, “Mises contra os neoliberais – as origens deste termos e seus defensores”, disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=920> , acessado em 13/10/2017.

“Balanço do neliberalismo”, aponta que os teóricos do neoliberalismo passaram a defender que as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos (o que causaria aumento nos gastos sociais) e no movimento operário (que teria corroído as bases de acumulação do capital); segundo os neoliberais ambos teriam desencadeado os processos inflacionários característicos da crise (ANDERSON, 1995, p. 10). “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas fraco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 11).

Neste contexto, passam também a desenvolver teoricamente mais detalhes de como funcionaria o neoliberalismo. Hayek esmiúça no texto “Os princípios de uma ordem social liberal”, por exemplo sobre as bases (i) da propriedade privada, indissociável do liberalismo pois seria a parte material do domínio individual protegido pelo Estado; (ii) dos serviços sociais, oferecidos de acordo com a demanda do mercado e com o montante de recursos financeiros disponibilizados de acordo com tal interesse; e (iii) da justiça de conduta individual, a partir da ideia central de limitação, das restrições, e não dos direitos, reconhecendo como Lei somente aquilo que seria aplicável a todos, sob o princípio de que o Estado não poderia intervir entre o indivíduo e o mercado, mas que poderia “socorrer” o indivíduo quando a situação correspondesse a algo fora de tal relação (HAYEK, 1981, pp 51-56).

O autor também deixa evidente que os princípios da ordem social liberal fundamentam-se segundo a visão do liberalismo clássico europeu oriundo especialmente da Inglaterra<sup>26</sup>, que preconiza a liberdade individual acima do Estado, apoiados numa interpretação evolucionista dos fenômenos da cultura e da mente, reverenciando a tradição, onde a religião é compatível com o governo, pois é considerada como reforço moral da chamada “conduta justa dos indivíduos”. Esta perspectiva se diferencia, segundo o próprio Hayek, do liberalismo clássico francês, advindo da Revolução Francesa, que teria interpretado de maneira estritamente racional

---

26 “Por liberalismo clássico designarei aqui a concepção de uma ordem política desejável que foi inicialmente desenvolvida da Inglaterra desde a época dos antigos liberais (“Old Whigs”) na parte final do século XVII até a era de Gladstone, no fim do século XIX. David Hume, Adam Smith, Edmund Burke, T.B Macaulay e lorde Acton podem ser considerados seus representantes típicos da Inglaterra. Foi essa concepção de liberdade individual dentro da lei que inicialmente inspirou os movimentos liberais do continente europeu e se tornou a base da tradição política norte-americana. Alguns dos principais pensadores políticos nesses países, como B. Constante e A. de Toqueville na França, Immanuel Kant, Friedrich von Schiller e Wilhelm von Humboldt na Alemanha, e James Madison, John Marshall e Daniel Webster nos Estados Unidos, pertencem integralmente a ela.” (HAYEK, 1981, p. 47)

os fenômenos sociais, considerando inadmissível a governabilidade política/econômica sob bases religiosas. Esta teria se tornado as bases do socialismo moderno, cuja limitação do poder do governo promoveria poderes ilimitados à maioria, tornando-se uma teoria antiliberal pois o indivíduo não estaria acima do Estado/governo. (HAYEK, 1981, p. 47-48).

Um resultado dessa diferença é que o primeiro tipo de liberalismo [o inglês] pelo menos não é incompatível com as crenças religiosas e frequentemente foi sustentado e desenvolvido por homens de fortes convicções religiosas, enquanto que o tipo “continental” de liberalismo [o francês] sempre opôs-se a religião e esteve politicamente em conflito constante com as religiões organizadas. (HAYEK, 1981, p. 48)

É interessante compreendermos esta diferença apontada por Hayek – e por um conjunto de autores da chamada Escola Austríaca de economia – pois ela justificará, ao longo do processo de recomposição burguesa, todo o empenho de articulação entre frações liberais e grupos fundamentalistas religiosos no âmbito do Estado ampliado – como veremos mais adiante ao tratarmos das articulações e confluências dos liberais com a perspectiva conservadora de cunho moral, no que chamamos aqui de “frente liberal-ultraconservadora”.<sup>27</sup>

Milton Friedman, de maneira pragmática na disputa pela hegemonia neoliberal, escreve “Capitalismo e Liberdade” (1982). Nele, o economista que já havia ganhado o prêmio Nobel em 1976 – assim como Hayek, que ganhou em 1974 – desenvolveu e sobre qual seria o papel do governo em uma sociedade liberal. Utilizando como sinônimos os termos Estado e governo, Friedman defendeu que seu papel é de legislar e arbitrar, de maneira que o uso amplo do mercado como regulador social diminuiria a necessidade intervenção governamental, pois as tensões seriam resolvidas no âmbito do mercado (FRIEDMAN, 1982, p.32).

A respeito dos serviços públicos, Friedman defendeu que não são justos, pois aqueles que não usam pagam por aqueles que usam, além de interferirem na livre concorrência do mercado – como seria o caso das escolas privadas, por exemplo. Como saída para os sistemas educacionais o economista defende, por exemplo, que poderia

---

<sup>27</sup> Embora estas correlações entre liberalismo e os aspectos religiosos assumam grande importância na pesquisa, o fator tempo impossibilitou seu aprofundamento. Levamos algumas reflexões para o terceiro capítulo e para as considerações finais, certos da necessidade de apontarmos a continuidade deste caminho de investigação em estudos futuros.

haver coexistência do público e do privado, desde que regulados pelos interesses do mercado, com o financiamento de ambos pelo Estado, geridos por iniciativas privadas, através do sistema de *vouchers*<sup>28</sup>. As bases paternalistas do governo atenderiam apenas aqueles indivíduos impedidos de competirem e serem responsáveis por si mesmos (como, segundo ele, no caso das crianças e dos insanos).

A partir de 1979-1980, partidos com plataformas declaradamente neoliberais assumiram governos de países de economias centrais. O governo de Thatcher na Inglaterra, em 1979, o de Reagan nos Estados Unidos, em 1980, de Kohl na Alemanha, em 1982, e de Schluter na Dinamarca, em 1983, marcaram uma primeira grande cena de experimentação neoliberal<sup>29</sup>. Na Europa, especialmente na Inglaterra sob o governo da “dama de ferro”, os primeiros governos neoliberais aplicaram primeiramente medidas econômicas, tais como a redução dos impostos sobre altos rendimentos, a contração de emissão monetária, a abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, a ampliação dos processos de privatizações de empresas e serviços estatais, o corte dos gastos sociais, a criação de legislações anti-sindicais, entre outras medidas. Já na variante norte-americana, segundo Anderson (1995), o cunho político-ideológico das prioridades neoliberais era distinto.

Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. (ANDERSON, 1995, p. 12)

---

28 O sistema de *vouchers* seriam cupons entregues pelos governos, para cada aluno, que serviriam como pagamento de mensalidade de uma escola pública ou privada; seria o financiamento público do sistema privado de ensino. Tal sistema foi implementado no Chile durante o governo do general Augusto Pinochet (1973-1989), assessorado por diversos economistas formados pela Escola de Economia de Chicago, muitos orientandos do economista Milton Friedman.

29 Lembra-se também a ditadura militar chilena, sob o regime do general Augusto Pinochet, de 1973 a 1990, considerado o grande laboratório mundial das políticas neoliberais na América Latina.

A instauração das primeiras políticas neoliberais decorreu de diferentes motivações e disseminou-se em outros países do continente europeu durante os anos 1980. Assim, notamos o crescimento do neoliberalismo como ideologia, que no início era aplicada somente por governos de direita e, depois, por qualquer governo, onde é possível verificar os sociais-democratas, inclusive, como “os mais resolutos às medidas neoliberais”, especialmente a partir dos anos 1990 (ANDERSON, 1995, p.14). Ainda que tenha se espalhado de maneira global, a ideologia neoliberal encontrou resistência desde os subalternos e até mesmo de frações das classes dominantes. “Na realidade, houve um desenvolvimento desigual do neoliberalismo nas diversas formações econômico-sociais” (CASTELO, 2013, p. 243).

Mesmo com êxito em alguns aspectos, as medidas neoliberais – contidas nesta primeira variante ideológica da recomposição burguesa, nomeada como “receituário ideal” – apresentaram-se insuficientes para restaurar as taxas de crescimento e acumulação estáveis como no auge do capitalismo. Segundo Castelo (2013), a deterioração do mundo do trabalho no centro e na periferia do capital, as crises financeiras globais e as lutas e resistências contra-hegemônicas da década de 1990, geraram uma crise conjuntural que “exigiu soluções renovadas de disciplina da classe trabalhadora - subsunção formal e real do trabalho à lógica do capital, coerção direta promovida pelo Estado e o poder da ideologia –, apagando as tentativas de rebelião dos subalternos” (CASTELO, 2013, p. 265). Nos anos 1990, no contexto da crise estrutural, diante da profunda recessão do capitalismo avançado a partir de enormes dívidas públicas e com evidentes limitações do neoliberalismo, ele ainda ganha um segundo alento e não uma forte reação. Soma-se a isso a queda do socialismo na Europa oriental e na União Soviética, e com os governos eleitos declaradamente neoliberais nas economias pós-comunistas do leste europeu, que caracterizou-se como a segunda grande cena de experimentação do neoliberalismo (ANDERSON, 1995, p.18). A terceira, por sua vez, foi a expansão dos governos neoliberais na América Latina – com exceção do Chile – também nos anos 1990. No Brasil, por exemplo, segundo Roberto Leher (2010), é estrategicamente nesse contexto que as frações de classe dominantes conseguem eleger o governo Collor, abrindo as vias ao neoliberalismo, onde se observa “o avanço vigoroso da contrarreforma”<sup>30</sup> (LEHER, 2010, p.36).

---

30 Em Coutinho (2010), a criação do conceito de contrarreforma é atribuída à Gramsci, sendo própria de todas as restaurações. Segundo o autor, é uma restauração não realizada em bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo. Diferente da “revolução passiva”,

As experiências neoliberais a partir deste período, contudo, não são idênticas as anteriores. Em 1989, o Consenso de Washington já apontava para a reorganização da agenda neoliberal, estabelecendo como prioridades: intensificação do processo de privatizações, abertura econômica, flexibilização dos direitos trabalhistas, redução do custo da força de trabalho, focalização das políticas sociais e maior presença da sociedade civil nas políticas públicas. Neste contexto, como sociedade civil entende-se a participação do empresariado nas políticas públicas através de parcerias público-privadas. Alguns autores vão apontar que no interior do processo de recomposição burguesa, nos anos 1990, surgem um conjunto de teorias para propor uma saída para o visível fracasso (ou limitação) do “neoliberalismo clássico”, buscando redefini-lo, em um processo de atualização da recomposição. Ou seja, às políticas econômicas já consolidadas que ocupavam papel central no projeto de retomada da supremacia burguesa, se juntaria

(...) um novo conjunto de políticas sociais: as políticas público-privadas, fragmentadas e paliativas, de combate à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel de reprodução da força de trabalho, quanto no de controle social. (...) conjuga o uso alternado e complementar dos distintos aparelhos socioinstitucionais do Estado ampliado, tendo como regra a busca do consenso via os aparelhos privados de hegemonia, sempre encorajados pelos aparelhos de coerção. (CASTELO, 2013, p. 245)

Sobre a adesão dos governos sociais-democratas ao projeto neoliberal, tendo como base o Consenso de Washington, e como isso impacta mundialmente na própria “face” do neoliberalismo que fica nítida em meados da década de 1990, Castelo (2013) analisa que:

As mudanças feitas foram cosméticas e não alteraram significativamente as relações mundiais de poder entre classes sociais e nações imperialistas e dependentes. (...) O transformismo social-democrata na supremacia neoliberal resultou no aprofundamento de pontos da agenda neoliberal e não sua amenização. O que importa destacar é que a operacionalização política e ideológica do neoliberalismo sofreu uma inflexão – contaditoriamente marginal e relevante – após o ingresso da social-democracia na concepção do

---

em que há dois momentos – o de restauração (reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical vinda “de baixo”, dos subalternos) e o de renovação (onde algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto” através de concessões das camadas dominantes) – na contrarreforma é preponderante o momento do velho (a velha ordem restaurada).



mundo que fornece argamassa de solidificação do presente bloco histórico. (CASTELO, 2013, p. 273-274)

O chamado *neoliberalismo de terceira via* – que tem na figura do social-democrata britânico Anthony Giddens seu principal formulador – surge como um programa político mundial de redefinição e renovação do neoliberalismo, que não seria nem o retorno ao Estado de bem-estar social, nem a implementação do neoliberalismo clássico. Para Martins e Neves (2015), o neoliberalismo de terceira via seria a junção da social-democracia com uma “face humanizada” do capitalismo de mercado (difundido a partir de 1995 pelo Banco Mundial), onde se desenvolvem políticas sociais fragmentárias, não universais, através da criação de áreas/serviços públicos não estatais, geridos de forma privada, mediados por organizações não-governamentais (ONG's) e organizações sociais (OS's) em parcerias público-privadas.

Esta nova roupagem de “face humanizada” do capitalismo, de acordo com Motta (2012), compõe um conjunto de políticas com onde foram introduzidas novas bases ideológicas calcadas na “teoria do capital social”. Já para Castelo (2013), o neoliberalismo de terceira via é uma das formas propostas no interior da recomposição burguesa, dentro de um conjunto de ideias do social-liberalismo. Juntamente à terceira via de Anthony Giddens (2001), estão outros intelectuais e formulações, como Joseph Stiglitz (2002) e a nova agenda de desenvolvimento envolvendo a responsabilidade social e ambiental, Alain Touraine (1999) e a questão da incorporação dos novos movimentos sociais, Pierre Rosanvallon (1998) e a “nova questão social”, e outros. Nesta perspectiva, é possível pensar no conjunto de teorias do *social-liberalismo* como uma segunda variante ideológica do neoliberalismo, desenvolvida como alternativa a crise conjuntural deste bloco histórico toyotista-neoliberal.

Ainda que seja evidente a diversidade teórica e política, Castelo (2013) propõe o traçado de alguns eixos comuns às suas produções. O primeiro é a busca por uma suposta “desideologização” dos discursos e práticas políticas, pregando que as referências de direita e esquerda teriam sucumbido no capitalismo globalizado; o segundo é a crítica acrítica ao mercado como sistema social de distribuição da riqueza; o terceiro é a questão da ética e da moral que conduziriam ao compromisso com a melhoria do bem-estar social da humanidade; e o quarto eixo é a atuação do Estado nas expressões da “questão social”, que deveria ser acompanhada por uma nova participação ativa e consciente do “terceiro setor”, incluindo empresas e bancos.

O autor aponta que, em vez de se comprometer com os problemas sociais enfrentados diariamente pelas classes subalternas, esta variante procura dar respostas, sempre pontuais e provisórias às expressões da “questão social” mais alarmantes e evidentes, que expõem as entranhas das contradições de base econômica e política do sistema capitalista (CASTELO, 2013). Em seguida, enumera as diversas revisões feitas através dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, Cepal, OCDE, ONU e Unicef), especialmente aqueles no período da virada do milênio, ajustando seus patrocínios e orientações às novas teorias do social-liberalismo (pp.250-256). Outros autores, ainda, vão apontar a Conferência Mundial Educação Para Todos como o grande marco do desdobramento da recomposição burguesa na educação mundial, protagonizada pelo BM, Unesco e Unicef, que estabelece metas para o Brasil e mais oito países, como o foco na alfabetização no setor público – reforçando permanência da divisão mundial do trabalho tal como estava, com a formação de mão de obra para o trabalho simples.

No âmbito da educação, a ideologia social-liberal elaborada no interior desses organismos defende que promoção de igualdade de oportunidades garantiria a possibilidade de equidade social. Diversos autores (MOTTA, 2009, 2012; FRIGOTTO, 2011; MARTINS, 2011) apontam que a Teoria do Capital Humano se redefine para uma lógica dos saberes por competências, cuja centralidade não é mais a socialização de conhecimentos, mas oferecer aos indivíduos através da escolarização a possibilidade de empregabilidade – somado ao ethos do empreendedorismo, com a noção de que cada indivíduo é responsável por sua inserção no mercado de trabalho. Cresce a importância do Capital Social (Motta, 2009), o domínio e a direção sobre os comportamentos, das redes de relações, a partir das redefinições necessárias a um mundo do trabalho flexível e desregulamentado. Assim, com a redução do custo da força de trabalho e com o investimento nos setores de commodities para reduzir também o custo e a complexidade das cadeias produtivas, no Brasil, por exemplo, ocorre a expansão do ensino fundamental e os cursos de formação profissional/instrumental.

Martins e Neves (2015), na obra *Educação Básica: uma tragédia anunciada?*, aprofundam-se na análise de como a atuação do BM, FMI, ONU, Unicef, Unesco e OCDE busca criar o senso comum de uma nova ordem social global. Esta, notadamente, envolve o novo papel das empresas, que devem atuar como parceiras do aparelho de Estado, influenciando na formulação e execução do conjunto das políticas sociais, com

especial atenção à área educacional (MARTINS e NEVES, 2015, p.34-35). Difundem a ideia de que a polarização de classes da velha ordem tornar-se-ia “colaboração social” na nova ordem, pois haveria a necessidade de conformar novos perfis de cidadão-trabalhador e de organizações mais “participantes”, dentro do que os autores chamam de “democracia consentida”. Consentida porque está dentro de arranjos democráticos preestabelecidos, validados sob a coordenação de governos ou organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, credenciadas pelo capitalismo neoliberal (p. 36), mantendo-se, portanto, o apassivamento político através do consentimento, de políticas focais – não universais e fragmentárias – buscando a conciliação de classes como se não houvesse antagonismos.

No Brasil, os impactos da agenda neoliberal tiveram alguns marcos históricos. Além do já citado governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), a partir dos anos 1990, após uma longa transição do fim da ditadura e de grandes disputas em torno da constituinte, vemos um refluxo dos movimentos sociais e a ascensão das vias eleitorais (assim como a explosão de aparelhos privados de hegemonia empresariais) como forma de expansão do neoliberalismo. De 1995 ao início do novo milênio, o país absorve a agenda do Consenso de Washington. Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi eleito e implementou um plano de privatizações, dando também seguimento ao Plano Real do governo Itamar Franco (1992-1995). Seguindo as orientações dos organismos internacionais, especialmente as do Banco Mundial, Fernando Henrique nomeou Luiz Carlos Bresser-Pereira, um dos principais intelectuais do social-liberalismo no Brasil, como Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (de 1995 a 1998).

Sob a lógica de que a crise não era do capital, mas do Estado, o Projeto de Reforma do Estado apresentado pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) redefiniu o que seria o papel do Estado, que deveria deixar de ser o responsável pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995). O Plano incluiu a racionalização de recursos, diminuindo o papel do Estado em relação às políticas sociais e transferindo para o setor privado as atividades e funções que poderiam ser controladas pelo mercado (através da privatização e da terceirização com a transferência do fundo público), consolidando-se através desta reforma gerencial, como um Estado “mínimo” para as políticas sociais.

O Estado Social-Liberal, que é social porque mantém suas responsabilidades pela área social, mas é liberal porque acredita no mercado e contrata a realização dos serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não estatais que financia a fundo perdido com orçamento público” (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 14).

Assim, a partir da insígnia da “responsabilidade social”, o social-liberalismo aponta a necessidade da renovação da aparelhagem estatal e da consolidação de um “novo Estado democrático” capaz de evitar um grande colapso, sem amarras burocráticas, “como principal agente das relações externas, prioritário na organização da sociedade e como centro legítimo de poder” (MARTINS, 2007, p.70). Na reforma promovida por Bresser-Pereira, este “novo Estado democrático”, segundo Martins (2007), produziu-se uma nova sociabilidade<sup>31</sup> a partir da ideia de descentralização participativa, onde os indivíduos teriam uma relação direta com o governo, que por sua vez se abriria para a participação da “sociedade civil ativa”. Isto também incluiu uma reforma política, legal e jurídica, que representaria uma “transferência de poder” para a sociedade. Tudo isto sob a lógica do “individualismo como valor moral radical”, transferindo a ele a responsabilidade (social) individual dentro de determinados parâmetros ético-morais. Este novo “cidadão-voluntário”, ao invés de reivindicar direitos, torna-se colaborador, representando uma das mais importantes expressões da nova sociabilidade social-liberal. Neste sentido, é promovida sistematicamente a desarticulação dos movimentos sociais e sindicais em torno de suas pautas, numa tentativa de transferir a atuação da “sociedade civil participativa” das ruas e espaços organizativos autônomos para as negociações e acordos nas esferas estatais através dos mais variados conselhos criados, compostos quase exclusivamente pelo empresariado (especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores<sup>32</sup>).

---

31 Para Martins (2007), o sentido de “sociabilidade” refere-se à produção e reprodução das condições objetivas e subjetivas, por pessoas e as classes, de sua própria existência, sob a mediação das relações de produção, das relações sociais e do resultado das relações de poder.

32 Referimo-nos aos conselhos compostos majoritariamente pelo empresariado como, por exemplo, analisou Guiot (2015) sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nos governos de Lula da Silva entre 2003 e 2010. Ver: GUIOT, André P. Dominação burguesa no Brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2015. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1737.pdf>>. Acesso em 10/10/2018.

Neste contexto, uma das estratégias usadas para a conformação dessa nova hegemonia burguesa, que une setores industriais e rentistas/banqueiros/financeiros, representada pelo governo do Fernando Henrique Cardoso, é a formação através das escolas. As disputas em torno da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e do Plano Nacional de Educação de 2000 marcam a consolidação das noções do social-liberalismo, admitindo que o empresariado ofereça soluções modernizadoras dentro dos interesses do capital para a educação pública.

A partir do governo de Lula da Silva, em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT) expressa uma nova faceta do social-liberalismo no Brasil. Se antes no governo do Fernando Henrique era possível identificar o que Martins (2007) chamou de “direita para o social”, neste novo governo vemos o que Coelho (2005) chamou em sua tese de “esquerda para o capital”. A grande contribuição do trabalho de Coelho foi mostrar a metamorfose petista desde, pelo menos, 1989, quando a partir da derrota eleitoral verifica-se o crescimento no interior do partido de um grupo que rompe com qualquer perspectiva revolucionária e mesmo de um reformismo radical, abraçando no decorrer dos anos 1990 aos pressupostos do social-liberalismo. Sem adentrarmos no debate teórico-conceitual de caracterização do governo do PT como um processo de “revolução passiva” ou “contrarreforma”, consideramos que apresenta no mínimo o “transformismo” como fenômeno característico, promovendo através de uma sofisticação dos mecanismos de conciliação de interesses de classes o apassivamento da classe trabalhadora.

O transformismo, segundo Gramsci, pode ser a expressão parlamentar de uma ação hegemônica intelectual, moral e política. Quando analisa o transformismo no processo italiano, reflete que:

(...) Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e pelo colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a

força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz (...). (GRAMSCI, 2002, vol. 5, p. 63)

Sem uma hegemonia anterior ao poder parlamentar, abrem-se as brechas para o transformismo dos dirigentes, atuando de maneira moderada e conciliatória. De fato, em decorrência, embora tenha ocorrido muita resistência por parte dos setores “de esquerda” e essencialmente classistas e combativos pelas vias dos movimentos sociais, o transformismo do PT e sua adesão à agenda de interesse do capital no projeto social-liberal contribuiu também para uma profunda desarticulação dos trabalhadores, perdidos em meio a tantas políticas focalizadas e criminalização das lutas. Um grande exemplo de como o transformismo do PT incidiu em outras estruturas por ele comandadas foi a transformação da direção política da Central Única dos Trabalhadores<sup>33</sup> (CUT, assim como sua Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, CNTE) que, fragilizada e submetida à direção do partido, deixou de ser um instrumento de luta dos trabalhadores.

Ainda sobre o projeto de educação social-liberal, em 2007, o Plano de Desenvolvimento Compromisso Todos Pela Educação, que traduz em seu nome e conteúdo o movimento empresarial que o elaborou (criado em 2006), expressa a virada do crescimento do gerencialismo na educação, da Pedagogia do Mercado, pautada no convencimento de que as parcerias público-privadas seriam fundamentais para a sobrevivência das escolas no país. Sobre este modelo de educação imposto pelos governos neoliberais nas últimas duas décadas, Aparecida Tiradentes dos Santos (2012) reflete que “tais políticas [da pedagogia do mercado] representam no campo da educação a adoção de pedagogia neotecnicista, que destitui o trabalho pedagógico de sua dimensão criadora, contextual e transformadora.” (SANTOS, 2012, p.5). Juntamente a esse discurso de “despolitização” da educação, soma-se a ideia da docência como atividade “técnica”, “neutra”, em movimento de “repolitização” a favor da hegemonia (p.8). A autora chama, inclusive, esta concepção de educação de Pedagogia da Morte, pois busca formar o trabalhador para esta organização do trabalho, conformando-o para o desemprego e para as condições de vida impostas pelo capital.

---

33 Ver mais em: MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: vício de leitura, 1998; e em José dos Santos Souza (2009), Trabalho e formação do trabalhador na trajetória da cut em tempos de globalização, disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639531/7100>>, acesso em 08/10/2018.

Por fim, sobre os efeitos desta segunda variante do neoliberalismo, consideramos de suma relevância as análises de Castelo (2013). O autor aponta que esta variante articulou um bloco social capaz de aglutinar grupos até então adversários, mas que possui o mesmo programa reformista-restaurados, operado por forças políticas diferentes do ponto de vista de sua história e de suas bases sociais, comportando um duplo movimento: a decadência política e ideológica da social-democracia e a incorporação de uma agenda social ao neoliberalismo (CASTELO, 2013, p. 274).

A resultante destes dois movimentos, aparentemente paradoxais entre si, converge em um sentido único: a formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às impressões da “questão social”, ou mesmo de eliminação do capitalismo. (Idem)

O social-liberalismo, ao contrário de representar uma conscientização social humanista de grandes frações de classe dominantes, revela-se como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista apresentando, portanto, profundas contradições.

### **1.3 A Crise de 2008 e a frente liberal-ultraconservadora**

A garantia de direitos sociais fundamentais, que nunca se concretizou como uma realidade universal no bloco histórico fordista-keynesiano, é cada vez mais distante no neoliberalismo na atual recomposição burguesa (tanto em sua face neoliberal, como no rearranjo social-liberal). Para sobreviver, o capital aprofunda a combinação entre formas de exploração e submissão, reinventando ou readequando as formas de extração de mais valor, por meio da junção da exploração do trabalho, aspecto ontológico da formação do ser social, à formas de opressão que caracterizam a intensificação da expropriação capitalista (em sentido estruturante), como: o racismo, o etnicismo, o sexismo, o machismo, a lgbtfobia, a xenofobia, entre outras opressões. Como apontamos anteriormente quando tratamos das mudanças do bloco histórico a partir da crise estrutural, destacamos que na fase fordista-keynesiana havia concomitantemente neocolonialismo em muitos países do globo, assim como o imperialismo mais “duro” e/ou ditaduras – como o próprio nazifascismo e o estalinismo que se utilizaram de regimes de produção fordista. Dito isto, tratando dos abalos do bloco histórico toyotista-neoliberal, considerando toda a complexidade de sua abrangência apontada no

subcapítulo anterior, nos países de capitalismo central as ideologias dominantes, assim como os laços existentes entre governantes e governados, perdem força com as novas fissuras abertas diante da ineficiência do novo bloco em manter ou retomar os níveis de acumulação da “fase de ouro”. As classes dominantes, dirigentes, perdem a credibilidade de solucionar os problemas da crise econômica e assim abrem-se novas expressões de contradições do capitalismo, possibilitando novos questionamentos promovidos pelos trabalhadores e, sobretudo, pelas organizações dos trabalhadores da cidade e do campo às ideologias dominantes.

As crises nos anos 1990, sobretudo no fim da década (“crise dos tigres asiáticos”, “crise do México”, “crise da Argentina”, etc), evidenciaram os limites do neoliberalismo, obrigando um ajuste da recomposição burguesa que não considerassem os conflitos sociais por meio de uma agenda social-liberal de combate à pobreza. Entretanto, a crise capitalista, em 2008, ainda maior do que aquelas que a antecederam uma década atrás, deflagrou de forma ainda mais radical os limites e o enfraquecimento das teorias do social-liberalismo também a nível mundial – dentro dos limites de abrangência aqui apontados – retirando os véus que escondiam as dificuldades da burguesia em conformar um novo bloco histórico. Assim, alargam-se fendas e rachaduras neste bloco histórico também na dimensão intraclasses, que por sua vez evidenciam a abertura de caminhos que historicamente tem levado ao acirramento de disputas no interior do processo de recomposição burguesa.

Podemos considerar como exemplos do aspecto político do aprofundamento da crise estrutural o surgimento e crescimento de movimentos marcadamente de caráter/agenda anticapitalista, como o Occupy Wall Street, em New York, coração do capitalismo mundial, a derrubada de ditaduras no norte da África, na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, a chamada Primavera Árabe (marcada também pela presença de movimentos fundamentalistas e de interferência militar dos Estados Unidos e da OTAN), o movimento estudantil chileno, as greves gerais e lutas dos trabalhadores pela garantia de direitos conquistados na Europa, os “ocupas” Espanha e Portugal, os levantes na Grécia, nos subúrbios de Londres e, mais recentemente, os sistemáticos e organizados protestos na França pela garantia de emprego e direitos trabalhistas. São movimentos marcados por correntes anarquistas e libertárias, outros por programas mais reformistas, buscando um novo modelo de democracia. Todos pautam a problemática das desigualdades sociais, do agravamento da exploração da força de trabalho e das



opressões sociais, e a barbárie na qual se encontra a classe trabalhadora. Ainda sobre o caráter ideológico destes novos tipos e expressões de movimentos, no contexto do início da década de 2010, Alves (2012), analisa que:

(...) a princípio, não incorporaram utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer “não” e mover-se contra o *status quo*. Possuem, em sua contingência, irremediável de movimento social, um profundo lastro moral do impulso crítico. Como indignados, eles fazem, mas não o sabem (como diria Marx). No plano contingente, efetuam uma crítica radical do capitalismo como modo de produção da vida social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas). (ALVES, 2012, p.36)

Em reflexão complementar na mesma coletânea de artigos, intitulada *Occupy* (HARVEY, et al. 2012), alguns autores também vão apontar que estas manifestações em todo o mundo também abriram brechas para a produção de novas concepções, estratégias e formas organizativas no seio da classe trabalhadora. Ao contestarem a ineficiência dos governos social-democratas e exigindo como pauta central (como no Reino Unido, na Espanha e na França) uma “democracia real”, abrem caminhos para a saída das reflexões de terreno da “pequena política” para a “grande política”<sup>34</sup>. O que há de fictício na democracia? “Por que largas parcelas de sua população [manifestantes] compreendem que há algo no jogo democrático aparentemente reduzido exatamente à condição de mero jogo?” (SAFATLE, 2012, p. 48).

Talvez os manifestantes tenham entendido que a democracia parlamentar é incapaz de impor limites e resistir aos interesses do sistema financeiro. Ela é incapaz de defender as populações quando os agentes financeiros começam a operar, de modo cínico, claro, a partir dos princípios de um capitalismo de espoliação dos recursos públicos. Não é por outra razão que se ouve, cada vez mais, a afirmação de que a alternância de partidos no poder não implica mais alternativas de modelos de compreensão dos conflitos e políticas sociais. Por isso, o

---

34 Considerando a perspectiva gramsciana de “pequena política” e “grande política”, tratada conceitualmente no presente trabalho no Capítulo III.

cansaço em relação aos partidos tradicionais não é sinal do esgotamento da política. Na verdade, é o sintoma mais evidente de uma demanda de política, uma demanda de politização da economia. (SAFATLE, Idem, op. cit.)

Dentre as pautas colocadas por estes movimentos (que já vem sendo levantadas desde o final dos anos 1970 em todo o mundo) destacam-se a dimensão da territorialidade (protagonizada especialmente pelas lutas dos povos originários, dos movimentos dos sem terra e sem teto, das ocupações de espaços públicos, etc), das lutas identitárias (das mulheres, lgbs, negras e negros, indígenas, etc), do meio ambiente, dentre outras, além da superexploração das trabalhadoras e trabalhadores advinda da reestruturação produtiva e das novas formas de exploração do capitalismo apontadas anteriormente. Soma-se a isso as novas tecnologias, a difusão do acesso à Internet e as redes sociais que se tornaram potenciais instrumentos de circulação de informação e mobilização, especialmente, a partir da década de 2010.

Porém, assim como (re)surgiram movimentos com pautas essencialmente anticapitalistas, denunciando contradições do capital no contexto da recomposição burguesa, também avançaram as ofensivas ultraconservadora e reacionária e acirraram-se as disputas por hegemonia intraburguesas. De acordo com o que é possível dentro dos limites do presente trabalho, nos interessa compreender como, neste contexto, através dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) vinculados ao pensamento liberal clássico – associados a outros setores para além do empresariado industrial e financeiro, especialmente as igrejas e grupos religiosos cristãos ultraconservadores e fundamentalistas – atuam os protagonistas da chamada *frente liberal-ultraconservadora*. Trata-se de investigar a disputa por hegemonia no interior da recomposição burguesa, em um terreno em que também se encontram sólidas diversas correntes do social-liberalismo. Seria tal ofensiva uma reação aos limites, ao esgarçamento ou à crise do social-liberalismo?

No contexto da crise financeira de 2008 – aprofundamento e novo marco da crise orgânica do capital – foi possível observar a ebulição de um avanço conservador, que veio emergir em 2009, na ocasião das manifestações de massas mobilizadas pelo Tea Party, nos Estados Unidos, que anunciavam o surgimento de um grupamento político organizado que apontaria uma nova estratégia de atuação política. Esta não envolveria necessariamente a participação de seus representantes nos aparelhos de Estado via processos políticos eleitorais – o que passou a se concretizar também como

estratégia a partir das eleições de 2010 para o Senado –, mas se daria através da difusão das ideias da extrema direita internacional expressas por meio de massiva propaganda e tomada das ruas. Recentemente, também vimos a ação estratégica de atuação na sociedade política destes grupamentos, como foi o caso da eleição presidencial estadunidense do empresário Donald Trump<sup>35</sup>, em 2016, membro da ala mais liberal e conservadora do Partido Republicano.

O fenômeno de eleição de candidatos da extrema direita (e conservadores) é global, sendo resultante, por um lado, do esgotamento das propostas sociais-liberais diante da crise de 2008 e, por outro lado, do crescimento e difusão ideológica da nova direita liberal-ultraconservadora, que vem se utilizando as mais variadas estratégias para se elegerem. Conseqüentemente, a extrema direita se retroalimenta com a consolidação destes governos. Atualmente, na América Latina, temos os governos do empresário Mauricio Macri (Argentina, do partido Podemos), do ex-banqueiro Pedro Pablo Kuczynski<sup>36</sup> (do Peru, partido Peruanos Por El Cambio), Juan Manuel Santos (da Colômbia, Partido Social de Unidade Nacional, declaradamente liberal-conservador) e Mario Abdo Benítez (Paraguai, do Partido Colorado, de extrema direita defensor da ditadura). No Brasil, a eleição presidencial de Jair Bolsonaro (do Partido Social Liberal), tem representado a escalada do fascismo no país<sup>37</sup>.

Em diversos países europeus, em 2017, candidatos de extrema direita defendendo programas racistas e xenófobos não foram eleitos, mas conquistaram a segunda posição nas eleições presidenciais, garantindo grande crescimento político para seus partidos e posições ultraconservadoras. Marine Le Pen, que faz parte de um movimento anti-União Europeia, como candidata à presidência da França; o partido Alternativa para Alemanha tornou-se a terceira maior força política no parlamento; e, na Holanda, o “Partido para a Liberdade”. Na Polônia, o governo de Jaroslaw Kaczynski do Partido Lei e Justiça (PiS), sob a insígnia da “revolução patriótica”, desde 2015 tem

---

35 Consideramos que as políticas adotadas por Donald Trump, especialmente sua agenda anti-imigratória ultranacionalista, caracterizam-se também pelo fascismo, o que historicamente não é contraditório com políticas de caráter liberal.

36 Que renunciou em março de 2018 após virem à tona vídeos que comprovavam compra de votos, em escandaloso caso de esquema corrupção envolvendo a Odebrecht, e deu lugar ao seu vice, Martin Vizcarra.

37 Embora algumas considerações tenham sido realizadas no Capítulo III e na Conclusão, compreendemos a necessidade de avançar sobre a análise desta escalada fascista no país em trabalhos futuros.

disseminado o “anticomunismo” e a adoração a Deus e as tradições cristãs como valores indissociáveis à pátria. Segundo matéria no jornal El País:

O Governo limitou os subsídios a organizações de direitos civis, eliminou do currículo escolar qualquer menção à educação sexual, retirou o financiamento para tratamentos de reprodução assistida para casais não casados, assim como para mulheres que os buscam sozinhas, e limitou o acesso à pílula do dia seguinte. O PiS e seu líder, Jaroslaw Kaczynski, apresentam-se como os verdadeiros defensores da tradição e da família – mas só daquela formada por um homem e uma mulher. “A promoção das origens cristãs e democratas é a base de sua ideologia, mas o partido também difunde um discurso de ódio contra o multiculturalismo, as mudanças sociais, os gays, o feminismo e até os ecologistas. Por eles, o imaginário dos anos cinquenta voltaria”, assinala o renomado cientista político Aleksandr Smolar, à frente da Fundação Batory. O nacionalista e ultracatólico Kaczynski afirma que com sua “revolução patriótica” drenou o pântano da política polonesa e devolveu o país a Deus. Quer uma Polônia católica idealizada, desprovida de vestígios do comunismo e do liberalismo social ocidental. (...) Também se enquadram nesse capítulo de sua ideologia a reforma do ensino e a nova política de Educação Pública (...). (Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/07/internacional/1530989514\\_090493.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/07/internacional/1530989514_090493.html)), publicado em 08/07/2018, acessado em 10/11/2018)

Destacamos o trecho acima, pois as mesmas características ultranacionalistas, anti-imigrantes, racistas e xenóforas, às bases do fundamentalismo cristão, são observadas no governo reeleito da Hungria e em outros países. Na Grécia, o partido Aurora Dourada, autodeclarado como neonazista, embora não tenha tanta força no parlamento, sem sido influenciador de políticas públicas e organizado manifestações de milhares de pessoas. Na Suécia, o partido Democratas Suecos da extrema direita, ficou como a terceira maior força no parlamento.

Em trabalhos anteriores<sup>38</sup>, utilizamos o termo “onda conservadora” para tratar do fenômeno do crescimento do pensamento conservador – com características reacionárias – que surge como parte da resposta da extrema direita à crise estrutural do capital. O termo foi cunhado a partir da obra “A Onda Conservadora: ensaios sobre os

---

38 COLOMBO, Luiza Rabelo. Reflexões sobre o movimento Escola Sem Partido e seu avanço no campo das políticas educacionais brasileiras. **Entropia**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 52-68, jun. 2018. ISSN 2526-2793. Disponível em: <<http://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/73>>. Acesso em: 03 nov. 2018. Também em “Entre mordanças e resistências: reflexões sobre o movimento Escola Sem Partido” e “Movimento Escola Sem Partido e a onda conservadora na educação brasileira”, publicados pela autora, respectivamente, nos anais dos encontros VI Seminário Estadual da ANPAE – RJ (2017) e do Colóquio Marx e Marxismo (2017).

atuais tempos sombrios no Brasil” (DEMIER e HOEVELER, 2016). Nos diversos artigos sobre o tema, considera-se que fração da direita considerada anteriormente como histórica e alarmista, foi ganhando apelo de massa, “uma mistura de neoliberalismo hardcore com fundamentalismo cristão” (MELO, 2016, p.71), o que seria a caracterização de uma direita radical que tem atuado também como partido do grande capital. No presente trabalho, adotamos o termo “ofensiva ultraconservadora”, para tratar da caracterização do que estamos chamando de “frente liberal-ultraconservadora”, considerando que se trata do mesmo fenômeno, mas também que a burguesia é fundamentalmente conservadora e, atualmente, tal processo tem ganhado novas dimensões dentro do processo de recomposição burguesa do grande capital, onde frações ultraliberais têm associado-se ao ultraconservadorismo cristão. Este movimento inédito de renovação do conservadorismo, portanto, nos sugestionou esta nova caracterização.

Ainda sobre o que seria essa nova direita, segundo Hoeveler (2016), em outro artigo publicado na mesma coletânea, ela é extremista e transnacional, fortalecida a partir de teorias conspiratórias consensuais – especialmente a respeito da necessidade de combate ao comunismo e ao marxismo – vem coadunando-se ao discurso empresarial neoliberal através dos *think tanks* de orientação neoliberal. Identificam-se, ainda, como a maior organização de *libertários* do mundo. Mas o que querem dizer com liberdade?

Ora, sabemos, através de outras leituras, como as que trazemos para o diálogo na presente pesquisa, que o conceito de liberdade – ou melhor, que a vaga abstração de noção de liberdade – defendido pelos liberais, e especialmente os liberais-ultraconservadores, não é o que seu falseamento tenta difundir. Referem-se a liberdade dentro da noção liberal, neoliberal ou ultraliberal – de acordo como prefere tratar cada autor com o qual dialogamos aqui. Tampouco a noção do conceito de “libertários” se aproxima em qualquer nível com a noção de “libertário” elaborada e sistematizada pelo movimento anarquista, como bem destaca Baggio:

Murray N. Rothbard, por sua vez, ficou conhecido, a partir da década de 1940, por sua defesa do que veio a ser conhecido como anarcocapitalismo, isto é, um sistema econômico em que todos os serviços, produtos e espaços seriam privados — tanto por iniciativa individual quanto coletiva — e disputados na livre concorrência, inclusive a segurança pública, a defesa e a justiça. Os defensores dessas ideias individualistas de negação do Estado se autointitulam “libertários anarcocapitalistas”, representantes da “nova direita libertária” e do “libertarianismo”.(...) Obviamente, o sentido da palavra “libertário” não se vincula ao que lhe foi dado, historicamente,

pelos movimentos anarquistas, vinculados à luta dos trabalhadores por direitos e melhores condições de vida, mas ao sentido que lhe dá os movimentos ultraliberais, a partir das concepções econômicas da “Escola Austríaca” e da “Escola Econômica de Chicago”, cujo expoente maior é Milton Friedman, ou dos “anarcocapitalistas”. (BAGGIO, 2016, pp.4-5)

Podemos identificar, além desta, outras diversas facetas de novas correntes ultraliberais que buscam, cada uma a sua maneira, atrair novos adeptos e lideranças sob o discurso da “liberdade”. Os chamados *libertarians* (como se autodefinem), por exemplo, são uma corrente que ressurgiu com força nos Estados Unidos especificamente após a crise de 2008, no contexto em que o social-liberalismo evidencia seus limites nas disputas do interior do processo de recomposição burguesa, apresentando-se como contrapartida ao subsequente clamor pela regulamentação do mercado. Para ganharem adesão e apoio da juventude que já está envolvida em pautas geralmente associadas ao campo progressista (crítico) – como a defesa da descriminalização do aborto, dos direitos de pessoas LBGTs – realizam discursos e produzem materiais que consideram, a princípio, tais liberdades sobre a justificativa de que o corpo seria a primeira propriedade privada dos indivíduos e caberia a cada um o que fazer com ele (AMARAL, 2015). Neste discurso proferido por Glória Álvarez, jovem liderança ultraliberal guatemalteca, em palestra do Fórum da Liberdade de 2015<sup>39</sup>, é possível notar que a noção de “liberdade” está diretamente relacionada à propriedade privada enquanto princípio inalienável, assim como a responsabilidade do indivíduo, sob os ditames da meritocracia, de ser o único responsável em assegurar sua própria sobrevivência diante de qualquer coisa que venha a sofrer socialmente e economicamente ao assumir para si tais “liberdades”:

(...) um jurista do século 21, que já se modernizou, tem de reconhecer que a sexualidade, a moral, as drogas são um problema de cada um; ele não é a autoridade moral do universo (...) Não há minorias, a menor minoria é o indivíduo, e a ele o que melhor serve é a meritocracia. (...) Se cada um na América Latina tiver direito à vida, liberdade e propriedade privada, então cada um que vá atrás da educação que queira, da saúde que queira, da casa onde quer morar, sem precisar de super-Chávez, super-Morales, super-Correa” (ÁLVAREZ, apud AMARAL, 2015)

---

39 Maior evento anual dos ultraliberais no Brasil, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais, promovido em parceria com a Atlas Network. Neste ano, foi patrocinado por empresas como a Souza Cruz, Gerdau, Ipiranga e RBS (afiliada da Rede Globo). (AMARAL, 2015)

Contudo, nem todas as organizações que compõem o Fórum da Liberdade são desta corrente dos chamados *libertarians*. Dentro desta corrente, está também o LIVRES, organização que surgiu de uma corrente dentro do Partido Social Liberal, mas que rompeu com o partido quando este assumiu a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência no pleito de 2018. Em julho do mesmo ano, Rodrigo Constantino, atual presidente do conselho do Instituto Liberal, concedeu entrevista<sup>40</sup> aos membros do MBL Kim Katagui e Arthur Moledo do Val<sup>41</sup> (mais conhecido pelo nome de seu canal no YouTube, intitulado “Mamãe Falei”) a respeito de seu novo livro<sup>42</sup>, em que escreve sobre porque deixou de ser um dos *libertarians* para se tornar um liberal-conservador. Para ele, o liberalismo é “elástico” e permite diferentes correntes e a mais adequada ao capitalismo moderno e fiel aos princípios liberais, segundo ele, seria o conservadorismo advindo de teóricos como Edmund Burke, que foi assimilado na Escola Austríaca de Economia. Na mesma entrevista, Constantino conta que em seu período de formação em Economia na PUC-RJ não leu autores como Hayek e Ludwig Von Mises (que hoje já constam na bibliografia dos cursos), mas que foi apresentado à Escola Austríaca pelo economista Paulo Roberto Nunes Guedes<sup>43</sup> ao trabalhar com ele ao longo de seis anos na JPG (uma empresa gestora de fundos de investimentos fundada por Paulo Guedes e André Jukurski após a saída dos mesmos do Banco Pactual, o qual também fundaram).

Em artigo publicado pelo Instituto Liberal, de autoria de Lucas Berlanza<sup>44</sup>, “*O que é o liberal conservador?*”, o IL define que

Se o conservador é aquele que valoriza uma unidade histórico-conceitual pátria, um gradualismo de transformações, o ensejo a certo valor da ordem e das instituições historicamente construídas, e reage ao abstratismo revolucionário, tal como Burke e também os “reacionários” franceses – ao contrário de Burke, defensores do

---

40 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pW-jB2eTUzU>, acessado em 22/09/2018.

41 Ambos foram eleitos em 2018 pelo partido Democratas (DEM) pelo estado de São Paulo. Kim Katagui a deputado federal e Arthur Moledo do Val a deputado estadual.

42 CONSTANTINO, Rodrigo. *Confissões de um ex-libertário: salvando o liberalismo dos liberais moderados*. Record, 2018.

43 Paulo Guedes escreveu todo o plano para a Economia do Brasil da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência, eleito em 2018. Segundo Bolsonaro afirmou ao longo de toda a campanha eleitoral, e recentemente em coletiva para a imprensa, Paulo Guedes assumirá o Ministério da Economia em seu governo (informação em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-ja-tem-nove-nomes-para-ministerios-em-eventual-governo.shtml>, acesso em 05/11/2018)

44 “Jornalista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lucas Berlanza é carioca, editor dos sites “Sentinela Lacerdista” e “Boletim da Liberdade” e autor do livro “Guia Bibliográfico da Nova Direita – 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro”. Em: <https://www.institutoliberal.org.br/autor/lucas-berlanza/>, acessado em 05/11/2018)

Antigo Regime – reagiram contra as pretensões totalizantes da Revolução Francesa; e se o liberal é aquele que adota, com essa ou aquela nuance, esse ou aquele grau, a convicção no valor de uma maior autonomia ao indivíduo, em liberdades de expressão e mercado, em constitucionalismo e representatividade – se assim é, historicamente, em diversas bibliografias sérias, o liberal conservador é alguém que estabelece um casamento entre essas duas preocupações, o que, na essência, já era a posição de Burke (...). Também é, em essência, a posição de Hayek, da Escola Austríaca, que se considerava afeito às teses de Burke. (INSTITUTO LIBERAL, 07/11/2018<sup>45</sup>)

Edmund Burke foi um filósofo irlandês que publicou, em 1790, o que é considerado o livro ponto de partida do conservadorismo clássico, o *Reflexões sobre a revolução na França*. Nesta obra-manifesto, lançada logo após a revolução jacobina, ele critica como parte da cultura (ideias e símbolos), especialmente da aristocracia feudal, teriam sido golpeados pela Revolução Francesa, o que representaria um ataque violento e devastador, o maior atentado possível às tradições e instituições do antigo regime comandado por “revolucionários inconsequentes”. Para ele, as mudanças políticas na França não deveriam ser feitas pelos dominados (o que levaria à degradação caótica da nação) mas pela nobreza e altos escalões das classes dominantes.

(...) deveria me abster de felicitar a França por sua nova liberdade até que tivesse conhecimento de como esta liberdade se harmoniza com o governo, com o poder público, com a disciplina e a obediência dos exércitos, com o recolhimento e a boa distribuição dos impostos, com a moralidade e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e ordem, com os usos civis e sociais. Todas essas coisas são (à sua maneira) bens, e se vierem a faltar, a liberdade deixa de ser um benefício e tem pouca chance de durar muito tempo. (BURKE, 2014, apud SOUZA, 2016, p.369)

Notamos, portanto, a concepção de liberdade como expressão da necessidade de formas de controle ou aquisição de bens simbólicos, configurando mecanismos de segurança e controle frente as camadas populares. Ao analisar tal obra de Burke como a gênese do conservadorismo no seio do liberalismo, Souza (2016) considera que o filósofo inseriu “uma ideia cara e central ao conservadorismo: aquela segundo a qual a

---

45 Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-que-e-liberal-conservador/>, acessado em 07/11/2018.



política deve ser feita por proprietários, pois estes seriam sujeitos 'naturalmente' propensos à preservação da ordem e à manutenção da sociedade vigente.” (SOUZA, p. 375). Assim, o considera fundador de uma matriz de pensamento que se tornou multifacetária com o passar do tempo, e “mais tarde, a partir de 1848, o pensamento liberal constituirá um dos pilares de sustentação do conservadorismo, significando uma mudança importante no seu eixo. Isto é, de ‘pensamento antiburguês’, passa a se constituir como mais uma ideologia conservadora típica da sociedade capitalista” (p.375).

O conservadorismo burkeano se particulariza, assim, no espectro mais amplo das ideologias conservadoras, como uma coletânea quixotesca de princípios aristocráticos, empunhados não apenas contra a revolução insurrecional, mas também contra quaisquer ideias progressistas oriundos da modernidade. Nessa medida, o autor das Reflexões parece incorporar a “hipocondria da antipolítica” (...) Isto é, determinada matriz de pensamento e ação que se afasta, abstrai e mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, procurando substituir a realidade objetiva por abstrações moralizantes. (SOUZA, 2016, p.376)

Mais adiante, considera que Burke, ao elevar o fanatismo e o sensacionalismo de suas ideias ao campo argumentativo, é um dos pioneiros do irracionalismo.

Ao identificar a racionalidade e o fazer teórico com a formulação desacreditada de princípios abstratos apriorísticos, descolados das “circunstâncias” mais imediatas, Burke adere à “destruição da razão” (Lukács, 1972). Com essa operação reificada, o conservantista elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento. A ciência, entificada, para ele, deveria ter “ficado satisfeita em continuar como instrutora e não aspirasse a ser senhora [...] pois agora [...] a ciência será atirada ao lodo e pisoteada pelos cascos de uma suína multidão” ([BURKE]2014, p. 98). [Ele] adere a uma concepção teleológica da causalidade, interditando a categoria da alternativa para o ser social. Abraçando o monoteísmo cristão, Burke projeta sobre o ser social suas concepções teológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente estabelecida — a desigualdade social e a propriedade privada, incluídas. Com essa operação ideológica antropomorfizadora, o fundador do conservadorismo repousa suas ideias sobre o idealismo. (SOUZA, 2016, p. 367-369)

Assim, distinguimos algumas correntes liberais daquilo que estamos chamando de conservadorismo advindo dos chamados liberais-ultraconservadores, que está correlacionado a manutenção de símbolos e costumes da moral burguesa, indissociáveis

do fundamentalismo cristão – por sua vez estruturante do modelo de família nuclear patriarcal (uma das bases centrais da acumulação capitalista). Destacamos também o que há em comum acordo ideológico entre todas as organizações que compõem as grandes redes de aparelhos privados de hegemonia que analisaremos a seguir, de cunho ultraliberal e frequentemente ultraconservador, que também estão presentes no que estamos denominando Frente Liberal-Ultraconservadora, no tocante ao que definem como princípios mínimos, segundo os preceitos da liberdade liberal, que são: a) **a predominância do indivíduo sobre o Estado**, no sentido de que o indivíduo é o responsável pela própria garantia de seus direitos sociais, como sua segurança, emprego, educação, saúde, moradia, dentre outros, que não precisariam ser garantidos ou mantidos pelo Estado, mas pelo indivíduo de acordo com seu mérito e com os interesses de oferta do mercado; b) **a liberdade absoluta do mercado**, no sentido de que ao Estado não caberia qualquer interferência na economia (desde que não abale princípios morais da tradição cristã, como o mercado de órgãos, produção de células tronco, etc, o que geraria tensões no interior do bloco no poder); garantindo a livre concorrência, o que, segundo estes intelectuais coletivos, possibilitaria e geraria a autorregulação do mercado; e c) **a defesa irrestrita da propriedade privada**, princípio inalienável do liberalismo, em detrimento a tudo o que é público (ou a tudo que não possa ser mercantilizável); o “público” ainda existiria, mas destinado à acumulação de capitais (escolas, hospitais, museus, parques, dentre outros).

Ainda, identificamos que há outros elementos que no nível da aparência parecem ser pontos ora de aproximação, ora de tensionamento, mas que necessitariam de maior aprofundamento e fogem as possibilidades de extensão da presente pesquisa, carecendo de desdobramentos em trabalhos de pesquisa futuros. Quais tensões existem no interior da Frente Liberal-Ultraconservadora? Quais são as tensões e aproximações entre estas duas amplas frentes liberais de interesses privados, a Frente Liberal-Social e a Frente Liberal-Ultraconservadora? Quem são os intelectuais orgânicos que representam as aproximações e quais expressam as tensões? Em quais APHs são identificados? A partir da análise da atuação destes intelectuais e seus APHs, quais seriam as associações e redes de apoio consolidadas em torno do projeto educacional liberal-ultraconservador relacionados através de pontos de convergência com o liberal-social?

No sentido da busca pela distinção destas duas frentes, também nos colocamos a refletir sobre as relações entre o liberalismo e os sentidos político-ideológicos da

religiosidade, especialmente o cristianismo, em sua dimensão transnacional e nas suas determinações históricas no Brasil. Quais seriam as dimensões ideológicas e os interesses das frações de classe dominantes na dimensão aspectos éticos-morais-estéticos, no âmbito religioso do doutrinamento cristão, que dão forma à nova sociabilidade impetrada pela ideologia do projeto educacional liberal-ultraconservador? Quais são as frações de classe dominantes engajadas nesta agenda? Quais igrejas, grupos e intelectuais estariam envolvidos em torno deste projeto de disciplinamento e doutrinamento?

No Brasil, identificamos a ofensiva também como reação ultraconservadora e reacionária mais latente após a série de protestos e manifestações de rua que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas em 2013, conhecidas como *Jornadas de Junho de 2013*, que colocaram em cheque diversas contradições insustentáveis do modelo de conciliação adotado, até então, pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Tal movimento começou com os atos de rua organizados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo, que protestou contra o abusivo aumento do valor das passagens de ônibus que ocorria em mais de cem cidades e da precariedade dos serviços de transporte público em meados de maio. Já em junho, as frequentes e permanentes manifestações já haviam tomado as ruas de todo o país, adensadas por outros movimentos sociais e pautas contestatórias relacionadas à educação e à saúde pública. As jornadas incluíram, dentre as estratégias identificadas nas ruas, a radicalização das formas de luta e enfrentamento, ocasião em que a tática “black bloc”<sup>46</sup> foi bastante utilizada.

Neste período, em muitos estados e municípios diversas categorias de trabalhadores estavam em greve, especialmente os professores, que se somaram ao movimento ajudaram o promovendo um caráter de classe às manifestações. No Rio de Janeiro, por exemplo, os professores de diversos municípios, inclusive da capital, que não realizava greve há dezenove anos, realizaram um movimento paredista histórico que parou a maior parte das escolas estaduais e municipais de todo o estado, em greve conjunta.

---

46 Tática de defesa utilizada inicialmente na Europa, onde um grande bloco protegidas com roupas pretas (por todo o corpo, inclusive no rosto) colocam-se na linha de frente dos atos de rua para garantir o avanço da manifestação e defesa dos demais manifestantes em situações de conflitos e repressão policial.

Conforme o movimento foi tomando grandes proporções e repercussão internacional diante da sua expressividade massiva e da resposta por parte do Estado com o recrudescimento da violência policial buscando frear as multidões, as jornadas de junho foram tomando espaço nas grandes mídias corporativas. Estas tentaram, contudo, juntamente a grupos de direita que começaram a infiltrar-se às manifestações, “reorientar” as manifestações para generalização da pauta “anti-corrupção”. Entretanto, os atos que tentaram organizar demonstraram sua incapacidade de mobilização, como a foi o caso da “Marcha da família contra o comunismo”, que não chegou a reunir uma centena de pessoas. Mesmo neste cenário, a juventude não retrocedeu e permaneceu nas ruas, o que fez com que os governos voltassem atrás em relação ao aumento do preço das passagens e ao mesmo tempo aumentassem o uso das forças coercitivas do Estado através das polícias para reprimir a continuidade das manifestações.

(...) No entanto, a repressão dos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem em nosso país. Não era mais possível manter o real como impossibilidade sem ameaçar a continuidade da vida. (...) A vida que pulsava transbordou, e o dique da ideologia não foi capaz de contê-la. Todo movimento da objetividade que rompe as formas antigas traz duas possibilidades: instituir novas formas ou rerepresentar as velhas em nova roupagem. Os patéticos pactos da presidenta Dilma são uma enfática afirmação que tudo deve continuar como estava (...). (IASI, 2013, p. 45-46)

Ancorados no processo de crescimento da frente de direita liberal-ultraconservadora em todo o mundo, em perspectiva também reacionária, surgem uma série de organizações do mesmo tipo no Brasil que vem expressar essa consonância. Neste contexto, destacamos especialmente a organização e protagonismo assumidos pelos grupos Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR) e Revoltados Online.

O MBL surgiu nas bases de uma grande organização transnacional, a Students For Liberty, criada em 2008, pelo presidente da rede Atlas Network, o argentino Alejandro Chafuen, voltada para a formação de líderes estudantis liberais no nível da educação básica e do ensino superior. Sua extensão no Brasil, o Estudantes Pela Liberdade, foi criada em 2012. A partir das Jornadas de Junho, fundam o MBL para atuarem nas manifestações como um “movimento” – o MBL será analisado em mais

detalhes adiante, no Capítulo II, ao analisarmos da rede Atlas Network e da Students For Liberty.

O VPR, por sua vez, foi criado no ano seguinte, em 2014, pelos engenheiros Rogério Chequer<sup>47</sup> e Colin Butterfield<sup>48</sup>. Tem sua gestão baseada no modelo de governança corporativa empresarial, com um núcleo regional e um conselho diretivo no topo da pirâmide, seguido de coordenações regionais, coordenação de capitais e estados e, por último, coordenações municipais. Em seu manifesto de fundação, atribuem a necessidade de mobilização do “povo brasileiro” diante da indignação à corrupção, que seria o grande mal a ser combatido, apontando o “suprapartidarismo” e o “nacionalismo” como princípios. A partir de outubro de 2014, focalizam a suas ações nas redes sociais (especialmente o Facebook e o WhatsApp) a partir da avaliação de que seriam os melhores meios para a mobilização de manifestações de rua. No final de 2014, duas manifestações no período eleitoral organizadas pelo VPR ganham destaques na imprensa nacional e internacional, inflando o movimento.<sup>49</sup>

O VPR, desde novembro de 2014, passou a organizar e participar de atos juntamente ao MBL e o Revoltados Online. A partir de 2016, passam a atuar diretamente no âmbito parlamentar, criando grupos de pressão sobre parlamentares que iriam votar no processo do *impeachment* de Dilma Rousseff (chegando a produzir em seu site um “Mapa do Impeachment” que divulgava os votos dos parlamentares. Segundo o Relatório de Prestação de Contas de 2017 (único relatório disponível em sua página oficial), hoje a organização possui “um Conselho Estratégico, um Conselho Tático e comitês regionais espalhados por mais de 100 cidades, além de cerca de 14 mil voluntários por todo o Brasil” (VEM PRA RUA, 2018). Declaram que em 2017 receberam, em doações de pessoas físicas (de maneira vaga, sem apresentarem os doadores, as respectivas quantias e os gastos), R\$1.283.939,20 e explicitam a atuação que fariam ao longo do processo eleitoral de 2018:

---

47 Atuante no mercado financeiro há 20 anos, sendo 15 nos Estados Unidos. Desde 2012 voltou para o Brasil e é empresário e sócio da Soap, empresa de consultoria de comunicação voltada para apresentações corporativas. Em 2018, candidatou-se a governador de São Paulo pelo partido NOVO, obtendo 3,32% dos votos no primeiro turno.

48 Formado em Harvard e atuante em bancos de investimentos e no agronegócio. É presidente da Cosan Alimentos, um dos maiores conglomerados empresariais do Brasil. Conheceu Chequer em 2014. Nas eleições de 2018, fez campanha eleitoral presidencial para Jair Bolsonaro (PSL).

49 Informações obtidas em: <https://www.vemprarua.net/>, acessado em 10/10/2018.

Em 2018, um ano eleitoral de contexto muito complexo, o trabalho do Vem Pra Rua precisa ganhar força. Afinal, O Brasil necessita de ações capazes de rastrear as atitudes dos políticos, mobilizar a sociedade civil com responsabilidade, de modo pacífico e ordenado, além de oferecer aos cidadãos ferramentas concretas para a tomada de decisão. (VEM PRA RUA, 2018)

Já o movimento Revoltados Online, foi fundado pelo empresário paulista Marcello Reis, em 2006, como uma página nas redes sociais (inicialmente no Orkut e depois no Facebook). Em entrevista concedida à Revista Piauí, o fundador declarou que nas Jornadas de Junho agrediu manifestantes que estavam com bandeiras de partidos, teve sua imagem circulando nos jornais das grandes mídias corporativas e percebeu a possibilidade de crescimento do movimento através do uso da sua imagem e da atuação em manifestações de rua, que poderiam ser promovidas em sua página na internet. Assim, “converteu o grupo em uma militância política de extrema direita, a favor do intervencionismo militar e, sobretudo, anti-PT”<sup>50</sup>. Em 2016, a página do movimento foi banida do Facebook por veicular conteúdos com discurso de ódio e homofobia e a página pessoal do empresário líder do movimento é utilizada como principal veículo de comunicação. Em 2018, apoiaram a campanha para a eleição do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Também não consta no site, assim como o MBL e o VPR, prestação de contas de doações e gastos da organização.

Destacamos, além do surgimento destes grupos<sup>51</sup>, as manifestações por eles organizadas em 15 de março e em 12 de abril de 2015 que reuniram milhares de pessoas nas ruas com uma ampla pauta da extrema direita em todo o país, com cartazes e faixas contra o corrupção, o governo do Partido dos Trabalhadores, o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, pautas que se intensificaram nos meses seguintes. Além destas, os jornais da grande mídia também publicaram imagens de faixas e cartazes com dizeres “Intervenção Militar Já! O Brasil exige ordem e progresso!”, “Contra o comunismo/ Pela intervenção militar constitucional”, “Fora PT”, “Fora diaba Dilma”, “Contra a

---

50 Reportagem de Guilherme Paravin, publicada em 26/05/2017, disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>> acessado em 05/10/2018.

51 Segundo GOHN, em 12 de abril de 2015, 26 grupos e movimento criaram a “Aliança Nacional Democrática”. Elaboraram um documento, “Carta do povo brasileiro”, assinado por movimentos como VPR, MBL, Instituto Democracia e Ética, Jovens Transformadores, Avança Brasil, Brava Gente Brasileira, Chega de Impostos, Diferença Brasil, Eu Amo o Brasil, Movimento Acorde, Mude Brasil, Nas Ruas, Brasil Melhor, Endireita, Avança, dentre outros. (GOHN, 2017, p. 68)

ditadura bolivariana e o comunismo”, “Exército, queremos nosso país de volta”, “Terceirização sim, PT não!”, dentre outros.

Paralelamente, em contrapartida, em 2015 e 2016, destacamos outro fenômeno, que foram as ocupações de escolas por estudantes das redes públicas de educação básica. Em setembro de 2015, a Secretaria de Educação de São Paulo anunciou um plano de reorganização escolar que visava criar escolas de ciclo único, transferindo de escolas mais de 1 milhão de estudantes e 116 escolas que seriam fechadas com esta medida gerencialista (o que incluía, em consequência, a transferência de todos os profissionais destas escolas). Segundo os dados da Revista Educação<sup>52</sup>, em novembro, a primeira escola foi ocupada pelos estudantes como estratégia de denúncia do autoritarismo do governo do estado (de gestão do Geraldo Alckmin, do PSDB) e visibilidade para a contrariedade dos estudantes sobre estas medidas (chamadas por eles de “desestruturação da educação”).

Em dezembro, já eram mais de 200 escolas estaduais ocupadas em todo o estado de São Paulo. Nas ocupações, os estudantes organizavam-se em grupos de trabalho geralmente autogeridos, realizavam atividades de formação política debatendo sobre os problemas da educação pública no estado e no Brasil, faziam as mais variadas intervenções artísticas com apoio de outros movimentos e apoiadores (do próprio movimento estudantil, sindicatos, artistas, professores universitários, dentre outros) e pautavam suas bandeiras e reivindicações. Em dezembro o governo do estado recuou e revogou o decreto que implementava a reforma. Outros problemas surgiram em outras redes de ensino e, na segunda semana de dezembro, 20 escolas estaduais foram ocupadas em Goiás contra a medida de transferência da gestão das escolas para Organizações Sociais (OSs).

Em 2016, as ocupações de escolas de educação básica, institutos federais e universidades multiplicaram-se em todo o Brasil. Somam-se a este movimento, diversas greves de trabalhadoras e trabalhadores da educação, organizadas por sindicatos e entidades nacionais e locais que se intensificaram por todo o país, apontando especialmente três pontos em comum com as reivindicações estudantis: a contrariedade às políticas de precarização e empresariamento da educação, como a Medida Provisória

---

52 Disponível em ,<http://www.revistaeducacao.com.br/entenda-a-evolucao-das-ocupacoes-de-escolas-em-sao-paulo/>> acessado em 03/10/2018.

nº746/2016, que institui a Reforma do Ensino Médio feita em parceria com os empresários da educação (Movimento Todos Pela Educação) e sem qualquer diálogo com os trabalhadores da educação e estudantes; a defesa do fim da PEC 55, que, através do estabelecimento de um “novo regime fiscal”, congelou os gastos públicos com saúde, assistência social e educação por 20 anos; e a defesa do fim dos projetos de lei do ESP. Mesmo diante deste cenário, o governo de Michel Temer (PMDB) demonstrou autoritarismo e austeridade, seguindo o avançando de políticas. À Reforma do Ensino Médio, somou-se a formulação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que regulamenta as medidas contidas na Reforma em relação à reformulação da estrutura curricular através de itinerários formativos e versa sobre as habilidades e competências que deveriam ser atingidos pelos estudantes, além de quais seriam os conteúdos obrigatórios e eletivos.<sup>53</sup>

Sobre o legado das ocupações estudantis<sup>54</sup>, retomamos reflexão realizada em publicação anterior, do início de 2017:

As ocupações, marcadas por organizações horizontais, autogeridas, pelo combate ao autoritarismo, mostraram que toda a luta em defesa da educação pública não é em vão. Apresentaram à sociedade que outro modelo de educação não só é necessário, como possível, e vai na contramão da militância do movimento ESP. Demonstraram que as escolas só são para todas as pessoas se estiverem debruçadas no combate à violência de gênero, ao machismo, ao racismo e a lgbtphobia. Desmontaram o discurso da “doutrinação ideológica” e apresentaram autonomia no pensamento e na ação. Reconheceram as disciplinas de Filosofia e Sociologia como um direito à socialização do conhecimento científico e reivindicaram a ampliação de seus tempos. Promoveram, nas escolas, outras formas de aprendizado, plurais e horizontais, incluindo a arte e potencializando processos criativos coletivos e individuais, com troca e produção de saberes correspondentes às suas necessidades e interesses. (COLOMBO, 2017, p.201)

---

53 A BNCC do Ensino Fundamental e da Educação Infantil já foi aprovada. Intelectuais orgânicos do movimento Escola Sem Partido, como Orley Silva e Viviane Pettineli (que representam o movimento “Professores Contra Ideologia de Gênero”), fizeram audiências públicas sobre a Base e conseguiram entregar, através da bancada evangélica, uma terceira versão da BNCC para o ministro Mendonça Filho, diferente das duas que estavam em disputa, que foi a versão aprovada no final do processo.

54 Diversas publicações do movimento estudantil estimam que, até outubro de 2016, 134 campi universitários e mais de mil escolas e institutos federais estavam ocupados. O estado do Paraná concentrou o maior número de ocupações, seguido de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Rio Grande do Norte. Porém, sabe-se que o número é bem maior, pois somente no Rio de Janeiro, por exemplo, que não consta nesta relação, foram identificadas mais de 100 escolas ocupadas.



Além do levantamento exposto acima, também ancoramo-nos em autores que vem debatendo as formas de dominação do Brasil recente e que tem analisado as relações entre o movimento das *Jornadas de Junho* de 2013 e a ascensão de pautas reacionárias e conservadoras nos anos subsequentes. Segundo Calil, em relação às contraposições dos dois processos, em 2013 foram enormes mobilizações populares que colocaram em pauta demandas por ampliação da democracia, denúncia da repressão policial e reivindicação por direitos sociais e melhores serviços públicos. Depois, “um avanço da direita, com destaque para posições fascizantes, de regeneração da ditadura, hostilização pública da esquerda e mobilizações golpistas sob distintas formas – da defesa do *impeachment* à reivindicação por 'intervenção militar” (CALIL, 2016, 206). Destaca que, embora as organizações e lideranças da direita tenham sido incapazes de realizar atos públicos massivos em 2013, isso não quer dizer que já naquele período não houvesse base social que sustentasse, adestrada e ideologicamente, as posições conservadoras, reacionárias, anticomunistas e antipopulares.

Por mais que pareça paradoxal, o avanço da direita não se dá apenas nas manifestações de rua que reivindicavam o afastamento da presidenta da República, mas se dá também e sobretudo como resultado dos atos concretos do governo de Dilma Rousseff, muito particularmente a imposição da Lei Antiterrorismo e da Agenda Brasil, que juntos podem implicar no maior retrocesso social e político desde a promulgação da Constituição em 1988 – um retrocesso simultaneamente às liberdades democráticas e aos direitos sociais. (CALIL, 2016, p. 207).

Adiante em sua análise, Calil conclui que houve uma tentativa de reduzir o legado das *Jornadas de Junho* a um movimento desestabilizador, que teria conferido legitimidade a Aécio Neves (PSDB) como alternativa à “conspiração” contra o PT. Porém, para o autor, essa interpretação falaciosa, cômoda ao PT, pois as contestações não seriam nesta lógica um repúdio às próprias ações do partido, oculta um elemento fundamental, que é o fato do avanço conservador ser anterior às *Jornadas*. Trata-se de uma ofensiva ideológica “alicerçada em vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, que incluem desde páginas no Facebook até organizações inter-empresariais, envolvendo vultuosos recursos e que conta com sólida estrutura organizativa” (p.212). Porém, o ódio contido nos discursos da extrema direita anti-PT, tratando-o como um grande governo radical de esquerda, combustíveis para o avanço ultraconservador, coloca um paradoxo, desenvolvido por Calil:

(...) como é possível que seja apresentado como “ameaça comunista” um governo que impõe contra-reformas, mantém uma política econômica estritamente neoliberal e ainda consegue manter parte dos segmentos sociais submissa? Nossa hipótese é que se trata da construção de uma tropa de choque fascista, cujo crescimento é fomentado pelas misérias do governo petista, mas que visa sobretudo os movimentos populares autônomos e as eventuais alternativas reais em processo de formação e que têm como perspectiva a construção de uma hegemonia do mundo dos trabalhadores. (CALIL, 2016, p. 213)

Mais adiante, reforça sobre o caráter da tropa de choque fascista:

(...) Mas, se não está na ordem do dia para as classes dominantes a perspectiva de um golpe contra as instituições democráticas, qual o papel desempenham estes grupos? Precisamente o apoio e legitimação dos processos de progressiva restrição das liberdades democráticas e de reconfiguração restritiva da democracia, além de manter como ameaça/chantagem um horizonte de regressão muito mais intensa, visando paralisar uma eventual ofensiva de organizações e movimentos sociais anticapitalistas. (Idem, p. 224)<sup>55</sup>

Esta relação da burguesia no Brasil com o conservadorismo, impetrando os mais diversos mecanismos de coerção e construção de consensos para a manutenção da ordem e da dominação, não data do período atual. Como analisou Florestan Fernandes (1976), considerando a condição de dependência do país no contexto do capitalismo, a formação da burguesia interna é essencialmente conservadora e isto interfere diretamente no papel assumido pelas frações de classe dominantes na formação histórica brasileira e na forma pela qual atuam através do Estado ampliado.

O sociólogo desenvolve na obra *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976), as características que tornaram o Brasil um país capitalista dependente, subalterno, e também de desenvolvimento industrial tardio em seu processo gradual de “modernização”, ancorado em uma histórica conciliação entre a burguesia

---

55 Consideramos, em nossa pesquisa, o conceito de democracia referido a um regime de restrições de liberdades de acordo com interesses do capital, próximo ao que Felipe Demier caracteriza em “A Democracia Blindada” (em <<http://blogjunho.com.br/a-democracia-blindada/>>, acesso em 10/09/2018). Consideramos importante destacar que, atualmente, no processo de ascensão do fascismo no Brasil, a sua oposição não se dará pelo do retorno deste modelo de democracia artífice do capitalismo, mas justamente por outra democracia no processo de lutas anticapitalistas. A contraposição, para nós, entre fascismo *versus* democracia, encobre os danos predatórios causados por este modelo social-democrata que serviu aos interesses da dominação capitalista, devendo ser substituída pela contraposição fascismo *versus* comunismo.

patrimonialista e os interesses dos latifundiários, voltadas para as demandas impostas pelo mercado externo. Tais elementos caracterizam a nossa formação social, a formação da própria burguesia no Brasil, que não tem autonomia e tampouco condições de impulsionar internamente a ruptura com os países imperialistas (ou, em outras palavras, com o grande capital) e constituir-se enquanto um país “autônomo” no cenário do capitalismo mundial.

Esta interpretação também nos traz elementos para compreender as formas de dominação da classe dominante no Brasil e da formação e atuação das frações de classe dominantes. Considerando a fragilidade da consolidação da burguesia brasileira em torno da dominação de cunho econômico na formação histórica do capitalismo dependente, este elemento vai interferir diretamente na dimensão da dominação e do controle ideológico, haja vista a sua indissociabilidade, pois forma-se ao mesmo tempo como colonizadora e colonizada, como modernizante, mas não como modernizada (pois historicamente escravista), e essencialmente heterônoma. Quando emerge o imperialismo no plano internacional, emerge também o que Fernandes chama de “capitalismo competitivo”, com um duplo aspecto, trazendo, por um lado, a multiplicação do poder de ação dos agentes econômicos privilegiados e, por outro, um fator destrutivo para o equilíbrio econômico do capitalismo global.

(...) Por isso, ela se converteu no pão da transição para o “*Brasil moderno*”. Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava sua universalização. (...) Também foi ela que definiu o *inimigo comum*: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou o semi-assalariado do campo e da cidade. Com esta definição, ela protegia tanto as fontes de acumulação pré-capitalista, que continuaram a dinamizar o persistente esquema neocolonial de exportação-importação, que deu lastro ao crescimento interno do capitalismo competitivo, quanto o modelo de acumulação propriamente capitalista nascido com a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista, que possibilitaram a revolução urbano-comercial e a transição concomitante para o industrialismo, ainda sob a égide do capitalismo competitivo. Essa lógica econômica requeria uma política que era o avesso do que se entendia, ideologicamente, como a nossa “Revolução Burguesa” nos currículos hegemônicos das classes dominantes; e que só foi exatamente percebida de início, em sua essência, significado e funções, pelos politizados operários vindos da Europa. Anarquistas, socialistas e (mais tarde) comunistas, eles não se iludiram quanto ao tipo de dominação burguesa com que se defrontavam. Pintaram-na como ela realmente era, elaborando uma verdadeira contra-ideologia (...). (FERNANDES, 1976, p. 210-211, grifos do autor)

Para controlar a oposição, engendrou-se a noção de que esta só poderia vir “de cima e dentro da ordem”, na forma de conflitos internos no seio da classe dominante, ou pela vida da “oposição consentida”, o que explica a exacerbada insegurança da burguesia e a forte repressão a radicalização dos movimentos sociais e sindicais nas décadas subsequentes. “Isto faz com que a intolerância [e o conservadorismo] tenha raiz e sentido políticos; e que a *democracia burguesa*, nesta situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa.” (FERNANDES, 1976, 211, grifos do autor). Assim, conclui que a forma como se constituiu a dominação converteu a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária.

O mesmo movimento de conciliação de interesses ocorre da transição da concorrência para o capital monopolista, onde a burguesia no Brasil se coloca como mediadora entre os interesses internos e os externos advindos da estrutura e dinâmicos próprios do capital mundial, em uma nova forma de submissão ao imperialismo; pois para manter-se dominante atrelou sua própria existência à continuidade e expansão do capitalismo dependente. Este processo pode ser observado também nas funções atribuídas aos aparelhos de Estado, que serviram a estes fins na transição para o capital monopolista, especialmente no período da ditadura civil-militar.

A burguesia no Brasil, assim, para manter-se em sua condição e ao mesmo tempo assegurar a manutenção de sua hegemonia política, sendo incapaz de romper com a heteronomia, consolida o ultraconservadorismo enquanto fenômeno que destaca-se como elemento característico do capitalismo dependente e atravessador da dinâmica da luta de classes, expressando-se como eixo condutor da sociabilidade e da subjetividade da própria burguesia. A desigualdade de classes e a conservação desta condição, neste sentido, não é um dado transitório, é um elemento estruturante da vida social e política.

Embora Florestan Fernandes (1920-1995) não possa ter analisado os desdobramentos políticos e econômicos no pós-ditadura e, principalmente, a atuação da burguesia no Brasil a partir das mudanças geradas pelo novo bloco histórico neoliberal e de acumulação flexível nas últimas três décadas, nos referenciamos nestas fontes

buscando refletir sobre o que permanece desta formação burguesa nos dias atuais<sup>56</sup>. Ao que tudo nos indica diante dos dados levantados ao longo da pesquisa, muitas características se mantêm nos dias atuais, inclusive ainda mais intensificadas. Tal compreensão nos auxilia a refletir sobre como se dá o processo de recomposição burguesa na atual crise estrutural do capitalismo no contexto brasileiro. Se, por um lado, ao longo das últimas décadas observamos a reforma do Estado na modificação da gestão pública, na reestruturação produtiva e da difusão de novos padrões de sociabilidade, por outro, esta nova estrutura de dominação burguesa no Brasil ainda carrega os profundos traços do ultraconservadorismo (e do intensificado uso do poder coercitivo) advindos da condição do capitalismo dependente.

Além de ultraconservadora, esta frente de direita liberal também expressa um movimento de cunho reacionário. Em seu mais recente livro, *O Projeto Reacionário de Educação* (2016), Luiz Antônio Cunha define como reacionário aquilo “que se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas” (p.3). Neste sentido, desenvolve a tese de que o projeto de educação reacionária em curso – que, para nós, reflete os interesses de disputa por hegemonia de frações de classe dominantes na dinâmica da luta de classes – visa, através dos movimentos de contenção e imposição, frear os processos de secularização da cultura e de laicidade do Estado. Por secularização, o autor refere-se à cultura dominante e a reprodução deste elemento às culturas dominadas, no processo de esvaziamento da religião das esferas sociais autônomas (como é o caso da construção político-social de família, por exemplo). Ela ocorre tanto por vias espontâneas quanto induzidas, se movendo “a partir da interação inter-individual e de agentes institucionais, assim como em espaços públicos e privados” (p.7).

Em relação à laicidade do Estado, ele define que

(...) no Estado laico as instituições políticas estão legitimadas pela soberania popular, ele dispensa a religião para estabelecer a coesão social e/ou a unidade nacional. (...) Decorre daí que, no Estado laico, a moral coletiva, particularmente a que é sancionada pelas leis, deixa de ser tutelada pela religião, passando a ser definida estritamente no campo político. Isso quer dizer que as leis, inclusive as que têm implicações éticas ou morais, são elaboradas com a participação de todos os cidadãos, sejam eles religiosos ou não. O Estado laico não

---

56 Ainda que alguns conceitos utilizados por Florestan Fernandes, tal como o de imperialismo, assim como sua análise sobre “contrarrevolução preventiva” não sejam os mesmos utilizados e/ou desenvolvidos em nossa pesquisa.

pode admitir que instituições religiosas imponham que tal ou qual lei seja aprovada ou vetada, nem que alguma política pública seja mudada por causa de valores religiosos. Todavia, o Estado laico não pode desconhecer que os religiosos de todas as crenças têm o direito de influenciar a ordem política, tanto quanto os não crentes. Renunciando exercer tutela moral sobre a sociedade, os religiosos têm direito a difundir sua própria versão do que é melhor para toda a sociedade, traduzindo seus preceitos nos termos da linguagem política aceitável por todos. (CUNHA, 2016, p.4)

Ao tratar destes processos na história do Brasil, analisa que enquanto o processo de secularização da cultura tem avançado, em diferentes velocidades, o da laicidade do Estado alterna avanço e recuo em cada contexto desde a fundação do Estado republicano. Para exemplificar os avanços da secularização, o autor analisa os processos de descriminalização do aborto, da desconstrução de estigmas de sexo e de gênero e dos usos cada vez mais “profanos” de imagens católicas, considerando que nas últimas duas décadas estas demandas secularizantes foram, em certa medida, incorporadas “pelo Estado” nos governos do Partido dos Trabalhadores e também pela atuação de juízes e promotores em defesa do Estado Laico. Em processo inverso, identifica o protagonismo reacionário de movimentos sociais e deputados e sedadores evangélicos visando à contenção do processo de secularização da cultura e de laicidade do Estado, desde a Assembleia Constituinte de 1987-1988.

Mas, é enganoso pensar que eles são os únicos a atuarem nesse sentido ou que são os protagonistas mais fortes. Senão, como explicar que conseguem controlar todo o Congresso, se somam 70 dos 513 deputados e proporção ainda menor no Senado? Por convergência ideológica, parlamentares religiosos católicos, agnósticos e ateus têm apoiado os evangélicos; outros fazem o mesmo por mero oportunismo; e outros, ainda, por covardia. (CUNHA, 2016, p.30)

Este protagonismo é expresso, como analisa o autor, em torno de projetos que visam, por exemplo, privilégios para as igrejas, retrocessos no que tangem os parâmetros legais sobre família, a própria questão do aborto e dos direitos de pessoas lgbtt's e, especialmente, o que vem sendo representado pelo movimento Escola Sem Partido. Além disso, destaca projetos parlamentares e governamentais em movimento de imposição no processo de secularização da cultura, como é o caso das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Religião nas escolas públicas.

Ainda que o autor não tenha desenvolvido exatamente esta reflexão/conclusão, a partir de uma análise sobre o ESP e da sua utilização como exemplo sobre o processo de contenção da secularização da cultura no que está contido em seus pressupostos político-ideológicos e em seus Projetos de Lei, fomos levados a uma determinada hipótese. Partindo das contribuições trazidas pelo autor, aqui destacados, sobre a secularização da cultura e da laicidade do Estado, questionamos: se o ESP parte do princípio de que “educar seria responsabilidade da família e da religião, enquanto que instruir seria tarefa do professor, o qual teria de se limitar a transmitir o programa pré-definido” (CUNHA, 2016, p.36), não estaria, mais do que contendo a secularização da cultura, ao mesmo tempo em que busca frear o processo de esvaziamento da religião da esfera da família, produzindo uma ideia falseada sobre a laicidade do Estado no momento em que discursa em nome de uma suposta “neutralidade” enquanto a defende em nome de Deus e da família regida pelo sacramentado modelo familiar nuclear judaico-cristão?

Mesmo que não tenha desenvolvido diretamente a respeito desta relação do ESP em seu sentido de ocultar seu papel no movimento de recuo da laicidade do Estado, Cunha (2016) o trata na dimensão do projeto reacionário, que por sua vez a ela está imbricada intrinsecamente.

A explicação para o sucesso do movimento *ESP* tem recorrido à ideologia política direitista e/ou ao fundamentalismo religioso dos seus promotores. Sem descartar um nem outro, que são parcialmente verdadeiros, acrescento outro motivo para o sucesso desse movimento, que me parece de grande importância, até maior do que aqueles, e vigente para todos: o MEDO. Sim, medo da mudança por que passa a sociedade, a cultura, a família. Percebendo a chegada de um futuro incerto, os apoiadores do movimento preferem o que já existe, mesmo sabendo que está cheio de problemas. Melhor ainda se pudesse voltar ao tempo passado, quando tudo era mais justo, mais sincero, mais adequado. (...) Além do medo, outro mecanismo psicológico, que tem sido acionado pelos partidários do *ESP*, é a projeção. Diante da vida em rápida e profunda mudança, os amedrontados pais e mães das famílias pequeno-burguesas gostariam de frear as mudanças e impor seus valores e seus padrões de comportamento aos filhos que já não controlam. Como não podem fazer isso com o rádio e a TV, nem com as pessoas na rua, escolheram a única instituição vulnerável à censura: a escola, na figura dos professores. Porque se os filhos estão saindo da normalidade, é porque alguém está mudando sua consciência, eles próprios não seriam capazes disso. Além de *bodesexpiatórios* bem convenientes, conforme acima, os professores são acusados de “doutrinadores”, justamente o que os acusados pretendem fazer com os filhos e não conseguem alcançar os resultados almejados. Ou seja, eles projetam nos professores aquilo que gostariam de fazer, isto é, a

doutrinação dos filhos, cujos valores e comportamentos fogem do seu controle. E investem contra a presumida “doutrinação” dos docentes. (CUNHA, 2016, p.41, grifos do autor)

Encontramos fortes evidências a respeito do crescimento da direita conservadora e com características reacionárias em aliança com corporações e entidades neoliberais também aqui no Brasil, através de uma profunda rede de think tanks. Os APHs e movimentos sociais neoliberais no Brasil, como veremos no Capítulo II, atuam da mesma maneira articulada e suas bases materiais e ideológicas datam de três décadas antes de 2013. Envia membros para passarem por programas de treinamento oferecidos pelas entidades americanas, promovem a elaboração e difusão de novas estratégias de produção de consenso em relação ao ideário neoliberal, buscam ocultar antagonismos de classe latentes no contexto de crise ideológica e econômica do bloco histórico. Neste contexto, o avanço ultraconservador observado na sociedade civil, em consonância com outras mudanças de correlações de forças na sociedade política, chega no campo educacional. O movimento Escola Sem Partido, que até então não tinha expressividade, ganha eco neste contexto.



## CAPÍTULO II

### OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DA OFENSIVA LIBERAL-ULTRACONSERVADORA

Dentro desta direita radical em âmbito mundial e no Brasil, em uma ofensiva ultraconservadora, destacamos anteriormente liberais-ultraconservadores, que surgem sob o arcabouço liberal, se referenciando especialmente nas fontes de intelectuais liberais como Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Friedrich Hayek e Edmund Burke. Em perspectiva global, como vimos, eles emergiram com força nos Estados Unidos, especialmente após a crise de 2008, como parte do processo de recomposição burguesa no contexto de crise do social-liberalismo como segunda variante do neoliberalismo com o intuito de promover conciliação de classes, disputando a construção de novo consenso em relação ao neoliberalismo, buscando novas maneiras de ocultar antagonismos de classe.

Neste capítulo, refletiremos sobre as especificidades da atuação do empresariado no Brasil, especialmente para compreender o avanço conservador observado desde a década de 1980, que está localizado socio-historicamente ao longo da formação das frações de classe dominantes no país. Na primeira parte e na segunda parte, refletiremos sobre os papéis elaborados e assumidos pelos chamados *think tanks*<sup>57</sup> no Brasil através das demandas advindas de organizações internacionais/transnacionais a partir dos anos 1980, compreendendo-os como *aparelhos privados de hegemonia* (APHs) que assumem uma nova “face” no movimento de recomposição burguesa. Analisaremos como a forma de atuação em rede ancora estes APHs no Brasil através da atuação da rede Atlas Network, de dimensão transnacional, e da Rede Liberdade, de dimensão nacional.

Na terceira parte, abordaremos sobre o surgimento do primeiro *think tank* deste contexto no Brasil, o Instituto Liberal, que surgiu no final da ditadura civil-militar no Brasil, assim como sua influência até os dias atuais na formulação, proposição e defesa de políticas públicas orientadas para os interesses do mercado. Tendo em vista justamente sua atual influência e a dimensão histórica como organizador e promovedor de outros APHs, optamos por seu destaque neste subcapítulo.

---

<sup>57</sup> Em alguns momentos utilizaremos o termo *think tanks* pois assim se autodenominam, considerando que nossa leitura sobre todos eles é de que são aparelhos privados de hegemonia.

Na quarta parte, trataremos sobre outro APH, representante singular de uma onda de *think tanks* que surge no Brasil na virada do milênio, o Instituto Millenium, buscando traçar os nexos entre suas estratégias de atuação e o crescente avanço conservador na contemporaneidade, através da análise de seu protagonismo nas esferas da sociedade civil e política no âmbito do Estado ampliado.

Por último, na quinta parte, analisaremos as novas estratégias de formação e organização de estudantes líderes e “livres” através da organização transnacional Students For Liberty e sua enorme representação e capilarização no Brasil por meio da atuação do Movimento Brasil Livre (MBL), assim como a agenda que tal movimento propõe para a educação, que representa em grande parte o conjunto da agenda da frente liberal-ultraconservadora da educação no país.

## 2.1 Os *think tanks* e as bases da ofensiva liberal-ultraconservadora

*O Marechal Cordeiro de Farias, que havia chefiado a Missão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, declarou, ao se referir à criação de um dos mais importantes aparelhos do Estado, a Escola Superior de Guerra: “Em 1948 nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora [do golpe de 1964], nós tínhamos os homens, as ideias e os meios” (Em 1964: A conquista do Estado, de René Dreifuss, 1981, grifos nossos)*

Os chamados “think tanks” – traduzidos literalmente como “tanques de pensamento” ou “centros de pensamento” – surgem nos anos 1950, nos Estados Unidos. Os intelectuais da extrema direita mundial e no Brasil, como veremos, são encontrados nestas organizações, que reúnem especialistas em determinadas áreas, elaborando projetos e ideias de políticas públicas – visando transformar interesses privados em interesses públicos, universais. Ou seja, produzindo, sistematizando e difundindo teorias sobre estratégias de saída da crise do capital de acordo com os interesses do próprio capital.

Os *aparelhos privados de hegemonia* da ofensiva ultraconservadora ganham um novo nome por parte das organizações do próprio capital (*think tank*) pretensamente inovador e palatável, mas que possuem a mesma função de produção e conformação de consenso no âmbito da sociedade civil, já enunciados pela teoria gramsciana. Ou seja, é

um termo criado pela capital para classificar uma nova formação de organização política com finalidades específicas – diferente de um jornal ou uma associação de um setor empresarial, por exemplo – que, a partir do referencial teórico gramsciano, podem ser considerados uma nova expressão de *aparelhos privados de hegemonia*. Consideramos, pois, que o surgimento e crescimento destes APHs, especialmente a partir dos anos 1970, quando crescem as organizações que buscam a construção do consentimento em relação ao neoliberalismo, defendendo os princípios da economia de mercado, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos e depois em escala global, denotam parte das estratégias de recomposição da burguesia neste contexto em que desponta a crise estrutural do capital.

Estas organizações apresentam, nos dias atuais, grande capilaridade na sociedade civil e política, buscando promover, por dentro e por fora do Estado estrito, seus projetos e programas politico-econômicos. Para tal, as organizações têm seus intelectuais orgânicos, uma gama de especialistas que realizam palestras, cursos de formação, escrevem colunas em jornais e revistas da grande imprensa, artigos nas páginas da internet das próprias organizações, buscando influenciar a opinião pública de acordo com os interesses da economia de mercado.

Referimo-nos a “opinião pública” na perspectiva de Gramsci, segundo o qual

O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública dequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...) A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2011, p. 283)

No contexto de “crise de autoridade”, como apontamos ao abordarmos os aspectos da crise orgânica, frações de classe dominantes intensificam a atuação de seus APHs na tentativa de garantir a hegemonia enquanto estratégia de unidade dentro de sua classe e no âmbito da luta de classes. No mesmo sentido, na sociedade política, também operam a intensificação dos aparelhos de coerção para a manutenção da supremacia da burguesa dentro do contexto da luta de classes. Seus intelectuais orgânicos cumprem o papel de vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura, operando no nível

superestrutural, visto que, âmbito do Estado ampliado, “é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais” (GRAMSCI, 2011, p. 267).

Neste sentido, Mendonça (2014) destaca que a sociedade civil é marcada pelos conflitos de classe “uma vez que é em seu seio que se elaboram e se confrontam projetos distintos e até mesmo antagônicos, ficando claro, no pensamento gramsciano, que ela é a *arena da luta de classes*” (MENDONÇA, 2014, p.36, grifos da autora), assim como também é marcada por projetos em disputa, derivados de aparelhos de hegemonia distintos que em muitos casos pertencem a uma mesma classe ou fração dela. Dentro do processo de luta de classes, compreendemos a função dos APHs nos termos em que sinaliza Mendonça (2014), cuja a principal função seria de “construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes” (2014, p.35).

No caso dos APHs que se autodefinem como *think tanks*, como atuam na produção de consenso no âmbito da opinião pública, como apontado anteriormente, segundo a definição de APHs apresentada, compreendemos que possuem uma dupla função para as frações de classe dominantes ao qual representam: a) de disputar hegemonia no interior do processo de recomposição burguesa, em dimensão intraclasses; b) de disputar a produção de consenso na dimensão da ocultação dos antagonismos de classe, construindo uma sociabilidade que vise a manutenção e o refinamento da visão de mundo burguesa, associada as forças de coerção no processo de dominação; e c) tornar políticas públicas (universais) seus projetos de hegemonia particulares (privados), chancelando-os pelos governos e, assim, em última instância, capturar a democracia liberal burguesa.

Dito isto, voltamo-nos às reflexões de cunho sócio-histórico acerca da atuação do empresariado nas disputas no interior da sociedade brasileira. Ainda que não expressassem a sua atuação através de organizações do tipo *think tanks* – os quais trataremos no próximo tópico deste capítulo – observamos as organizações empresariais atuando de maneira orgânica no interior do Estado ampliado, no período anterior e durante a ditadura civil-militar brasileira. Para tal leitura, apoiamo-nos especialmente na pesquisa de Dreifuss (1981). Em um robusto resgate sobre as formas organizativas e de atuação do empresariado brasileiro desde o primeiro governo varguista, o autor analisou o comportamento dos setores ruralista e industrial, identificando que, naquele período, era possível perceber uma burguesia nacional (não nacionalista), associada a interesses

político-econômicos multinacionais, especialmente subordinadas aos interesses da hegemonia estadunidense. Com o fim da II Guerra Mundial, consolida-se a economia e a supremacia política do capital monopolista dos centros industriais e financeiros.

As novas formas de capitalismo que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais. O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. O capital ‘nacional’, que fora predominante no governo Getúlio Vargas, conseguiria coexistir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado. (DREIFUSS, 1981, p.49)

Em seguida, através de diversos exemplos, o autor desenvolve como na década de 1950 os interesses multinacionais e associados se fortaleceram e tornaram-se a força econômica dominante já no início da década de 1960 – considerando que este movimento também está inserido em um processo desigual e combinado, onde articulam-se as frações do centro e da periferia do capitalismo dependente. Os novos interesses do mercado, todavia, não eram compatíveis com o corporativismo associativo populista, que naquela conjuntura estavam esvaziados e insuficientes, e assim buscaram constituir “novos *loci* e focos de poder econômico no interior do aparelho de Estado e de novas formas de comunicação de classe com centros de tomada de decisão” (DREIFUSS, 1981, p. 66). Assim, o que estaria mais próximo ao keynesianismo do bloco histórico fordista/keyneisiano é interrompido pelo novo plano político-econômico do golpe civil-militar, não consolidando-se o Estado do tipo de “bem-estar social” no país. A política econômica desenvolvida no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é o que permanece, portanto, no período do novo regime. Dreifuss (1981) analisa que, para os interesses do mercado internacional e interno prevalecesse, foram necessários muitos investimentos e articulações de diversos agentes (sociedade civil) e agências (sociedade política).

Segundo Dreifuss, os agentes sociais modernizante-conservadores – do bloco de poder multinacional e associado – eram verdadeiros intelectuais orgânicos do novo bloco em formação. Classificou-os em três categorias: “a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional; b) administradores de empresas privadas, técnicos e

executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia; c) oficiais militares.” (DREIFUSS, 1981, p. 71). De maneira articulada, escolas e agências “tinham um duplo objetivo, o de preparar quadros para a administração pública e privada e também sugestões para diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como think-tanks empresariais e governamentais”<sup>58</sup> (p.77). Assim, tais interesses de mercado estavam representados nos *think tanks* públicos e técnicos já no início da década de 1960.

Aqueles valores eram disseminados e persistentemente apurados pelos intelectuais orgânicos empresariais através de seminários e conferências para as ‘elites’ na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centro culturais e, finalmente através da criação de organizações de ação que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas. (DREIFUSS, 1981, p. 74)

Por fim, Dreifuss analisa outros diversos aparelhos militares – como a Escola Superior de Guerra e outros programas de parceria entre militares e empresariado – e como também pautaram os interesses por trás do golpe civil-militar, concluindo que o que ocorreu não foi um golpe militar conspirativo, mas “o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa” (DREIFUSS, 1981, p.230). Assim, descreve também um vasto apanhado das estratégias de ação ideológica e social e de ação político-militar que foram estabelecidas ao longo do regime visando sua consolidação e manutenção – tais como reformas e leis e a utilização de peças publicitárias em filmes, programas de televisão, rádio, jornais, revistas.

Na presente pesquisa, compreendemos que os elementos estudados por Dreifuss nos permitem compreender que havia espaço no interior do Estado ampliado para as disputas e intervenções das representações do empresariado outrora mencionadas.

---

58 Dentre eles, Dreifuss destaca “a Escola de Administração de Empresas (fundada em 1950), o Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, o Instituto Superior de Administração e Vendas, O Escritório de Planejamento Econômico e Social – EPEA, precursor do atual Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, os Centro para Treinamento Administrativo (estabelecidos no Rio e em São Paulo sob os auspícios da American Management Association) e, finalmente, dois centros ideológicos-chave: o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE – e a Fundação Getúlio Vargas – FGV – que haviam sido criados anteriormente.” (DREIFUSS, 1981, p. 77)

Assim, questionamos: seria a ampliação do Estado, de acordo com os interesses das frações de classe dominantes no intuito de manter sua hegemonia e supremacia enquanto classe, sempre seletiva?

Assim, ainda que compreendamos que a sociedade brasileira já era, nos termos gramscianos, de tipo ocidental, compartilhamos da leitura de Fontes (2010) e outros autores (CASIMIRO, 2016; BIANCHI, 2016) quando consideram o processo de complexificação das correlações de forças no âmbito da sociedade civil a partir da análise da atuação e desenvolvimento das entidades empresariais.

Embora não partam da noção de crise estrutural do capital como centralidade para a compreensão do que origina os interesses da articulação e mobilização burguesa em seu processo de recomposição, tais autores também consideram que há um processo de atualização e redefinição das estratégias de ação da classe dominante, o que se expressa na enorme disseminação e multiplicidade das entidades empresariais como um dos eixos fundamentais da dominação de classe no Brasil.

Outro ponto em comum em ambas as leituras é o entendimento de que desde os anos 1980, na sociedade brasileira, há um processo contínuo que se aprofunda na contemporaneidade, de formação de uma “nova direita”, composta por segmentos burgueses liberais e ultraconservadores. Em nosso estudo, utilizamos para este processo a noção de “ofensiva ultraconservadora”, mas consideramos que a questão se trata do mesmo fenômeno. Segundo Casimiro (2016), esta “nova direita” tem atualizado seus mecanismos de dominação através dos APHs, buscando universalizar e naturalizar seus interesses de classe como consenso. Atuam, pois, em dois sentidos: tanto no doutrinário, recrutando e formando intelectuais orgânicos, difundindo o pensamento liberal, quanto na ação pragmática por dentro do Estado estrito, estabelecendo diretrizes, intervenções e proposições de políticas públicas (CASIMIRO, 2016, p. 25). Desta maneira, o avanço ultraconservador em termos mundiais – desenvolvido no Capítulo I – ganha capilaridade na sociedade brasileira a partir de contornos específicos de seu contexto. Para compreendermos como se deu este processo, foi necessário voltar o olhar para como as diretrizes do empresariado transnacional se estabeleceram com os interesses da burguesia no país.

Em 1982, no início do governo de Ronald Regan, nos Estados Unidos foi criado o Fundo Nacional Para a Democracia (National Endowment for Democracy, NED). O NED, segundo Minella (2009) foi criado “para financiar atividades e organizações de

diversos tipos no exterior: centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como *think tanks*), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos, organizações diversas da sociedade civil” (MINELLA, 2009, p.15). Através do NED, o empresariado internacional passou a poder desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não-intervenção, estabelecendo uma “diplomacia informal” como elemento potencialmente útil para a política externa estadunidense.

O NED é uma organização privada, mas seu orçamento está presente no Departamento de Estado, sendo aprovado pelo Congresso norte-americano. Os objetivos específicos do NED são: incentivar a criação de *think tanks* por parte do setor privado, incentivar a cooperação do setor privado dos Estados Unidos e aqueles no exterior, promover a participação não governamental em programas educacionais e fortalecer a democracia no mundo. O NED, por sua vez, também subsidia os quatro institutos mais importantes dos Estados Unidos: Center For International Private Enterprise (CIPE), National Democratic Institute For International Affairs (NDI), International Republican Institute (IRI) e Free Trade Union Institute (FTUI).

O CIPE, fundado em 1984, financiou em, seus primeiros quinze anos, 109 projetos na América Latina e Caribe, envolvendo cinquenta organizações em dezenove países. Além de ser vinculado a Câmara do Comércio, os recursos do CIPE são oriundos basicamente do governo dos Estados Unidos, que repassa uma parte através da USAID (United States Agency for International Development) e outra através do próprio NED. Entre os parceiros patrocinadores dos projetos existe o protagonismo de instituições financeiras – no Brasil o financiamento das ações do CIPE foi apoiado por bancos.

Na avaliação do CIPE, três programas se tornaram fundamentais: a) *programas de treinamento* realizados ao redor do mundo para dirigentes de associações empresariais, líderes de *think tank* e jornalistas econômicos; b) *programas de apoio legislativo e econômico*, especialmente para dar suporte à legislação e às reformas favoráveis ao livre mercado; c) *rede de reforma econômica*, estabelecida depois de ter realizado uma série de conferências ao redor do mundo e cujo objetivo é “estabelecer uma conexão entre as organizações parceiras do CIPE buscando compartilhar experiências e recursos, bem como definir agendas de reforma para o futuro” (Bohn, 2001, p. 16). (...) o “coração de todos os projetos do CIPE” é a “*advocacy*”, que significa a promoção efetiva de uma legislação que leve a mercados abertos e encoraje a participação do setor privado na



definição das políticas públicas. O objetivo é desenvolver políticas que fortaleçam os mecanismos de mercado e o avanço dos interesses empresariais. (MINELLA, 2009, p.19, grifos do autor)

Em sua análise sobre o NED e, especialmente, sobre o CIPE, Minella (2009) aponta que, a partir dos anos 1990, o investimento na formação de organizações do tipo think tanks na América Latina, buscando orientar reformas políticas, é enorme. O pesquisador identificou o envolvimento direto de instituições financeiras no financiamento de diversas organizações, incluindo instituições financeiras privadas, além de empresas nacionais e multinacionais. No Brasil, o maior exemplo é o financiamento dos Institutos Liberais a partir de 1983, através de parcerias diretas. Ainda, o autor também destaca que na América Latina também atuam outras organizações que não se vinculam diretamente aos interesses estritamente estadunidenses, como é o caso das organizações voltadas para a promoção das ideias ultraliberais como a Atlas Network – a qual analisaremos a seguir – e o IEA (Institute of Economic Affairs).

Neste sentido, apoiamo-nos também nos estudos de Gross (2004), que pesquisa sobre o surgimento dos Institutos Liberais no Brasil, suas estratégias de atuação e alcances de suas influências. Ela considera que o surgimento dos Institutos como centros de difusão ideológica do neoliberalismo se constituiu numa forma peculiar de organização da burguesia brasileira diferente da trajetória de inserção corporativista no Estado em sua constituição histórica.

Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o Estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais ou financeiros, os Institutos Liberais constituem-se como entidades civis, cujo eixo central de atividade é a ideologia, a difusão de sua concepção de mundo. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos, mas de construir a hegemonia burguesa, ou seja, difundir uma concepção de mundo que transforme os preceitos do livre mercado em “pensamento único”. (GROSS, 2004, p.144)

Compreendendo tais organizações como APHs protagonistas do avanço conservador e liberal no Brasil desde os anos 1980, aprofundaremos nosso olhar, adiante, sob o Instituto Liberal, que surge em 1983 no contexto de investimento da inserção e difusão do pensamento ultraliberal na sociedade brasileira, e o Instituto

Millenium, que surge em 2005, no contexto que surgem muitos outros think tanks liberais no país, buscando difundir uma “nova face” para os institutos, com ações e discursos mais voltados para as expressões da “questão social”.

Tais organizações têm disputado no interior no processo de recomposição burguesa com as frações de classe dominantes associadas ao social-liberalismo. Seria possível definir quais frações estão associadas ao social-liberalismo e quais estão com o liberalismo-ultraconservador? Quais são os projetos disputados no interior do bloco no poder? Ou seria uma condensação, cuja hegemonia restrita está se desenhando a favor dos conservadores-liberais? Dadas as dimensões da presente pesquisa, não buscaremos responder a estas questões, mas consideremos importante apresentá-las, uma vez que expressam hipóteses que mobilizam e acompanham nossas reflexões sobre os APHs do avanço ultraconservador no contexto brasileiro.

Antes, para compreendermos o poder político de elaboração, sistematização, difusão, capilarização e influência destas organizações, é fundamental debruçarmo-nos sobre a forma de atuação em rede destes APHs – ou seja, em grandes frentes associativas de apoio e integração. Assim como também consideramos fundamental traçarmos a dimensão transnacional do que estamos chamando de frente liberal-ultraconservadora. Faremos a seguir, portanto, um subcapítulo sobre esta atuação em rede através de uma análise da rede Atlas Network – transnacional – e da Rede Liberdade – nacional.

## **2.2 Atuação em rede: a Atlas Network e a Rede Liberdade**

Esta forma de atuação em rede foi “semeada” em seminários engajados em dar organicidade, coesão e homogeneidade a “consciência de classe capitalista”, em processo intensificado no final da década de 1970 (HOELEVER, 2016, pp. 81-86). O *think tank* Atlas Network<sup>59</sup>, que foi criado em 1981 nos Estados Unidos, ganhou notório destaque pois, segundo Hoelever (2016), diferente de muitas entidades estadunidenses, tem atuação transnacional e funciona como elemento comum de conexão de diversas outras organizações. Representa uma rede de *think tanks* que começaram a surgir e crescer no contexto de crescimento do ideário neoliberal e neoconservador a partir dos

---

<sup>59</sup> Legalmente registrado como Atlas Economica Research Foundation, sediado em Washington, D.C.. Desde 2013 utiliza o nome fantasia “Atlas Network”.

anos 1970. É uma espécie de *metathinktank*, atuando como fomentador, financeiro e intelectual, de outras 486 entidades similares em 93 países de todo o mundo<sup>60</sup> que, por sua vez, também tem como princípio a defesa de “políticas públicas orientadas para o mercado” (p.87). Segundo Baggio (2016)

Nas organizações parceiras da Atlas Network, os “princípios”, “valores” ou “missão” incluem, praticamente sem variações, a defesa da livre iniciativa, do livre mercado, do empreendedorismo, da responsabilidade individual, da propriedade privada, das liberdades individuais, da meritocracia e da limitação de ação dos governos. Algumas dessas organizações visam à capacitação de indivíduos para serem multiplicadores dos seus princípios e, em alguns casos, a formação de lideranças empresariais. Nem sempre perspectivas ultraliberais são explicitadas, ainda que com muita frequência, na maioria das organizações. (BAGGIO, 2016, p. 4)

Segundo Baggio (2016), a Atlas Network não recebe recursos governamentais e é gerida a partir de doações de corporações, fundações ou individuais; por ser registrada como uma organização sem fins lucrativos, todas as doações feitas nos Estados Unidos são dedutíveis de impostos. Além disso, como destaca Hoelever (2016, p.88), é difícil identificar o quanto a organização repassa para as entidades associadas, pois um dos seus papéis é justamente articulá-las a outras fontes de financiamento.<sup>61</sup> Sua principal função, portanto, não é financiar outras entidades – embora também indiretamente contribua com o financiamento ao estabelecer conexões das entidades com outros doadores diretos – mas justamente atuar como organização central que conecta as demais entidades, centralizando suas ações, ainda, na formação intelectual lideranças

---

60 Dados atualizados retirados de <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>, acessado em 19/11/2017.

61 Em reportagem do jornal The Intercept Brasil, o jornalista Lee Fang aponta que: “Memorandos e outros documentos de Fisher mostram que, em 1986, a Atlas já havia ajudado a organizar encontros com executivos para tentar direcionar fundos americanos para sua rede de *think tanks*. Em uma ocasião, um funcionário da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o principal braço de financiamento internacional do governo dos EUA, recomendou que o diretor da filial da Coca-Cola no Panamá colaborasse com a Atlas para a criação de um *think tank* nos moldes do IEA no país. A Atlas também recebeu fundos da Fundação Nacional para a Democracia (NED), uma organização sem fins lucrativos fundada em 1983 e patrocinada em grande parte pelo Departamento de Estado e a USAID cujo objetivo é fomentar a criação de instituições favoráveis aos EUA nos países em desenvolvimento.” Publicada em 11/08/2017, disponível em <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>> , acessada em 05/08/2018.

empresariais ou de militantes<sup>62</sup> que atuem difundindo tais princípios político-econômicos.

Para um maior entendimento sobre os reais objetivos e o potencial de capilaridade da Atlas Network, consideramos ser importante um levantamento sobre seus intelectuais orgânicos e seus espaços de influência e de atuação. Como ponto de partida, identificaremos estas dimensões na figura de seus presidentes, compreendidos aqui como intelectuais orgânicos formuladores e sistematizadores, nos termos gramscianos, dado o nível de influência e suas formas de atuação, como veremos adiante.

Seu fundador e principal idealizador foi Antony Fisher (1915-1988). Ele foi um empresário britânico, que fundou em 1955, em Londres, o Institute of Economic Affairs (IEA) – do qual foi conselheiro por 20 anos. O IEA, segundo a própria descrição da Atlas Network em sua página oficial, é o “grande pai” da organização. Através da reportagem do jornal *The Intercept Brasil*, é possível identificar a importância de Fisher e da IEA na difusão do neoliberalismo nos anos 1970 e, posteriormente, formação de outros grandes APHs, além da rede Atlas Network:

O IEA ajudou a popularizar os até então obscuros economistas ligados às ideias de Hayek. O instituto era um baluarte de oposição ao crescente Estado de bem-estar social britânico, colocando jornalistas em contato com acadêmicos defensores do livre mercado e disseminando críticas constantes sob a forma de artigos de opinião, entrevistas de rádio e conferências. (...) O instituto aproveitou a oportunidade [na crise de 1970] e passou a oferecer plataformas para que os políticos pudessem levar os conceitos do livre mercado para a opinião pública. A Atlas Network afirma orgulhosamente que o IEA “estabeleceu as bases intelectuais do que viria a ser a revolução de Thatcher nos anos 1980”. (...) Em uma carta a Fisher depois de vencer as eleições de 1979, Thatcher afirmou que o IEA havia criado, na opinião pública, “o ambiente propício para a nossa vitória”. (...) O IEA fechava um ciclo. Hayek havia criado um seleto grupo de economistas defensores do livre mercado chamado Sociedade Mont Pèlerin. Um de seus membros, Ed Feulner, ajudou a fundar o *think tank* conservador Heritage Foundation, em Washington, inspirando-se no trabalho de Fisher. Outro membro da Sociedade, Ed Crane, fundou

---

62 Destacamos que diversos membros do Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo, passaram por programas de formação do Atlas Network, como mostra a reportagem da Agência Pública (AMARAL, 2017).

o Cato Institute, o mais influente *think tank* libertário dos Estados Unidos.<sup>63</sup>

Na década de 1970, Fisher mudou-se para os Estados Unidos, após também ter sido diretor, por dois anos, no Canadá, do think tank ultraliberal Fraser Institute.<sup>64</sup> Segundo o Atlas Network, Fisher participava das reuniões da Sociedade Mont Pélérin, era defensor do liberalismo clássico, era amigo íntimo e morador do prédio onde também viviam Milton e Rose Friedman (em São Francisco), e teve dúvidas sobre como atuar politicamente em defesa do do livre mercado, até que “o economista laureado com o Prêmio Nobel, Friedrich A. Hayek, o convenceu a abandonar as aspirações eleitorais e, em vez disso, começar a trabalhar construindo instituições que lutariam na linha de frente em uma batalha de ideias global” (ATLAS NETWORK, 2015, tradução livre).

De 1970 ao início dos anos 1980, segundo matéria publicada pelo Instituto Liberal, Fisher atuou fomentando diversos think tanks em Vancouver BC (o Instituto Fraser), San Francisco (The Pacific Research Institute), Nova York (The Manhattan Institute) e também outro em Londres (o Instituto Adam Smith, um braço e complemento do IEA). Segundo o Instituto Liberal, “logo, o mundo todo chegava às portas de Antony e, em 1981, ele incorporou a Atlas. Foi aí que, de fato, começou a construir a rede liberal, da Europa para a América do Norte, para a América do Sul e até mesmo para a Ásia e a África”<sup>65</sup>.

John Blundell (1952-2014) foi o segundo Presidente/CEO (diretor executivo) da Atlas, de 1987 a 1991. Ao mudar-se de Londres para os Estados Unidos em 1982, tornou-se membro do Institute for Humane Studies (IHS) e do Heritage Foundation, além de já ser membro da Sociedade Mont Pelérin – no qual ajudou a organizar a maior reunião da associação, em 2002. Suas relações estreitas com Fisher também se estreitaram na atuação pela IEA, onde Blundell foi diretor geral de 1993 a 2009. Além

---

63 Escrita por Lee Fang, publicada em 11/08/2017, disponível em <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>, acessada em 05/08/2018.

64 Informações obtidas em diversos documentos sobre Antony Fisher disponíveis na página virtual do think tank, em homenagem aos 100 anos que o economista faria em 2015. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/antony-fisher>. Acessado em 19/11/2017.

65 Trecho da matéria “25 anos depois de um nome a recordar: Antony Fisher”, do Instituto Liberal, disponível em <https://www.institutoliberal.org.br/blog/25-anos-depois-um-nome-a-recordar-antony-fisher/>, acessado em 15/11/2017.

de notarmos seu potencial de influência entre ultraliberais a partir dos seus cargos e entidades onde atuou, destacamos um trecho de matéria publicada pela IEA, sobre a entrada de Blundell na Atlas, referindo-se ao seu potencial de articulação da rede de think tanks: “Este era o ponto em que a combinação particular de habilidades e qualidades de John [Blundell] se tornaram evidentes e ficou claro que ele havia encontrado seu métier. Em 1987, ele se tornou presidente do Atlas e, no ano seguinte, tornou-se presidente da IHS. Em ambas as instituições, presidiu um período de crescimento dinâmico e inovação”<sup>66</sup>.

Já o terceiro e atual presidente/diretor executivo da Atlas, de 1991 até os dias atuais, é o argentino Alejandro Antonio Chafuen – época em que o programa neoliberal avança de forma robusta na América Latina. Segundo a Atlas, Chafuen, radicado nos Estados Unidos, ingressou no think tank em 1985 e trabalhou com Antony Fisher, na época seu mentor. Graduado em economia na Universidade Católica Argentina, foi professor na Universidade Católica Argentina, Universidade de Buenos Aires e The Hispanic Universidade Americana. É também fundador e presidente do Conselho do Hispanic American Center For Economic Research (HACER)<sup>67</sup>, vice-presidente do Cedice Libertad (think tank liberal da Venezuela) e

(...) atua em vários conselhos, incluindo a Fundação Chase da Commonwealth da Virgínia, o Instituto Acton para o Estudo de Religião e Liberdade, o Instituto Fraser (Canadá) e Membro Honorário e Membro do Comitê de John Templeton Fundação, a World Charity Foundation, e The Templeton Religion Trust. Ele é membro do conselho de conselheiros da The Philanthropic Enterprise e foi membro do comitê fundador da Donors Trust. (...) O Dr. Chafuen é um colaborador regular da Forbes.com, escrevendo uma coluna chamada "Empreendedores Intelectuais", que se concentra em grupos de reflexão e especialistas em políticas. (ATLAS NETWORK, 2017)<sup>68</sup>

---

66 Trecho de matéria da página da IEA, escrita por Steve Davis, em 23/07/2014. Disponível em: <https://iea.org.uk/blog/john-blundell-rip>, acessado em 15/11/2017.

67 “Fundação criada em 1996, com sede em Washington, D.C., que se dedica a promover as ideias ultraliberais na América Hispânica e entre hispano-americanos que vivem nos Estados Unidos.” (BAGGIO, 2016, p. 5)

68 Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/about/people/alejand-ro-antonio-alex-chafuen-ph.d2>, acessado em 19/11/2017.

Ao todo, identificamos 13 organizações brasileiras associadas a rede Atlas: o “Estudantes Pela Liberdade” (versão brasileira do Students For Liberty, SFL, que analisaremos mais adiante); o Instituto Atlantos, sediado em Porto Alegre; o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), sediado em Porto Alegre; o Instituto de Formação de Líderes (IFL), sediado em Belo Horizonte; o Instituto de Formação de Líderes – SP (IFP-SP), sediado em São Paulo; o Instituto Liberal (IL), sediado no Rio de Janeiro; o Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP); o Instituto Liberdade (o antigo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul); o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, sediado em São Paulo; o Instituto Millenium, sediado no Rio de Janeiro; o Líderes do Amanhã, sediado em Vitória (ES); o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, sediado em São Paulo; e o LIVRES (organização que surgiu a partir de uma tendência do Partido Social Liberal), sediado no Rio de Janeiro<sup>69</sup>. Desta maneira, o avanço ultraconservador a nível mundial ganha capilaridade na sociedade brasileira a partir de contornos específicos de seu contexto sob a influência destes think tanks, promovidos e apoiados pela Atlas.

A associação entre a Atlas e estes 13 APHs brasileiros se dá através de eventos em comum – como é o caso do Fórum da Liberdade, que ocorre anualmente desde 1988 no Rio Grande do Sul, promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE) com o apoio institucional da Atlas –, cursos de formação realizados no Brasil e no exterior, compartilhamento de produções teóricas e consultorias a partir da rede de “especialistas” (intelectuais orgânicos) que são colocados em contato a partir da organização e, ainda, com apoio financeiro às organizações associadas, como é o caso do repasse de verbas através de doação direta da Atlas Network para o Students For Liberty, por exemplo.<sup>70</sup>

No âmbito da América Latina, grande parte dessas organizações ultraliberaes também são filiadas à uma outra rede, além da Atlas Network, que é a Rede Liberal da América Latina (RELIAL). Esta foi criada em 2004 e reúne, além de think tanks, partidos políticos liberais. Segundo levantamento e análise de Lamosa (2018), a Rede Liberdade também compõe a RELIAL:

---

69 Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/3>. Acessado em: 19/11/2017. Nota: O Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, segundo o levantamento aqui realizado, não constava como associado da Atlas até o final de 2016.

70 Em trabalhos de pesquisas futuros, pretendemos aprofundar a análise sobre as diferenças e aproximações entre estas organizações.

A Rede Liberdade é parte da Rede Liberal da América Latina (RELIAL) criada em 2004 com o apoio e por iniciativa do Escritório Regional para a América Latina da Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit – FNF, organização que atua em todos os continentes e mais de uma centena de países contando com associados. A Rede Liberal para a América Latina é formada por 37 instituições liberais de 17 países da América Latina. Segundo seu documento de fundação a organização se apresenta: “comprometidos com o progresso e com o desenvolvimento de seus respectivos países, partidos políticos e think tanks, as organizações membros da RELIAL difundem e implementam princípios liberais, assumindo como bandeira a defesa da democracia, o respeito aos direitos humanos, a primazia do estado de direito e o fomento à economia de mercado; valores próprios de indivíduos responsáveis consigo mesmos e com a sociedade. (Palestra proferida por Rodrigo Lamosa, em 25 de outubro de 2018, no X Simpósio Nacional Estado e Poder, realizado na Universidade Federal Fluminense)

Em sua página oficial, a RELIAL declara ter como princípios: “1. A defesa da democracia; 2. O respeito dos direitos humanos; 3. La primazia do Estado de direito; 2. O fomento da economia de mercado”<sup>71</sup>. As organizações brasileiras filiadas à RELIAL, até 2016, são o IL, o IEE e o Instituto Liberdade. Hoje, o Instituto Liberdade não consta mais na página da rede.

Além das redes transnacionais, também encontramos os elos de ligação dos APHs sediados e atuantes no cenário nacional em uma outra grande organização no Brasil, a Rede Liberdade – que, por sua vez, também é associada à rede Atlas Network. Ao contrário da Atlas, que foi criada para fomentar o surgimento de novas organizações partidárias da economia de mercado e articulá-las em todo o globo, a Rede Liberdade surge para aglutinar as organizações em um contexto em que elas já estavam se difundindo, em 2016, propondo-se a organizá-las em rede e promover parcerias, ou seja, para fortalecê-las. Em sua página oficial e nas redes sociais, não foi possível encontrar seus fundadores e um texto oficial de seu lançamento.

Porém, na página oficial do Instituto Mises Brasil, em um programa de *podcast* nomeado “Os objetivos da Rede Liberdade”<sup>72</sup>, publicado em 19 de dezembro de 2016,

---

71 Informações disponíveis em <<http://relial.org/>> , acessado em 07/10/2018.

72 Em <<https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=469>> , acessado em 10/10/2018.



após a fundação da rede em novembro, é possível identificarmos os conselheiros Helio Beltrão (conselho consultivo), Ricardo Pechansky Heller (conselho gestor) e Tomás Martins (conselho consultivo). Na página do Instituto Liberal de Minas Gerais<sup>73</sup>, também identificamos outros três conselheiros: Bruno Zaffari (conselho consultivo), Debora Roichman (conselho gestor) e Rodrigo Saraiva Marinho (conselho gestor e diretor de operações).<sup>74</sup>

O primeiro, Hélio Marcos Coutinho Beltrão, é fundador-presidente e membro do Conselho Consultivo do próprio Instituto Mises Brasil que realizou gravação do programa. Também é fundador e foi membro do conselho consultivo do Instituto Millenium (IMIL), do qual hoje consta no quadro de “especialistas”. Fez graduação em finanças com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Segundo seu perfil no site do IMIL, foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos, é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da Lab SSJ. É sócio-proprietário do Grupo Ultrapar, que controla os postos de combustíveis Ipiranga, Ultragaz, Oxiteno, Ultracarga e Extrafarma, filho do ministro do planejamento do governo da ditadura civil-militar Costa e Silva, Hélio Beltrão.

Já Ricardo Heller, foi presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) para a gestão 2015/2016 e também é “especialista” do Instituto Millenium. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e pós-graduação em Marketing de Serviços pela ESPM. Segundo seu perfil na página do IMil, “atua como advogado desde 2006, quando passou a integrar a banca Stifelman Advogados, da qual se tornou sócio em 2008, sendo responsável pela área tributária.”

Bruno Zaniol Zaffari é presidente do Instituto Liberdade e foi presidente do IEE na gestão 2013/2014. É diretor/ceo da Belmondo, diretor da Fundação Iberê Camargo, membro do conselho deliberativo do Instituto do Câncer Infantil e do Conselho de

---

73 Em <https://www.facebook.com/institutoliberaldeminasgerais/posts/ontem-foi-fundada-a-rede-liberdade-um-projeto-que-consistir%C3%A1-em-melhorar-a-coord/673341676142574/>, acessado em 10/10/2018.

74 Não foram localizadas em nossas buscas as informações sobre Tomás Martins. Sobre Debora Roichman, identificamos apenas que foi diretora-presidente do Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte na gestão 2015.

Economia da Fecomércio-RS. Segundo seu perfil na página do Instituto Liberdade, "escreve quinzenalmente para o jornal Zero Hora. Tem MBA com foco em Gestão Empresarial pela ESPM-RS. Advogado formado pela PUCRS. Participou de cursos de educação executiva na Fundação Dom Cabral, Columbia Business School, Harvard Business School e Disney Institute.

Por último, Rodrigo Saraiva Marinho, advogado, é presidente do Instituto Liberal do Nordeste, membro do Conselho Editorial da Revista Mises e membro do Conselho de Administração do Instituto Mises Brasil. De acordo com seu *currículo lattes*, é mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), graduado em direito pela mesma uinversidade (2002), professor de Direito Empresarial e de Processo Civil na UNICHRISTUS e na Pós-Graduação da UNICHRISTUS, além de ser professor convidado da FESAC – Fundação Escola Superior de Advocacia do Ceará – e professor da Pós-Graduação da Universidade de Fortaleza e da Estácio de Sá. Nas eleições de 2018, filiou-se ao partido NOVO e candidatou-se a deputado federal pelo estado do Ceará; não foi eleito.

Na mesma página do *podcast* do Mises Brasil, também consta a notícia que revela como a Rede está pautada na influência sobre as políticas públicas no Brasil através de suas organizações associadas:

(...) a Rede Liberdade tem como propósito reunir e direcionar os esforços na difusão, divulgação e implementação das ideias de liberdade em âmbito nacional. Formada por entidades e indivíduos que realizam trabalhos regionais em áreas específicas em diversos estados brasileiros, a RL tem como objetivo influenciar e pautar as políticas públicas para tornar o Brasil mais livre. (INSTITUTO MISES BRASIL, 2016)

Além destes objetivos, no programa os três conselheiros entrevistados também comentam sobre os planos de trabalho para 2017, onde fica explícito o foco da função da atuação em rede, enquanto potencializadora de ações que visem impactar a influência liberal nas políticas privatizantes:

Nós estabelecemos como prioridade para o biênio 2016-2017 a questão da privatização da Petrobrás, dos Correios, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. (...) Acabamos por concentrar esforços na privatização dos Correios. Nos separamos em quatro grupos de trabalho (eventos, lobby, mídia impressa e mídia audiovisual) e todos estes grupos direcionando seus trabalhos para a

privatização dos Correios. (...) Nosso objetivo é impactar nas políticas públicas nacionais (...) mas um trabalho nessa grandeza só pode ser feita na união desses institutos e grupos de estudos. Então a Rede representa esse ambiente, ou essa combinação de esforços, um espaço onde esses esforços podem ser orientados para um objetivo comum, evitando que essas iniciativas fiquem restritas a um grupo menor de influência. (...) (INSTITUTO MISES BRASIL, 2016)

Mais adiante na entrevista, os conselheiros são indagados sobre as projeções para os anos 2017 e 2018, no qual respondem sobre como a ideologia liberal vem sendo disseminada e como isso representa o crescimento da possibilidade de mudanças no cenário político-econômico no país através, especialmente, da atuação destes APHs também no âmbito da sociedade política:

Nossas ideias estão pouco a pouco contaminando a imprensa, contaminando a política e inclusive políticos da velha guarda que começam a ter um discurso que muitas vezes soa familiar para nós que estamos envolvidos com as ideias liberais. (...) A gente agora tem ideias que são consideradas mais charmosas e a gente é capaz de alavancar nesse crescimento e na aceitação das nossas ideias. (...) *Em 2018, a gente pode colher os frutos já na política. Faz parte, de mudar o Brasil, mudar as regras do jogo, mudar as leis e eventualmente, lá na frente, mudar a constituição* (...) E em 2018, já temos representantes nossos no congresso, em várias assembleias legislativas e municipais ao redor do Brasil mas acreditamos que vamos aumentar rapidamente nossa participação. *Então 2017 é um ano transformador e de preparação para essa nova fase em que a gente efetivamente sai um pouco da torre de marfim, continua na torre de marfim na produção de ideias, mas sai pouco dela para impactar cultura, o que é fundamental e impactar política pública.* (INSTITUTO MISES BRASIL, 2016, grifos nossos)

A maioria as organizações associadas à Rede Liberdade surgiu nos últimos cinco ou dez anos, ainda que algumas delas tenham sido criadas na década de 1980, como é o caso do IL e do IEE. Segundo Baggio, como veremos a seguir através da análise sobre o ano de fundação das organizações que compõem a Rede Liberdade, é possível identificar que “nos anos dos governos Lula e Dilma houve uma proliferação, no Brasil, de organizações defensoras do Estado mínimo ou do enxugamento do Estado, com maior ou menor estrutura de atuação” (BAGGIO, 2016, p.7).

Para compreendermos a representação destas organizações no que estamos chamando de ofensiva ultraconservadora que se expressa na virada do milênio e ganha

grandes proporções no Brasil especialmente depois das jornadas de junho de 2013, foi realizado o levantamento<sup>75</sup> realizamos o levantamento daquelas que estão associadas a Rede Liberdade.

<b>TABELA 1 - Think tanks brasileiros associados à Rede Liberdade</b>			
	<b>Nome</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Ano de Fundação</b>
<b>1</b>	Instituto Liberal (IL)	Brasil	1983
<b>2</b>	Instituto de Estudos Empresariais (IEE)	Brasil	1984
<b>3</b>	Instituto Atlântico	Brasil	1993
<b>4</b>	Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista*	Brasil	2002
<b>5</b>	Instituto Liberdade (antigo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul)	Brasil	2004
<b>6</b>	Movimento Viva Brasil	Brasil	2004
<b>7</b>	Instituto Millenium (IMil)	Brasil	2005
<b>8</b>	Movimento Endireita Brasil	Brasil	2006
<b>9</b>	Instituto Ludwig von Mises Brasil (Mises Brasil)	Brasil	2007
<b>10</b>	Instituto de Formação de Líderes – SP	São Paulo	2007
<b>11</b>	Instituto Ordem Livre*	Brasil	2009
<b>12</b>	Instituto de Formação de Líderes – Belo Horizonte	Belo Horizonte-MG	2011
<b>13</b>	Instituto Líderes do Amanhã	Vitória-ES	2011
<b>14</b>	Estudantes Pela Liberdade (EPL)	Brasil	2012
<b>15</b>	Expresso Liberdade	São Luís-MA	2012
<b>16</b>	Instituto de Formação de Líderes – RJ	Rio de Janeiro	2013
<b>17</b>	Instituto Liberal do Nordeste	Região Nordeste	2013
<b>18</b>	Clube Farroupilha	Santa Maria-RS	2013
<b>19</b>	Instituto Liberal de São Paulo	São Paulo	2014
<b>20</b>	Clube Ajuricaba	Amazonas	2014
<b>21</b>	Instituto Carl Menger	Brasil	2014
<b>22</b>	Instituto Liberal do Centro-Oeste*	Região Centro-Oeste	2014
<b>23</b>	Movimento Liberal Acorda Brasil	Brasil	2014
<b>24</b>	Instituto Liberal do Triângulo Mineiro	Minas Gerais	2015
<b>25</b>	Instituto Liberal de Alagoas	Alagoas	2015

<sup>75</sup> Fonte: <https://redeliberdade.org/#/> . Acesso em: 02/02/2018. As informações relativas às datas de fundação dos institutos foram encontradas, através de levantamento, nas páginas oficiais ou nas redes sociais de cada uma das 29 organizações citadas.

<b>26</b>	Instituto Atlantos	Porto Alegre-RS	2015
<b>27</b>	Instituto Democracia e Liberdade	Curitiba-PR	2015
<b>28</b>	Instituto Liberdade e Justiça	Goiânia-GO	2016
<b>29</b>	Vox Brasilis	Brasil	2016
<b>30</b>	Instituto Liberal de Minas Gerais	Minas Gerais	2016
<b>31</b>	Centro Mackenzie de Liberdade Econômica	Brasil (concentra as atividades em São Paulo)	2016
<b>32</b>	LIVRES	Brasil	2016
<b>33</b>	Lideranças nas Escolas	Brasil	2016
<b>34</b>	Instituto de Formação de Líderes – Florianópolis	Florianópolis-SC	S/D

Fonte: <https://redeliberdade.org/#/>. Acesso em: 02/02/2018 e 14/09/2018. Informações relativas às datas de fundação dos institutos encontradas nas páginas oficiais ou nas redes sociais das próprias organizações.<sup>76</sup>

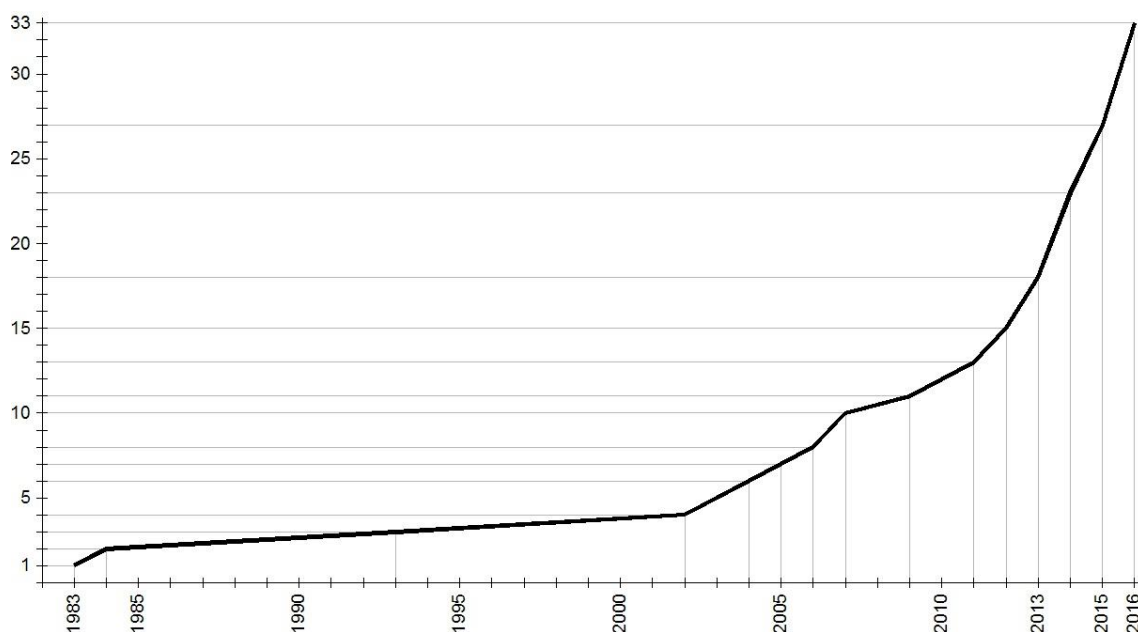
Nota-se que, dentre as 34 organizações associadas, desde a fundação da primeira (1983) à quarta (2002), surgiram apenas quatro ao longo de 21 anos, ou seja, antes do início do governo do Partido dos Trabalhadores (2003). Em seguida, identificamos 11 organizações ao longo de 10 anos, entre 2003 e 2012. Depois das jornadas de junho de 2013, com o crescimento da ofensiva ultraconservadora-liberal no Brasil, surgiram 18 organizações do mesmo tipo apenas em quatro anos, entre 2013 e 2016.

Ou seja, ao longo do período total de 35 anos, ao longo de 60% do período (21 anos), surgiram apenas quatro organizações, o que corresponde a 11,7% do total de institutos. Em seguida, em 28,6% do período (10 anos) surgiram 11 organizações, o que corresponde a 32,4% do total de institutos. O que nos leva a perceber, portanto, que em apenas 11,4% do período (4 anos), nota-se o crescimento de mais da metade da totalidade dos institutos associados, o que representa 52,9%.

---

76 As organizações que estão com um (\*) só foram identificadas na página em 02/02/2018 e não constam mais na lista de institutos associados. Optamos por deixá-las para a caracterização do período.

**Gráfico 1 – Variação das datas de fundação dos APHs da Rede Liberdade**



Fonte: Dados da pesquisa organizados na TABELA 1. Autor: Halley Colombo.

Representando tais informações em gráfico, percebemos pela variação dos anos de fundação dos institutos associados à Rede Liberdade, a grande diferença da quantidade de APHs que são fundados antes de 2013 e aqueles que surgem depois deste período – marco temporal trabalhado na presente pesquisa como a crise de hegemonia deflagrada pelas *Jornadas de Junho*.

Além destes institutos (APHs), na página oficial da Rede Liberdade também são identificados 23 grupos de estudos associados. São estes: USP Liberal e Guilherme de Jesus Moretzsohn (São Paulo, SP); Clube Caiapós (Ribeirão Preto, SP); Grupo de Estudos Anita Garibaldi (Florianópolis, SC); FIC Libertário, Dragão do Mar e Clube Atlas (Fortaleza, CE); Grupo de Estudos Liberalismo e Democracia (Curitiba, PR); Instituto Tropeiros (Campina Grande, PB); Grupo Domingos Martins (Vitória, ES); Grupo de Estudos Lobos da Capital (Brasília, DF); Juventude Libertária de Sergipe e Núcleo Libertário Sergipano (Aracaju, SE); Grupo de Estudos Liberdade e Resistência – Libres (Mossoró, RN); Grupo de Estudos Heróis do Jenipapo (Teresina, PI); Clube Monte dos Guararapes e Grupo de Estudos Libertários Leão do Norte (Recife, PE); Núcleo de Estudos Joaquim Nabuco e Grupo de Estudos Murray Rothbard (João Pessoa, PB); Não Quebre a Janela e Frente Pela Liberdade – FLP (Maceió, AL); O Quinto (Montes Claros, MG); e Clube Libercracia (Petrolina, PE).

Tal levantamento nos permite perceber o grande crescimento de organizações da extrema direita liberal, que é exatamente o contexto em que o movimento Escola Sem Partido e a ideologia que representa passaram a ganhar notoriedade nacionalmente, sendo associados de maneira direta ao conjunto da agenda para a educação desta frente de APHs.

Assim, destacamos a seguir o Instituto Liberal tendo em vista a importância deste APH ao longo da história de formação dos think tanks liberais no Brasil, além de seu fundamental papel na relação com a Rede Liberdade, a Atlas Network e na formação do conjunto de APHs que formam a frente liberal-ultraconservadora.

### **2.3 O Instituto Liberal e a defesa da democracia**

Em 1983, no contexto do final da ditadura civil-militar e início da transição política para um regime formal do Estado democrático de direito, são criados diversos Institutos Liberais, com o objetivo de difundir as ideias do liberalismo no Brasil, todos associados através do Conselho Nacional de Institutos Liberais e operando de maneira similar em diversas capitais do país. O surgimento, portanto, ocorreu no contexto de disputa por hegemonia no interior da burguesia, no processo de recomposição burguesa, expressa no Brasil de acordo com as particularidades da sociedade brasileira e do capitalismo dependente. Neste contexto, o discurso em defesa do Estado de Direito neoliberal, ancorado na teoria econômica do livre mercado, surgia como oposição, por parte de frações de classe dominantes, ao regime civil-militar. O período de maior expansão da rede teve seu auge nos anos 1990, justamente no limiar do crescimento e consolidação do neoliberalismo no país.

Na segunda metade da década de 1990 (já na presidência de Fernando Henrique Cardoso) esta rede de institutos liberais passou por importante redefinição por meio da unificação de várias filiais em uma única sede no Rio de Janeiro, tornando-se o Instituto Liberal do Brasil (IL)<sup>77</sup>. Segundo Casimiro (2016) e Gross (2004), este refluxo de

---

<sup>77</sup> Neste processo, no Rio Grande do Sul, a filial optou por constituir-se como um instituto próprio ao invés de incorporar-se ao nacional, passando a chamar-se Instituto Liberdade, atuando em parceria com o IL.

institutos liberais, entre 1994 e 2002, ocorreu a partir da avaliação de que com FHC na presidência da república o neoliberalismo já estava sendo defendido nacionalmente pelo Estado estrito, não havendo necessidade de atuação intensiva no âmbito da sociedade civil. Assim, podemos considerar que a retomada da criação, fortalecimento ou multiplicação de think tanks liberais a partir do início do governo do Partido dos Trabalhadores (2003) pode denotar as fissuras da hegemonia no interior das disputas intra-bruguesas.

O principal nome destacado no período de fundação do IL é Donald Stewart Jr (1931-1999), que era membro da Sociedade Mont Perérin. Segundo Casimiro (2016), além de Stewart Jr, que era diretor-presidente da Ecisa Engenharia (uma das maiores empreiteiras do período da ditadura militar), Og Leme<sup>78</sup> também teria sido peça-chave para a criação do instituto. Ele, que esteve dentro do Estado estrito, trabalhando durante seis anos no Ministério do Planejamento no período do governo de Castello Branco, atuou como articulador intelectual do IL juntamente a Antônio Carlos Porto Gonçalves<sup>79</sup> e José Luis Carvalho<sup>80</sup>, ambos também formados da Escola de Economia de Chicago.

Como vimos anteriormente, a criação destes institutos se deu com o apoio de diversas redes e organizações nacionais e transnacionais, como o Liberty Fund, a Tinker Foundation, a Atlas Economic Research Foundation (hoje, Atlas Network) e o Center for International Private Enterprise (CIPE), abordado no subcapítulo anterior. Segundo Gross (2004), a vinculação dos Institutos Liberais do Brasil à essa rede internacional de

---

78 Formado em ciências sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, fez pós-graduação em sociologia e antropologia social. Foi professor universitário de economia na mesma Escola na Fundação Getúlio Vargas e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Formou-se como doutor em economia na Universidade de Chicago, onde foi aluno de Milton Friedman e outros representantes do pensamento neoliberal. Faleceu em 2004. Informações em <<https://www.institutoliberal.org.br/autor/og-leme/>> , acessado em 10/10/2018.

79 “Possui graduação em Engenharia Industrial e Metalúrgica pelo Instituto Militar de Engenharia (1969), mestrado em Economia - University of Chicago (1973), doutorado em Economia - University of Chicago (1974) e aperfeiçoamento em Programa de Desenvolvimento de Executivos de alto nível - University of Western Ontario School of Business Administration (1978). Atualmente é professor titular da Fundação Getúlio Vargas - RJ e professor titular da Universidade Federal Fluminense.” Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4727860U9>> , acessado em 10/10/2018.

80 Até 2011 era vice-presidente do Instituto Liberal. “Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1965), mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas - RJ(1967), mestrado em Master of Arts Social Science Division pela University of Chicago (1970), doutorado em Economics pela University of Chicago(1972) e pós-doutorado pela University of Chicago(1975). Atualmente é Diretor do ICEG da Universidade Santa Úrsula e professor titular da Universidade Santa Úrsula.” Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/650533/jose-luiz-carvalho>> , acessado em 10/10/2018.



*think tanks* robusteceu a integração no movimento ideológico internacional, propiciando a troca de ideias e o aprimoramento dos conhecimentos, assim como o acesso a fontes de informações privilegiadas sobre fontes de financiamento.

Destacamos, ainda, que no mesmo período, em 1984, foi fundado outro think tank do mesmo tipo, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), parceiro do IL, voltado especialmente para a formação de jovens intelectuais donos ou herdeiros de empresas de qualquer ramo de atividade, tendo como base os mesmos preceitos liberais. Uma das ações mais destacadas do IEE é a organização do Fórum da Liberdade, desde 1988, evento que acontece anualmente, considerado pela revista Forbes em 2013 como o maior evento de discussão das ideias liberais da América Latina<sup>81</sup>. Além de ter o apoio político e financeiro das empresas e organizações internacionais/transnacionais, como a Atlas Network, o CIPE, o Liberty Found, o International Center for Economic Growth e o Tinker Foundation, o IL também conta, desde sua fundação, com uma lista diversificadas de grupos econômicos do setor industrial – ALCOA Alumínios S/A, Samarco S/A, Minerações Brasileiras Reunidas S/A, Siderúrgica Açonorte S/A, Simens S/A, VARIG S/A, Construtora Odebrecht, Grupo Eike Batista, dentre muitos outros – e do setor financeiro – Itaú S/A, Banco Bradesco S/A, Unibanco, Citibank N/A, dentre outros. No campo midiático, como financiadora e apoiadora, destacamos a Organizações Globo LTDA (GROSS, 2004; CASIMIRO, 2016).

De acordo com Gross (2004), para difundir os princípios da ideologia liberal, o IL atua de duas maneiras: através de “doutrinação ideológica entre as elites brasileiras, especialmente aqueles segmentos considerados formadores de opinião – universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos e intelectuais em geral; e formulação de estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal” (GROSS, 2004, p.145). Assim, criou as revistas *Think Tank* e *Série Notas: avaliação de projetos de lei* que, até 2001, já tinha publicado, segundo Gross, mais de oitenta edições nas quais se discutia sobre políticas públicas nas mais diversas áreas. Em 1995, cabe destacar, a atuação do IL foi marcada pelo debate em torno da reforma do Estado e da necessidade de políticas públicas orientadas para a reformulação das funções sociais do Estado de acordo os preceitos liberais – o grande marco foi o seminário “Reinventando o Goveno”, em São Paulo, que durou vários meses e contou com a participação de

---

81 Informações retiradas de <http://iee.com.br/forum-da-liberdade/> . Acessado em: 25/11/2017.

convidados estrangeiros para o debate sobre políticas públicas nas áreas agrícola, financeira, trabalhista, de privatização, tributária e fiscal. Sobre a função do Estado, o Instituto Liberal escreve:

O papel do Estado não é planejar a economia, nem constituir uma sociedade igualitária. A principal função do Estado deve ser a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas. A igualdade que os liberais almejam não é a utopia de que todos tenham os mesmos resultados, e sim de que todos tenham as mesmas possibilidades de lutar para conseguir os melhores resultados. A preservação da liberdade individual, o Estado de direito e a economia de mercado são essenciais para que cada indivíduo possa realizar, no limite, suas potencialidades. Nesse sentido, boa saúde e boa educação são pontos de partida para um modelo liberal, porque são niveladoras de oportunidades (Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 1995, p. 4, apud GROSS, 2004, p. 152).

A partir da análise dos artigos publicados na revista Think Tank, Gross (2004) avalia que as propostas de reformulação do Estado, até 2001, estavam voltadas para dois eixos: a flexibilização dos direitos trabalhistas e a privatização das funções sociais do Estado nas áreas da previdência, saúde e educação. Notamos, pois, que tal apontamento está de acordo com a agenda liberal difundida na América Latina a partir de 1990, como debatemos no Capítulo I.

A respeito das propostas para a educação, todas estão pautadas nas formulações liberais sobre qual seria o papel do Estado nesta área. Segundo Milton Friedman (1985), da Escola de Economia de Chicago, a alfabetização e a educação básica deveriam ser financiadas pelo governo, uma vez que há retorno para a sociedade, pois uma sociedade democrática e estável depende de um grau mínimo de alfabetização e conhecimento. Assim, considera que não seria justo que somente as famílias custeassem, propondo um sistema de financiamento estatal – o que não inclui gestão estatal – através de um sistema de *vouchers*, com a coexistência de escolas públicas e privadas, ambas financiadas pelo Estado – tal qual a proposição apresentada pelas organizações Estudantes Pela Liberdade/Movimento Brasil Livre que serão destacadas adiante. As escolas públicas existiram onde não fosse interesse do mercado – no caso da proposição do MBL, esta oferta seria através de escolas militarizadas. Para o ensino superior, defendem a concessão de bolsas de estudo custeadas pelo Estado (tal qual hoje acontece através do ProUni desde 2005, implementado pelo governo de Lula da Silva) e

programas de crédito em universidades privadas (como ocorre através do Programa de Financiamento Estudantil, o FIES, desde 2015, implementado pelo governo Dilma Rousseff).

Percebemos, a partir da análise de Gross (2004) sobre propostas de projetos de lei para a Educação contidas nas publicações do Instituto Liberal, toda esta concepção liberal sobre o papel do Estado – assim como também é possível estabelecermos as mesmas correlações com aquelas propostas para a Educação que destacaremos a seguir nas resoluções do MBL em 2015, que bebem da mesma fonte. Segundo análise da autora:

As propostas para a educação seguem as linhas gerais do projeto para a saúde, ou seja, o papel do Estado deve se limitar ao fornecimento de recursos e abandonar a prestação dos serviços de educação. Esses recursos seriam repassados aos estudantes como um vale-educação, trocado no mercado livre de serviços educativos. As empresas desse mercado, escolas privadas ou cooperativas formadas pelos professores das ex-escolas públicas, venderiam seus serviços num regime de livre competição. As famílias – ou seja, clientes – escolheriam a escola que melhor atendesse às expectativas em relação à educação de seus filhos. O vale-educação seria distribuído igualmente a todas as crianças em idade escolar (7 a 14 anos), independentemente de sua situação financeira, e ficaria a critério dos pais optar pela escola pública ou privada, acrescentando o que fosse necessário como complemento no caso de escolher a escola privada. (GROSS, 2004, p. 154)

Notamos, ainda, a consonância dessas propostas com o que o movimento Escola Sem Partido vem apresentando como modelo de atuação do Estado sobre a Educação, uma vez que, para assegurar os interesses do mercado e ao mesmo tempo das famílias de terem o direito a educação “de acordo com seus princípios éticos e morais”, traz como solução o mesmo modelo de “voucherização”. Para tal, reproduz também outro princípio liberal, além do livre mercado e da defesa irrestrita propriedade privada, que é o dos interesses dos indivíduos (interesses privados) acima do Estado, e não interesses coletivos, universais. Assim, já traçamos alguns nexos entre as propostas dos *think tanks* e algumas organizações (como o MBL) para a Educação que buscam materializar o mesmo discurso político-ideológico representado pelo do movimento Escola Sem Partido. No Capítulo III, ao nos aprofundarmos sobre diferentes aspectos do ESP, trataremos de identificar o conjunto desta agenda.

Segundo Casimiro (2016), além desta forma de ação pragmática, estabelecendo diretrizes e formulando políticas públicas por dentro do Estado estrito, os aparelhos privados de hegemonia também atuam através de ação doutrinária. O IL seria parte de um conjunto de organizações da chamada “nova direita” que investe esforços especialmente neste segundo tipo de ação, buscando universalizar seus interesses de classe como consenso, através da conformação de consenso e produzindo uma nova sociabilidade de acordo com os interesses do capital.

Destacamos, portanto, nesse processo [de difusão do pensamento liberal a partir dos anos 1980], a atuação doutrinária desses intelectuais coletivos da burguesia brasileira, em seu conjunto objetivo de produção do consenso e naturalização dos pressupostos do capital, formando/educando novos quadros de intelectuais orgânicos, costurando ou mediando conflitos inter-burgueses, assim como ampliando e capilarizando a difusão de seus valores para outros espaços estratégicos para além de seu próprio alcance institucional. (CASIMIRO, 2016, p. 237-238)

Os APHs das frações de classe dominantes podem, portanto, corresponder à tensões ou acomodar (arrefecer) tensões intraburguesas.<sup>82</sup> O IL, embora tenha surgido com fins de difundir a ideologia liberal, com o passar dos anos tornou-se mais do que isso, atuando como grande articulador na construção de consenso intra-classe. Segundo Casimiro (2016), o IL emerge como um “córtex político”, organizando ações, formando quadros de intelectuais, articulando interesses intra-classe e desenvolvendo objetivos tático-operacionais. A partir de 2013, o IL declarou e expressou uma modificação nas suas estratégias de atuação. A partir da nova gestão sob a direção de Rodrigo Constantino e Bernardo Santoro, renovou os quadros “em face aos desafios impostos por uma nova geração de tecnologia audiovisual, adaptando o histórico material produzido às novas mídias digitais.” (IL, 2017).

O primeiro, o economista Rodrigo Constantino, formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), já era reconhecido na grande mídia e nos meios liberais por suas colunas na Revista Veja, e nos jornais *Valor Econômico* e *O Globo*. Anteriormente, no Capítulo I, apontamos como o economista atualmente declara-se um

---

82 Tais movimentações, entre e/ou intra APHs podem ocorrer tanto no âmbito da sociedade civil, quanto no Estado restrito. Neste caso, devemos analisar também as disputas e correlações de forças entre as frações de classe dominantes no interior do bloco no poder.

intelectual da direita liberal-ultraconservadora. Como membro-fundador do Instituto Millenium (IMil), ele assume uma postura mais incisiva, como presidente do conselho deliberativo, próxima à que já experimentava no Imil (do qual ainda compõe o quadro de “especialistas”) em relação ao investimento de atuação e propaganda nos meios de comunicação e nas redes sociais. Além da página da internet, passa a gerenciar um blog, uma página na rede *Facebook* e uma no *Twitter*, todas alimentadas diariamente com artigos, notícias e vídeos, geralmente produzidos por colunistas e colaboradores do próprio Instituto.

O segundo, o advogado Bernardo Santoro, chama a nossa atenção pela enorme quantidade de APHs e funções assumidas por ele também na sociedade política nos últimos anos. Professor de economia política da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi presidente do IL entre os anos 2013 e 2016 e hoje compõe o quadro de membros como diretor-executivo. É notório seu papel de presidente no período de reformulação do *think tank*, uma vez que também é diretor-executivo do IMil e coordenou, no mesmo período, o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, em São Paulo, atuando como articulador entre diferentes *think tanks* no Brasil. Foi membro do Movimento Brasil Livre. Entre 2016 e 2017, foi assessor do então deputado federal, atualmente candidato eleito à presidência em 2018, Jair Bolsonaro (PSL). Em 2012 e 2016, tentou eleger-se, sem sucesso, como vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Social Cristão (PSL), o qual era também presidente na cidade de Petrópolis, até integrar o partido Patriota em setembro de 2017. Em 2018, escreveu o plano de governo do candidato eleito a governador do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Social Cristão (PSC), Wilson Witzel, o qual já declarou que Santoro será “um dos subchefes da transição”<sup>83</sup>.

Consideramos, pois, que 2013 foi um marco na atuação dos grupos ultraliberais, como podemos perceber na mudança da orientação política do IL. As chamadas *Jornadas de Junho de 2013*, assim como os movimentos contestatórios ao megaevento Copa do Mundo da Fifa 2014, foram palco de criação, experimentação e inovação de novos elementos na organização dos movimentos sociais anti-sistêmicos. Além de

---

83 Informação disponível em <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/11/05/rj-bernardo-santoro-ex-presidente-do-instituto-liberal-do-rio-sera-subchefe-da-transicao-de-witzel/>> acessado em 10/11/2018.

novas formas de autodefesa aos mecanismos de violência dos aparelhos coercitivos do Estado, a utilização das redes sociais como ferramenta de mobilização, especialmente, transformou a forma como se enxerga, hoje, os protestos de rua. Assim como as redes sociais também viraram, de certa forma, palco de expressão de indignações e veículo para a batalha das ideias.

Ainda que as novas formas e tipos de movimentos sociais oriundos deste contexto não sejam o foco da presente pesquisa, consideramos, como apontado no Capítulo I, que estas transformações de extrema relevância para compreendermos a repercussão que isto gerou para as frações de classe burguesas em disputa no interior do processo de recomposição. Uma vez que percebem as novas formas de protagonismo e articulação da juventude, assim como os avanços da atuação da juventude de direita liberal no contexto destes protestos – como é o caso do MBL, do Vem Pra Rua e do Revoltados OnLine, para citar somente alguns – as organizações do tipo *think tanks* também percebem a urgência de renovação de sua forma de obtenção de conformação de consensos no âmbito de seus projetos políticos – tanto no que se refere à opinião pública, quanto no tocante as suas disputas intraburguesas.

Casimiro (2016), ao analisar as mudanças ocorridas a partir da nova gestão do IL em 2013, destaca um trecho da linha editorial, que hoje já não está disponível na internet após modificações da página em 2016, que declarava, dentre outras coisas que o IL, com tais mudanças, pretendia dialogar com os principais assuntos presentes nas mídias e na sociedade,

(...) a partir de perspectivas ancoradas em todas as diferentes escolas e posições que dialogam com as ideias clássicas do liberalismo. Englobando desde produções teóricas sobre o pensamento liberal até análises imediatas dos fatos que destacam na realidade sócio-política brasileira ou internacional (...), sua linha editorial envolve artigos liberais clássicos, liberais-conservadores, sociais-liberais e anarco-liberais/libertários, bem como está aberta a diferentes escolas econômicas liberais, sem exceção ou predileção, inclusive cedendo o espaço para autores internacionais e nacionais produzirem réplicas ou réplicas sobre qualquer assunto pautado. (IL, 2013, apud CASIMIRO, 2016, p. 278).

A partir do trecho destacado, notamos a relação direta desta reorientação com a orientação anteriormente adotada pelas grandes redes transnacionais analisadas, como a

Atlas Network e o Students For Liberty, que justamente prezam pela ampliação teórica visando a articulação de agendas liberais comuns entre cada vez mais grupos, através da aglutinação de todo e qualquer grupo dentre os chamados *libertários*, ainda que essencialmente mantenha linha de formulação e defesa de políticas públicas, assim como seu quadro de gestores, dentro da perspectiva liberal-conservadora. Podemos, assim, compreender esta mudança como uma tendência orientada por redes ultraliberais transnacionais, que vem consolidando e aprofundando seu papel de consensualização de estratégias de atuação dos *think tanks* liberais por todo o mundo. Em outras palavras, compreendemos que cumprem o papel de acomodar/neutralizar tensões entre determinadas frações de classe dominantes que disputam no processo de recomposição burguesa, formando um grande bloco a partir desta determinada coesão.

Reforçamos este entendimento sobre o direcionamento das grandes redes quando Casimiro (2016) analisa que é possível identificar as mesmas estratégias de ampliação teórica e redefinição do uso das mídias também no Instituto Millenium, no Instituto Von Mises e no Estudantes Pela Liberdade, por exemplo. Cabe ressaltar, como também identifica Casimiro, que mesmo com a ampliação as bases teóricas do IL continuam sendo, fundamentalmente, os pressupostos da Escola de Chicago e da Escola Austríaca de economia.

A partir de julho de 2016, notamos outra mudança. Bernardo Santoro foi substituído por Rodrigo Constantino na presidência do Conselho Deliberativo do IL e quem se torna diretor-presidente é Roberto Gomides, graduado em Administração pela Escola Naval Brasileira – com especialização em “teoria econômica moderna”, pela George Washington University, e mestrando em Economia, na Fundação Getulio Vargas. Segundo o IL, foi Superintendente de Captação de Recursos e Assessor-Especial da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e, recentemente, ocupou o cargo de Gerente de Controles Financeiros do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Outros intelectuais orgânicos do IL, que vem atuando desde 2016, também nos chamam a atenção, pois possuem perfil similar a Roberto Gomides, que trafega entre os setores público e privado e também com experiência militar.<sup>84</sup> Dentre eles,

---

84 A ocupação de cargos ou posições no Estado restrito é essencial para os liberais, sejam eles de qualquer corrente, a partir a atuação “de fora” e “por dentro”, no âmbito, portanto, do Estado

identificamos três com tal perfil, que não faziam parte do quadro de membros do IL até 2015, e que assumem agora com papel destacado na página do IL. Heitor Machado, atua como Gerente de Projetos, “tendo trabalhado em multinacionais de engenharia de construção e software de gerenciamento. Começou sua vida acadêmica nas primeiras colocações de concursos militares, esteve na Marinha do Brasil por sete anos e se voltou para a iniciativa privada estudando Matemática e posteriormente Engenharia Civil. É Master Practitioner em Programação Neurolinguística.” (IL, 2017). Também foi professor de matemática e coordenador das turmas para concursos militares no Sistema Elite de Ensino.

O outro membro é Diego Vieira, que aparece como colaborador, mas tem o perfil destacado na página principal. Ele é formado em administração pela Escola Naval Brasileira, como Roberto Gomides, e também tem especialização em “teoria econômica moderna” pela George Washington University. Trabalhou durante três anos e meio como Oficial da Marinha do Brasil e atualmente trabalha no Governo do Estado do Rio de Janeiro como auditor fiscal da Receita Estadual desde 2012<sup>85</sup>.

O terceiro intelectual orgânico é Diego Reis, formado em antropologia, o único que dos três não teve carreira militar e não atuou na administração pública. É designer gráfico e fundador da Croove, uma “agência e revista eletrônica sobre design, empreendedorismo, branding e criatividade” (IL, 2017). Fez mestrado em Antropologia do Consumo, pela PUC-RS e participou da criação de um site de orientações para consumo, o Luxo S/A.

Notamos, portanto, uma nova gestão capaz de articular, em seu interior, não somente interesses da sociedade civil do empresariado brasileiro e internacional, como notado anteriormente, mas interesses também da sociedade política do país, através da aproximação com os militares e com a esfera do poder público.<sup>86</sup> A entrada do

---

ampliado. Quadros funcionais na aparelhagem estatal, neste sentido, operam para a maior fluidez e consenso da própria burocracia, neutralizando ou isolando resistências.

85 Informações fornecidas em texto escrito por Diego Vieira, publicado em 06/06/2017, em <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/como-fui-aprovado-no-icms-rj/> . Acessado em: 27/11/2017.

86 Observamos, neste movimento, que possivelmente há a tentativa de soldagem teórica relativa a fim de formar um bloco social de intervenção política e ideológica com maior consistência, alcance e planejamento. Neste sentido, a entrada de membros advindos do setor militar poderia significar o ensejo de uma ênfase neste último ponto, não apenas no sentido do plano econômico? Esta entrada



administrador Roberto Gomides, assim como a mudança dos quadros fixos, segundo o próprio IL, marca uma nova fase do *think tank*, justamente pela experiência dos mesmos nos setores público e privado (IL, 2017)<sup>87</sup>. Tais mudanças estariam em consonância com novas orientações da rede Atlas Network? Quais seriam as motivações, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, que geraram esta nova reorientação? Seriam motivações derivadas nas dinâmicas da reestruturação produtiva do capital? Quais seriam estas novas demandas? Que novos aspectos da sociabilidade e da produção de consensos envolveriam? Finalizamos este subcapítulo com o entendimento de que há muito que se observar, identificar e analisar neste processo – em curso – de complexificação das formas de atuação e associação das frações de classe dominantes, em disputa no interior do processo de recomposição burguesa, especialmente no que tange as funções do Estado, para caminharmos rumo às respostas para estas questões.

A seguir, analisaremos o Instituto Millenium (IMil), considerando que este representa uma renovação do papel assumido pelas organizações do tipo *think tank*, atuando como um amplo eixo articulador de diversos outros intelectuais individuais e coletivos desde o início do século XXI. Considerando o papel de seus intelectuais, seria ele uma renovação do papel histórico cumprido pelo IL? Ou ele também estaria ressignificando o IL, quando o membro-fundador do , Rodrigo Constantino, assume a presidência do IL? E qual seria seu papel na frente liberal-ultraconservadora?

#### **2.4 O Instituto Millenium: a direita para o social?**

Diferente do Instituto Liberal, o Instituto Millenium (IMil) é fundado em um contexto em que surgem alguns outros *think tanks* do mesmo tipo. No subcapítulo anterior, apontamos que tal contexto são os primeiros anos do novo milênio, a partir do início do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), que pode denotar novas fissuras da hegemonia no interior das disputas intraburguesas. Consideramos que este movimento pode ser oriundo da combinação de três leituras, por parte de frações de

---

ocorreria para o planejamento de intervenções políticas e sobre os conflitos sociais, propagandísticas e doutrinárias de maneira mais coordenada?

87 Informações disponíveis em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/> . Acessado em 27/11/2017.

classe dominantes em disputa, ancoradas em interesses burgueses tanto internos como transnacionais: a) de que a ideologia neoliberal, que estaria assegurada no governo de FHC, teria entrado em crise e que seria necessário atuar para a conformação de consensos e na esfera de influência na sociedade política através da intensificação de novos APHs liberais; b) de que seria necessário a criação de novos *think tanks* voltados para uma nova conjuntura do social-liberalismo no Brasil, intensificando a mediação de parcerias público-privadas em áreas e serviços públicos, onde o empresariado, através da noção do “capitalismo de face humanizada”, seria responsável, juntamente aos indivíduos, pelo crescimento econômico e pela justiça social, o propalado “desenvolvimento com equidade social”; e c) de que era preciso costurar mais organicamente programas e alianças com seus novos operadores políticos.

A realização de tais estratégias exigiu a “pactuação” entre as forças políticas até então refratárias ou pouco colaborativas. A criação de vários canais “participativos” institucionais durante os governos de Lula da Silva foi um deles, criado no ideário do “diálogo social”. Prestou-se, todavia, para o empresariado, de canal para buscar renovar a hegemonia política em um contexto de regular o funcionamento dos mercados internacionais. Tal renovação foi operacionalizada pela direção do PT, mas seu conteúdo programático também advinha dos APHs da burguesia monopolista, notadamente do Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e outras posições distintas na divisão social da dominação, como Instituto Ethos, Todos Pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), entre outros. Este processo foi capaz de neutralizar os movimentos sociais e sindicais contestatórios, mesmo aqueles que se moviam no horizonte da ordem burguesa, como no caso do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Neste desarme dos movimentos sociais e sindicais contestatórios, os governos de Lula da Silva tiveram um papel estratégico e fundamental na cena política, ao mesmo tempo em que jamais se propôs a fortalecer a luta da classe trabalhadora na construção de uma nova vontade coletiva, emancipatória ou de caráter popular. A via da “inclusão” pela “cidadania do consumo” e da mercantilização dos bens e serviços públicos oxigenou a hegemonia burguesa e, na aparência, atendia às reivindicações das camadas

populares pelo poder de consumo, o que foi possível apenas diante do efêmero suspiro da economia mundial nos anos 2000.

Através do levantamento sobre a Rede Liberdade, percebemos que o Instituto Millenium (IMil) surgiu em um contexto específico no Brasil, associado a criação de outros aparelhos privados de hegemonia do mesmo tipo. E o que o torna diferente dos demais? Quais seriam suas relações com o avanço ultraconservador, especialmente em relação às políticas educacionais brasileiras? E quais as relações podemos estabelecer entre o IMil e a agenda educacional representada pelo movimento Escola Sem Partido?

Neste contexto, o Instituto Millenium surgiu em 2005, buscando difundir uma “nova face” para os institutos, com ações e discursos mais voltados para as expressões da “questão social”. Assim como observa-se posteriormente um “boom” de crescimento de novas organizações, o IMil também seguiu o movimento de renovação das organizações liberais-ultraconservadoras através, por exemplo, de novas linhas editoriais, aprofundamento da sua capilaridade e adensamento do quadro de colunistas e colaboradores associados.

Fundado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade, inicialmente com o nome Instituto da Realidade Nacional, o IMil é lançado em 2006 no Fórum da Liberdade, em Porto Alegre – o mais importante evento da agenda liberal no Brasil, organizado pelo IEE, com o apoio do Cato Institute e da rede Atlas Network. Atualmente, organiza-se internamente, desde seu surgimento, em uma complexa estrutura em uma espécie de trama, onde muitos membros pertencem a mais de uma instância, que podem ser câmaras, conselhos e comitês. Atualmente, estruturam-se através da Câmara de Fundadores, da Câmara de Mantenedores de Projetos, do Conselho de Governança, do Conselho Fiscal e do Comitê Gestor. Segundo a descrição em sua página oficial:

O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo. (...) Por meio de seminários, palestras e encontros realizados por todo o país, do contato com a imprensa e a publicação de análises diárias no portal, o Imil apresenta alternativas para problemas-chave

do país e fomenta o debate com as diversas vozes da opinião pública, contribuindo, assim, para o desenvolvimento nacional (Imil, 2017).

Como organização política, diversos autores (CASIMIRO, 2016; PATSCHIKI, 2014, 2016) tem apontado que o IMil é um típico aparelho privado de hegemonia, afirmando-se

(...) como o maior espaço de produção de consenso para as frações da classe dominante brasileira. É um aparelho privado de hegemonia por excelência, dado que não está diretamente ligado às relações de produção, distribuição e venda. Desse modo, não cumpre as responsabilidades de sindicato patronal, federação industrial, associação comercial, etc., atuando, segundo interpretação fundamentada em Gramsci (2002, pp. 341-342), como “uma nomenclatura de classe” que visa expandir o grupo social do qual se origina, correspondendo a “organismos que, na sociedade civil, não só elaboravam as diretrizes políticas, mas educavam e apresentavam os homens supostamente em condição de aplicá-las” (...) O IMIL resulta da iniciativa de diversos atores de peso da classe dominante brasileira, além de contar com a participação direta de representantes do capital estrangeiro, mobilizando ampla parcela da intelectualidade a seu dispor. (PATSCHIKI, 2016, p. 99)

Antes de adentrarmos em considerações sobre o perfil dos mais de 200 membros associados ao IMil como colaboradores e colunistas “especialistas”, a partir de sua organização gestora já é possível destacarmos alguns intelectuais orgânicos, buscando identificar o perfil político-ideológico deste APH. Os autores citados anteriormente analisaram em seus trabalhos, através do referencial teórico-metodológico gramsciano, a formação e o papel que cumprem os intelectuais orgânicos no âmbito do Estado Ampliado, identificados através dos nomes disponíveis pelo IMil sobre os membros que compõem as câmaras, conselhos e no comitê gestor. Aqui, destacaremos alguns a título de ilustração da dimensão ideológica-econômica, considerando que os dados mais detalhados podem ser encontrados nas referidas obras dos autores.

Entre a chamada “Câmara de Fundadores” destacamos o economista Rodrigo Constantino e o empresário Hélio Marcos Coutinho Beltrão, que compõem o quadro do Instituto Liberal e assumem outras diversas funções em outros APHs, como foi tratado no subcapítulo anterior. Também destacamos, do Conselho de Governança e da Câmara de Mantenedores, Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau (a Gerdau foi fundada por João Gerdau, bisavô de Jorge Gerdau, e é a 14ª maior produtora de aço do mundo). Atua nos setores público e privado. Foi fundador

e presidiu por 10 anos o Conselho de Governança do movimento Todos pela Educação e o Conselho da Fundação Iberê Camargo, é vice-presidente do Conselho da Fundação Bienal do Mercosul e integrante do Conselho da Parceiros Voluntários. Atua também como membro do Conselho do Instituto Aço Brasil, do qual foi presidente durante duas gestões. Faz parte do Conselho Superior Estratégico da Fiesp e do Conselho Consultivo do escritório do David Rockefeller Center for Latin American Studies no Brasil, mantido pela Universidade de Harvard. Formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Entre os quase duzentos especialistas que escrevem como colaboradores do IMil, chama-nos a atenção a série de intelectuais que atuam conjuntamente em outros *think tanks* do mesmo tipo, que dão forma, através de suas diversas atuações, à noção de rede difundida também em teoria por todos estes *think tanks* – ou seja, todos estão conectados a partir de objetivos comuns na defesa do ultraliberalismo, o que se materializa, entre outras maneiras, na atuação dos mesmos intelectuais em diferentes organizações, como pode ser observado no quadro a seguir. Este, foi elaborado a partir da identificação dos colaboradores e colunistas associados que pertenciam a mais dois ou mais outros APHs, dos quais foram desconsiderados os intelectuais que são, ao mesmo tempo, membros de alguma câmara, conselho ou comitê – que já foram identificados anteriormente pelos estudos supracitados.

<b>TABELA 2 – Intelectuais colaboradores e colunistas associados do IMil que se destacam em outros APHs</b>		
<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Sociedade Civil</b>
<b>Anthony Ling</b>	Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1 – Associado do IEE; 2 – fundador do Estudantes Pela Liberdade; 3 – colaborou nas iniciativas do Seasteading Institute, Blueseed e Future Cities Development.
<b>Diogo Costa</b>	Bacharelado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, mestre em Ciência Política pela Universidade de Columbia. Estagiou no Centro para Liberdade e Prosperidade Global no Cato	1 – Presidente do Instituto Ordem Livre <sup>88</sup> , 2 – membro do Conselho Consultivo do Estudantes Pela Liberdade

88 O Instituto Ordem Livre é um braço do Cato Institute no Brasil – este, por sua vez, é um grande *think tank* norte-americano que fornece apoio a organizações e lideranças liberais e ultraliberais em vários países, sendo um dos mais importantes parceiros da Atlas Network (BAGGIO, 2016)

	Institute.	
<b>Margareth Tse</b>	Doutora em Gestão Internacional (instuição não identificada)	<p>1 – Ex-diretora-executiva do Instituto Liberdade;</p> <p>2 – membro Honorário do Instituto de Estudos Empresariais;</p> <p>3 – diretora da Sociedade Mont Pélerin;</p> <p>4 – membro honorário do IEE;</p> <p>5 – ex-diretora da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul);</p> <p>6 – colaboradora de diversos outros institutos, como o Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade, o Property Rights Alliance e o Atlas Network.</p>
<b>Gustavo Ioschpe</b>	Ciência Política e Administração Estratégica pela Universidade da Pensilvânia; mestrado em Economia Internacional e em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Yale, nos EUA.	<p>1 – Membro do conselho do Instituto Ayrton Senna;</p> <p>2 – Membro do Instituto Ecofuturo (Grupo Suzano);</p> <p>3 – Membro da Fundação Padre Anchieta;</p> <p>4 – Membro-fundador da Fundação Ioschpe;</p> <p>5 – Fundador e presidente da G7 Investimentos;</p> <p>2 - Articulista da revista “Veja”;</p> <p>3 - Foi colunista da “Folha de S. Paulo”, “Gazeta Vargas” e revista “Educação”.</p>
<b>Gustavo Leipntiz Ene</b>	(Informação não encontrada)	<p>1 – ex-vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Serviços do RS (Federasul);</p> <p>2 – vice-presidente do Instituto Liberdade (IL-RS);</p> <p>3 – ex-conselheiro deliberativo do Sebrae-RS;</p> <p>4 – ex-membro do Conselho de Economia da Fecomercio-RS;</p> <p>5 – associado honorário do IEE;</p> <p>6 – associado honorário do Comitê de Empreendedores da Federação das Industrias de SP (CJE/FIESP);</p> <p>7 – associado honorário do Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças (IBEF-RS).</p>
<b>Luiz Felipe d’Avila</b>	Graduação em Ciências políticas pela Universidade Americana em Paris e mestrado em administração pública pela Harvard Kennedy School.	<p>1 – Fundador e presidente do CLP - Centro de Liderança Pública;</p> <p>2 – diretor Superintendente da Editora Abril;</p> <p>3 – membro do Conselho da LASPAU (filiada a Universidade de Harvard);</p> <p>4 – membro da Fundação Fernando Henrique Cardoso.</p>
<b>Mário Antônio Guerreiro e</b>	Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); é professor adjunto do departamento de Filosofia da	<p>1 – membro do Instituto Liberal do Rio de Janeiro</p> <p>2 – membro da Sociedade de Estudos Filosóficos e Interdisciplinares da</p>

	UFRJ	Universidade.
<b>Paulo Guedes</b>	Economista com Ph.D pela Universidade de Chicago, EUA.	1 – Membro-fundador do Instituto Millenium; 2 - Fundador e sócio majoritário do grupo financeiro BR Investimentos e um dos quatro fundadores do Banco Pactual; 3 - Colunista no jornal “O Globo” e na revista “Época”. 4 - Foi professor de macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) no Rio de Janeiro. 5 – Ex-CEO e sócio majoritário do Ibmecc.
<b>Ricardo Pechansky Heller</b>	Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e pós-graduação em Marketing de Serviços pela ESPM.	1 – Presidente do IEE (2015-16); 2 – membro do Conselho Gestor da Rede Liberdade.
<b>Rubens Barbosa</b>	(Informação não encontrada)	1 – presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; 2 – presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET) 3 – membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint – USP); 4 – presidente emérito do Conselho Empresarial Brasil – Estados Unidos (CEBEU); 5 – editor responsável da revista “Interesse Nacional”.
<b>Odemiro Fonseca</b>	Graduação na Escola de Administração e Economia – AESP da Fundação Getúlio Vargas.	1 – Fundador e presidente da Associação Nacional de Restaurantes (ANR); 2 – Ex-diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro; 3 – membro do conselho executivo da Wharton School

Fonte: <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/especialistas/> . Acessado em: 05/02/2018. Autora: Luiza Colombo, 2018.

Sobre as parceiras do IMil, além dos outros institutos liberais, especialmente associados através da rede Atlas Network (transnacional) e da Rede Liberdade (nacional), debruçamo-nos também sobre alguns de seus patrocinadores, para o entendimento da complexidade da representação dos interesses de diferentes frações do

empresariado no Brasil. Apesar de não encontrarmos mais na página do instituto o nome das empresas, apenas das pessoas físicas mantenedoras, através das pesquisas de Baggio (2016) e Casimiro (2016), destacamos os grupos empresariais Abril e RBS (filiado à Rede Globo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul), o Grupo Estado, que publica o jornal *O Estado de S. Paulo* – uma aparecia entre os “mantenedores e parceiros” do ImMil até 2016 –, a própria Rede Globo, Grupo Gerdau, Petropar, Odebrecht, JP Morgan, dentre outros grupos; além de empresários do setor financeiro, encontrados nominalmente no site do Imil, como Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central de 1999 a 2002, Ricardo Diniz, vice-presidente do Bank of America Merrill Lynch Brasil, e Pedro Henrique Mariani, presidente do Banco BBM, o grupo financeiro privado mais antigo do país. Assim, consideramos ampla e heterogênea a composição das parcerias do Imil, assim como o potencial de capilarização de suas ideias através destas extensas frentes de atuação. Como analisa Casimiro (2016), através dessa complexa trama de parcerias:

(...) o instituto dispõe, além do poder econômico das frações da burguesia que representa, de um forte capital cultural e simbólico para a reprodução de consenso, ao articular-se com expressivos segmentos da mídia, desde a composição de seu núcleo definidor de pressupostos e dizeres de orientação institucional, assim como do vasto contingente de membros *especialistas* e colunistas convidados que também atuam nos meios acadêmicos e midiáticos, transbordando e capilarizando os valores comungados pelo instituto para muito além da sua própria atuação institucional. (CASIMIRO, 2016, p. 313)

O IMil como um dos maiores APHs da classe dominante brasileira na contemporaneidade forma, segundo Patschiki (2014) “uma rede tanto de militantes orgânicos quanto de solidariedade em torno de si, buscando promover suas formulações ideológicas entre aparelhos privados de hegemonia, partidos e organizações que compartilham crenças, símbolos e linguagem comuns” (2014, p.11). Assim, o IMil vem criando um espaço para uma significativa “pluralidade” interna, tanto em termos de bandeiras de luta específicas quanto formulações gerais, que poderiam vir a convergir dependendo das necessidades impostas pela conjuntura. Estas articulações acabariam por consolidar o IMIL como um dos nós articuladores mais importantes para a disputa hegemônica no Brasil contemporâneo, o que é garantido pelo seu tamanho, público e financiamento.



A partir de dezembro de 2009, o IMil também passou a atuar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), com o registro outorgado pelo Ministério da Justiça. Assim, soma-se ao patrocínio financeiro que já recebia das empresas associadas, doações dedutíveis do Imposto de Renda de pessoas jurídicas de até 2%. Através do título, o *think tank* também passa a atuar em parcerias público-privadas dentro da gestão pública. Com o título de Oscip, o instituto passou a contratar a empresa de auditoria e consultoria Moore Stephens para a realização de balanço anual. Dentre os dados disponíveis na página do IMil, como consta o quadro no ANEXO 2 (Balanço Financeiro IMil 2009-2016), percebemos que as despesas, assim como as doações, dobraram os valores de 2009 a 2016, o que pode denotar, por esse ângulo, um crescimento da atuação e do apoio do instituto no país. De 2009 para 2016, as despesas gerais também quase dobraram, passando de R\$632.000,00 para R\$1.156.059,54. Já as doações, quase triplicaram, subindo de R\$540.000,00 para R\$1.309.858,45. Ainda, o fundo patrimonial passou de R\$160.000,00 para R\$251.201,05.<sup>89</sup>

Dentre as ações e estratégias do IMil, estão a realizações de palestras, seminários, eventos, publicação de artigos, periódicos e livros, como forma de difusão dos princípios da ideologia ultraliberal. Segundo Casimiro (2016), tais ações de construção de consensos ocorrem voltadas tanto para dentro da classe, reforçando a ideologia de acordo com as frações de classe dominantes as quais representa, quanto para a formação de novos quadros de intelectuais orgânicos engajados na sua concepção de político-econômica de mundo. Nas duas frentes, trata-se de alinhar a hegemonia restrita (intra-classe). Quanto à hegemonia política, esta também opera à todo vapor: o crescimento do Instituto e suas ligações midiáticas nos possibilita dimensionar que é um processo que trata-se de doutrinar (inculcar) e convencer a largas camadas médias e populares que o regime econômico e a sociabilidade ultraliberal, associada a medidas conservadoras, é a única e mais racional possível.

A partir das reflexões e análises aqui apontadas, foi possível considerar o Instituto Millenium como um típico aparelho privado de hegemonia do avanço conservador no cenário político brasileiro. Além de lugar de destaque entre as organizações do tipo *think tanks* no Brasil, a partir das redes de apoio transnacionais que investem e fomentam as ações da organização, também foi possível identificar seu papel

---

89 ANEXO 2. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/institucional/prestacao-de-contas/> . Acesso em: 25/11/2017.

central internamente no país como articulador e aglutinar de outros APHs e partidos, buscando obter hegemonia intraclasse das frações de classe dominantes hegemônicas integrantes dessa frente ultraconservadora-liberal, além de disputar o consenso na dimensão da hegemonia política.

Sobre a relação do Imil com o movimento Escola Sem Partido (ESP), trataremos o assunto no Capítulo III de forma mais articulada a partir das ações conjuntas em nome do ESP e do vínculo de seus intelectuais orgânicos (como é o caso do Gustavo Ioshpe, Demétrio Magnoli e Simin Schwartzman, por exemplo, que escreveram artigos publicados na página oficial do movimento ESP). De antemão, identificamos que o IMil, por alguma razão, não declara formalmente seu apoio ao ESP, mas é possível perceber sua estreita ligação através da figura do presidente Rodrigo Constantino, que não poupa esforços em realizar propaganda do movimento em seu blog pessoal e nas redes sociais.<sup>90</sup> Além disso, o próprio Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo que fundou o movimento ESP, era articulista e especialista do Imil até 2009, no período em que escreveu o artigo *Por uma escola que promova os valores do Millenium*.<sup>91</sup> Assim, torna-se interessante a análise das diferentes articulações do próprio Imil, juntamente a outros APHs do avanço ultraconservador brasileiro no âmbito das políticas educacionais, especialmente as relacionadas ao movimento Escola Sem Partido.

## **2.5 O Students For Liberty, o Movimento Brasil Livre e a síntese da agenda educacional da frente liberal-ultraconservadora**

Foi através do intelectual orgânico Alejandro Antonio Chafuen, o atual presidente da Atlas Network, que chegamos a outra organização-chave, além da Atlas, para compreendermos a articulação dos *think tanks* conservadores e o avanço da ofensiva ultraliberal no mundo e, especialmente, na América Latina. Ele é o mentor do Students For Liberty (SFL), organização fundada nos Estados Unidos em meados de 2008, em uma reunião na Columbia University, onde participaram cerca de cem pessoas.

---

90 Informações disponíveis em: [www.institutoliberal.org.br](http://www.institutoliberal.org.br) , <http://rodrigoconstantino.com/tag/escola-sem-partido/> e <http://www.institutomillennium.org.br/>. Acessados em: 22/06/2017.

91 Sobre outras relações diretas entre o movimento ESP e o Instituto Millenium, ver o artigo A ideologia do Escola Sem Partido, por Renata Aquino, publicado em 24/04/2016, disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/24/a-ideologia-do-escola-sem-partido/> , acessado em 12/07/2017.

O SFL descreve-se como uma rede em rápido crescimento de estudantes “pró-liberdade” de todo o mundo, com a missão de “educar, desenvolver e capacitar a próxima geração de líderes da liberdade”, realizando isso “através de uma estratégia de capacitação, identificando os principais líderes estudantis e treinando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades” (SFL, 2017). Intitula-se, ainda, como a maior organização de estudantes libertários do mundo. Mas qual o sentido de liberdade? O que querem dizer com “libertários”?

Em uma análise através dos próprios materiais disponíveis na página oficial do SFL, não é possível, de início, identificar o que a organização define como liberdade. Buscando alargar a possibilidade de penetração em diferentes correntes liberais e entre indivíduos que estão se aproximando de tais leituras, definem o conceito de liberdade como algo amplo, e se definem como:

Uma organização que apoia a liberdade de todas as pessoas. O SFL não determina os fundamentos sobre os quais os indivíduos justificam sua crença na liberdade. Em vez disso, Students For Liberty abraça a diversidade das justificativas para a liberdade e encoraja o debate e o discurso sobre as diferentes filosofias subjacentes à liberdade.” (SFL, 2017, tradução livre)<sup>92 93</sup>

Para além destes textos vagos, navegando pela página oficial da organização é possível encontrarmos citações de Hayek e Friedman, o que, além das pautas defendidas pela organização, nos ajudam a compreender o caráter político-ideológico liberal do sentido de liberdade. Para compreender de fato as correntes assumidas pela organização, contudo, seria necessário realizar seus cursos de formação, pois os materiais não são disponíveis sem a realização de cadastro. Na página oficial, também consta um extenso quadro de membros (intelectuais orgânicos) organizados em “conselheiros” de administração, consultoria, executivo internacional; também consta uma “equipe executiva” e mais de cinquenta membros supervisores de operações da SFL.

Dentre as estratégias de penetração entre a juventude, o SFL foca sua atuação na realização de atividades de formação de lideranças e grandes eventos. Disponibilizam na internet cursos on-line com videoaulas e apostilas de formação. Mas, além disso,

---

92 Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/about/> . Acessado em 16/11/2017.

93 Todavia, a noção de liberdade defendida por tais organizações, como vimos, não é tão ampla assim. Restringe-se à noção de liberdade liberal como foi apontado no Capítulo I.

também concentram esforços no corpo a corpo, na realização de grupos de estudos com alunos de escolas e universidades sobre a economia de mercado e “liberdade”. No primeiro relatório disponível em sua página, sobre os anos 2010-2011, relatam que:

A filosofia da SFL para trabalhar com grupos de alunos é simples: apoiar o maior número possível de grupos de estudantes pró-liberdade. Isso significa que qualquer que seja o nome que eles sigam, quaisquer que sejam os problemas, eles são particularmente apaixonados, qualquer que seja o meio de promover a liberdade que os interesse mais, nós os apoiamos. A rede SFL é ampla para promover "Equipe Liberty". Em 2008, a conferência inaugural da SFL desenhou um total de 42 grupos de estudantes. No final do ano letivo de 2008-2009, a SFL rede incluiu 109 grupos de estudantes pró-liberdade. O final do ano de 2009 e início de 2010, a SFL alcançou 290 grupos estudantis pró-liberdade. No final do ano letivo de 2010-2011, a rede de grupos de estudantes da SFL cresceu para 511 grupos de estudantes. (SFL, 2011, tradução livre)<sup>94</sup>

Na página oficial constam oito relatórios anuais desde 2010<sup>95</sup>. Verificamos que somente relacionam os doadores de recursos financeiros e mantenedores, até o relatório de 2015-2016 – porém, sem a especificação da quantia de doação de cada organização ou indivíduo. Depois, nas duas últimas publicações, consta apenas nos relatórios a quantidade doada e os gastos realizados. Atualmente, os parceiros não constam na página oficial (embora nas redes Atlas Network e Rede Liberdade conste a parceria com o SFL, por exemplo). Para doações, há um *link* específico na página que permite a doação direta de indivíduos ou “fundações”. Desta maneira, consultamos os seis relatórios de 2010 a 2016 e, dentre os doadores, destacamos: Atlas Network, Cato Institute, Anonymous, Google, Institute For Humane Studies, Liberty Found, Foundation For Economic Education, The Free Minds Institute, The Foud For American Studies, Charles G. Koch Charitable Foundation e Charles Koch Institute (dos irmãos Koch) e DonorsTrust (fundo americano).

Analizamos os relatórios de 2017 e 2018<sup>96</sup>. Em relação ao relatório financeiro de 2017, a organização declara ter recebido (sem especificar as fontes) o total de 3.963.748 dólares, sendo destes 46% oriundos de fundações, 36% de indivíduos, 8% de

---

94 Disponível em <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2010/07/2010-2011-SFL-Annual-Report.pdf>> , acessado em 08/10/2018.

95 Todos os relatórios estão disponíveis em <<https://www.studentsforliberty.org/reports>> , acessado em 08/10/2018.

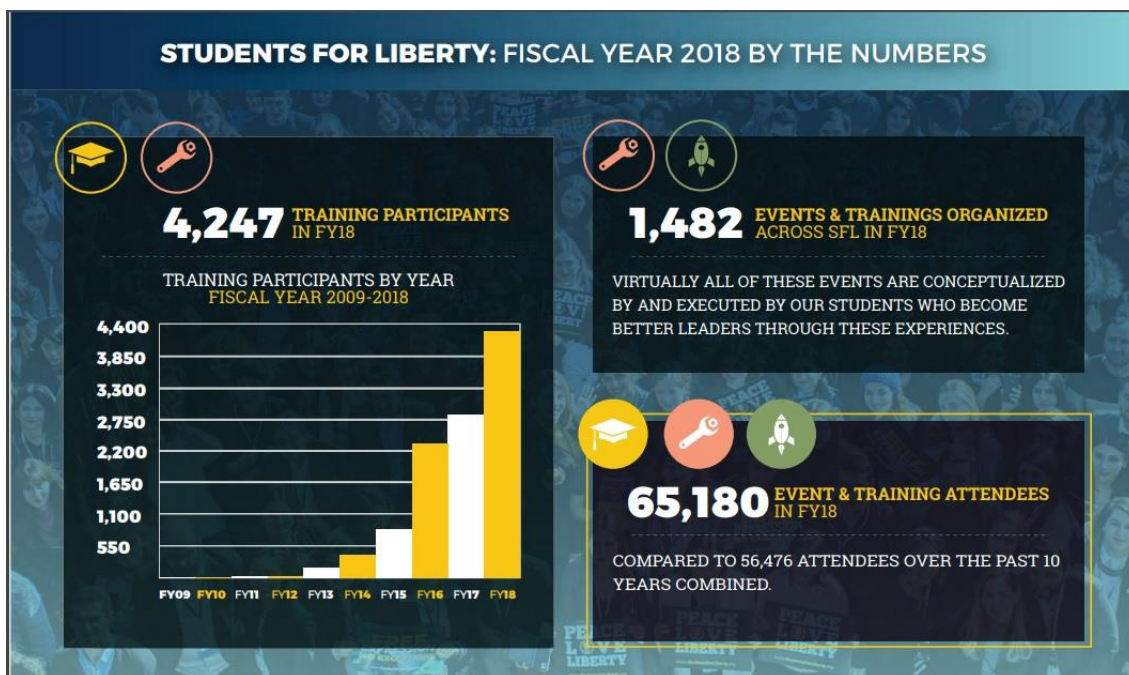
96 Disponíveis em <<https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2018/03/2017-SFL-Annual-Report.pdf>> e <<https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2018/10/SFL-Annual-Report-FY18-FINAL-webshare.pdf>>, acessados em 08/10/2018.

corporações, 9% de eventos realizados e 1% em espécie. Declaram que os gastos foram de 3.887.568 dólares, sendo utilizados 75% no desenvolvimento de programas da organização. Já em 2018, consta a doação de 3.982.651 dólares, sendo 88% oriundos de “contribuições” e “subvenções”, 9% de eventos, 2% de lucros em investimentos e 1% de doações em espécie. Em relação aos gastos, declaram ter utilizado 3.921.632 dólares, nas mesmas proporções de gastos do relatório anterior. Destacamos um dado que nos chama a atenção: além do elevado valor das doações, estas só estão relacionadas à Students For Liberty enquanto organização transnacional. Cada região (que no caso são os continentes, sendo o Brasil o único país destacado como uma região própria, destacado da América Latina) tem suas próprias doações/subvenções/arrecadações e seu próprio relatório de gastos, expressando que a circulação das fontes pagadoras de financiamento é descentralizada e que o montante de doações equivale também as dinâmicas de articulação e associação de cada “região”.

Nos relatórios também constam as atividades desenvolvidas pelo SFL e o acompanhamento da influência da organização em redes sociais. Consta que realizaram 4.527 programas de treinamento, o que representa um aumento de 25% em relação ao ano anterior. O número de doadores subiu de 1.503, em 2016, para 3.134 em 2017. Realizaram 459 eventos em todo o mundo. No relatório de 2018, constam 1.409 eventos, dentre estes 751 na América do Norte e 81 no Brasil.

Em relação a formação específica de “lideranças”, no relatório de 2017, consta a realização de 2.652 atividades de “treinamento de lideranças” ao redor do mundo, sendo 609 só no Brasil (o que representa cerca de 20%). Já no de 2018, não consta o número de treinamentos por região, mas o total de 4.247. Neste relatório, constam também os seguintes dados:

Figura 1 – Balanço de “treinamento de lideranças” do relatório de 2018 do SFL



Fonte: <<https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2018/10/SFL-Annual-Report-FY18-FINAL-webshare.pdf>>, acessados em 08/10/2018

Pelo gráfico exposto no relatório podemos ver o balanço do crescimento das atividades de treinamento de lideranças realizadas desde 2009 até 2018. Ao lado, também constam números bastante expressivos para a nossa compreensão sobre o crescimento desta organização: o total de participantes nos eventos e atividades de treinamento é de 65.180 pessoas apenas no ano de 2018, comparadas ao somatório de 56.476 pessoas que participaram ao longo de todos os 10 anos de existência da organização.

Em pouco tempo, portanto, o SFL foi crescendo pelo mundo, articulado a vários outros APHs. A versão brasileira desta organização, Estudantes Pela Liberdade (EPL), foi fundada em 2012, em um seminário promovido pelo Instituto Ordem Livre (IOL) – um *think tank* que possui membros associados ao Atlas Network, que é uma fração do Cato Institute, um grande think tank estadunidense que organiza atividades de formação voltadas para o público jovem, inclusive o Fórum da Liberdade<sup>97</sup>. Alguns dos

97 Informações disponíveis em: <http://ordemlivre.org/>. Acessado em 16/11/2017.

organizadores do seminário de fundação, membros do IOL, tornaram-se conselheiros do EPL, como é o caso de Diogo Costa. Nos relatórios do SFL, até 2014, constam também outros nomes de “líderes” brasileiros, os quais organizamos a seguir, juntamente aos conselheiros destacados na página do Estudantes Pela Liberdade, conforme informações contidas nas páginas oficiais das organizações e nos perfis dos respectivos membros nas redes sociais (especialmente o Facebook).<sup>98 99</sup>

<b>TABELA 3 – Intelectuais do Students For Liberty e Estudantes Pela Liberdade (2012-2014)</b>		
<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Sociedade Civil</b>
<b>Juliano Torres</b> <b>(Conselho Internacional do SFL 2012-2013)</b>	Faculdade Pitágoras	1- Membro da Atlas Network; 2- colaborador do Mises Brasil; 2- presidente do partido Libertários; 3- membro-fundador do MBL; 3- Editor do portal <Libertarianismo.com>e autor do blog “Preço do Sistema”.
<b>Carlo Rocha</b> <b>(Conselho Internacional do SFL 2012 a 2014)</b> <b>(Conselheiro EPL em 2018)</b>	Graduação em direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestrado em direito na Georgetown University	1- Ex-direror do EFL-SP.
<b>Pedro Menezes</b> <b>(Conselho Internacional SFL 2013-2014)</b>	Universidade de São Paulo (USP)	1- Conselho executivo do Instituto Mercado Popular.
<b>Isabela G. Campos Christo</b>	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)	1- Representante do Brasil nas Nações Unidas; 2- Membro da Atlas Network; 3 - Membro do “Institute of World Politics”.
<b>Carla Pereira</b>	Biomedicina na FEEVALE	1- membro do Conselho Executivo

98 Não relacionamos na tabela os nomes dos membros dos conselhos do Estudantes Pela Liberdade após este período pois só é possível identificar na página oficial aqueles que são membros hoje, em 2018. Sendo assim, não identificamos as informações dos conselheiros entre 2015 a 2017. Dantacamos também que constavam os membros Guilherme Bezerra, Daniel Sabba e Felipe Trentin, mas que não foram identificadas informações sobre estes. O último, escreveu coluna publicada no Instituto Mercado Popular sobre a contrariedade ao *impeachment* e que considera como exageros do MBL.

99 Na página de Fábio Ostermann, identificamos que também foi fundados do EPL e do MBL: “Foi Fellow na Atlas Economic Research Foundation (Washington, DC), Diretor Executivo do Instituto Liberdade, Diretor de Formação e Conselheiro Fiscal do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), co-fundador da rede Estudantes Pela Liberdade, tendo sido o primeiro presidente de seu Conselho Consultivo, Diretor Executivo do Instituto Ordem Livre e Coordenador Nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), entidade da qual foi o fundador, e Diretor Executivo da Fundação Educacional do Partido Social Liberal (PSL). É Professor (licenciado) na Faculdade Campos Salles, associado honorário do IEE, membro do Grupo Pensar+ e líder estadual do LIVRES no RS.” (Disponível em: <http://fabioostermann.com.br/fabio/> . Acessado em: 15/11/2017)

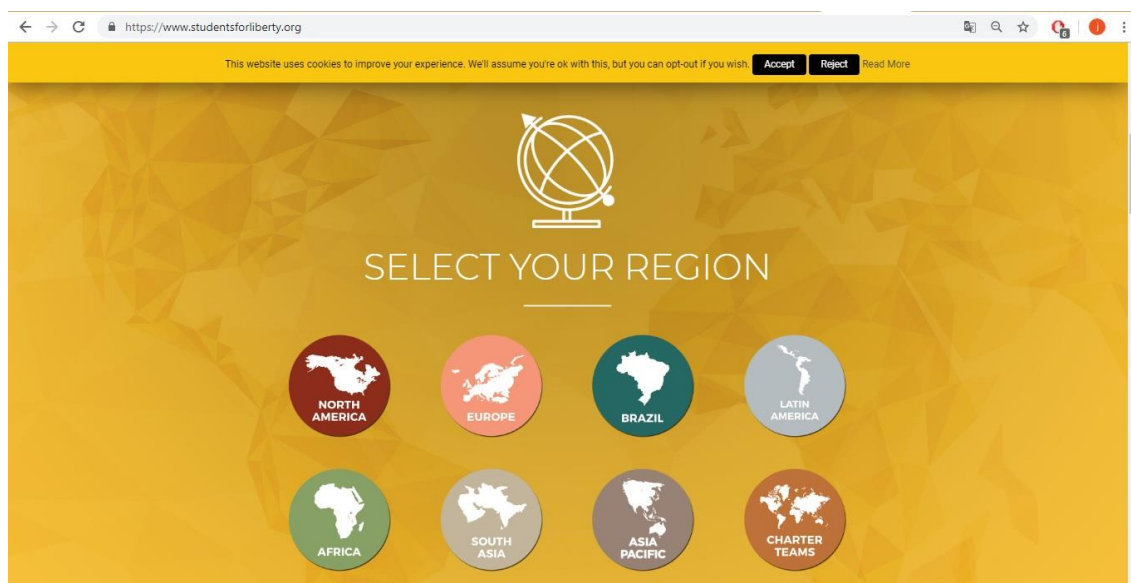
		Nacional do Estudantes Pela Liberdade (EPL); 2- fundadora do Clube Miss Rand; 3- membro do Mises (“grupo que trata de assuntos do universo feminino sob uma perspectiva libertária”.
<b>Diogo Costa (conselheiro EPL em 2018)</b>	Mestre em ciência política pela Universidade de Columbia e PhD em Economia Política pela King's College de Londres	1- Fundador do Instituto Ordem Livre; 2- foi diretor do Instituto de Inovação & Governança (INDIGO).
<b>Paulo Ghedini (conselheiro EPL em 2018)</b>	Wharton MBA Program; CFA institute	1- Foi diretor de ações latino-americanas do Barclays Capital em Londres; 2- foi presidente do conselho de mentores e ganhador do Prêmio Meire Penna em 2016.
<b>Rafael Dal Molin (conselheiro EPL em 2018)</b>	(não identificado)	1- Fundador do Clube Farroupilha; 2- executivo de operações do Instituto Mises Brasil; 3- foi do escritório de gerenciamento de projetos na Apex Investimentos.
<b>Fabrcio Sanfelice (conselheiro EPL em 2018)</b>	Centro Universitário Franciscano	1- Fundador do Clube Farroupilha; 2- Membro analista de operações do Mises Brasil; 3- Membro do Atlas Quantum; 4- chefe de marketing da fintech brasileira “Atlas Project”.

Fonte: Dados levantados na pesquisa, citados em nota. Autora: Luiza Colombo, 2018.

Consideremos importante destacar outro dado identificado na página do EPL. No momento em que aparece a opção de *links* “selecione a sua região”, para quem está navegando direcionar-se para a página onde há algumas frentes do SFL, observamos que, entre as opções de continentes, há apenas um país em destaque, o Brasil – destacado, inclusive, do *link* que direciona para a América Latina. Isto porque, segundo a própria organização, o Brasil é o maior membro da rede SFL, com mais coordenadores (1037 lideranças, segundo a página) do que a soma de todos os coordenadores dos continentes europeu e africano, juntos. Hoje representa, segundo um boletim de 2015, que o número de coordenadores cresceu no Brasil em uma taxa de 100% por semestre e o EPL “agora é o lar de metade dos voluntários da SFL.” (SFL, 2015, p.7)



**Figura 2 – Destaque do Brasil na página do SFL**



Fonte: <https://www.studentsforliberty.org>

E por que o Brasil ganhou destaque na atuação do SFL? Casimiro (2016), analisou e classificou o EPL como um aparelho privado de hegemonia de ação doutrinária, caracterizado pelo recrutamento de jovens universitários para a formação e composição de novos quadros de intelectuais orgânicos da ideologia de mercado. Segundo o historiador, o EPL:

(...) penetra no interior dos cursos, departamentos, centros acadêmicos e movimentos estudantis das instituições educacionais, adquirindo uma significativa capilaridade em espaços fundamentais no que concerne à formação de opinião, e, por sua vez, à produção de consenso. Essa condição lhe confere um grande poder de mobilização. (...) É exatamente nesse potencial de recrutamento, produção do consenso e mobilização para a ação política entre os jovens que se encontra o papel fundamental desse aparelho privado de hegemonia para o projeto da burguesia brasileira de reconfiguração do Estado. (CASIMIRO, 2016, pp.353-354)

No documento da auditoria do EPL dos anos de 2012 a 2016 (TAX SERVICES Consultoria e Auditoria, 2016)<sup>100</sup>, entre os doadores, identificamos doadores “confidenciais” em valores de até 72 mil reais, e doações com identificação. Dentre os identificados, destacamos em ordem de maiores quantias doadas: Atlas Network, Students For Liberty Inc, Eventick Reservas Online Ltda – ME, Instituto Friedrich Nauman e Suzano Papel e Celulose S.A. Este último, também é parceiro do Todos Pela Educação e é o grupo empresarial (Grupo Suzano) do qual Gustavo Ioschpe faz parte (este, que também tem artigos publicados na página do Escola Sem Partido).

Outra estratégia de difusão de ideias do EPL é o desenvolvimento de defesa de determinadas políticas através de campanhas, dos quais eles chamam de “projetos”. São estas: 1) “#EuQueroEscolher”, que trata da defesa da autorregulação do mercado de transportes privados, voltado especialmente para os táxis e *ubers*; 2) “Grupos de Leitura Virtual”; 3) “#FreeToChoose”, que visa a flexibilização de leis que alertam os consumidores sobre os riscos dos alimentos (como transgênicos, por exemplo), buscando romper os regulamentos dos Estados em nome da liberdade irrestrita do mercado; 4) “Eu quero me defender”, contra o Estatuto do Desarmamento, alegando que os indivíduos deveriam ter “o direito de garantir sua própria segurança” através do porte de armas; 5) “Programa de Coordenadores dos Students for Liberty Brasil (SFLB)”, tem como objetivo recrutar estudantes universitários para tornarem-se lideranças ativistas “pela liberdade”; e 6) o “SFL Academy”, que é uma plataforma educacional gratuita com os mais variados cursos.

Destacamos, dentre essas propostas, uma que nos parece bastante emblemática, revelando o quanto é expressivo o antagonismo da mobilização do SFL e dos movimentos sociais populares, como o Movimento Passe Livre (MPL), justamente no mesmo período, evidenciando interesses de classes diametralmente opostos. Enquanto o MPL organizou-se historicamente em defesa do transporte público coletivo (pautando o valor das tarifas, a problemática da mobilidade, dentre outros) e teve papel fundamental no impulsionamento das *Jornadas de Junho* de 2013, o SFL teve como primeira campanha a defesa de legislações que favoreçam o transporte privado sob o discurso da

---

100 Documento obtido em <<http://www.estudantespelaliberdade.com.br/>> , em agosto de 2017. O site oficial mudou para <<https://epl.thinkific.com/>> e <<https://www.studentsforliberty.org/brasil/>> , nos quais o documento não consta mais disponível.

liberdade liberal de escolha dos serviços privados, atendendo diretamente aos interesses de empresas transnacionais como a Uber e de companhias de táxis.

Com o crescimento do EPL, ao fomentar a participação política de seus seguidores na sociedade política – via Estado restrito – o ELP deparou-se com um impedimento ético-burocrático de acordo com o que o definia como um *think tank*. Os membros do EPL queriam participar das jornadas de junho de 2013, para pautar a agenda da direita nas ruas, mas o Atlas Network não financiava “grupos de atuação política”. Assim, para atuar de maneira organizada e não gerar problemas com as agências financiadoras da rede de *think tanks*, os integrantes do EPL fundam o Movimento Brasil Livre (MBL) para a participação política engajada nas manifestações e nas redes sociais. Segundo Amaral (2016), em entrevista com Juliano Torres, que passou pelo treinamento da Atlas Network, hoje diretor/presidente do EPL, para a reportagem citada anteriormente, ele confirma:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil *likes* na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. (TORRES, Juliano, apud AMARAL, 2017)

A relação orgânica entre o EPL e o MBL fica ainda mais explícita no terceiro boletim trimestral publicado pelo SFL em 2015, com a capa “*Estudantes Libertários Lideram Milhões no Brasil*”, no qual destacam na matéria principal a atuação dos

estudantes do EPL nas manifestações de 2015, com o título “Segredos revelados do Brasil: estudantes libertários querem *impeachment* presidencial” (tradução livre).

Figura 3 – Capa do terceiro boletim trimestral do SFL de 2015



Entre muitas fotos de eventos de treinamento de estudantes, de atividades de formação e reuniões organizativas, também estão as fotos das manifestações de 2015 (aquelas que tratamos no Capítulo I referentes a ida da extrema direita às ruas). No texto, destacamos:

As apostas são altas para a liberdade no Brasil hoje. O país enfrenta tanto uma grande economia crise política. Brasil está em recessão graças às políticas fracassadas do Partido dos Trabalhadores. Um processo de impeachment presidencial já começou em meio a um escândalo de corrupção. Tão ruim quanto as coisas são, entretanto, os Estudantes Pela Liberdade (EPL) recusam desistir. Em vez disso, *o EPL está usando o estado atual estado de denúncias como uma oportunidade para espalhar a palavra de liberdade porque as pessoas*

*estão agora cansadas da corrente modelo estatista. (...) Nos últimos meses, a EPL atraiu mais mais de 3.000 participantes de seus eventos; treinado 600 coordenadores; cresceu para quase 100 grupos ligados para a organização; e promoveu suas ideias na mídia tradicional. Uma medida do seu sucesso é o grande número de eventos libertários hospedados no Brasil. Os eventos foram a Liberdade na Estrada (Road Caravan), a Conferência da EPL e a Semana Global do Empreendedorismo. (SFL, 2015, p.6, tradução livre, grifos nossos)*

Notamos, ainda, que nas atividades de formação, o EPL pautou o discurso difundido pelo Escola Sem Partido, justificando que os estudantes do Brasil não conhecem as “ideias de liberdade” porque seus professores estariam impedindo o acesso a elas. Para tal, o EPL definiu este tema como o central do projeto “caravana”, orientando todas as atividades realizadas em 21 cidades do país, em 2015, a tratarem sobre a suposta “doutrinação”:

*O projeto “liberdade na estrada” é uma caravana do EPL organizada por estudantes em eventos patrocinados. Nós definimos um tema, “Verdades que seus professores não ensinaram você”, e os organizadores escolheram palestrantes locais que poderiam desmascarar visões dos participantes sobre mitos estatistas. A caravana viajou para 21 cidades em 2015, compartilhando ideias libertárias para mais de 2.100 participantes, com todos os eventos que acontecem em setembro. (SFL, 2015, p.6, tradução livre, grifos nossos)*

Em seguida, no mesmo texto, exaltam a atuação de Kim Kataguirí, líder estudantil do EPL e membro do MBL, nas manifestações e articulações pelo *impeachment*. Após dizerem, inclusive na capa do boletim, que os estudantes libertários (ou seja, do EPL) estavam liderando das manifestações, buscam de maneira vaga diferenciar a atuação do EPL e do MBL, declarando, sobre Kataguirí, que

*Embora a EPL não esteja envolvida em qualquer atividade política, estamos orgulhosos de ver um EPL Aluno [nome dado aos estudantes “libertários”] tornar-se ativo no palco político nacional e mostrar a diferença que os jovens podem fazer se eles trabalham para isso. (...) Os desafios do movimento de liberdade no Brasil são enormes, mas com estes resultados, EPL está tendo um impacto no cenário político brasileiro. (SFL, 2015, p.8, tradução livre)*

Sobre o financiamento direto ao MBL, sabe-se que existe uma ampla campanha de doação em sua página na internet e venda de camisetas do movimento para arrecadação de fundos. Na matéria *O grupo da mão invisível: dois meses de conversas*

no *Whats App do MBL*<sup>101</sup>, publicada da Revista Piauí, o repórter Bruno Abbud detalha como foram feitas negociações de financiamento do movimento com 158 empresários – como pagamento de viagens e contribuições mensais registradas em planilhas. Em troca, o MBL levaria as pautas comuns dos executivos às discussões públicas e aos encontros a portas fechadas que os membros teriam com políticos e lideranças nacionais. Destacamos, portanto, que o movimento não disponibilizada prestação de contas da arrecadação, das fontes e dos usos do dinheiro recebido para seu financiamento.

Ainda no âmbito da sociedade política, destacamos também que o MBL vem formando uma rede de políticos eleitos no âmbito legislativo. Na página do movimento, como parlamentares *do* movimento, consta o deputado federal Paulo Eduardo Martins (PSDB-PR), e seis vereadores eleitos: Fernando Holiday, em São Paulo (SP), pelo DEM; Dito Dorta, em Monte Siao (SP), pelo PSB; Ramiro Rosário, em Porto Alegre (RS), pelo PSDB, Leonardo Braga, em Sapiranga (RS), pelo PSDB; Cezar Leite, em Salvador (BA), pelo PSBD; e Homero Marchese, em Maringá (PR), pelo PV.<sup>102</sup>

No âmbito da sociedade civil, destacamos que o movimento tem reunido esforços em pautar a agenda da educação pela direita, como vemos ao analisarmos os vínculos ideológicos entre o MBL e o movimento Escola Sem Partido. Dentre seus documentos e publicações, identificamos a síntese daquilo que compreendemos como a agenda da frente liberal-ultraconservadora para a educação, como apontamos no final do Capítulo I.

Destacamos as seguintes resoluções referentes à educação, dentre muitas outras, aprovadas no primeiro Congresso Nacional do movimento, em 2015:

---

101 Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/> . Acessado em: 15/10/2017.

102 Nas eleições de 2018, o MBL lançou coordenadores como candidatos. Foram sete candidatos a deputado estadual (pelo NOVO, DC, PSC, PROS, PSDB e dois pelo DEM), oito a deputado federal (pelo PR, PSDB, PP, MDB, DEM e dois pelo PSC) e uma coordenadora a vice-governadora (Mônica Bahia, pelo DEM, na Bahia). Além disso, também declararam apoio a candidatos que “subscrevem a agenda do MBL”, sendo quatro a deputados estadual, cinco a deputado federal e quatro a senadores. Os nomes dos candidatos e seus respectivos estados e partidos encontram-se em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/08/17/mbl-divulga-listagem-dos-candidatos-apoiados-nessas-eleicoes-confira/>> , acesso em 06/10/2018)

*Implementação do sistema de vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.*

*Legalização do homeschooling.*

*Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais.*

Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.

Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.

*Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.*

Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.

Diminuição da burocracia para o registro de patentes.

Redução de impostos das escolas privadas.

*Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.*

*Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.*

Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.

Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.

Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.

*Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.*

(Movimento Brasil Livre, 2015, p. 2, grifos nossos)

Notamos, portanto, os princípios da predominância do indivíduo sobre o Estado, a liberdade do mercado e a defesa da propriedade privada, presentes nas organizações associadas à Atlas Network e no Students For Liberty, contidos diretamente nas resoluções do MBL para a educação e em outras áreas.

Tais princípios são expressos, especialmente, na ampla defesa de políticas privatizantes e gerencialistas, através do típico sistema de *vouchers* para todos os níveis

de ensino, da expansão do modelo de bolsas do ProUni até o nível de educação infantil, de incentivos tributários para empresas, benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeariam “educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar”, da desburocratização para a abertura de escolas e cursos e da diminuição de impostos em escolas privadas, gestão privada nas escolas através de parcerias com Organizações Sociais e outras formas de parcerias público-privadas e a vaga proposta de “facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica”. Fica evidente a intenção de ampliar (para posteriormente tornar irrestrita) a liberdade do mercado na educação. Porém, a liberdade do mercado se restringe quando se trata das políticas gerencialistas, dos quais não abrem mão. Identificamos que, embora defendam a “liberdade”, as metas a serem atingidas continuam dentro da lógica monopolista do capital mundial, explícita na proposta de que garantiria a manutenção da adesão do Brasil às metas e avaliações em larga escala estipuladas e promovidas por organizações internacionais (“Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações”).

Das medidas relacionadas à garantia das supostas “liberdades individuais”, destacamos a defesa da legalização do homeschooling. A educação domiciliar, de acordo com o discurso do Escola Sem Partido, sob a insígnia “meus filhos, minhas regras”, deveria ser legalizada para que as famílias, caso fosse de seu interesse, pudessem educar seus filhos exclusivamente no âmbito privado de acordo com seus princípios “morais e religiosos”. Tal política, contudo, além de retirar do estudante o direito à escola, também expõe crianças e adolescentes a possíveis situações de violações de direitos e risco no âmbito familiar sem a assistência do Estado. Sabe-se que no Brasil, por exemplo, entre 2011 e 2017, 70% dos casos de violência sexual (incluindo estupros) contra crianças e quase 60% dos casos contra adolescentes ocorrem na residência das vítimas. Nestes casos, entre as crianças cerca de 75% são do gênero feminino e entre as adolescentes 92%.<sup>103</sup> Além disso, diversos elementos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asseguram o direito ao acesso ao conhecimento – como aqueles relacionados às questões de gênero e sexualidade que

---

103 Dados retirados de <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>> , acesso em 10/08/2018.



possibilitam que as vítimas identifiquem situações de agressões, violências sexuais e estupro e assédios – e garantem que a proteção (inclusive em casos de inegligência e abandono) e a educação das crianças e adolescentes também são deveres do Estado.

Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal, baseado nestes dados e também na Constituição Federal, no Código Penal e na Lei de Diretrizes e Bases, recusou o pedido de autorização da possibilidade de “homeschooling” no Brasil. Hoje, em relação à legalização da educação domiciliar, segue em tramitação na Câmara dos Deputados o PL 3261/2015, de autoria de Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), que visa alterações na LDB, e no Senado o Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2017, que visa modificar o ECA e regulamentar o *homeschooling*, e o PLS nº28, de 2018, que visa alterar o Código Penal para descaracterizar a educação domiciliar de crime de abandono intelectual, ambos de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).

Além destes aspectos, a implementação da política da educação domiciliar também carrega interesses econômicos imediatos com vistas ao lucro e à expansão das empresas atuantes na área educacional. A legalização, como podemos supor, seria seguida pela ampliação do mercado de produção e venda de apostilas, videoaulas, de desenvolvimento de recursos e tecnologias digitais nas mais diversas plataformas e aplicativos, dentre outros, em detrimento dos investimentos na educação pública. Na página do Mises Brasil, consta uma matéria de 2008 (publicada originalmente em 2003), *O homeschooling nos EUA (e no Brasil)*, que deixa o interesse sobre este mercado empresarial bem explícito:

As famílias podem optar por comprar um currículo já montado por empresas que têm especificamente os homeschoolers como alvo. Dentre essas empresas estão a *A Beka Home School* e a *Saxon Publishers*. Outras podem optar por matricular seus filhos em instituições que também oferecem educação a distância, como a *Calvert School de Maryland*, a *Christian Liberty Academy Satellite Schools de Illinois*, ou a *Clonlara School de Michigan*. Já as escolas voltadas para a educação on-line, como a *K-12 Inc.*, oferecem currículos na internet para os homeschoolers. (grifos do autor) <sup>104</sup>

Além da própria defesa do Escola Sem Partido de maneira destacada nas resoluções, do qual já tratamos, também em relação à educação moral no sentido do disciplinamento do comportamento e dos padrões “políticos-éticos-estéticos”, vem a

---

104 Sem identificação da autoria do texto original. Disponível em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=153>, acessado em 10/09/2018.

proposta da militarização das escolas “em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar”. Ou seja, em nosso entendimento, de acordo com orientações de frações de classe dominantes a partir de interesses voltados para o mercado.

O processo de militarização das escolas estaduais, no qual as escolas passam da gestão das Secretarias de Educação para as Secretarias de Segurança Pública, ou seja, para a Polícia Militar, longe de ser um projeto futuro, já está sendo implementado no Brasil. Segundo Guimarães e Lamosa (2018), sob o argumento de que tal política visaria diminuir a violência e melhorar o desempenho dos alunos em um ambiente seguro tanto para os alunos quanto para professores e funcionários, firmam-se convênios através de parcerias e decretos onde as escolas são repassadas para a gestão da Polícia Militar. Até o final de 2018, foram contabilizadas mais de 150 escolas militarizadas em 18 estados do país. Contudo, através da pesquisa de Guimarães e Lamosa sobre as 48 escolas militarizadas hoje em no estado de Goiás (além das outras 20 que aguardam a tramitação dos decretos), as estão localizadas em áreas que não são “de risco” e que já tinham desempenho elevado nas avaliações padronizadas em larga escala; servindo, portanto, como “escolas modelo” para a própria produção de consensos sobre este modelo de gestão. Segundo os autores, tal modelo, apesar de exibir melhorias nos índices de evasão, distorção idade-série e nas avaliações externas, não foi concebido para ser universalizado, mantendo uma rede de escolas no interior de uma rede mais ampla.

Ainda, outros fatores tornam estas escolas não universais, passando por cima de leis como a LDB e a própria Constituição Federal, na medida em que asseguram reserva de 50% das vagas de estudantes para filhos de militares e cobram mensalidades de aproximadamente 100 reais, cujo recolhimento e gestão fica a cargo de uma Associação de Responsáveis, criada através do Estatuto Militar que passa a valer nas escolas. Materializa-se como um modelo que abre portas para outras mudanças na educação pública no Brasil: “(...) as bases conservadoras, às quais estão submetidos os discentes [e docentes] matriculados nas escolas geridas sob este modelo, podem servir como um farol para reformas cada vez mais reacionárias na educação brasileira.” (GUIMARÃES e LAMOSA, 2018, p. 77).

Para a produção de uma nova hegemonia no interior dessas escolas, com bases ultraconservadoras e reacionárias, diversas medidas são tomadas no processo de

militarização: a) o diretor eleito pela comunidade escolar é substituído por um oficial militar; b) o quadro de gestão da escola passa a se organizar em sua estrutura a partir de uma hierarquia disposta pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, encontrando-se abaixo o Comando Geral da Política Militar e o Comando de Ensino da Política Militar (acima do diretor), em seguida Divisão de Ensino e Divisão de Disciplina, comandadas por um capitão ou tenente, depois a coordenação pedagógica sob o comando de um tenente e, por último na pirâmide, os docentes e os estudantes; c) o Projeto Político Pedagógico é substituído por um Estatuto da Polícia Militar, que inclui 157 artigos com regras disciplinares e comportamentais em relação à conduta dos professores e estudantes e; d) além da rotina militarizada todos os dias com os símbolos e rituais tradicionais, são inseridas as disciplinas “Cidadania” e “Moral e Cívica”, estas ministradas por policiais militares.

Este modelo de gestão militarizada, como também analisam Guimarães e Lamosa (2018), pautados na disciplinarização e docilização dos corpos e hierarquia, aprofunda ainda mais o dualismo histórico da educação escolar brasileira (uma formação voltada para a classe trabalhadora e outra para as elites), a serviço dos interesses do capital. Para as filhas e filhos dos trabalhadores, portanto,

(...) funciona como uma política de conformação das massas, e a Polícia Militar é deslocada do seu eixo funcional para o qual ela foi criada, para servir como instrumento de controle utilizado pelo Estado na medida em que submete os discentes a padrões de comportamento. Assim, a relação de poder imposta hierarquicamente também contribui para a omissão de violências por meio de uma política de docilização dos corpos e controle social. (GUIMARÃES e LAMOSA, 2018, p.78)

Feitas as considerações sobre este conjunto de políticas, que mereceriam muitas outras análises, mas que foge aos limites e possibilidades de extensão da presente pesquisa, voltamos ao papel cumprido pelo MBL ao difundir este conjunto de propostas para a educação no Brasil, elaboradas, sistematizadas e difundidas de maneira associada e articulada através uma ampla frente de APHs e organizações transnacionais. Notamos, portanto, que além das correlações na formação, na atuação dos quadros e dinâmica de funcionamento de tais grupos, a afinidade político-ideológica também é percebida nos textos e resoluções. É a partir destas formulações que estes APHs têm emergido na conjuntura atual, assim como esta agenda liberal-ultraconservadora.

Em relação a defesa da ideologia do ESP e da militância em torno das estratégias de difusão e implementação de políticas públicas sob seus pressupostos, o MBL, desde 2014, vem atuando no Estado ampliado no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, elegendo “a defesa do Escola Sem Partido” como sua principal frente de atuação na educação. Um dos marcos dessa militância foi a organização, no dia 15 de agosto de 2017, da “Marcha Pelo Escola Sem Partido”, evento nacional que articulou atos em espaços públicos em mais de uma dezena de estados do país. Nesta ocasião, o movimento Professores Contra o Escola Sem Partido identificou, em seu mapeamento, que foram encaminhados em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas cerca de 50 projetos por todo o país.

\*\*\*

Concluimos, neste capítulo, que há um robusto investimento desta ampla frente de ação em rede de diversos APHs articulados e afinados no nível teórico, político e ideológico, e no nível estratégico da ação, em torno de uma agenda liberal-ultraconservadora na educação no Brasil. Tais APHs não realizam necessariamente as mesmas táticas, tampouco utilizam-se das mesmas armas. Isoladas, estas táticas talvez não tivessem tamanhos efeitos, como é o caso das manifestações, da produção de projetos de lei, da realização de eventos, dos cursos de formação e do uso das redes sociais, por exemplo. Mas as bases materiais e históricas de preparação para a orquestração destas ações de difusão ideológica e de produção de novos mecanismos de coerção, tem gerado, ao longo destes últimos cinco anos, uma profunda transformação de um mesmo alvo: a educação pública.

### **CAPÍTULO III - O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO**

Neste último capítulo, analisamos o que chamamos de “grande virada” do movimento ESP a partir de 2013 no âmbito da sua atuação no Estado ampliado, identificando os elementos que caracterizam este fenômeno e suas determinações históricas. Além dos nossos levantamentos, dialogamos principalmente com os estudos de Moura (2016), Frigotto (2017), Penna e Salles (2017) e Junqueira (2017). A respeito do próprio movimento, levantamos seus intelectuais orgânicos “destacados” e traçamos uma caracterização sobre o que representa o ESP para além do “movimento”. Por último, dialogando os estudos gramscianos acerca das ideologias e do fascismo, refletimos sobre a ideologia tentando identificar a sua crescente consolidação enquanto uma ideologia orgânica fundada em bases políticas historicamente associadas ao fascismo.

#### **3.1 A “grande virada” do movimento Escola Sem Partido no Estado Ampliado**

A amplificação e capilarização do discurso e das ações do movimento Escola Sem Partido (ESP) – no contexto da ofensiva da frente de direita liberal-ultraconservadora e reacionária a partir de 2013 – tem gerado, no âmbito da produção acadêmica e na militância dos profissionais da educação e áreas afins, intensa preocupação e indignação. Diversos autores (PENNA, 2016 e 2017; MOURA, 2016; FRIGOTTO, 2017; dentre outros) vem analisando as inconsistências do movimento, desconstruindo as suas argumentações e derrubando qualquer possibilidade de defesa de tal projeto de educação nos sentidos do que se compreende mundialmente como marcos científicos e políticos de garantia da integridade humana, visto que é diametralmente oposto aos parâmetros legais, filosóficos e pedagógicos que vem sustentando historicamente, no Brasil, a defesa da educação escolar pública, gratuita, laica e com princípios democráticos.

Ainda que haja consenso sobre seu enorme crescimento nos últimos anos, o marco temporal de mudança da projeção da agenda defendida pelo ESP tem dividido pesquisadores. A maioria dos trabalhos trilham caminhos de análise similares ao nosso,

mas chegando a diferentes hipóteses ou conclusões. A pesquisa realizada por Motta e Gawryszewski (2017), por exemplo, identificou que o movimento deu um passo a frente na “guerra de posição”, a partir de 2008, com a adesão da opinião pública às denúncias contra a “doutrinação esquerdista” e a “ideologia de gênero”. Neste e em outros estudos, como o de Moura (2017), a publicação da Revista Veja em 2008, sob o título *Você sabe o que estão ensinando a ele?*<sup>105</sup>, ganha grande destaque e é considerado o marco deste processo, pois foi a primeira vez que um veículo de comunicação da grande mídia publicou abertamente uma matéria em defesa da argumentação de que existiria um processo de doutrinação marxista nas escolas públicas em curso no Brasil. Até o final do presente estudo, a pesquisa publicada nesta matéria, encomendada ao Instituto CNT/Sensus, foi a única referência deste tipo de fonte de pesquisa que o movimento Escola Sem Partido utilizou para justificar que existiria doutrinação nas escolas. Juntamente a este marco, tais pesquisas apontam como elemento fundamental para o crescimento do ESP, a mobilização da bancada cristã para o veto ao lançamento do Kit Educação Sem Homofobia que, por fim, foi assinado pela presidenta Dilma Rouseff, em 2011. Além disso, o movimento se caracteriza, desde sua fundação, pela propagação de denúncias contra professores de escolas e universidades públicas e por uma agenda legislativa que aprove leis de controle e criminalização do trabalho docente. De acordo com estes estudos, a partir de 2008, a conjuntura passou a favorecer a difusão desta estratégia.

Outros estudos consideram, por outro lado, o impeachment da presidenta, em agosto de 2016, como o marco do crescimento do movimento ESP. Neste sentido, Bárbara, Cunha e Bicalho (2017) trabalham com a hipótese de que dois acontecimentos teriam levado a pauta conservadora para a educação: a greve dos professores do Paraná e as ocupações estudantis das escolas em 2015. Em seguida, o *impeachment* teria sido o que faltava para o avanço do ESP a partir de 2016: “Todos esses elementos combinados foram os principais ingredientes para chegarmos à associação distorcida entre política e educação que se estabeleceu nos anteprojetos de lei (...)” (BÁRBARA, CUNHA e BICALHO, 2017, p. 107).

---

105 Matéria disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/red/2008/09/427390.shtml> . Acesso em 15/11/2017.

Já contextualizando com o avanço conservador e reacionário, a crise orgânica do capitalismo e o imperialismo norte-americano, sem tratar da crise política no Brasil elevada a partir das jornadas de junho de 2013, Frigotto (2017) indica que o “atual golpe instaurado no Brasil” seria uma nova estratégia para a interrupção de conquistas parciais da classe trabalhadora, como a Constituição de 1988 e a eleição do Lula em 2002. Mesmo considerando que nenhuma reforma estrutural foi efetivada e que os empresários e o capital financeiro não foram confrontados nos governos do Partido dos Trabalhadores, com a ampliação da crise econômica mundial, para o autor, o que a classe dominante não admitiu foi abrir mão do lucro e dos privilégios diante das tais pequenas conquistas, o que teria culminado no *impeachment*. Ao fim e ao cabo, argumenta que o movimento ESP cresceu no contexto do golpe, em suas forças conservadoras e reacionárias associadas ao grande capital que rezam “(...) a cartilha do fundamentalismo religioso e do mercado” (FRIGOTTO, 2017, p.25). E conclui: “As teses do Escola Sem Partido têm sua elaboração e desenvolvimento em setores cada vez mais amplos das forças que constituíram e consumaram o golpe jurídico, parlamentar e midiático de 31/08/2016. Alguns de seus sinais já estão tendo efeitos práticos na sociedade e na escola, sob o signo do medo e da violência.” (FRIGOTTO, 2017, p. 33).

Já um estudo de Espinosa e Queiroz (2017), indica um único período de crescimento do avanço conservador (e, conseqüentemente, do movimento ESP) que iria das jornadas de junho de 2013 e ao *impeachment*. Porém, este não se aprofunda a análise sobre o que seria tal avanço conservador ou a correlação do movimento com a frente de direita transnacional e nacional, como realizamos em nosso estudo. No artigo, os autores debruçam-se sobre as relações do conservadorismo religioso com a ideologia e agenda do movimento, estabelecendo os nexos entre o que o mesmo propõe com o movimento norte-americano “No Indocrination” e o grupo cristão “Creation Studies Institute”, que pautam o “partidarismo” e a “doutrinação escolar” como problema nas escolas norte-americanas. Os autores também realizam uma análise sobre a bancada evangélica e os projetos de lei do ESP, que retomaremos adiante.

Diferente dos marcos indicados nos trabalhos citados anteriormente, no presente estudo consideramos especialmente o marco político-temporal das *Jornadas de Junho* de 2013 como o momento da “grande virada” do movimento. O aprofundamento da crise estrutural do capitalismo em 2008 abriu novas fissuras no interior do processo de recomposição burguesa no capitalismo mundial, contexto em que o avanço da ofensiva

liberal-ultraconservadora é observado em todo o mundo. Em 2013, o cenário de contestação nas ruas que se iniciaram em gigantescas manifestações populares pelos transportes, educação e saúde, generalizou-se como palco de contestação às políticas governamentais e à “corrupção”, onde a burguesia no Brasil, ancorada nas organizações locais e transnacionais, encontra terreno fértil para o avanço da disputa liberal-ultraconservadora na esfera intra-classe e no contexto da disputa da opinião pública. Neste contexto, todo o receituário da ideologia liberal-ultraconservadora para a educação, representada sob a marca propagandística do movimento Escola Sem Partido, foi amplificado.

Esta análise sobre o marco político-temporal fundamenta-se a partir de três elementos articulados entre si e que trataremos a seguir. O primeiro é o fato de que o surgimento do movimento é oriundo das articulações promovidas no interior das organizações liberais-ultraconservadoras, desde seu embrião em 2003, quando Miguel Nagib (seu fundador e vice-presidente) articulou-se com Olavo de Carvalho, amplamente reconhecido como um intelectual de referência para as organizações ultraliberais, para a criação do movimento ESP, apoiando-se nas redes de sociabilidade/articulação estabelecidas no interior do Instituto Liberal de Brasília (ILB). Desde 2002, Nelson Lemann da Silva (autor de diversos artigos vinculados na página oficial do ESP), Bráulio Porto de Mattos (coordenador do movimento) e os próprios Olavo de Carvalho e Miguel Nagib estavam articulados.

A narrativa construída por Miguel Nagib sobre sua motivação para a criação do movimento, de que teria sido a partir de um fato ocorrido com sua filha em 2003 na escola, na qual seu professor de história teria feito uma comparação entre a vida de São Francisco de Assis e Che Guevara durante a aula, e ele, católico, criou um mito de fundação do movimento ESP sob a argumentação de que este, portanto, seria um movimento de famílias preocupadas com a “doutrinação” supostamente exercida nas escolas. Este “mito fundador” foi desconstruído por Penna e Salles (2017). Primeiramente, os autores analisam que alguns artigos presentes na página oficial do ESP foram publicados anteriormente a fundação do movimento (2004), de autoria de Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho, revelando a influência das ideias dos mesmos na trajetória de sua criação, sendo os precursores de sua retórica (PENNA e SALLES, 2017, p.24). Os autores remontam as relações entre Lehmann e Olavo de Carvalho do extinto Instituto Liberal de Brasília, onde já havia na página do Instituto



artigos de Lehmann sobre “doutrinação ideológica nas escolas” e as “propagandas comunistas em livros didáticos” antes de 2004 que teriam, segundo o próprio Olavo de Carvalho, inspirado Miguel Nagib a fundar o movimento Escola Sem Partido.

Em seguida, os autores identificaram que uma carta redigida por Miguel Nagib direcionada ao professor que teria “doutrinado” sua filha é datada do mesmo dia (19 de setembro de 2003) em que Olavo de Carvalho, publicada um texto em sua própria falando sobre a referida carta, também publicando-a em sua página. Neste sentido, consideram a publicação dos dois textos como a “dupla certidão de nascimento” do movimento, em que Olavo de Carvalho antecipa, em seu texto, várias das estratégias retóricas utilizadas como recurso à tese da ameaça pelo discurso reacionário, especialmente o recurso argumentativo em que compara a ameaça de professores às crianças como potenciais abusadores e “estupradores intelectuais” da infância. (PENNA e SALLES, 2017, p.28-29). Dentre as estratégias retóricas, destacamos o ataque ao marxismo e especialmente ao filósofo Antônio Gramsci, em que Olavo de Carvalho dizia que nos *Cadernos do Cárcere*,

(...) se ensina que a Igreja não deve ser combatida, mas esvaziada de seu conteúdo espiritual e usada como caixa de ressonância da propaganda comunista. (...) As escolas brasileiras, sustentadas com o dinheiro de nossos impostos ou de nossas mensalidades, transformaram-se em centros de adestramento da juventude comunista, ou fascista, já quase pronta para denunciar os pais à autoridade constituída quando ouvir em casa alguma conversa politicamente imprudente. (CARVALHO, 2003, apud PENNA e SALLES, 2017, p.31 e 34)

Dentro deste contexto de articulação e sustentação argumentativa a partir, especialmente, da ideologia do ILB (e do Olavo de Carvalho), percebemos que o movimento não foi criado a partir de demandas de um amplo conjunto social, mas de uma análise política e tática de que era importante articular formalmente uma iniciativa que fosse ao sentido de criar um movimento. Provavelmente por este motivo, por não expressar a demanda de um pensamento amplamente difundido ou de uma necessidade real de determinados grupos sociais e frações de classe, não ganhou a notoriedade que passaria a ter na década seguinte.

O segundo elemento é o fato de que, desde a fundação do movimento à 2013, o discurso argumentativo em torno da ideia de “doutrinação” também se difundiu entre as

igrejas e organizações fundamentalistas sob a insígnia da “ideologia de gênero”, articulando, inclusive, a bancada cristã dentro do Estado estrito. Sobre este ponto, também nos deteremos brevemente.

O termo “ideologia de gênero” não tem papel central no discurso argumentativo do movimento ESP desde seu início. O termo ganhou grande proporção dentro das trincheiras de ação do movimento, sob a lógica dedutiva de que os doutrinadores comunistas usam como estratégia de combate ao capitalismo a “ideologia de gênero” em sua “guerra cultural marxista”. Nesta narrativa, tal “ideologia” visaria destruir o modelo de família nuclear, heterossexual e patriarcal para criar o caos moral que abriria portas para a difusão do marxismo e assim destruir o capitalismo para instaurar a ditadura comunista (nota-se que dentro desta lógica assumem o fato de que o modelo de família burguesa nuclear e patriarcal, sendo uma das bases de sustentação do próprio capitalismo). E de onde vem este termo que visa deturpar/modificar o sentido de “gênero” enquanto uma categoria que permite analisar as desigualdades históricas construídas sobre o feminino e masculino?

No seio da Igreja Católica, através do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos anos 2000, nasceu o termo “ideologia de gênero” (com algumas variações) que seria uma afronta a família tradicional na luta por propagar direitos de pessoas declaradas não-heterossexuais. Segundo Junqueira (2017), este sintagma espraiou-se na forma de um poderoso *slogan*, nos anos seguintes, na arena política de dezenas de países, catalisando manifestações contra reformas jurídicas, políticas sociais e ações pedagógicas direcionadas à promoção dos direitos sexuais e a punição de suas violações, prevenir violências e combater discriminações hétero-sexistas. Assim:

(...) Com efeito, evidencia-se na atuação desses missionários da família natural a intencionalidade de opor-se a ações voltadas a legalizar o aborto, criminalizar a homotransfobia, legalizar o casamento igualitário, reconhecer a homoparentalidade, estender o direito de adoção a genitores de mesmo sexo, bem como políticas educacionais de igualdade sexual e de gênero e de promoção do reconhecimento da diferença/diversidade sexual e de gênero (JUNQUEIRA, 2017, p.26-27)

Em seguida, o autor reforça que estes sintagmas não são, todavia, conceitos científicos, funcionando como poderosos *dispositivos retóricos reacionários* que servem de maneira extremamente eficaz para a promoção de polêmicas, desqualificações desonestas, intimidações e ameaças contra aquelas pessoas, grupos sociais e instituições comprometidos a implementação de legislações, políticas sociais ou pedagógicas que contrariem os interesses dos grupos e instituições que se apresentam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais. “No âmbito desse empenho reacionário, busca-se instaurar um clima de *pânico moral* contra grupos sociais e sexualmente vulneráveis e marginalizados, por meio do acionamento de variadas estratégias discursivas, artifícios retóricos, repertórios, redes de intertextualidade, etc.” (JUNQUEIRA, 2017, p.29, grifos do autor). Neste sentido, o “pânico moral” instaura-se justamente a partir da difusão deste termo “ideologia de gênero” associado a ideia de que tal ideologia estaria se difundindo pela ação militante do movimento feminista ultraradical e de professores doutrinadores nas escolas, que visaria acabar com as famílias, sob um prisma totalitário de raiz marxista e ateia.

E por que este discurso não estava presente desde o início da fundação do movimento Escola Sem Partido? A partir da ampla análise de Junqueira (2017) sobre os documentos e discursos produzidos ao longo dos anos é possível percebermos como avançou a ofensiva: na Congregação da Doutrina da Fé nos anos 1900; na Conferência Episcopal no Peru, em 1998 (primeira vez que o termo “ideologia de gênero” aparece, no texto *O evangelho face à desordem mundial*, com prefácio de Bento XVI); no primeiro pela Cúria Romana (Vaticano) em 2000 (publicados pelo Conselho Pontifício para a Família); e especialmente, a partir de um decisivo texto publicado, em 2006, produzido por mais de 70 autores (do Vaticano ou atuantes em instituições escolares). Assim, identificamos que esta ofensiva foi se consolidando em um período muito próximo ao surgimento do ESP.

Nossa hipótese é de que o conjunto argumentativo do ESP sob a utilização do pânico moral através da “ideologia de gênero” só foi possível conforme foi avançando também a difusão deste pensamento pela própria Igreja Católica aqui no Brasil.<sup>106</sup>

---

106 Em 2008 e 2012, notamos maior investimento em tornar cada vez mais público o combate à “ideologia de gênero”. Nos tradicionais pronunciamentos natalinos do Vaticano, Bento XVI indicou a necessidade da Igreja Católica intervir, por dever e por direito, na esfera pública para conter o avanço da “agenda de gênero”.

Neste sentido, com a adesão orgânica das Igrejas Evangélicas a esta ofensiva, surgem novas bases para o crescimento do pânico moral e da produção e difusão a respeito de doutrinação marxista e da “ideologia de gênero” nas escolas. Segundo Moura (2017), o Padre Paulo Ricardo<sup>107</sup>, representante do movimento de renovação carismática no Brasil, é um dos responsáveis pela chegada e difusão do termo “ideologia de gênero” no país, associando em seus cursos de formação, conferências e missas o “marxismo cultural” como uma ideologia “anti-família”. Este, portanto, é o segundo grande elemento que vem sustentar a trajetória de crescimento da ideologia representada pelo movimento ESP, agora sobre renovadas bases institucionais conservadoras e reacionárias de cunho moral advindos do fundamentalismo religioso cristão. Este elemento tornou-se bastante evidente na mobilização orquestrada por toda a bancada cristã no Congresso Nacional – associada às bancadas da bala e da bíblia – na ocasião em que o Programa Brasil Sem Homofobia, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, anunciou a elaboração do material didático “Kit Escola Sem Homofobia”<sup>108</sup>.

O terceiro elemento para compreendermos a “virada” do movimento é a ofensiva liberal-ultraconservadora observada a partir de 2013 no Brasil. Compreendemos, portanto, o somatório destes dois elementos anteriores (as bases liberais-conservadoras e as bases conservadoras moralistas advindas do fundamentalismo religioso cristão do movimento) a este terceiro e decisivo: o elemento conjuntural advindo de expressões da crise estrutural do capitalismo. Desde o momento de sua fundação nas bases supracitadas, ao longo de dez anos, o movimento foi articulando-se a outras organizações liberais e canais midiáticos a partir do ILB e do próprio Instituto Liberal, como é o caso do Instituto Millenium, através do próprio Miguel Nagib, que era colunista e doador, e muitos outros membros, como Rodrigo Constantino e Gustavo Ioshpe, ambos da Revista Veja (na qual escreviam colunas defendendo as mesmas

---

107 Em sua página oficial no Facebook, ele tem 1.412.830 seguidores. Segundo levantamento de Moura (2017) “O padre Paulo Ricardo, que se coloca, como ‘militante anticomunista e anti-PT’ também oferece em sua página uma série de cursos gratuitos em vídeo tanto sobre a doutrina católica quanto sobre temas da atualidade. Um de seus cursos é justamente sobre Revolução e Marxismo Cultural (PADRE, 2016?), sendo composto de 6 aulas: 1) Visão Histórica; 2) O fascismo e marxismo cultural; 3) Reação à crise marxista; 4) A infiltração do marxismo cultural no Brasil; 5) Teologia da libertação e sua influência na igreja e 6) Como lutar o bom combate. Nestes vídeos, estão expostos todos os argumentos que embasam o PL 1859/2015 [do ESP]” (MOURA, 2017, p. 96)

108 Vetado pela presidenta Dilma Rousseff e não chegou a ser reproduzido e distribuído para as escolas do país.

pautas do movimento). Assim, os elos entre as organizações liberais-ultraconservadoras que compõem esta frente, que já datavam muito antes de sua fundação e continuaram a ser aprofundadas ao longo desses dez anos, foram enormemente ampliados pela difusão de novas organizações do mesmo tipo – pertencentes as mesmas redes de intelectuais/mantenedores transnacionais e nacionais – a partir de 2013, dando orientação e suporte às novas diretrizes estratégicas que resultam em uma extensa mudança na forma de atuação do movimento ESP que passou a representar uma frente de ação ideológica de uma rede de APHs da frente liberal-ultraconservadora.

Tais mudanças foram identificadas a partir da investigação sobre a atuação do movimento ESP no interior do Estado Ampliado no Brasil, objetivando compreender as pautas e interesses presentes e ausentes nas expressões do Estado restrito e fora dele, nas esferas da sociedade política e da sociedade civil, numa complexa trama – tanto de associações quanto de disputas – de partidos e APH's, através de seus intelectuais que atuam como elo orgânico entre a estrutura – o conjunto das forças sociais e o mundo da produção – e a superestrutura – dimensão político-ideológica do bloco histórico que, de acordo com Gramsci (2011), é a unidade dialética entre as relações produtivas e as estruturas político-ideológicas<sup>109</sup>. Perceberemos, portanto, a atuação do movimento ESP no fortalecimento da dimensão da conformação de consensos no âmbito da sociedade civil, enquanto fortalece igualmente a dimensão da coerção no âmbito da sociedade política, confirmando a ideia de que coerção e consenso caminham lado a lado na busca por hegemonia intraclasses e na dominação sobre a classe trabalhadora.

No âmbito da sociedade civil, o movimento apresenta-se como um canal de elaboração e difusão de uma determinada concepção sobre a dimensão educativa do Estado, na conformação de consenso sobre o projeto de educação que representa. Para tal, criou duas páginas na internet e diversos *perfis* e grupos na rede social Facebook, por meio dos quais divulga os mais diversos textos, imagens, vídeos, e notícias, sejam eles identificados como de autoria do próprio movimento, ou de terceiros por ele reproduzidos. Esta estratégia, cuja função é educativa no sentido da construção de

---

<sup>109</sup> Como os intelectuais operam no nível superestrutural, no âmbito do Estado Ampliado, reforçamos aqui o nosso foco justamente na dimensão superestrutural na presente análise sobre o MESP, de acordo com os limites do presente estudo, mas considerando, todavia, a dimensão estrutural de maneira dialética para a compreensão do conjunto da formação do bloco histórico.

hegemonia, foi verificada, de acordo com nosso levantamento, especialmente após 2013.

Associado a outras organizações e igrejas cristãs, também realiza eventos, palestras, seminários e demais atividades de formação, incluindo católicos e evangélicos. Mesmo declarando-se católico, por exemplo, Miguel Nagib proferiu conferência no evento Ignição em Cristo, da Igreja Evangélica Vitória em Cristo (liderada pelo do pastor Silas Malafaia), ligada à Assembleia de Deus, em 15 de julho de 2017. Outro exemplo é o Seminário Ideologia de Gênero, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com conferência do bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio, Dom Antônio Augusto Dias Duarte, no dia 19 de agosto de 2017 – a iniciativa foi do Programa de Liderança Católica (MOVE) da PUC-Rio, sob a direção do padre Alexandre Pacioli, reitor da Capela Sagrado Coração, localizada no campus.<sup>110</sup> Uma estratégia de atuação do ESP, de articulação direta com igrejas e associações religiosas, no âmbito da sociedade civil, também expressa-se na sociedade política na atuação das bancadas religiosas – cujos efeitos veremos melhor no decorrer do terceiro subcapítulo.

Também a partir de 2013, o movimento intensificou a criação de grupos e associações vinculados, como é o caso da página/movimento “Mães Pelo Escola Sem Partido”, “Pais em apoio a Escola Sem Partido” “Professores a favor do Escola Sem Partido”, do “Pais do Colégio Pedro II Contra a Ideologia de Gênero e Doutrinação dos Alunos”, “Estudantes pela Escola Sem Partido”, “Evangélicos pelo Escola Sem Partido”, “Candidatos Pelo Escola Sem Partido” (nas eleições de 2016), somadas a outras 54 páginas no Facebook “Escola Sem Partido” locais e regionais, dentre outros, que incrementam as estratégias de controle, vigilância, perseguição e criminalização do trabalho docente. Nestas páginas, além de textos e imagens, circulam *prints* dos perfis de professores em suas páginas pessoais nas redes sociais com ofensas, ameaças, calúnias e difamações.

Outra estratégia adotada pelo movimento foi a sua associação direta à organizações que surgiram no contexto ultraconservador e reacionário após as jornadas de junho de 2013 e que mais tarde atuaram na articulação pró-*impeachment*, como é o

---

110 Informações sobre o Seminário em <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/6149/palestra-de-dom-antonio-augusto-sobre-ideologia-de-genero-na-puc-rio>> , acesso em 08/07/2018.

caso do movimento Revoltados Online e do Vem Pra Rua que, além de propagandear o movimento, atuaram a seu favor fortalecendo as alianças de uma rede nacional de organizações liberais-ultraconservadoras. O movimento Revoltados Online, através de seu fundador, o ex-pastor Marcello Reis, e dos membros Alexandre Frota<sup>111</sup> (ator) e Beatriz Kicis<sup>112</sup> (procuradora), realizou uma reunião com o ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM) para apresentar o “projeto Escola Sem Partido”, autodeclarando-se representante da sociedade civil, celebrando a primeira reunião pública do MEC, quando iniciado o governo interino de Michel Temer.<sup>113</sup>

A organização mais atuante na sociedade civil, como já mencionado, todavia, é o Movimento Brasil Livre que, a partir de sua adesão a agenda representada pelo movimento ESP em decisão congressual (ANEXO 3), passou a atuar de maneira extremamente articulada, como nota-se frequentemente em suas páginas oficiais na internet e no caso emblemático da organização, no dia 15 de agosto de 2017, da “Marcha Pelo Escola Sem Partido”, evento nacional que articulou o encaminhamento de dezenas de projetos de lei no modelo orientado pelo movimento Escola Sem Partido em diversos municípios e estados do país. Nesta estratégia, notamos que a atuação de tais movimentos ocorre tanto nas esferas da sociedade civil, mas também na sociedade política, articulada a outras ações.

Na sociedade política, ou seja, por meio do fortalecimento do aspecto coercitivo, o movimento ESP vem representando as seguintes ações:

- 1) Criação de legislações, como é o caso dos mais de 150 projetos de lei nas esferas municipal, estadual e federal, alcunhados pelas vertentes críticas de “Lei da Mordaza”;
- 2) Judicialização de disputas políticas institucionais, como é o caso de abertura de processos contra reitores e demais servidores docentes e técnicos de universidades e institutos federais e sindicatos;

---

111 Nas eleições de 2018, foi eleito deputado federal no estado de São Paulo, filiado ao PSL.

112 Nas eleições de 2018, foi eleita deputada federal no Distrito Federal, filiada ao PRP.

113 Informação disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-lider-de-protestos.ghtml> . Acesso em: 22/04/2018.

- 3) Incentivo e promoção de ações de vigilância, controle e denúncia de docentes e demais servidores públicos através de filmagens em sala de aula e intervenções sobre materiais didáticos utilizados que contrariam a liberdade de cátedra prevista na Constituição, além da utilização das notificações extrajudiciais padronizadas como instrumento de intimidação e ameaça aos docentes<sup>114</sup>;
- 4) Consolidação de “bancada” de políticos eleitos que vêm defendendo o seu projeto educacional. Assim, o caráter de consolidação de parcerias também se desenvolve tanto para a implementação de suas políticas como para fortalecer-se nesta esfera de poder.

Como destacado anteriormente, estas alianças do movimento ESP com a bancada parlamentar fundamentalista cristã são datadas de 2011, no período de reação conservadora e reacionária à políticas de combate à lgbtfobia na educação. Desde este período, o investimento na esfera da sociedade política tem sido cada vez maior. Na página Programa Escola Sem Partido, por exemplo, existia o link “ESP nas Eleições 2016”, onde estavam disponíveis os nomes dos candidatos aos cargos legislativos e executivos do “Escola Sem Partido” em todo o país. Estes candidatos a vereador ou prefeito assinaram um termo de compromisso produzido pelo ESP se comprometendo a levar as pautas e projetos de lei do movimento a partir do primeiro mês de mandato<sup>115</sup>. Em 2018, a página Programa Escola Sem Partido realizou o mesmo procedimento, mas também disponibilizando para os candidatos os termos de compromisso nos cinco modelos para presidente, governador, senador, deputado estadual e deputado federal, com a mensagem: “Prezado(a) Candidato(a), para se comprometer publicamente com a proposta do Movimento Escola sem Partido, basta preencher, imprimir, assinar e enviar um dos termos de compromisso abaixo para o e-mail [escolasempartido@gmail.com](mailto:escolasempartido@gmail.com), identificando a mensagem com o assunto 'Compromisso político público’”. E, para os

---

114 Segundo a Frente CPII Sem Mordça, em seu evento de lançamento em agosto de 2017, apenas no ano de 2016, o Colégio Pedro II recebeu mais de 70 notificações extrajudiciais idênticas ao modelo disponível no site oficial do ESP. Neste ano, os servidores estiveram em greve no período de 28/10/2016 a 26/12/2016 e todos cinco *campi* onde ocorrem as aulas do nível Ensino Médio foram ocupados pelos estudantes. A Frente, portanto, avaliou que tais notificações, assim como o processo impetrado através do Ministério Público Federal, foram reações do movimento ESP a fim de desqualificar e criminalizar o movimento grevista e estudantil.

115 Na página <http://www.programescolasempartido.org/MESP-nas-eleicoes-2016/> também estavam disponíveis as cópias dos documentos assinados pelos candidatos. Acessado em 02/04/2017.



eleitores, a mensagem: “Se você é eleitor, NÃO VOTE EM CANDIDATO QUE SEJA CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO”, como pode ser observado na imagem abaixo, onde constam os links para as pessoas acessarem os candidatos que assinaram os termos de compromisso.

**Figura 4 – Os candidatos do ESP nas eleições em 2018**



Fonte: <https://www.programescolasempartido.org/eleicoes2018>

Notamos, assim, o investimento não somente em articular os parlamentares já eleitos, mas também em construir uma bancada própria entre as frações de classe dominantes interessadas na aprovação dos projetos de lei e coadunadas com a ideologia que representa. Além disso, para a sociedade civil, esta articulação também se apresenta como uma ferramenta propagandística a partir da divulgação da iniciativa, da publicização dos candidatos a partir das redes sociais do movimento e da promoção da propaganda em apoio à ideologia do ESP realizada pelos próprios candidatos em suas campanhas eleitorais.

No site do ESP, também encontramos outra caracterização da dimensão coercitiva, onde consta um texto intitulado “Mensagem de fim de ano do coordenador do ESP ao militante disfarçado de professor”, assinado por Miguel Nagib, com a seguinte ameaça: “(...) professores com o seu perfil passarão a encontrar cada vez mais dificuldade para arrumar emprego nas escolas particulares. (...) Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria bastante preocupado”. E termina, mesmo reconhecendo a insustentabilidade dos processos jurídicos, ratificando que o processo de vigilância, perseguição e difamação faz parte de uma estratégia política elaborada e, assim, implementada: “É claro que algumas dessas ações podem vir a ser julgadas improcedentes; mas até isso acontecer, você já terá tido um bocado de aborrecimentos e despesas. O simples fato de ser processado já é uma ‘condenação’”. (Escola Sem Partido, dezembro de 2016).

Notamos, portanto, uma profunda articulação e investida de novas estratégias e esforços no Estado Ampliado, que vem garantindo, por sua vez, o fortalecimento do próprio movimento ESP enquanto uma marca propagandística do projeto liberal-ultraconservador para as políticas públicas educacionais. Sobre os efeitos deste movimento de articulação, afirma Fontes:

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (FONTES, 2010, p. 136)

O movimento ESP, portanto, atua na produção de consenso no âmbito da opinião pública, como apontado anteriormente, como a “marca” de uma frente de ação ideológica organizada através de um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, possuindo uma dupla função para as frações de classe dominantes ao qual representa certos interesses: a) de disputar hegemonia no interior do processo de recomposição burguesa, em dimensão intraclasse; b) de disputar a produção de consenso na dimensão da ocultação dos antagonismos produzidos pela luta de classes, construindo uma sociabilidade que vise a manutenção e o refinamento da visão de mundo burguesa, associada as forças de coerção no processo de dominação, buscando formar opinião

pública de que a economia de mercado e a sociabilidade ultraliberal, associada a corrente liberal-ultraconservadora e em sentido reacionário, é o único caminho possível diante da crise orgânica do capitalismo. Neste sentido, é possível identificar que o movimento ESP se constituiu na mais importante marca propagandística de difusão dos interesses da frente liberal-ultraconservadora na educação brasileira.

### **3.2 Os intelectuais orgânicos e uma hipótese sobre a caracterização do movimento ESP**

Como enunciado pela teoria gramsciana, os aparelhos privados de hegemonia são organizações por meio das quais seus intelectuais orgânicos atuam como elo entre a superestrutura e a estrutura, atuando de acordo com Gramsci (2011), como formuladores, sistematizadores e difusores da concepção de mundo de sua classe. Os intelectuais não são, portanto, uma classe social, mas desempenham um papel na sua constituição e organização (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 77). Os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), a partir da adesão voluntária dos que compartilham sua concepção de mundo, atuam na organização da vontade coletiva de fração da classe dominante (ou subalterna, em outros casos).

Todavia, até o encerramento da sistematização do presente trabalho de pesquisa, não foi possível caracterizar o movimento Escola Sem Partido como um típico APH pelas seguintes observações: a) as suas ações são difusas através da enorme amplitude de sua “forma” em muitos subgrupos nos quais não há uma centralização explícita do movimento; b) foi possível identificar uma gama de intelectuais presentes nos artigos publicados na página do movimento (reproduzidas de outros veículos de comunicação ou escritas para a própria página), mas não expressam direta adesão ao movimento como é o caso dos “especialistas” identificados nos outros APHs; c) nas ações estratégicas do movimento, também identificamos a relação com outros intelectuais orgânicos, mas estes encontram-se diretamente associados a outros APHs e, como no caso dos autores dos artigos, não expressam-se como membros do movimento; e d) não foi possível identificar uma fração ou frações de classe dominantes que estariam na orientação e direção da expressão dos seus interesses.

Desta maneira, ao longo do texto tecemos considerações e análises que nos levaram, aqui, a traçar a hipótese que o movimento ESP poderia ser caracterizado como uma frente de ação ideológica que é organizada pelo conjunto de APHs até aqui identificados, assim como também reforça e compromete estes APHs – no sentido de fortalecer alianças no nível político-tático – com a ideologia na qual representa. Esta ideologia, como vimos, vem sendo expressa por uma ampla agenda da frente liberal-ultraconservadora (composta por estes APHs) para a educação no Brasil.

Estas considerações, contudo, não eliminam a relevância de identificarmos e traçarmos as relações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política da gama de “especialistas” localizados nas publicações do ESP, que realizam palestras, cursos de formação, produzem e divulgam materiais audiovisuais, escrevem colunas em jornais e revistas da grande imprensa, artigos nas páginas da internet das próprias organizações e atuam de maneira articulada com outros APH's e organizações, buscando influenciar a opinião pública de acordo com a ideologia e os interesses associados ao movimento ESP. Ainda, consideramos que outros intelectuais que já foram identificados anteriormente em outros APHs associados ao ESP e não precisam ser repetidos aqui, considerando, todavia, que também são intelectuais orgânicos formuladores, sistematizadores e difusores da ideologia do ESP. Este é o caso principalmente de membros do Students For Liberty, do Estudantes Pela Liberdade e do MBL.

Através de levantamento nas páginas oficiais e das redes sociais administradas pelo movimento, foi possível identificar os intelectuais destacados a seguir. Dado o enorme número de intelectuais identificados (só na página oficial do ESP são mais de 50 autores de artigos), os critérios para a inclusão dos mesmos na listagem foram: se o intelectual tem mais de 10 artigos publicados, e/ou se tem destaque por ser muito citado como referência em outros materiais, e/ou pela função assumida diretamente no ESP. As informações sobre os mesmos, por sua vez, além destas fontes, também foram colhidas em páginas e blogs pessoais e páginas de seus respectivos APHs, identificados em nota.

<b>TABELA 4 – Intelectuais orgânicos do movimento Escola Sem Partido</b>			
<b>Nome e função no movimento ESP</b>	<b>Formação / Atuação</b>	<b>Sociedade civil</b>	<b>Sociedade política</b>
<b>Miguel Francisco Urbano Nagib</b> <sup>116</sup> Fundador e presidente.	Advogado (instituição de formação não identificada).	1 - Presidente da empresa Associação Escola Sem Partido; 2- Sócio, administrador ou dono da empresa Escola Sem Partido 3- Ex-membro do Instituto Liberal de Brasília (2002-...); 3- Ex-colaborador “especialista” e doador do Instituto Millenium (2009-2011); 4- Sócio com capital da empresa Sérgio Bermudes Advogados, com sede no Rio de Janeiro.	- Procurador do estado de São Paulo; - Assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002.
<b>Bráulio Tarcísio Porto de Matos</b> <sup>117</sup> Co-fundador.	Professor adjunto de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília desde 1994. Bacharelado em Ciências Sociais (1983), mestrado em Sociologia (1987),	1- Ex-membro do Instituto Liberal de Brasília (2002-...). 2- Vice-presidente da Associação Escola Sem Partido.	

116 Elaborou o primeiro projeto de lei do Programa Escola Sem Partido (2014), sob encomenda do deputado estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro (então filiado ao PP, depois ao PSC e atualmente ao PSL). Sócio, administrador ou dono da empresa Escola Sem Partido (razão social: Escola Sem Partido Treinamento E Aperfeiçoamento Eireli), aberta em 26/6/2015, presidente da empresa Associação Escola Sem Partido (razão social: Associação Escola Sem Partido), aberta em 28/10/2015, ambas com sede em Brasília. Informações colhidas em: <<https://www.consultasocio.com/q/sa/miguel-francisco-urbano-nagib>> e <<https://www.numeroscnpj.com/empresa/sergio-bermudes-advogados/35789304000164>> , acesso em 20/07/2018. Demais informações em <<https://www.institutomillenium.org.br/miguel-nagib-2/>> e <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/tag/instituto-millenium/>>

117 Informações colhidas em: <http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/587-as-ciencias-humanas-na-base-nacional-comum-curricular> e na Plataforma Lattes, em 20/07/2018.

	doutorado em Sociologia (1993), todos pela Universidade de Brasília. Pós-doutorado pela Universidade de Sussex, Inglaterra (2003/4).		
<b>Orley José da Silva</b> <sup>118</sup> Colaborador. Administrador do blog “De Olho no Livro Didático”, destacado na página inicial do site oficial do ESP.	Doutorando em Ciências da Religião, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás); Mestre em Letras e Linguística, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestrando em Estudos Teológicos, pelo Seminário Presbiteriano Renovado Brasil Central (SPRBC) e MESpecialista em Leitura e Produção de Textos, pela Universidade Federal de Goiás (UFG).	Evangelista na Assembleia de Deus - Campo Campinas (Goiânia).	- Membro da comissão especial da Câmara dos Deputados para avaliação de livros didáticos.
<b>Luis Lopes Diniz Filho</b> <sup>119</sup> Colaborador. Administrador do blog “Tomatadas”, destacado na página do e autor de 11 artigos publicados na mesma página.	Graduação em Geografia (1990), mestrado em Geografia Humana (1994) e doutorado em Geografia Humana (2000), todos pela Universidade de São Paulo. Professor Associado 3 do Departamento de Geografia da Universidade Federal	Autor do livro “Por uma crítica da teoria crítica” e de artigos sob a perspectiva do em seu blog pessoal.	

118 Informações colhidas em: <http://revista.batistarenascer.com/wp-content/uploads/2017/06/renascerdigital-15%C2%AAed.pdf> p. 12-13, artigo “Uma base nacional curricular que preocupa os cristãos”, e <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/>, acessados em 20/07/2018.

119 Informações colhidas em: <http://tomatadas.blogspot.com/> e <http://escolasempartido.org/artigos-top/233-a-doutrinao-no-ensino-brasileiro-de-geografia>, acessados em 20/07/2018.

	do Paraná.		
<b>Rodrigo Constantino</b> <sup>120</sup> Colaborador; 11 artigos publicados na página do ESP.	Graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e MBA de Finanças pelo IBMEC.	1-Presidente do Conselho do Instituto Liberal (2013-atual); 2- membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL). 3- Foi colunista da Revista Veja e é colunista de diversos jornais, como o “Valor Econômico” e “O Globo”.	
<b>José Reinaldo Azevedo e Silva (Reinaldo Azevedo)</b> <sup>121</sup> Colaborador. Autor de mais de 20 artigos e presente em 50 citações na página do ESP.	Jornalista, formado pela Universidade Metodista de São Paulo.	1- Foi redator-chefe da revista Primeira Leitura e da revista Bravo!, editor-adjunto de política da Folha de São Paulo, redator-chefe do jornal Diário do Grande ABC, e colunista da Revista Veja até 2009; 2- colunista da Folha de São Paulo. 3- Assina um blog que era hospedado no site da revista Veja e hoje está no Portal Rede TV!. 5- Apresentou o programa “Os Pingos nos Is”, na rede Jovem Pan até 2017 e hoje tem contrato com a rádio BandNews FM, 6- autor da coluna “Pela Ordem” no jornal Rede TV! News; 7- Participa regularmente do programa Roda Viva da TV Cultura.	

120 Informações colhidas em: <https://www.institutoliberal.org.br/autor/rodrigo-constantino/>, acessado em 20/07/2018.

121 Informações colhidas em: <http://www3.redetv.uol.com.br/blog/reinaldo/>, <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/por-uma-escola-sem-partido/>, <http://www.escolasempartido.org/component/search/?searchword=reinaldo%20azevedo&searchphrase=all&Itemid=109>, e [https://www.ebiografia.com/reinaldo\\_azevedo/](https://www.ebiografia.com/reinaldo_azevedo/), acessados em: 19/07/2018.

<p><b>Beatriz Kicis Torrents de Sordi (Bia Kicis)</b><sup>122</sup></p> <p>Fundadora do movimento Mães Pelo Escola Sem Partido.</p> <p>(Irmã de Ruth Kicis, esposa de Miguel Nagib)</p>	<p>Advogada (instituição de formação não identificada).</p>	<p>- Presidente do Inst.Resgata Brasil</p> <p>- Coordenadora do movimento Revoltados Online até seu fim, em 2017.</p>	<p>- Procuradora aposentada do Distrito Federal;</p> <p>- Candidata eleita em 2018 a deputada federal do DF pelo Partido Republicado Progressista.</p>
<p><b>Olavo de Carvalho</b></p> <p>15 artigos publicados na página do ESP.</p>	<p>Estudou Filosofia no Conjunto de Pesquisa Filosófica (Conpefil) da PUC-Rio mas não se graduou.</p>	<p>1- Colunista colaborador da Folha de S. Paulo, Zero Hora (Porto Alegre); O Globo (Rio de Janeiro); Primeira Leitura (São Paulo); Bravo! (São Paulo); Leader (Porto Alegre);</p> <p>2- Conferencista em eventos da Atlas Foundation for Economic Studies , UNESCO, ONU, Clube Militar do Rio de Janeiro; Clube Naval do Rio de Janeiro, dentre outros;</p> <p>3- membro-fundador da Sociedade Brasileira de Szondi.</p>	
<p><b>Nelson Lehmann da Silva</b></p> <p>Na apresentação de seus 6 artigos na página do ESP, consta: “O artigo abaixo foi escrito pelo saudoso Prof. Nelson Lehmann da</p>	<p>Estudou em Roma (1966-1967), na Alemanha (1967-1972) e fez doutorado na Califórnia (1976-1980). Também foi, por 25 anos, professor dos departamentos de História e de Ciências Políticas da</p>	<p>1- Ex-membro do Instituto Liberal de Brasília (2002-?).</p>	

122 Informações colhidas em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/tag/bia-kicis/> , <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0732/17> , <https://www.parlatoriolivre.com.br/bia-kicis> , <https://revoltadosonline.blogspot.com/2017/07/forum-nacional-da-direita-painel-1.html> , <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/10/05/foi-instalada-na-camara-dos-deputados-comissao-MESpecial-para-o-escola-sem-partido/> , <https://www.consultasocio.com/q/sa/beatriz-kicis-torrents-de-sordi> , acessados em 19/07/2018.



Silva, pioneiro na luta contra a doutrinação ideológica nas escolas, grande incentivador do EscolasemPartido.org”	Universidade de Brasília (UNB).		
---	---------------------------------	--	--

É possível observar que os intelectuais acima destacados possuem diferentes e diversos vínculos à organizações da sociedade civil e política, consolidando uma rede de apoio direto ao movimento. Além destes, outros “especialistas” possibilitam nosso entendimento sobre a atuação do ESP, para além dos interesses já explicitados das organizações liberais-ultraconservadoras, por possuírem estreitos vínculos a APHs que possuem outras frentes de atuação – ou aqueles que, aparentemente, tem se colocado de maneira contrária ao movimento ESP, como é o caso dos intelectuais orgânicos do movimento Todos Pela Educação (TPE).

São os casos, por exemplo: a) do Júlio Severo<sup>123</sup>, que tem três artigos publicados na página do movimento, é conhecido defensor do homeschooling, escritor que assina o blog “Escola em Casa”, e amigo de Dale O’leary, escritora de obra “Agenda de Gênero” (1997), um dos documentos precursores do termo “ideologia de gênero”; b) do Gustavo Ioshpe que tem matérias escritas para a Revista Veja reproduzidas na página do movimento e é membro colaborador do IMil e do movimento TPE; c) do Demétrio Magnoli, que escreveu matéria no jornal O Globo sobre “o papel educador do governo”, reproduzido na página do ESP, e é membro convidado do IMil; d) do Simon Schwartzman, que escreveu matéria para o ESP sobre papel do governo e o currículo de Sociologia, e é membro colaborador do IMil e do movimento TPE; e) da Viviane Petinelli e Silva<sup>124</sup>, que participou de diversas mesas defendendo o ESP –

123 Informações colhidas em: <http://www.escolasempartido.org/educacao-moral/250-vaticano-diz-para-a-onu-todos-os-pais-tem-o-direito-de-dar-educacao-escolar-para-os-filhos-em-casa> , <http://juliosevero.blogspot.com/search?q=escola+sem+partido> , <https://juliosevero.wordpress.com/> , <http://escolaemcasa.blogspot.com/> , <http://www.escolasempartido.org/educacao-moral/451-agenda-de-genero-redefinindo-a-igualdade> , acessados em 18/07/2018.

124 Informações colhidas em: <http://portalfolhagospel.com.br/category/colunistas/viviane-petinelli/> , <http://www.infanciaprotegida.com.br/2016/07/09/viviane-petinelli-e-silva/> , <http://www.capitalnews.com.br/opiniaio/que-MESPantelho-e-esse-chamado-escola-sem-partido/291588> , acessados em 18/07/2018.

inclusive como convidada na Comissão Especial do ESP na Câmara dos Deputados – é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do Grupo de Ação Política (GAP), da União Nacional dos Estudantes Cristãos (UNEC), colaboradora na Rede de Ação em Defesa da Família de Minas Gerais e colunista da Folha Gospel; e e) do Klauber Cristofen Pires, colunista do portal do Instituto Mises Brasil, que possui oito artigos publicados na página do ESP, dentre eles o “Pais católicos reajam!” que é uma convocação à adesão das famílias católicas ao ESP.

Também dentre os diversos artigos, destacamos alguns com o conteúdo religioso cristão a fim de uma identificação de seus autores. São estes: i) o “Educação Moral: direito dos pais”, escrito pelo Miguel Nagib e pelo ex-frade dominicano Luiz Carlos Faria da Silva<sup>125</sup>, também especialista colaborador do Instituto Millenium; ii) a matéria de “Fique de olho nesse livrinho!”<sup>126</sup>, de Sandro Guidalli, que trata de distorcer midiaticamente o Kit Educação Sem Homofobia; iii) outra reportagem sobre o “Kit Gay”, retirada do site O Globo, escrita por Evandro Éboli; e iv) a matéria “Terrorismo sexual” escrita pelo conhecido ultraconservador defensor do liberalismo Luiz Felipe Pondé, retirado da Folha de São Paulo, para citar apenas alguns.

Além destes intelectuais, também voltamos nosso olhar sobre os deputados das bancadas religiosas no Congresso Nacional. De acordo com Moura (2017) que analisou os projetos de lei do ESP em tramitação no Congresso Nacional, relacionado aos projetos em estados e municípios, entre os anos 2014 e 2016, a maioria das propostas é de autoria de parlamentares fortemente atrelados às bancadas evangélicas e católicas – compondo a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. “Além disso, o discurso destes projetos baseia-se tanto na defesa de uma moral judaico-cristã quanto no modelo de família mononuclear defendido por esta mesma tradição” (MOURA, 2017, p.66). A autora identificou que tais parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças

---

125 Autor do blog “Como educar seus filhos”, Mestre em Educação pela PUC-SP e doutor em Educação pela UNICAMP e Membro ad hoc do Grupo de Estudos sobre Aprendizagem Infantil da Academia Brasileira de Ciências. Informações em <<http://comoeducarseusfilhos.com.br/blog/author/luizfaria/>> , acesso em 18/07/2018.

126 Inicialmente publicado no portal Fé em Jesus (segundo a matéria, mas não foi possível identificar o site) e Cavaleiros do Tempo (<http://cavaleirodotemplo.blogspot.com/2012/08/fe-em-jesus-publica-novas-imagens-do.html> , acessado em 20/09/2018), posteriormente postado no site do MESP.

conservadoras no Congresso, como os latifundiários e defensores dos armamentos, concluindo que a chamada “bancada” ou “frente” BBB – do boi, da bala e da bíblia – atua conjuntamente em torno do encaminhamento e da aprovação dos projetos de lei do ESP.

Sobre a relação com os intelectuais evangélicos propriamente, o estudo de Espinosa e Queiroz (2017) a respeito dos autores dos PL do ESP concluiu que há uma forte conexão com os setores evangélicos, notadamente as igrejas neopentecostais. Dentre as igrejas identificadas através da relação dos deputados apoiadores (que proferiram discursos em plenário) ou autores de projetos que são pastores ou bispos, constam: a Assembleia de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Catedral do Avivamento (igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus) e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Os autores também apresentam como exemplo a conexão dos PL's apresentados pela família Bolsonaro através dos filhos de Jair Bolsonaro, Flávio (deputado estadual fluminense) e Carlos (Vereador do Rio de Janeiro), além do outro filho Eduardo Bolsonaro, deputado federal, que acompanha assiduamente as reuniões da Comissão Especial do Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados. “O vínculo dos evangélicos com o clã Bolsonaro se fortaleceu recentemente quando todos trocaram o Partido Progressista pelo Partido Social Cristão (PSC), presidido pelo Pastor Everaldo, da Assembleia de Deus.” (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 59)127.

Diante deste amplo panorama, é possível afirmar que o movimento possui a capacidade de aglutinar uma complexa rede – ou frente – de intelectuais dos mais diversos APHs, que por sua vez cumprem distintos papéis nas disputas por hegemonia entre as frações de classe dominantes e também no âmbito da opinião pública. Para além da forjada aparência de movimento “neutro” que surgiu de interesses de familiares preocupados com a educação e a segurança de seus filhos, o ESP apresenta-se, ao contrário, como representante e articulador de uma extensa trama de interesses político-ideológicos liberais, ultraconservadores e reacionários.

---

127 Em 2018, todos os membros da família mudaram sua filiação para o Partido Social Liberal, partido reconhecidamente da extrema-direita ultra-conservadora.

### 3.3 Uma nova ideologia orgânica?

*É possível escrever um livro elementar, um manual, um “ensaio popular” de uma doutrina que está ainda na fase da discussão, da polêmica, da elaboração? (...) Se uma determinada doutrina ainda não atingiu esta fase “clássica” do seu desenvolvimento, qualquer tentativa de “manualiza-la” deve fracassar necessariamente, sua sistematização lógica é apenas aparente e ilusória(...)* (GRAMSCI, 1999, p.142, grifos nossos)

Deixando exposta a inerente contradição da tarefa aqui pretendida, de debruçarmo-nos na análise de uma doutrina (ou ideologia) no tempo presente de sua desestabilização-estabilização – sua disputa entre as frações de classe dominantes e na totalidade da luta de classes – nos colocamos no desafio de tentar compreender as modificações do “papel” político-social da ideologia representada pelo movimento ESP no Brasil, considerando sua dialética, levantando algumas hipóteses sobre este processo sob as lentes da teoria gramsciana.

Quando o movimento surgiu em 2003/2004, como vimos, não teve muita notoriedade e repercussão. Foi a partir de 2013, no contexto de uma nova arena da luta de classes, com fissuras abertas no coração das contradições sistêmicas do capital no cenário brasileiro, que ele passou a atuar organicamente sob novas articulações e estratégias como frente de ação ideológica de um largo conjunto de APHs. Teria, então, a partir dessa chamada “virada” e com a intensificação de seu processo de capilarização e difusão, tal ideologia deixado de ser uma típica *ideologia arbitrária* e tornado-se uma *ideologia orgânica*? E, por fim, em que medida a emergência da frente liberal-ultraconservadora e, em especial, a ideologia do ESP, são desdobramentos da escalada fascista no Brasil?

Segundo Gramsci (1999; 2011), “a estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2011, p. 187-188). Considera, ainda, que a distinção entre forma (ideologias) e conteúdo (forças materiais) são uma distinção “puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1999, p.238). Portelli (1977) também aponta que o

conceito-chave de “bloco histórico” é o ponto de partida para a análise da maneira como a ideologia penetra, socializa e integra um sistema social, que nos permite analisar em dado contexto histórico a unidade orgânica entre a estrutura (base econômica) e a superestrutura (ideologia), assim como nos permite identificar como a hegemonia se desagrega e edifica-se um novo sistema hegemônico, um novo bloco histórico (PORTELLI, 1977, p.16).

Nessa perspectiva, não é qualquer ideologia, por mais que seja “palatável” à opinião pública, que passa de uma dimensão arbitrária para tornar-se amplamente difundida, penetrada e integrada em um sistema social. Muitos fatores e circunstâncias atravessam este processo e é a partir desses fatores que devemos analisar as ideologias. Ao tratar sobre a adesão às doutrinas religiosas, Gramsci (1999) reflete que:

É evidente que uma construção de massa desta espécie não pode ocorrer “arbitrariamente”, em torno a uma ideologia qualquer, pela vontade formalmente construtiva de uma personalidade ou de um grupo que se proponha esta tarefa pelo fanatismo das suas próprias convicções filosóficas ou religiosas. A adesão ou não-adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar. As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis, consigam gozar de certa popularidade; já as construções que correspondem as exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer, ainda que atravessem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas. (GRAMSCI, 1999, p.111)

Na reflexão sobre o que o “Escola Sem Partido” representa enquanto uma ideologia, devemos também considerar que é diferente, como assinala Gramsci, de uma ideologia que dá o nome à superestrutura necessária de uma determinada estrutura – tal como é a ideologia neoliberal para o modelo de acumulação flexível do bloco histórico formado a partir dos anos 1970. Não obstante, o consideramos parte integrante de uma renovada grande ideologia, denominada liberal-ultraconservadora, que tem sem sido empenhada no processo de recomposição burguesa a deixar de ser uma ideologia arbitrária para tornar-se necessária a base material do nosso tempo, uma vez que as ideologias arbitrárias surgem justamente de cisões no interior de uma classe. Sobre esta distinção, Gramsci define:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1999, p.237)

Mais adiante, sobre as ideologias que penetram no sistema social tornando-se orgânicas, o filósofo sardo adverte que mesmo quando aquela fase histórica passa, os seus traços permanecem nas fases posteriores, tornando-se o seu melhor documento. Em contrapartida, aquilo que se “perdeu”, “(...) o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante, era 'escória' casual e contingente, crônica e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise.” (GRAMSCI, 1999, p. 240).

Ainda que os PL do ESP não tenham sido aprovados ou não tenham entrado em vigor ao esbarrarem em processos que denunciam sua inconstitucionalidade<sup>128</sup>, sobre o aspecto coercitivo e os efeitos da difusão da ideologia do ESP, ao analisar os modelos dos PLs, Algebaile conclui que estes compõem o conjunto das ações do movimento, sendo ao mesmo tempo um instrumento estratégico de mobilização e propaganda e um instrumento jurídico-político de controle da escola e não precisam de sua plena vigência jurídica para produzir os efeitos desejados. Pois, como

(...) o teor do modelo de Projeto de Lei e sua forma de divulgação difundem, por si, um clima de vigilância, suspeição, denúncia e punição, não é preciso haver um projeto aprovado para que se cumpra parte dos efeitos esperados, que não são necessariamente a efetiva responsabilização criminal e a aplicação jurídica de punição, mas a

---

128 Como a nota do Ministério Público Federal, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, (DUPRAT, Deborah, Nota Técnica, MPF, 2016) e diversos pareceres de projetos de lei que foram arquivados após constatada sua inconstitucionalidade.

autocensura, o constrangimento e a coibição comportamentos e práticas que possam, mesmo remotamente, ser identificados como “doutrinação” ou “desrespeito às convicções morais da família.” (ALGEBAILLE, 2017, p.70)

Neste mesmo artigo, Algebaile (2017) também sugere a possibilidade de analisarmos o Escola Sem Partido não como um “movimento”, mas enquanto uma organização especializada a partir de sua análise sobre a forma como atua, que identifica, para além de uma adesão voluntária e a incorporação de militantes de forma utilitária, uma coordenação personalizada e centralizada (nas figuras de Miguel Nagib e Braulio Porto de Mattos) que cumpririam “funções específicas de propaganda, mobilização e controle no âmbito de uma vertente partidária compromissada com a defesa de prerrogativas econômicas, políticas, socioculturais ultraconservadoras” (ALGEBAILLE, 2017, p. 70). A presente pesquisa não pretende fazer o debate sobre tal distinção entre “movimento” ou “organização”, ainda que o tenhamos tratado através do termo “movimento”. Porém, trazemos esta análise de Algebaile (2017) por realizar esta definição que também se aproxima dos pressupostos da presente pesquisa, considerando que nos auxilia a compreender o que está por trás deste movimento com intuito de fortalecer a difusão de uma determinada ideologia. Ao fazer esta definição de que é uma organização específica, a pesquisadora conclui que a mesma se utiliza do termo “movimento” para atrair o conjunto da opinião pública para sua ideologia,

(...) enquanto se utiliza de uma linguagem e de estratégias que amesquinham o debate político, instigando intrigas e futricas que ajudam a instaurar um ambiente similar ao que Gramsci (2000 e 2002) denominou de “pequena política”, possibilitando à vertente partidária a qual se vincula essa organização reservar para si a grande política, relacionada às posições fundamentais de domínio e direção. (ALGEBAILLE, 2017, p. 71)

A partir desta reflexão, retomamos a definição gramsciana, na qual a *grande política* “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 1999, v.3, p. 21), enquanto a *pequena política* compreende questões de cunho cotidiano, da política parlamentar, de corredores e intrigas, que “se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência

de lutas pela predominância entre diversas frações de uma mesma classe política” (idem). Assim, Gramsci constata que é um movimento da grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno do Estado estrito e reduzir tudo à pequena política.

Ao levar o debate sobre os sentidos da educação escolar pública para o âmbito da pequena política, considerando que estaria sendo palco de disputa de interesses “parlamentares” e que por isso deveria ser “sem Partido”, o discurso do movimento ESP busca desvincular o caráter ideológico de seu projeto educacional, deslocando-o para o campo do interesse individual e dos conflitos pessoais, enquanto articula-se, ao contrário, através de uma estratégia engendrada a diversos outros APHs a partir de uma ideologia liberal-ultraconservadora e reacionária muito bem definida, disputando justamente um projeto político-ideológico no âmbito da grande política. Contraditoriamente ao nome que utiliza, ao dizer que no interior das escolas há um processo de “doutrinação marxista” em curso que se utilizaria da “ideologia de gênero”, acaba por reafirmar que elas são espaços produção e difusão ideológica, no qual justamente querem hegemonizar sua própria ideologia.

Em última instância, consideramos que o movimento ESP, ao tentar transferir o que seria o debate ético-político-ideológico para o locus privado (familiar), travestindo tal intuito sob o discurso argumentativo de que a escola estaria sendo palco da pequena política cotidiana e parlamentar, vem em uma renovada investida ultraconservadora de redefinição de todo o sentido histórico que consolidou a educação escolar pública como um dos *locus* elementares de realização da grande política. Ao alçar a ilusão de que a escola se resumiria à arena da pequena política e que, por isso, deveria ser “sem partido”, tenta esvaziá-la de seu sentido de território singular de luta de classes, na impossível tentativa de impedir que expressem as contradições do sistema capitalista em seus currículos e práticas escolares – posto que é impossível escondê-las, uma vez que são intrínsecas da própria dinâmica das relações sociais no capitalismo. Daí que no extremo de sua aplicação na realidade, o projeto defendido pelo movimento ESP só poderia existir sem escolas públicas (onde todas seriam privatizadas e/ou militarizadas), ou mesmo sem escola e professores (no modelo de homeschooling, cuja educação seria promovida pelas famílias de acordo com seus interesses privados e/ou particularistas). Sabe-se que, contraditoriamente, ao disputarem os conteúdos curriculares, os sentidos sobre a função dos professores e a organização das dinâmicas escolares, estão ao mesmo tempo ratificando o entendimento de que as escolas são, essencialmente, por serem



espaços da ciência (da racionalidade) e de subjetivação, são espaços onde se expressam as contradições do capitalismo e dos antagonismos de classe.

Sabemos que tal modelo defendido, dentro da consolidação de uma educação pública historicamente dualista no Brasil, tal “saída” para a transformação dos sentidos da escola seria destinada à classe trabalhadora através de sistemas de *vouchers*, da educação à distância e de escolas militarizadas onde não fosse interesse da economia de mercado, como vem sinalizando o Movimento Brasil Livre (MBL, 2015). A partir das análises sobre a correlação das propostas do ESP e dos modelos educacionais de educação à distância (ou de telecursos) que vem sendo disseminados pelo Brasil, pesquisadores indicam que

O projeto do Escola sem Partido levado ao seu limite vai corroer as relações humanas dentro da escola que, entre processos judiciais e “silenciamentos”, poderá chegar ao ápice de nem precisarmos mais de professores. Um bom telecurso de uma organização governamental ou do sistema Globo, aliado a policiais garantindo a disciplina, já fará o papel de “entretenimento” e gerenciamento das agonias das crianças e jovens pobres. (BÁRBARA, CUNHA e BICALHO, 2017, p. 107).

Para tratarmos das caracterizações do fascismo em suas dimensões materiais e históricas, tomamos como referência os estudos gramscianos sobre o fascismo italiano; considerando que em cada contexto a escalada da ideologia e/ou do regime fascista tem suas próprias dinâmicas e características, mas que estas podem ser tomadas como referência por se tratar do primeiro regime deste tipo e pelo aprofundamento do filósofo sardo na análise de seus processos, o que pode contribuir para o nosso olhar sobre a compreensão de outros.**129**

Gramsci (1999), ao contrário de outros autores, considerou o fascismo não como uma aberração, mas como uma ideologia que, no primeiro momento, foi arbitrária. Inicialmente, até 1920, não teria “potencial” para tornar-se ideologia orgânica no capitalismo, mas depois passou a servir como elemento de transição para a mudança

---

129 Ainda que eu não tivesse nenhum acúmulo teórico anterior sobre fascismo, a sua escalada no Brasil me levou a incorrer o risco de tentar estabelecer alguns nexos entre este fenômeno e a ideologia do ESP, certa de que há muito mais a ser aprofundado em trabalhos futuros, mas que há uma urgência na conjuntura que exige que nos debruçemos sobre a leitura deste processo no Brasil sem deslocar este debate do campo educacional, que tem se mostrado como terreno estratégico de atuação das forças neofascistas no país.

do bloco histórico em um contexto de crise orgânica, pois na leitura gramsciana o fordismo não teria se consolidado na Europa, especialmente na Itália, sem o fascismo (como já ocorria nos Estados Unidos através do americanismo). Segundo Fresu (2017), o fascismo foi inicialmente defendido por Mussolini, na Itália, como um caminho “do meio” entre o socialismo e o capitalismo (sem utilizar o termo “fascismo”); sem ser uma ideologia originária, recolheu sugestões provenientes de diferentes doutrinas no plano político, cultural e econômico (FRESU, 2017, p. 117). Para se difundir e ganhar opinião pública, os fascistas trabalharam com a lógica da mistificação ideológica. Segundo Gramsci, utilizaram-se de termos como “comunismo livre” ou “fascismo como liberdade” dentro das trincheiras da guerra de posição no nível ideológico (GRAMSCI, 1999, V.1 p.299-300).

Segundo Fresu (2017), foi o primeiro partido-milícia que conquistou o poder numa democracia liberal europeia com a tarefa declarada de destruí-la e também foi o primeiro movimento político do século XX que levou o pensamento mítico ao poder. O mito (no sentido do irracionalismo) e a organização (via Partido e Estado), neste sentido, seriam os dois componentes fundamentais da política de massa do fascismo. Surgiu, na Itália, entre a pequena e média burguesia urbana, e que se desenvolveu com o apoio dos proprietários de terras e do grande capital industrial.

No texto pré-carcerário “O Povo dos Macacos”, Gramsci descreve a trajetória da pequena burguesia italiana desde os anos 1880 até o nascimento do movimento fascista, atribuindo a ela seu ascenso. Analisa que com o crescimento da grande indústria e do capital financeiro, a pequena burguesia perdeu a importância e foi afastada de funções vitais no terreno da produção, tornando-se uma classe puramente política e especializada no “cretinismo parlamentar” (GRAMSCI, 2004, p. 30):

O Parlamento se torna um bazar de mexericos e escândalos, um meio para o parasitismo. Corrompido até a medula, completamente a serviço do poder executivo, o Parlamento perde qualquer prestígio junto às massas populares. Essas massas se convencem de que o único instrumento de controle e de oposição aos arbítrios do poder administrativo é a ação direta, a pressão feita de fora.” (Idem, p.30-31).

Assim, a pequena burguesia imita a classe trabalhadora e vai para as ruas (daí o termo “macacos”, referente à imitação). E em que termos? Gramsci analisa no mesmo

texto que, em vez de continuar se colocando a serviço do poder governamental, ela modifica a forma de sua prestação de serviços (pois perdeu definitivamente qualquer esperança de reconquistar uma função produtiva, embora a base sólida da organização fosse a defesa direta da propriedade industrial e agrícola contra os assaltos da classe revolucionária dos operários e dos camponeses pobres), torna-se antiparlamentarista e busca corromper as ruas.

Esta atividade da burguesia, convertida oficialmente em 'fascismo', tem consequências para a organização do Estado. *Depois de ter corrompido e arruinado a instituição parlamentar, a pequena burguesia corrompe e arruína também as demais instituições, os sustentáculos fundamentais do Estado: o exército, a polícia, a magistratura.* Corrupção e ruína realizadas à fundo perdido, sem nenhuma finalidade precisa (a única finalidade precisa deveria ser a criação de um novo Estado: mas o “povo dos macacos” se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado): o proprietário, para se defender, financia e mantém uma organização privada, a qual – para mascarar sua natureza real – deve assumir atitudes políticas “revolucionárias” e desagregar a mais poderosa defesa da propriedade, ou seja, o Estado. (GRAMSCI, 2004, p.33, grifos do autor)

O sentido de “revolucionária” fica nítido adiante, quando ele define que a verdadeira natureza da pequena burguesia é a de serva do capitalismo e da propriedade agrária, sendo agente da contra-revolução, fundamentalmente incapaz de desempenhar uma tarefa histórica. Em 1921, a adesão do líder liberal Gioliti (analisado por Gramsci como um representante do transformismo nesse período) à formação de um “bloco nacional” com os fascistas, representou o afastamento dos princípios liberais por parte da burguesia. Em seguida, a virada autoritária nas urnas, a chegada de Mussolini no parlamento, e a escalada sem limites das violências fascistas, levaram ao declínio do Partido Socialista Italiano (PSI). Neste contexto, os reformistas foram se conciliando com os fascistas, que foram crescendo a passos largos diante da incapacidade das lideranças reformistas de controlarem as massas e dos revolucionários consolidarem um projeto político unificador e de ampla adesão (GRAMSCI, 2004, p. 71-73). Mesmo sendo vítima, o PSI assinou um “pacto de pacificação” com o Partido Nacional Fascista “que legitimou o movimento de Mussolini, fazendo acreditar que existisse uma guerra civil entre socialistas e fascistas, e não uma ação unilateral dos fascistas contra o movimento operário” (FRESU, 2017, p. 124).

Contudo, o aumento da violência só cresceu. Um dos eixos centrais do fascismo, além do Partido e do Estado, foi a sua organização paramilitar, sem a qual não poderia existir nem o fascismo. Mesmo tomando o Estado por vias legais, o crescimento do fascismo também se deu por outras vias: em muitas regiões foram substituindo autoridades oficiais por organismos extralegais armados (milícias), que aplicavam qualquer tipo de punição para seus opositores, inclusive a morte. Segundo Fresu (2017), adiante, “as duas dimensões [autoridade legal e organismos extralegais] seriam fundidas em uma única ordem por meio de um golpe de Estado que, derrotando as resistências ainda presentes nas classes dirigentes, pôs fim ao velho sistema eleitoral” (p.125).

Após, já no cárcere, Gramsci voltou-se para analisar como a resolução da crise orgânica passou por esse processo de transformismo dos liberais para a consolidação do regime fascista. Sobre este aspecto, segundo Fresu (2017), através destas palavras, Gramsci conseguiu descrever a plena disposição dos liberais para o fascismo e o duplo significado do transformismo: “A classe dirigente, que através de uma ação de décadas construiu o seu poder a partir deste ponto, resiste, sim, mas ao mesmo tempo oferece aos novos que chegam um mais confortável programa de acordos de cooptação e assimilação recíproca” (GRAMSCI, 1975, apud FRESU, 2017, p. 128). No processo de transformismo os liberais somaram-se às forças reacionárias e conservadoras e à grupos dirigentes que inicialmente estavam resistentes (como é o caso da maçonaria). Neste sentido, Gramsci caracterizou o fascismo como um processo de “revolução passiva”, onde não há rompimento com a velha ordem política e social, em uma combinação de restauração (reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical vinda dos subalternos) e renovação (onde algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto” através de concessões da classe dominante).

Dentre as características da formação do fascismo italiano, destacamos aquelas presentes na história recente (e na atualidade) no Brasil, já apontadas e analisadas ao longo na presente pesquisa, buscando evidenciar as semelhanças destes processos históricos: i) o grande protagonismo da pequena burguesia buscando corromper as ruas; ii) a indicação da construção e consolidação de um grande “bloco nacional” como horizonte, o que garantiria uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num só organismo político; iii) o transformismo dos liberais (como notamos no crescimento da frente liberal-ultraconservadora e a adesão de forças fascistas a este projeto); iv) a

absorção da vertente religiosa hegemônica como uma de suas tendências (no caso italiano, foi a maçonaria, que era a ideologia oficial da burguesia italiana; no caso brasileiro o fundamentalismo cristão tem sido base da ascensão do ideário fascista); v) a tática de infiltração e terrorismo para, em seguida, exercer ações legislativas (como foram, no Brasil, os efeitos da Lei Antiterrorismo e mais recentemente a escalada da difusão da ideia dos comunistas e marxistas como “inimigos” do Estado; vi) e, por fim, a composição de forças reacionárias, conservadoras e forças dirigentes (até então resistentes) na tentativa de consolidação de uma única unidade orgânica, ainda que existam resistências, tensões e cisões neste processo (processo notado especialmente no período de conclusão desta pesquisa diante da ampla aliança de setores liberais à candidatura de Jair Bolsonaro, especialmente no segundo turno das eleições – candidato eleito e reconhecidamente fascista até pelos maiores veículos de comunicação em todo o mundo, exceto pela mídia corporativa brasileira).

Notamos, portanto, que todas estas características do fascismo italiano podem ser identificadas ao longo da análise sobre a ofensiva liberal-ultraconservadora e reacionária no cenário brasileiro, realizada no decorrer do presente trabalho e a partir de análise conjuntural dos últimos meses que envolveram a pesquisa. Diante da crise de representação no aprofundamento da crise orgânica do capitalismo, surgem novos “candidatos” a representantes. Segundo Gramsci (1999), se o partido revolucionário não exerce o papel de organizar uma saída ou vários grupos não vinculam-se a uma única frente (no caso, de direita), há abertura para o surgimento do fascismo através de um líder carismático (GRAMSCI, 1999, v.3, p. 61). Notamos o mesmo processo em vigor no pleito para a presidência nas eleições de 2018, no qual o candidato Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal, foi eleito na disputa entre seu projeto ultraliberal e ultraconservador e o projeto social-democrata do Partido dos Trabalhadores e do PSDB (Geraldo Alckmin, até as vésperas do segundo turno, vinha representando interesses da grande burguesa no Brasil). Terá este novo presidente, ao assumir seu mandato, a mesma função dos chefes carismáticos no sentido de concentrar em si as funções de chefe único de um partido único, do governo e do Estado? Servir-se-á do Estado para dominar o partido e do partido para dominar o Estado? Enfim, a eleição de um presidente fascista significará uma mudança de regime? Estamos às portas de um regime fascista no Brasil?

Estamos em um período histórico de aprofundamento da crise orgânica em que “o velho morre e o novo não pode nascer”. A ideologia do Escola Sem Partido vem evidenciar mais uma faceta e indício do ascenso do ideário fascista no cenário político brasileiro. Assim, o fascismo também é uma das leituras possíveis sobre esta renovada ideologia que certas frações de classe dominantes buscam consolidar como orgânica.

Ficamos ainda mais próximos destas resoluções quando correlacionamos a ascensão do ultraconservadorismo advindo do fundamentalismo religioso às conspirações liberais-ultraconservadoras, como é justamente o caso da agenda política do movimento ESP. Segundo Frigotto, tais teses, se transformadas em legislação, como parece ocorrer,

constituirão o lado mais voraz da esfinge que se alastra na sociedade e não apenas na escola. Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta *e pelo que esconde*. (FRIGOTTO, 2017, p. 31, grifos nossos)

Após o quadro apresentado anteriormente sobre a “virada” do movimento Escola Sem Partido e a análise sobre a ideologia expressa em seu discurso e atuação, questionamos: em uma fase histórica futura, teriam as ideias liberais-ultraconservadoras e reacionárias do tempo presente sucumbido ou ainda ouviremos seus ecos? A agenda liberal-ultraconservadora destas organizações transnacionais e do Brasil, representadas na educação pelo movimento Escola Sem Partido, ainda que não tenha triunfado em sua totalidade, terá deixado seus traços nas fases posteriores?

## CONCLUSÕES E OUTRAS QUESTÕES

Desde 2008, a direção social-liberal do movimento de recomposição burguesa vem enfrentando a emergência de movimentos que tem tecido uma crítica pela direita. No Brasil, este fenômeno tem se expressado com maior clareza desde 2013, quando um conjunto de organizações, dentre os quais o movimento Escola Sem Partido, tem emergido com grande destaque no interior do Estado ampliado. Na sociedade civil o movimento vem atuando como uma frente de ação ideológica articulando uma ampla *frente liberal-ultraconservadora* na educação, composta por um conjunto de intelectuais orgânicos coletivos, assim como no interior da sociedade política a partir de um conjunto de iniciativas que visam aprofundar os mecanismos de controle e coerção.

Ao longo da pesquisa foi necessário compreender, para além do fenômeno do movimento ESP, o que representa a atuação de uma extensa rede de organizações e APHs liberais-ultraconservadores transnacionais e nacionais da “nova direita”, especialmente na contemporaneidade, que são os intelectuais coletivos que elaboram, sistematizam e difundem a ideologia que identificamos no movimento ESP. As analisamos no contexto da crise orgânica do capitalismo, tentando estabelecer os nexos entre os movimentos da estrutura e da superestrutura de acordo com a expressão dos interesses de frações de classe dominantes no interior do processo de recomposição burguesa. Identificamos o que há em comum entre tais grupos no tocante ao que definem como princípios mínimos, que é a predominância do indivíduo sobre o Estado, a liberdade absoluta do mercado e a defesa irrestrita da propriedade privada. Além destes princípios estarem contidos da ideologia representada pelo movimento, também identificamos preceitos do fundamentalismo religioso cristão que dão o tom ultraconservador também à grande parte das organizações que integram o conjunto desta frente, o que tornou possível e necessário caracterizá-la como ultraconservadora, haja vista a característica essencialmente conservadora da burguesia no Brasil ao longo de sua formação histórica.

Buscamos apresentar um entendimento, portando, sobre estes APHs na emergência de uma variante ultraconservadora do liberalismo, no mundo e no Brasil. Através da atuação dos intelectuais orgânicos, analisamos a atuação em rede da Atlas Network, transnacional, e a Rede Liberdade, no Brasil. Dentre seus APHs associados,

destacamos o Instituto Liberal e o Instituto Millenium a fim de compreendermos os papéis destas organizações do tipo *think tanks* (APHs) em contextos distintos na atuação da burguesia no Brasil. Também foi necessário voltarmos nosso olhar para o novo fenômeno de formação e organização de jovens estudantes “livres” por parte destes APHs, que tem expressado um grande protagonismo neste processo de renovação das forças de extrema direita liberais, ultraconservadoras e reacionárias. Neste sentido, analisamos que a formação do Movimento Brasil Livre – representante do que chamamos de “síntese” da agenda da frente liberal-ultraconservadora na educação no Brasil – a partir de sua orgânica simbiose com o movimento Students For Liberty, fundado como organização aqui no país como Estudantes Pela Liberdade.

Ao analisarmos as formas e métodos de organização e atuação do movimento Escola Sem Partido, percebemos também que as organizações e suas redes têm atuado como seu pilar político-ideológico, logístico e propagandístico. Isto vem modificando profundamente a atuação do movimento no âmbito do Estado Ampliado a partir de 2013. Conforme avança esta ofensiva, vem construindo e fortalecendo o crescimento da difusão da ideologia que representada no conjunto da opinião pública e sua atuação ampliada através das novas estratégias de controle e coerção – através do ataque à educação pública, às ciências e ao trabalho docente buscando, modificar seus sentidos históricos, penetrando nos organismos estatais e produzindo instrumentos legais visando legitimar este projeto.

Compreendemos também que esta frente liberal-ultraconservadora, na Educação, atua concomitantemente a outro conjunto associações e entidades de cunho empresarial da “direita para o social” advindo da variante neoliberal do social-liberalismo. Esta frente “social-liberal” na Educação tem sua maior expressão no movimento empresarial Todos Pela Educação, que desde 2006, vem atuando como um poderoso aparelho privado de hegemonia na produção de consensos, materializando-os nas mais diversas políticas públicas educacionais e, recentemente, na formulação da famigerada Reforma do Ensino Médio e na composição da comissão especial de formulação da Base Nacional Comum Curricular.

Identificamos que em muitas pautas estas duas frentes – a “liberal-ultraconservadora” e a “social-liberal” – apresentam tensões e em outras apontam aproximações. Quando observamos o interior das grandes redes de articulação, através



da atuação de diversos intelectuais orgânicos que compõem simultaneamente as duas frentes, estas organizações se aproximam e se complementam de acordo com cada contexto e interesse, levando-nos a perceber que o caminho para compreender melhor o que representa a complexidade destas tensões e aproximações poderia estar justamente na análise desta atuação em grandes redes em trabalhos de pesquisas futuros. Torna-se necessário e urgente, portanto, o aprofundamento da análise da agenda liberal, especialmente em seu projeto educacional no Brasil. Quais são precisamente os pontos de convergência e divergência das frentes “social-liberal” e “liberal-ultraconservadora”? Quais são as frações de classe dominantes que as organiza e orienta? Quais são os intelectuais orgânicos que representam as aproximações e quais expressam as tensões? Em quais APHs são identificados? Quais aspectos éticos-morais-estéticos, no âmbito religioso do doutrinamento cristão, dão forma à nova sociabilidade impetrada pela ideologia do projeto educacional liberal-ultraconservador? Quais são as igrejas, grupos e intelectuais envolvidos em torno deste projeto de disciplinamento e doutrinamento? Quais são seus interesses?

Na frente liberal-ultraconservadora na educação, identificamos o movimento Escola Sem Partido, no sentido da ideologia que representa, como o principal eixo articulador, atuando como uma frente ideológica de um conjunto de aparelhos privados de hegemonia. Sua ideologia, no nível discursivo e na profunda difusão de seu receituário através de grande investida de suas novas estratégias de ação e articulação vem representando que o seria, no entendimento desta pesquisa, o conjunto de uma agenda liberal-ultraconservadora para as políticas educacionais no Brasil. Ainda que não as apresente em uma formulação precisa, mesmo através das estratégias argumentativas de ocultação de interesses, é possível identificarmos o conjunto de políticas amplamente defendidos pelos mais diversos APH's em seus artigos, resoluções e eventos<sup>130</sup>. Assim, identificamos tal conjunto:

**1) Privatização das redes públicas em todos os níveis de ensino com transferência do fundo público através da implementação do sistema de *vouchers*:** sob o discurso

---

130 O mais explícito documento que representa tal conjunto foi identificado na publicação das resoluções do Congresso do Movimento Brasil Livre de 2015, no qual constam todas as políticas aqui enumeradas. Ainda, os elementos desta agenda também são identificados, com maior ou menor destaque, em sua totalidade ou destacados separadamente, nos mais diversos APHs analisados.

difundido por igrejas e organizações fundamentalistas cristãs de que, para combater o avanço da “ideologia de gênero” e a “doutrinação marxista” as famílias deveriam ter o direito de que seus filhos tivessem o ensino ministrado de acordo com os princípios éticos e morais de suas famílias, vende-se a primeira grande proposta da agenda ultraliberal: através da privatização das escolas em todos os níveis de ensino (desde a educação infantil ao ensino superior) as famílias, através do sistema de *vouchers*, poderiam escolher a compra do ensino (enquanto mercadoria) na escola que fosse de acordo com seus princípios políticos e religiosos. Neste sentido, destacamos também que a educação seria ofertada de acordo com as demandas e interesses do mercado, pois dentro dos princípios da economia de mercado a sua liberdade seria irrestrita e não poderia sofrer interferência ou regulação do Estado;

**2) Educação domiciliar (uma renovação da ampliação da Educação à Distância):** através da ideia de que poderia não ser possível garantir às famílias a oferta de escolas privadas que atendessem seus interesses e princípios políticos e religiosos, deveria ser assegurado o direito à educação domiciliar (ou mais conhecida, em outros países, especialmente nos Estados Unidos, como homeschooling). Supomos que, para a viabilização desta política, se ampliaria uma frente no mercado educacional de produção de novas plataformas digitais, aplicativos, apostilas, videoaulas, dentre outros recursos;

**3) Militarização das escolas:** por último, caso as famílias não quisessem nenhuma escola privada por qualquer motivo particularista e não optassem pela educação domiciliar, poderiam recorrer às escolas militarizadas, pois o Estado deveria garantir a oferta de escolas deste modelo em áreas onde não for de interesse de investimento do mercado.<sup>131</sup>

---

131 Tal processo de mudança de gestão das escolas públicas estaduais, que tem sido transferidas das secretarias estaduais de educação para as secretarias de segurança, sob o comando e gestão das Polícias Militares, já vem ocorrendo em todo o Brasil. O estado de Goiás, por exemplo, hoje é o maior laboratório de implementação desta política, com quase 50 escolas militarizadas e outras 40 aguardando os decretos que estabelecem a militarização. Não por acaso, estas escolas são identificadas como aquelas em que era necessário, por parte dos interesses de frações de classe dominantes, impor uma “nova ordem” através de um regime militar (educando para uma nova sociabilidade), pois nelas se concentravam ocupações de estudantes (no período dos levantes das ocupações em 2015) e grande número de professores sindicalizados e grevistas. Para o aprofundamento no assunto, ver GUIMARÃES e LAMOSA (2018).

Concluimos que o “Escola Sem Partido” pode ser compreendido como uma frente de ação ideológica organizada pelo conjunto de APHs aqui analisados, sendo ao mesmo tempo um “movimento” combustível destes intelectuais coletivos, cumprindo o papel da representação dos interesses da frente liberal-ultraconservadora na educação no Brasil. Por fim, ainda que estas questões estejam em aberto e careçam de amplo aprofundamento, lançamos a síntese de algumas hipóteses e questões formuladas ao longo da pesquisa.

A ideologia representada pelo movimento ESP cumpriria uma função necessária e estratégica para a transição da hegemonia do social-liberalismo para a hegemonia da economia de mercado em bases ultraconservadoras, no movimento de recomposição burguesa, a partir dos interesses das frações de classe dominantes que compõem esta frente neste processo em disputa? Consideramos esta hipótese uma vez que a corrente conservadora do liberalismo (Hayek, Mises, Friedman, somados a Burke e Toqueville, para citar alguns) só poderia se fundar nas bases da fé, da irracionalidade, da ausência das ciências humanas (o que essencialmente atinge todo o sentido de ciência) em todo o seu espectro e, principalmente, com a criação do pânico, produzindo novos inimigos que deveriam ser combatidos através da ascensão de “líderes salvadores”. Notamos justamente estas características quando tratamos da escalada fascista no Brasil, visto que o fascismo não é somente uma reação à potência revolucionária da classe trabalhadora, mas também um instrumento para reestabelecimento e renovação de ordem social. Assim, estas frações vem buscando se difundir no Brasil também através do véu de uma marca propagandística em forma de “movimento” Escola Sem Partido. Sua principal função, portanto, seria a mistificação ideológica sobre o sentido de “ciência”, difundindo a irracionalidade em torno no projeto liberal-ultraconservador, criando a ideia de que as ciências humanas estariam a serviço da ideologia comunista. Assim, fortalecem a ideia de que elas começariam destruindo primeiramente a família heterossexual e patriarcal (pilar da propriedade privada) através da “ideologia de gênero”. Dentro desta lógica, difundem que isto aconteceria através da escola e nas universidades públicas, que ao mesmo tempo também seriam palco de “doutrinação” marxista pois, para eles, a estratégia da luta dos trabalhadores hoje seria através do “marxismo cultural”; assim, tornam as escolas e universidades seu principal alvo. Para acabar com estes “inimigos” e consolidar o projeto educacional da economia de mercado, cuja oferta se daria em âmbito exclusivamente privado (salvo em exceções

onde não for interesse de investimento do mercado), precisam acabar com a escola pública, demonizando-a através do pânico moral que busca modificar a opinião pública em relação às funções da escola e do papel dos professores. Neste sentido, em última instância, a agenda da frente liberal-ultraconservadora na educação vem representar a tentativa de aniquilar a educação pública, ou em outra medida, ressignificá-la em todos os seus sentidos sócio-históricos.

Ainda que tal ofensiva venha caminhando a passos largos nos últimos cinco anos, também se mexem os movimentos de resistência. Em julho de 2016, foi lançada a Frente Nacional Escola Sem Mordação, que reúne mais de uma centena de signatários, entre centrais sindicais, sindicatos, entidades nacionais, organizações das esferas municipais, estaduais, federais, públicas e privadas, mandatos parlamentares, partidos políticos, movimentos sociais, estudantis, entre outros. Esta Frente, que estagnara seus trabalhos em 2017, voltou a se reunir desde junho de 2018 buscando relançar-se ainda no mesmo ano. A iniciativa também se fortaleceu em diversos estados através da organização de Frentes Estaduais por escolas sem mordação. Este movimento tem produzido campanhas em defesa da escola pública, compartilhado materiais e pesquisas e realizado cursos de formação de “Debatedores e Multiplicadores contra os PLs do Escola Sem Partido e contra a imposição de censura aos educadores” (Frente Nacional Escola Sem Mordação, 2016). Outras iniciativas também têm produzido campanhas de denúncia e conscientização sobre as desastrosas consequências do ESP na educação brasileira, mapeamento das leis aprovadas e projetos em tramitação e têm produzido e reunido notícias, vídeos explicativos temáticos, artigos e pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado que analisam diferentes dimensões do movimento. Aqui, destacamos a página *Pesquisando o ESP*, o movimento Professores contra o Escola Sem Partido e o Movimento Educação Democrática.

Por fim, ainda não é possível mensurarmos a permanência destas transformações de cunho ultraliberal, conservador e fascista e seus desdobramentos. Tampouco podemos prever a conjunção disto com os efeitos e desdobramentos oriundos dos movimentos de resistência. Neste momento, podemos afirmar apenas que as disputas estão em curso e as cartas do jogo estão nas mesas e nas mangas. E sabemos também que neste jogo há antagonismos e não vitória para todos. Do lado das frações de classe dominantes, o “ás de espadas” tem sido representado pelo movimento Escola Sem Partido, servindo como ponta de lança para a disseminação e implementação de um

amplo conjunto de interesses de base material e ideológica do capital. Do lado de cá, para com o otimismo da vontade avançarmos através das melhores estratégias para a virada do jogo, cabe a nós, em meio ao avanço das disputas em um contexto com tamanha desigualdade na correlação de forças, analisar a miúdo, sob o pessimismo da razão, as estratégias e movimentações do outro lado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** Ação Educativa: 2016.
- ALGEBAILLE, Eveline. **Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- ALVES, Giovanni. **Ocupar Wall Street... e depois?** In: HARVEY, David, et al. *Occupy.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita.** A Pública, 23.06.2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> . Acessado em: 17/05/2017.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo.** In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRÉ, Martirns e NEVES, Lucia (Orgs.). **Educação Básica: tragédia anunciada?** São aulo: Xamã, 2015
- ANTUNES, Ricardo. **A substância da crise.** In MÉSZÁROS, I. *A Crise Estrutural do Capital.* SP: Ed. Boitempo, 2011.
- BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995.
- BAGGIO, Kátia. **Conexões ultraliberais nas Américas: o think tabk norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas.** Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, MS, Campo Grande, 2016.
- BÁRBARA, Isabel, CUNHA, Fabiana e BICALHO, Pedro. **Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da administração pública burocrática à gerencial.** 1996. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.admpublicaburocraticaagerencial.pdf>> , acesso em 16/08/2018.

BUCI-GLUCKSMANN, Cristine. **Gramsci e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 1980

CALIL, Gilberto. **Estado, capitalismo e democracia no Brasil recente.** In: SILVA, Carla, CALIL, Gilberto e Solva, Márcio Antônio (Orgs.). *Didadura Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo.* Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

CASIMIRO, Flavio. **A Nova Direita no Brasil:** aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Pauli: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital:** crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese defendida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

COLOMBO, Luiza. **Sobre mordanças e resistências:** questões de gênero e diversidade sexual na escola. In: MENDONÇA, Amanda, GUEDES, Luísa, BASTOS, Priscila (Org.s). *Jovens Pesquisadoras: entre estudos e militâncias.* Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

\_\_\_\_\_ **Reflexões sobre o movimento escola sem partido e seu avanço no campo das políticas educacionais brasileiras.** Revista Entropia, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 52-68, jun. 2018. Disponível em: <<http://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/73>>.

COUTINHO, Carlos. **A hegemonia da pequena política.** In: Francisco de Oliveira; Ruy Braga; Cibele Rizek. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.* São Paulo: Boitempo, 2010.

- CUNHA, Luiz Antônio. **O projeto reacionário de educação**. Produção independente disponível em: [http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd\\_livro.pdf](http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf) , 2016.
- DEMIER, Felipe, HOVELER, Rejane (orgs.) **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981
- DUPRAT, Deborah. **Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido (ESP) e análise e manifestação sobre a Proposição Legislativa 867/2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"**. Nota técnica. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília. 2016.
- ESCOLA SEM PARTIDO. **Portal Escola Sem Partido**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>> , acesso em 12 set, 2016.
- ESPINOSA, Betty, QUEIROZ, Felipe. **Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Hegemonismos e Política**. MATTOS, Marcelo Badaró. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2017.
- FRENTE NACIONAL ESCOLA SEM MORDAÇA. **Portal Escola Sem Mordança**. Disponível em: <<http://escolasemmordaca.org.br/>> , acesso em dez, 2016.



FRESU, Gianni. **Nas trincheiras do ocidente**: lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

\_\_\_\_\_ **A gênese das teses do Escola sem Partido**: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

GIROTTTO, Eduardo. **Um ponto na rede: o “escola sem partido” no contexto da escola do pensamento único**. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa: 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_ Vol.1. **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benito Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_ Vol 2. **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_ Vol 5. **O risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_ **Escritos Políticos**. Vol. 2, 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- GROSS, Denise. **Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº. 54, p 143-160. 2004.
- GUIMARÃES, Paula Cristina, LAMOSA, Rodrigo. **Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora**. Revista Pedagógica. V.20, N.43, JAN./ABR. 2018. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/viewFile/4004/2461>>
- HARVEY, David, et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. Liberalismo. In: CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy (orgs). **Ideologias políticas**. Tradução por Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- HOELEVELER, Rejane. **A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira**. In. DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- IASI, Mauro. **A rebelião, a cidade e a consciência**. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- INSTITUTO MISES BRASIL. **Os objetivos da Rede Liberdade**. Disponível em < <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=469> >, programa de *podcast*.
- JUNQUEIRA, Rogério. **“Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”?** In: REIBEIRO, Paula Regina, MAGALHÃES, Joanalira. Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Curitiba: Appris, 2016.

- LEHER, Roberto. **25 anos de educação pública: notas para um balanço do período.**  
In. Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS.  
Orgs. GUIMARÃES, Cátia, BRASIL, Isabel e MOROSINI, Márcia Valéria.  
Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.
- MARINI, Ruy. **Dialética da Dependência.** 1973. Disponível em:  
<<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>
- MARTINS, André. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- MARTINS, André e NEVES, Lúcia (Orgs). **Educação Básica: uma tragédia anunciada?** São Paulo: Xamã, 2015.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2017.
- MELO, Demian. **A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira.** In. DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- MENDONÇA, Sonia Regina. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica.**  
Revista Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan./jul. 2014.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINELLA, Ary. **Construindo hegemonia: democracia e liver mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina).** Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 13-40, Jan./Abr. 2009.
- MOTTA, Vania. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital.** Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
- \_\_\_\_\_ **Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo.** Disponível em:  
<<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r225.pdf>> , acesso em 07/08/2017.

- MOTTA, Vania e GAWRYSZEWSKI, Bruno. **A ofensiva conservadora-liberal na educação**: elementos para uma análise da conjuntura contemporânea. Revista Trabalho Necessário, Ano 15, nº 26/2017. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/9624/6745> , acesso em 15/08/2018.
- MOURA, Fernanda. **“Escola sem partido”**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas aprovadas no primeiro congresso do Movimento Brasil Livre em 2015**. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf> Acesso em 10/08/2017.
- PATSCHIKI, Lucas. **A classe dominante em organização: uma análise sobre a hierarquia do instituto millenium (2005-2013)**. In: Anais do XIV Encontro Nacional de História, Universidade Estadual do Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/282.pdf> , acesso em 13/08/2018.
- PATSCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, Marcos Alexandre e BARBOSA, Jefferson. **Tempos conservadores**: estudos críticos sobre as direitas. Goiânia: Edições Gárgula, 2016.
- PENNA, Fernando Araújo. **Entrevista concedida ao Portal da ENPEd** em 20/04/2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>> , acesso em 15/09/2016.
- PENNA, Fernando e SALLES, Diogo da Costa. **A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido**: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos. MUNIZ e LEAL (orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2017.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- Programa Escola Sem Partido. **Portal Programa Escola Sem Partido**. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/>> , acesso em 15/09/2016.
- RAMOS, Marise. **Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- SAFATLE, Vladimir. **Amar uma ideia**. In: HARVEY, David, et al. Occupy. São Paulo: Boitempo: Carta Marior, 2012.
- SANTOS, Aparecida. **Neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. RJ: Ed. Ibis Libris, 2012.
- SOUZA, Jamerson. **Edmund Burke e a gênese do conservadorismo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.073>>
- SOUZA, Rebeca. **A cruzada do capital pela hegemonia do chão da escola: ideologia da qualidade da educação e a Gestão Integrada da Escola (GIDE) como mecanismos de controle do mercado**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.
- SOUZA, Rafael e OLIVEIRA, Tiago. **A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- STUDENTS FOR LIBERTY. **Libertarian students lead millions in Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/reports>>
- XIMENES, Salomão. **O que o direito a educação tem a dizer sobre o “Escola Sem Partido”?** In. AÇÃO EDUCATIVA (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa: 2016.

## ANEXO 1

### TABELA DE PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO ÂMBITO FEDERAL

(Levantamento realizado por Fernanda Moura, em 2018, apresentado no dia 24/10/2018 no X Simpósio Nacional Estado e Pode, realizado na UFF, gentilmente compartilhado)

C/S	NÚMERO	ANO	CARACTERÍSTICA	FINALIDADE
Câmara	7180	2014	Tipo ESP	ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996
Câmara	7181	2014	Tipo ESP	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS EM LEI COM VIGÊNCIA DECENAL
Câmara	435	2014	Tipo ESP	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 210 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
Câmara	867	2015	Escola Sem Partido	INCLUI, ENTRE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, O "PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO".
Câmara	1411	2015	Assédio Ideológico	TIPIFICA O CRIME DE ASSÉDIO IDEOLÓGICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Câmara	1859	2015	Gênero	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 3º DA LEI 9.394/96.
Câmara	2731	2015	Gênero	ALTERA A LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, QUE ESTABELECE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Câmara	3236	2015	Gênero	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, QUE “APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.
Câmara	5487	2016	Gênero	INSTITUI A PROIBIÇÃO DE ORIENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA QUE VERSE SOBRE ORIENTAÇÃO DE DIVERSIDADE SEXUAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
Senado	193	2016	Escola sem Partido	INCLUI ENTRE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, DE QUE TRATA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, O "PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO".
Câmara	6005	2016	Escola Livre	INSTITUI O PROGRAMA "ESCOLA LIVRE" EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. (JEAN WILLYS) (ANTI-ESP)
Câmara	8933	2017	Gênero	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, LEI DE BASE E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA DISPOR QUE O ENSINO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL SOMENTE SERÁ MINISTRADO AO ALUNO MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS. (PASTOR EURICO)
Câmara	9957	2018	Tipo ESP	ACRESCENTA ARTIGO À LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA COIBIR A DOCTRINAÇÃO NA ESCOLA.
Câmara	10577	2018	Gênero	ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA PROIBIR A DISSEMINAÇÃO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS DO BRASIL (CABO DACIOLO)
Câmara	10659	2018	Gênero	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996,

				LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA VEDAR A DOUTRINAÇÃO POLÍTICA, MORAL, RELIGIOSA OU IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS. (DELEGADO WALDIR)
--	--	--	--	--

## ANEXO 2

### BALANÇO FINANCEIRO DO INSTITUTO MILLENIUM 2009-2016

Fonte: <https://www.institutomillennium.org.br/>

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

Resumo Econômico-Financeiro	2009*	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*	2015*	2016*
<b>Receitas</b>	<b>R\$ 620.000</b>	<b>R\$ 1.091.000</b>	<b>R\$ 965.030</b>	<b>R\$ 1.071.593</b>	<b>R\$ 1.003.409</b>	<b>R\$ 1.107.585,54</b>	<b>R\$ 1.293.187,83</b>	<b>R\$ 1.309.858,45</b>
Doações	R\$ 524.000	R\$ 879.000	R\$ 860.429	R\$ 1.069.217	R\$ 987.786	R\$ 953.360,00	R\$ 1.210.661,56	R\$ 1.257.998,61
Financeiras	R\$ 54.000	R\$ 43.000	R\$ 25.527	R\$ 2.376	R\$ 15.609	R\$ 68.974,54	R\$ 15.753,16	R\$ 46.561,51
Eventos	R\$ 42.000	R\$ 169.000	R\$ 79.075	R\$ 0.000	R\$ 0.000	R\$ 85.251,00	R\$ 66.773,11	R\$ 5.298,33
<b>Despesas</b>	<b>R\$ 632.000</b>	<b>R\$ 929.000</b>	<b>R\$ 1.104.895</b>	<b>R\$ 1.010.164</b>	<b>R\$ 1.252.716</b>	<b>R\$ 995.993,48</b>	<b>R\$ 1.198.154,20</b>	<b>R\$ 1.156.059,54</b>
Operacionais	R\$ 393.500	R\$ 358.000	R\$ 476.830	R\$ 684.151	R\$ 1.100.452	R\$ 743.307,44	R\$ 979.897,68	R\$ 1.039.016,28
WebSite	R\$ 37.500	R\$ 147.000	R\$ 164.007	R\$ 31.877	R\$ 48.634	R\$ 55.882,86	R\$ 13.800,00	R\$ 14.450,00
Eventos e Ações	R\$ 154.000	R\$ 370.000	R\$ 391.839	R\$ 248.701	R\$ 90.154	R\$ 14.668,14	R\$ 62.906,00	R\$ 39.920,83
Redes	R\$ 34.500	R\$ 26.000	R\$ 15.572	R\$ 0.000	R\$ 0.000	R\$ 0.000	R\$ 87.800,00	R\$ 56.345,46
Financeiras e Outras	R\$ 12.800	R\$ 28.000	R\$ 56.647	R\$ 45.435	R\$ 13.474	R\$ 7.222,71 R\$ 21.912,33	R\$ 53.750,52	R\$ 6.326,97
<b>Saldo</b>	<b>(R\$ 12.000)</b>	<b>R\$ 162.000</b>	<b>(R\$ 139.864)</b>	<b>R\$ 61.671</b>	<b>(R\$ 249.306)</b>	<b>R\$ 19.967,44</b>	<b>R\$ 95.033,63</b>	<b>R\$ 153.798,91</b>
<b>Fundo Patrimonial</b>	<b>R\$ 160.000</b>	<b>R\$ 202.000</b>	<b>R\$ 223.873</b>	<b>R\$ 321.597</b>	<b>R\$ 83.738</b>	<b>R\$ 158.289,00</b>	<b>R\$ 179.645,27</b>	<b>R\$ 251.201,05</b>